

O QUE EU NÃO QUERO ESQUECER

HENRIQUE EDUARDO ALVES

DEZEMBRO DE 2012

FICHA TÉCNICA

Pesquisa

CEDI – Centro de Documentação e Informação
Divisão de Taquigrafia – Câmara dos Deputados

Revisão

Divisão de Taquigrafia – Câmara dos Deputados
Cássia Regina Ossipe Martins Botelho
José Oliveira Anunciação
Assessoria Técnica – Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados

Fotografia

Acervo de Imagens – Câmara dos Deputados, Tribuna do Norte e Infraero
Emerson Amaral
Fernando Bizerra
Junior Santos
Lindauro Gomes
Wilson Dias

Fotografia da Capa

Orlando Brito

Projeto Gráfico

Chica Magalhães

Alves, Henrique Eduardo.

O que eu não quero esquecer / Henrique Eduardo Alves. -- Brasília :
[s. n.], 2012.

260 p. : il. --

1. Alves, Henrique Eduardo, 1948-, atuação parlamentar. 2.
Deputado federal, discursos etc., Brasil. 3. Político, biografia, Brasil. I.
Título.

CDU 929

AGRADECIMENTOS

Muitos se empenharam para a realização desta obra. Agradeço a todos os profissionais da Câmara dos Deputados que, gentilmente, participaram deste trabalho. Meu reconhecimento à equipe da taquigrafia, dirigida por Cássia Botelho, que realizou o levantamento dos discursos e das propostas. Meu agradecimento aos funcionários do CEDI (Centro de Documentação e Informação) que reuniram imagens, textos e outros documentos arquivados pela Câmara dos Deputados. Muito obrigado aos servidores da liderança do PMDB, aos colegas do partido em Natal e aos companheiros que conduziram a pesquisa, consolidaram os textos e organizaram a edição.

Este livro está permeado pelo sentimento de gratidão aos familiares, amigos, colegas e cidadãos que participaram e me incentivaram a trabalhar e a servir ao Povo e ao Brasil!





Convenção Nacional do PMDB – 06/02/2010

POLÍTICA COMO DESTINO

MICHEL TEMER

Vice-Presidente da República

Todo deputado federal deve ter sempre uma ideia, uma causa a defender. Aqueles que se juntaram à luta que travavam nomes como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Marcos Freire, Thales Ramalho, Freitas Nobre, Pedroso Horta, Renato Azeredo, demonstraram cabalmente sua consciência e seu compromisso com a democracia e as amplas liberdades individuais. Henrique Eduardo Alves começou sua história no parlamento em 1971, lutando pela democracia. Era do MDB, era libertário. Foi companheiro dessa elite histórica porque estava ao lado do povo, posição que jamais abandonou. Foi mais um a lutar para exercer a mais singela manifestação de um parlamentar: o direito de se expressar livremente. E, com esse projeto transformado em realidade, fez valer o princípio basilar de dar vez e voz aos cidadãos brasileiros. Foi um democrata quando era fácil ser autoritário. Foi plural quando a unidade era cobrada com truculência.

A escola de Henrique Eduardo Alves formou alguns dos maiores políticos de nossa História. Eram homens a viver a política para mudar o País. E ele estava lá, ao lado deles. Mesmo sob os efeitos das amarras autoritárias, foram políticos que exerceram o diálogo como construtor de pontes para aproximar os diferentes, a quebrar o ostracismo das distâncias imposto por decisões ditatoriais. A disseminar, da tribuna, ideias moldadoras de nova realidade.

E assim ele se formou, com louvor. Generoso no diálogo, nos discursos, na atuação cotidiana nesses mais de 40 anos. Sempre leal ao parlamento, cuja história institucional se confunde com sua própria vida.

Ele conviveu com companheiros que hoje dão nomes a ruas, avenidas, prédios, alas dos prédios do Congresso e municípios. Conseguiu a proeza de ser companheiro de bancada de deputados no passado e, hoje, liderar os seus filhos. Construiu amizades cujos valores são a lealdade e a confiança, muitas vezes levadas a teste pelos radicalismos e paixões arrebatadoras de votações e debates intensos na arena política. Passou pelas provas sendo leal aos amigos, sem perder a confiança dos eleitores porque nunca se afastou dos valores republicanos e democráticos.

Henrique Eduardo Alves tem passado glorioso. Somente quem tem compromisso com seu País e seu tempo consegue sobreviver a tantas transformações na política. Viveu essa mudança, a esperança, a dor, a renovação, o choque, os planos, os desenganos, a recriação, a negação, a reorganização, o recomeço, o refazer, o novo, o de novo, o inesperado, a esperança, a firmeza e a solidez de nossa democracia.

Hoje, Henrique ainda anda pelos carpetes do Salão Verde a caminho do plenário. Assume o microfone na tribuna onde presenciou grandes oradores e grandes eventos históricos. E discursa. Ainda apaixonado, arrebatado, envolvente, empolgado. Parece o jovem de seu primeiro mandato. Podemos nos perguntar: de onde vem este vigor? De sua alma, de sua essência, de sua origem. E essa alma é inquieta e agitada. Henrique (quem o conhece sabe muito bem) é capaz de manter uma conversa pessoal, atender ao celular, falar para um grupo sobre um projeto de lei e analisar uma possível candidatura de um companheiro ao mesmo tempo. Além de, democraticamente, atender os jornalistas. Sua presença enriquece a Câmara dos Deputados.

É por isso que o recorde de mandatos sequenciais de Henrique Eduardo Alves é natural. Sua natureza e a natureza do parlamento são siamesas. Em suas veias corre o sangue de Aluizio Alves, pai e político. Sua essência é a política, sua alma, democrática. E seu destino não poderia ser outro, a não ser o de honrar o nosso parlamento.





TORNANDO POSSÍVEL O IMPOSSÍVEL!

MARCO MAIA

Presidente da Câmara dos Deputados

O Parlamento brasileiro constitui-se em uma escola por onde passam todos os grandes líderes nacionais. Mas ousou dizer que, dentre todos os parlamentares que hoje estão na Câmara dos Deputados, nenhum detenha mais conhecimento sobre a história e o funcionamento desta Casa do que o deputado Henrique Eduardo Alves.

O decano da Câmara, que já acumula 42 anos de mandato, trabalhou nos momentos de maior grandeza, e também nos mais difíceis, vividos pelo Legislativo, desde a ditadura militar até a transição para a democracia e a promulgação da Constituição Cidadã. Participou dos vários esforços nacionais para reestruturar a nossa economia, em momentos de estagnação e inflação, crescimento e estabilidade. Atuou ao lado dos governos do primeiro operário e da primeira mulher eleitos para a Presidência da República.

Em todos esses momentos, soube defender a Câmara dos Deputados e rebater as críticas que a instituição já recebeu, seja no período ditatorial ou no democrático. Nunca fez distinção entre seus colegas, sabendo que, como discursou certa vez no plenário, “todos os que estão aqui estão abençoados pelo voto popular”.

Ao observar o conjunto de sua carreira, encontramos o tipo perfeito do político por vocação, que vive para seu trabalho e para realizar a obra formidável de produzir as leis que definem os destinos do Brasil.

Como o sociólogo alemão Max Weber observou, algumas pessoas estão interiormente chamadas para o papel de líderes, cuja obediência decorre não em virtude do costume ou da lei, mas porque neles se deposita fé.

Weber também ensinou que não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível. A partir das reuniões de líderes e no convívio pessoal sempre franco com Henrique Eduardo Alves, pudemos juntos colocar esse ensinamento em prática. E hoje, vários projetos que pareciam impossíveis de realizar se constituem em leis que trazem progresso, segurança e outros benefícios ao povo brasileiro.

O autor destes discursos, aqui reunidos em livro, tem razões mais do que justificadas para se orgulhar do conjunto de sua carreira. E a Câmara dos Deputados também pode envaidecer-se por ter entre seus quadros um político da grandeza de Henrique Eduardo Alves.”



Comemoração dos 40 anos de vida pública, maio/2010



TRAJETÓRIA DE UM VITORIOSO

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO

Ministro da Previdência Social

Falar sobre Henrique Eduardo Alves é falar sobre 42 anos de vida política juntos. É lembrar toda uma história que nos envolveu a partir da cassação do meu pai, Garibaldi Alves (do cargo de deputado estadual) e dos meus tios Agnelo Alves (da prefeitura de Natal) e Aluizio Alves (da Câmara Federal), pai de Henrique. Essas cassações, patrocinadas pelo regime militar, ocorreram em 1969. No ano seguinte fomos lançados – pelo então MDB – candidatos a deputado estadual e federal.

Essa violência política contra a nossa família serviu para que estreitássemos os nossos laços. Apesar de primos, não fomos amigos de infância, nem na adolescência: ele morava no Rio de Janeiro, pois Aluizio era deputado federal e era no Rio, a antiga capital federal, onde estava instalada a Câmara dos Deputados.

As pessoas costumam dizer – e eu concordo – que eu e Henrique nos complementamos. Enquanto ele é mais impetuoso e obstinado, eu tenho um temperamento mais tranquilo. Procuro, na maioria das vezes, conciliar as coisas. Aluizio às vezes comentava que eu era mais Chaves do que Alves, referindo-se ao sobrenome da família da minha mãe. Mas, sem dúvida, o legítimo herdeiro da sua inteligência e determinação é Henrique.

No início de 2013, deveremos assistir ao coroamento – de forma exuberante – de tudo o que Henrique alcançou na sua vida pública, quando ele for eleito, se Deus quiser, presidente da Câmara dos Deputados. Acredito que não existe ninguém melhor do que eu para dizer que essa conquista não virá por acaso. É fruto da maturidade política dele e de toda uma história de lutas, que começou quando iniciamos a vida pública e nos candidatamos, como se es-

tivéssemos entrando em uma trincheira para preservar a dignidade, a honra e o nome da nossa família, vítima da perseguição do regime de exceção instaurado no Brasil.

Lembro que antigos correligionários temiam em nos receber em suas residências, durante a campanha. Temiam alguma represália do regime da época. Mesmo assim, Henrique se elegeu com a maior votação do Estado para deputado federal – 70 mil votos – e eu fui o campeão de votos para deputado estadual: 23 mil votos.

Uma avaliação justa sobre Henrique não poderá deixar de classificá-lo como um parlamentar que tem contribuído para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte. E de forma excepcional. Os prefeitos, correligionários ou não, podem testemunhar que sempre encontram abertas as portas do seu gabinete. Eu poderia citar várias obras que têm a marca de Henrique. Uma delas é o Aeroporto de São Gonçalo. A construção do aeroporto é o coroamento de inúmeras lutas que ele protagonizou em favor do Estado.

Henrique é um político vitorioso e um homem de caráter. Sinto profunda admiração pela maneira obstinada, firme e determinada como ele atua. Obviamente esse temperamento impetuoso pode ter levado Henrique a cometer, aqui e acolá, alguns equívocos, mas muito inferiores aos acertos, que foram infinitamente maiores.

Depois dessa convivência de tantos anos retomo o olhar para a emblemática cassação dos três membros da família Alves que exerciam mandato público em 1969. Ela foi a responsável pelo meu ingresso e o de Henrique na carreira política. Depois daquelas cassações, as nossas candidaturas foram quase que um dever, quase obrigação. Era uma alternativa única. A continuação disso, exercer esses mandatos confiados pelo povo, já foi mérito meu e dele.

Aquela experiência do passado, somada a uma expressão de estímulo que Aluizio sempre repetia nos momentos de maior dificuldade – “a luta continua” –, tem servido de lição para mim e Henrique. Para nós, a luta nunca deixou de continuar. Agora estamos mais maduros e com mais sensibilidade para compreender os anseios do povo. Estamos prontos para continuar essa luta.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Política como destino	6
Michel Temer	
Tornando possível o impossível!	10
Marco Maia	
Trajatória de um vitorioso	14
Senador Garibaldi Alves Filho	

APRESENTAÇÃO

Trabalho e Aprendizado	27
Henrique, por Ulysses	34
Ulysses Guimarães	

PARLAMENTO, DEMOCRACIA E LIBERDADE

POLÍTICA COM FIDELIDADE E COERÊNCIA	37
22 de outubro de 1971	38
A caravana nacional do MDB chega ao Rio Grande do Norte	
28 de junho de 1972	39
Homenagem a Eduardo Gomes – um libelo democrático	
19 de março de 1976	41
Governo quer revogar eleições diretas de governadores	
29 de junho de 1976	43
Crítica lei da propaganda eleitoral no rádio e na TV	
24 de maio de 1978	44
Revogação do decreto-lei 477 – o “AI-5 das Universidades”	
20 de Junho 1979	45
Anistia ampla, geral e irrestrita	

05 de outubro de 1979	46
Intervenção na eleição da diretoria da UNE	
25 de setembro de 1980	47
Denúncia ação do governo para controlar votações no Legislativo	
20 de maio de 1980	49
Combate sublegenda nas eleições estaduais	
29 de abril de 1982	50
Voto vinculado é faca de dois gumes	
A DEFESA DA LIBERDADE DE IMPRENSA	52
07 de junho de 1983	52
Seminário Liberdade de Imprensa e Segurança Nacional	
16 de julho de 1983	53
Palavras de Barbosa Lima Sobrinho	
24 de abril de 1984	55
Assembleia Nacional Constituinte e “Diretas Já”	
22 de fevereiro de 2012	56
Folha de S.Paulo: nove décadas de jornalismo	
COMPROMISSO COM O PODER LEGISLATIVO.....	58
17 de novembro de 1980	59
Restauração dos poderes do Congresso	
25 de agosto de 1981	60
Tancredo e a conciliação nacional	
26 de fevereiro de 2002.....	62
Empresas de comunicação abertas ao capital estrangeiro	
01 de fevereiro de 2003	63
A importância do Parlamento para a vida política nacional	
27 de junho de 2007.....	65
Influência econômica nas eleições e reforma política	
02 de fevereiro de 2009.....	66
Alerta aos deputados: traição não é a marca do Parlamento	
28 de março de 2012	68
Rebate críticas da imprensa e acusações de fisiologia	

AMOR E RESPEITO ÀS ORIGENS: O RIO GRANDE DO NORTE E O NORDESTE

O RIO GRANDE DO NORTE.....	73
02 de abril de 1971	76
Dom Eugênio Sales na Arquidiocese da Guanabara	
04 de Outubro de 1971	77
Barragem de São Paulo do Potengi	
04 de dezembro de 1973.....	79
Agência da CEF para Caicó	
07 de maio de 1973.....	80
Transporte aéreo no Estado	
04 de dezembro de 1973.....	81
Lamenta a penúria do povo	
11 de setembro de 1974	83
Direitos dos trabalhadores nas salinas	
17 de setembro de 1975.....	84
Em defesa dos minérios do Rio Grande do Norte	
28 de abril de 1993	85
Pela reabertura do BANDERN	
16 de dezembro de 2003.....	86
Instituto Internacional de Neurociências, em Natal	
29 de abril de 2008.....	87
Zonas de Processamento de Exportação	
05 de maio de 2009.....	88
Enchente no Rio Grande do Norte	
02 de junho de 2009.....	88
Aeroporto de São Gonçalo do Amarante	
23 de agosto de 2011	90
Leilão de privatização do Aeroporto	
UM CANDIDATO SEM VOZ, MAS COM MUITOS VOTOS.....	92
O NORDESTE	94
22 de abril de 1971	94
Defesa da indústria algodoeira	

07 de outubro de 1971	95
Homenagem ao povo nordestino	
08 de junho de 1972	96
Seca e atraso no Proterra	
08 de agosto de 1974	98
Importação de algodão	
05 de dezembro de 1975.....	100
Abismo entre os dois “Brasis”	
23 de junho de 1981	103
Carência, subnutrição e fome	
16 de maio de 1983	104
Nordeste e desesperança	
20 de agosto de 1997	106
O infundável ciclo das secas e o rio São Francisco	
21 de maio de 2003.....	108
Transposição das águas do São Francisco	
Henrique, por Tancredo	112
Tancredo Neves	

FRANQUEZA E CORAGEM NOS GRANDES DEBATES DO PAÍS

DEFESA DOS TRABALHADORES	120
04 de outubro de 1973	120
O poder aquisitivo dos salários	
05 de outubro de 1973	121
O trabalhador no Governo Médici	
17 de maio de 1978	122
Salário mínimo regional: arcaico e discriminatório	
19 de maio de 1978	123
A alta rotatividade da mão de obra	
01 de junho de 1978	123
Estabilidade: direito inerente ao trabalho	
24 de maio de 1978.....	124
Recomposição do valor real dos salários	

14 de agosto de 1978	125
Aspirações dos trabalhadores brasileiros	
29 de agosto de 1978.....	126
Manifesto de empresários e os problemas nacionais	
14 de março de 1979.....	127
O mínimo irreal	
09 de maio de 1979.....	127
Unificação salarial: questão de justiça	
25 de outubro de 1979	128
Creches para os filhos das trabalhadoras	
07 de novembro de 1979.....	129
O veto presidencial ao salário único	
19 de novembro de 1980.....	130
Falta diálogo entre governo e sindicatos	
17 de maio de 1983	131
Alimentos pesam no bolso do trabalhador	
28 de maio de 1983.....	132
A compressão salarial	
27 de junho de 1991	132
Arrocho e inflação	
16 de fevereiro de 2011	133
Política de valorização do salário mínimo	
DÍVIDA EXTERNA, MORATÓRIA E FMI	136
23 de junho de 1983	
Riscos no acordo com o FMI	136
22 de agosto de 1983	
Moratória e retomada do desenvolvimento.....	138
05 de outubro de 1983	
O acordo entre o Brasil e o FMI.....	139
APOSENTADOS: PREJUDICADOS E ABANDONADOS.....	142
04 de abril de 1975	142
O achatamento dos proventos da aposentadoria	

09 de abril de 1975	143
Reforma da Previdência e desoneração da folha salarial	
20 de setembro de 1977	145
Cobrança por serviços prestados ao segurado	
28 de maio de 1980	146
Reformas na Previdência Social	
22 de novembro de 1991	147
Reajuste das aposentadorias e combate às fraudes	
17 de janeiro de 1992	148
Rejeição do reajuste proposto pelo governo	
04 de junho de 2003.....	148
Taxação de inativos é cortina de fumaça	
ABRAÇANDO A CAUSA DA SAÚDE PÚBLICA.....	150
14 de maio de 1992	150
O cólera e o sucateamento da saúde	
04 de junho de 2008.....	152
Regulamentação da Emenda 29	
18 de junho de 2008.....	154
Convoca bancada para votar	
18 de junho de 2008.....	154
Presença para concluir votação	
24 de agosto de 2011	155
Emenda 29: uma luta do PMDB, uma luta do Brasil	
13 de setembro de 2011	156
PMDB unido pela votação da Emenda 29	
A CARTA CIDADÃ.....	162
PLANO COLLOR: CONFISCO DA POUPANÇA E VOLTA DA INFLAÇÃO	164
08 de maio de 1990	164
Perdas salariais gigantes	
09 de maio de 1990	165
A inflação não morreu	
15 de maio de 1990	166
Desburocratização, privatização e desemprego	

16 de maio de 1990	167
Manipulação dos índices de inflação	
27 de junho de 1990	168
A crise permanente	
DIREITO À MORADIA: DO BNH AO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA	170
08 de novembro de 1979.....	170
Revisão dos salários e as prestações do BNH	
01 de junho de 1983	171
Regras para o reajuste das prestações	
20 de maio de 2009.....	173
Parecer de plenário: Minha Casa, Minha Vida	
20 de maio de 2009.....	175
Aprovado o programa Minha Casa, Minha Vida	
A RIQUEZA DO PRÉ-SAL	176
08 de dezembro de 2009.....	176
Parecer de relator – marco regulatório da partilha de produção do petróleo	
10 de março de 2010	180
“Emenda Ibsen”	
CÓDIGO FLORESTAL: VITÓRIA DOS BRASILEIROS	182
24 de maio de 2011	183
Primeiro turno do Código Florestal	
25 de abril de 2012	185
“Relatório Paulo Piau”	
23 de maio de 2012	187
Apelo à Presidente Dilma	
Henrique, por Aluísio.....	192
Aluísio Alves	

AOS AMIGOS, LEALDADE

NA MEMÓRIA E NO CORAÇÃO	195
18 de novembro de 1971	196
Walfredo Gurgel	
17 de maio de 1973	197
Inocência comprovada: inquérito contra Aluizio Alves é arquivado	
18 de junho de 1986	201
Dix-Neuf Rosado Maia	
14 de fevereiro de 2001	202
Despedida de Michel Temer da Presidência da Câmara	
18 de maio de 2006	202
Agradecimentos a Marcondes Gadelha	
01 de agosto de 2007	203
Júlio Redecker e Nélio Dias	
04 de junho de 2009	204
Despedida do amigo Carlos Wilson	
03 de março de 2010	205
A homenagem a Tancredo Neves	
13 de março de 2012	207
Elogio aos líderes Vaccarezza e Chinaglia	
14 de agosto de 2003	208
O comunicador Roberto Marinho	
15 de outubro de 2012	208
A coragem de Ulysses Guimarães	

ONZE MANDATOS: O DEVER E A PAIXÃO DE LEGISLAR

1971-2012 – 42 anos na tribuna.....	212
Anos 70	212
Anos 80	230
Anos 90	244
Anos 2000	248



Rio Grande do
Norte - 1970

A ESPERANÇA



**Onde tudo
começou**



APRESENTAÇÃO

TRABALHO E APRENDIZADO

Aprendiz, sempre fui; aprendiz, continuarei a ser. Na política e na vida, tive mestres que encantaram com palavras ou com a simples presença. Meu pai – Aluizio Alves – Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Marcos Freire, Teotônio Vilela e os colegas do dia a dia.

Tenho a política na memória desde a infância. Nos meus tempos de menino, aos 10 anos, ouvia meu pai conversar sobre política em casa.

Subi no palanque, pela primeira vez, na campanha municipal de Mossoró, em 1968. Antônio Rodrigues era candidato a prefeito e a vitória histórica só foi conquistada após um ato memorável de meu pai. Nas 72 horas que antecederam o pleito ele subiu num caminhão para realizar uma vigília e de lá não saiu até o final da campanha. Durante três dias ele ali permaneceu; o povo ia e vinha para vê-lo e sau-

dá-lo. Esse gesto é lembrado, hoje, como um feito implacável de Aluízio Alves.

Estudante universitário, me vi deputado de repente, convocado por amigos e lideranças. Eu cursava a faculdade de direito na Universidade do Rio de Janeiro. No dia 07 de fevereiro de 1969, um golpe duro: meu pai era cassado pelo regime militar por meio do nefasto AI-5. Aos 21 anos, fui chamado a disputar as eleições para a Câmara dos Deputados.

A primeira campanha foi um dos grandes desafios que enfrentei. Eu diria inesquecível e emocionante porque, num instante, minha vida deu uma guinada. Ainda jovem e inexperiente fui lançado numa disputa eleitoral sem poder contar com a presença e os sábios conselhos de meu pai. Naquela época, na condição de político cassado, ele estava proibido de ir ao Estado durante o período eleitoral. Só nos restava a possibilidade de conversas rápidas, com todos os cuidados, por telefone.

De uma maneira indireta, eu representava todo um anseio, toda uma reação, toda uma resistência à brutal violência da ditadura militar. E, ao mesmo tempo, carregava a esperança e a fé que todos os companheiros, amigos e outros candidatos em mim depositavam. Fui obrigado a tomar decisões, encarar escolhas e, com meus atos, instilar coragem nas pessoas.

Pelas graças de Deus eu consegui superar todos os obstáculos; sob suas bênçãos tive o apoio insubstituível do povo da minha terra. Conteí com o generoso e honroso voto das pessoas mais pobres, dos mais humildes, que revelavam seu destemor e seu desassombro, acompanhando um jovem de 21 anos, filho de um político cassado, onde quer que fosse.

Esta campanha, naturalmente carregada de muita emoção, foi de longe a mais difícil – e vivenciei outras batalhas em disputas eleitorais – mas foi, também, consagradora. Com o resultado das urnas, eu me tornei, já em 1970, proporcionalmente o parlamentar

mais votado do País. Foi um começo repleto de paixões e fervor que deixou suas marcas em toda a minha vida pública. Carrego, no recanto mais profundo do meu coração, um sentimento de gratidão pela fidelidade, pela lealdade e pela coragem que sempre recebi, quando precisei, do povo do meu Estado.

Em fevereiro de 1971 tomei posse pela primeira vez nesta Casa: tinha recém completado 22 anos. A aparência de garoto despertava a atenção dos seguranças que duvidavam da minha condição de deputado. Ser barrado virou uma constante – andava sempre com a credencial parlamentar à mão. Inúmeras vezes fui questionado no acesso ao plenário da Câmara e até no elevador privativo. Recebia essas interpelações serenamente. Meu foco era outro – destemido como todos os jovens, ansiava pelo exercício do mandato popular. Me comprometi com esta missão e dediquei minha vida aos debates, às negociações e à tribuna!

Ao longo de mais de 40 anos de vida pública testemunhei e protagonizei momentos históricos e preciosos. Alguns nunca registrados, vou partilhar nesse relato até onde a memória contribuir; outros fatos e discursos foram documentados, revisados e recuperados pela pesquisa histórica.

Nunca me esquecerei de Ulysses e sua Caravana da Esperança. Onde um olhar apressado ou descrente enxergaria uma cruzada quixotesca, eu via e sentia um chamado à coragem e ao coração!

Ainda em 1971, plena ditadura militar, o inesquecível deputado Ulysses Guimarães foi a Natal. Organizamos uma grande manifestação popular para receber o grande líder e caravaneiros, como nenhuma outra capital havia feito. Foi uma recepção emocionante, com mais de 30 mil pessoas na rua.

Confesso que meus primeiros passos na política tinham uma boa dose de fascínio por este personagem quase mítico. A anticandidatura de Ulysses à Presidência (de setembro de 1973 a janeiro de 1974) me en-

volveu profundamente. A anticampanha acontecia em recintos fechados – a ditadura impunha dificuldades que tornavam quase impossíveis os eventos em espaços abertos e públicos.

O comício de Natal, mais uma vez, foi na contramão do medo e foi emocionante! Agendei o encontro para a Praça Gentil Ferreira – ponto habitual das grandes concentrações políticas – e solicitei a permissão para realizá-lo junto aos órgãos de segurança do Estado. Ulysses, Barbosa Lima Sobrinho, Tancredo e Néelson Carneiro chegaram à cidade e eu, ansioso, esperava uma autorização que não vinha.

O dia marcado para a manifestação raiou bonito. Era sábado e as repartições públicas, fechadas! Néelson Carneiro viria com a solução: mobilizou seus contatos em Brasília e o comício foi permitido. Mas, apesar de o comunicado ter chegado em Natal lá pelas 13 horas, somente após as seis da tarde a Secretaria de Segurança confirmou a liberação do encontro.

O evento autorizado quase por milagre, seria um estrondoso fracasso sem a presença do seu motivador – o povo. Para avisar a população o único jeito era divulgar o comício pelas ondas do rádio e lá fui eu para a emissora da família – a Cabugi AM.

Meu tio, diretor da rádio, receoso por tratar-se de uma concessão pública, ligou para o meu pai Aluísio que estava no Rio de Janeiro. “Aluísio, olha o que o Henrique quer fazer. Vamos perder a rádio.” Meu pai me chamou ao telefone, indagou o que acontecia e nem titubeou: “Vá em frente meu filho! Você está certo!”

Estimulado, corri para os microfones e interrompi a programação usual. Alternava a trilha sonora da “resistência democrática” – Chico e outros – com locuções improvisadas convidando a população para o comício do MDB. Só saí da rádio para buscar Ulysses, Barbosa Lima Sobrinho, Tancredo e Néelson Carneiro na casa do deputado Iberê Ferreira. E lá fomos nós, rumo à famosa praça, no bairro do Alecrim.

No caminho, céu estrelado, brilho da lua no céu. A cidade parecia vazia e eu com um aperto no estômago – puro receio de não aparecer ninguém. Ulysses, magnânimo e lúcido, me acalmou: “Não se preocupe meu filho; eu faço o comício ainda que tenha uma só pessoa para ouvir”.

Mais perto da praça percebemos que o movimento nas ruas aumentava rapidamente. Parecia que as pessoas tinham decidido sair de casa só depois da novela. Em frente ao palanque, formou-se uma multidão que, de pé, esperançosa, ouviu Ulysses e a mensagem do MDB – a democracia pulsava e exibia sua força.

Anos depois, Barbosa Lima Sobrinho, rememorou aquele momento em artigos na imprensa e relatos públicos. Chamava o ato de “O comício que nunca esqueci”.

Naqueles dias difíceis, nós éramos muito unidos. Os companheiros do MDB eram os nossos amigos e parceiros, mais do que aliados. Permanecemos juntos até o fim do regime militar, em 1985. Ulysses, Tancredo, Aluizio Alves e outros brasileiros que deixaram sua marca naquele momento sombrio da história do País já se foram. Mas o exemplo ficou.

Hoje, no 11º mandato como deputado federal, meu coração ainda bate igual ao daquele jovem que chegou à Câmara. Neste livro reuni discursos que pronunciei em plenário e que ficaram na minha memória. É o registro da trajetória pública e humana de alguém que trabalhou muito, mas ainda tem muito a aprender.





Com Ulysses Guimarães na instalação da Assembleia Nacional Constituinte – Fevereiro de 1987

HENRIQUE, POR ULYSSES

Henrique Eduardo Alves foi o deputado revelação. Primeiro, porque era dos mais jovens da Câmara dos Deputados e depois, pela consagrada votação que sempre recebeu. Finalmente, por sua atuação, que firmou seu nome junto à opinião pública nacional, a começar pelo antológico discurso com que saudou o Brigadeiro Eduardo Gomes, quando da homenagem que lhe tributou o Congresso Nacional.

Sou testemunha de sua liderança no Rio Grande do Norte, mobilizando com assombrosa agilidade e comprovada competência todas as categorias sociais, notadamente os jovens e os trabalhadores, na luta pela urgente redemocratização do Brasil.

O maior e mais entusiástico comício que tivemos como anticandidatos à Presidência da República e Barbosa Lima Sobrinho, como Vice-Presidente, foi realizado em Natal, com grande repercussão em todo País.

Integrante da Comissão Executiva do Diretório Nacional do MDB, suas intervenções lúcidas, corajosas e independentes sempre colaboram para solução patriótica dos problemas debatidos, tantos deles críticos e dramáticos.

Henrique Eduardo Alves é uma das mais poderosas vocações de homem público que conheço, digno continuador da obra e do exemplo de seu pai, Aluísio Alves.

O Rio Grande do Norte tem em Henrique Eduardo Alves um representante de sua índole democrática, buscando modificar as estruturas sociais e econômicas do Brasil, no sentido de corrigir injustiças e fazer com que o povo partilhe das conquistas da civilização.

Culto, nítido em suas posições, leal servidor do partido, falando e agindo no Congresso Nacional, nas Comissões, na Imprensa, Rádio e Televisão, nos contatos com trabalhadores, estudantes e empresários, voz sempre ovacionada pelas multidões em comício, Henrique Eduardo Alves se impôs à credibilidade da gente potiguar e galgará, em sua terra e no Brasil, postos a que se credencia pelo seu talento e patriotismo.

O Rio Grande do Norte reelegerá seu filho ilustre e seu fiel servidor; pois o Brasil precisa de moços que assumam as árduas responsabilidades de seu desenvolvimento com garantia de pão, teto, saúde, escola, justa repartição de riqueza para todos os brasileiros. E Henrique Eduardo Alves é iluminado por essas ideias e bravo soldado dessa luta.

Brasília, DF, em 29 de junho de 1978

DEPUTADO ULYSSES GUIMARÃES,

Presidente do MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



PARLAMENTO, DEMOCRACIA E LIBERDADE

1

POLÍTICA COM FIDELIDADE E COERÊNCIA

O político deve se pautar pela fidelidade e coerência. Governo é governo e oposição é oposição. Cada um no seu lugar, com suas ideias e fundamentos. É preciso respeitar a vontade do eleitor e nunca tentar confundir-lo. Procuo me manter fiel aos princípios que me inspiravam quando disputei minha primeira eleição.

É claro que o País mudou, os governos mudaram e também evoluí em muitos aspectos. Atualizei opiniões que tinha sobre muitas questões, mas sem alterar alguns valores que considero fundamentais e, portanto, inegociáveis.

Meu norte, depreendido pelos discursos nas próximas páginas, é o binômio democracia-cidadania, que abrange a livre manifestação do pensamento, direito à associação, respeito à vontade popular, eleições limpas, acesso à justiça e participação plena nos resultados do desenvolvimento econômico e na riqueza nacional.

A CARAVANA NACIONAL DO MDB CHEGA AO RIO GRANDE DO NORTE

Sábado último passado, dia 16, o Rio Grande do Norte teve a satisfação de receber a caravana do Movimento Democrático Brasileiro, representada pela direção nacional do partido, o Presidente Ulysses Guimarães e o Secretário-Geral, Thales Ramalho. É o partido de oposição peregrinando pelo País inteiro levando sua mensagem de luta e de liberdade a todos os brasileiros que, embora angustiados, ainda confiam no esforço sério e corajoso de alguns homens públicos que fazem a oposição. Uma luta que é feita, sobretudo, pela democracia, única forma de governo capaz de desenvolver um povo sem tirar-lhe a alegria de ser gente. Mas, democracia essa que anda um tanto esquecida, embora decantada, por aqueles que detêm o poder de mando e de decisão em suas mãos.

O Rio Grande do Norte recebeu de braços abertos a liderança nacional do MDB. Foi uma grande festa. Festa sem as pompas do poder, sem as facilidades encontradas por aqueles que, sendo governo, possuem os meios materiais e de propaganda para a mobilização popular. Encontro de pessoas sem pretexto de inauguração de obra realizada ou a presença de autoridades que governam o povo.

Mas, é justamente aí que se encontra a grandiosidade de nosso encontro cívico. Convocado por um partido de oposição a um governo no início de mandato; com as dificuldades criadas por uma censura que impede o conhecimento do povo sobre o trabalho desenvolvido a cada dia pelos emedebistas nas Casas Legislativas; distante de qualquer campanha eleitoral que proporcionasse uma motivação mais imediata; apesar disso tudo, o que vimos – e apresento todos os norte-rio-grandenses como testemunhas – foi o povo presente na praça pública. Participando, entendendo, dialogando, apoiando.

Companheiros de outros Estados aqui já fizeram referência “à multidão nas ruas de Natal aplaudindo os líderes do MDB”. Jornais de todo o Brasil noticiaram o fato como significativo, a força de um povo decidido. O Partido Movimento Democrático Brasileiro se mostrou entusiasta à politização do Rio Grande do Norte, não só na problemática regional, mas, também, nos interesses nacionais. É, afinal, o País inteiro ouvindo o clamor cansado, porém esperançoso, de milhares de homens e mulheres de meu Estado. Sim, clamor das crianças que desejam um dia mais alegre para brincar; dos jovens que procuram perspectivas novas e

seguras para o mundo que irão enfrentar; de figuras humanas já fatigadas da dehumanidade da vida e da inércia dos que têm a responsabilidade de amenizá-la.

O que ocorreu no Rio Grande do Norte foi a reunião de trinta mil pessoas, demonstrando convicção e esperança, numa noite livre e de estrelas no céu. Estrelas que, como a irradiar alegria pela presença brilhante de cada um, também brilharam como um prenúncio nos céus de uma nova luz para o caminho dos homens na Terra. Sim, foi demonstração inequívoca da conscientização do povo no trato dos seus problemas e no desenvolvimento de seu Estado. Sim, foi a pujança da democracia. Autêntica e única. Sim, foi a grande festa para os que se entristeciam; incomparável estímulo para os que lutavam e lutam com seriedade e justas intenções. Ninguém no Rio Grande do Norte há de esquecer aquela noite de comunhão do povo com o partido em que confia.

Era apenas esta a minha palavra nesta oportunidade. Palavra para dizer ao Brasil, aos que trabalham sinceramente pela nossa libertação do submundo, aos que convictos estão da legalidade e objetividade dos seus propósitos, aos que acreditam na democracia como única forma de desenvolvimento com justiça, dizer – repito – que caminhem adiante, sem hesitações. O povo caminhará também.

28 DE JUNHO DE 1972

HOMENAGEM A EDUARDO GOMES – UM LIBELO DEMOCRÁTICO

Esta é realmente a grande e invencível força dos movimentos libertatórios – as ideias que os inspiram não morrem nas lousas frias dos cemitérios que guardam as cinzas de seus heróis.

Pouco importa que momentaneamente triunfem ou, sejam derrotados. Pouco importa que, os que a eles sobrevivem, paguem caro nas masmorras ou no exílio, o preço de sua audácia ao afrontar a arrogância do poder. Um dia, vivos ou mortos, eles são chamados aos altares da consagração popular.

Temos, neste ano, exemplo que a muitos deve suscitar meditação: ao debruçar-se a Nação sobre os seus primeiros 150 anos de vida soberana, entre aspirações, lutas, sacrifícios, vitórias, derrotas, pobreza, fome, trabalho, progresso, todo um conjunto de

vida e de história, não foram os que se acomodaram, transigiram, adularam, delata-ram, perseguiram, odiaram, traíram, aqueles que o povo chamou para reconhecê-los no seu amor e na sua gratidão. (...)

Nesse século e meio, o Brasil enfrentou as crises próprias do seu desenvolvi-mento. (...) Período a período, entre crises e erros que corroíam e sob a égide de uma Constituição teoricamente transplantada para a realidade brasileira, logo se verificou que a República não alterara a substância de nossa vida política. (...)

Desmoralizada a República nas bases essenciais da representação, não tar-dou que, a esse quadro, se acrescentasse outro fator de inquietação e de revolta: a utilização do Exército como instrumento nas mãos dos políticos. (...)

Poucos anos nos separam do meio século daquela tarde que surpreendeu a cida-de do Rio de Janeiro: um punhado de soldados, tendo à sua frente três tenentes, saiu pelas ruas para enfrentar as forças organizadas do poder legal. Antes, o gesto generoso: a missão seria de sacrifício e quem quisesse deixar o Forte de Copacabana tinha plena liberdade de fazê-lo, sem humilhação. Duas centenas renunciaram à luta. Ficaram 20, e destes, ao começo da jornada sangrenta, alguns fraquejaram. (...) Muitos viveram, entretanto, para aprender, por eles mesmos, esta lição: quem peleja pela liberdade não morre, transfere a outros a chama que não se apaga nas mãos caídas. (...)

Mas, há outras lições que a História recolhe: o ideal da liberdade ultrapassa aos homens e aos tempos! (...) Há poucos dias o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes participava da comunhão eucarística, em meio ao ofício religioso pela alma da esposa do Presidente Arthur Bernardes. Para quem rezava o soldado envelhecido e legendá-rio?²(...) Quem pode saber?³(...)

Se, na nave acolhedora da Igreja, os pés que caíram feridos na praia, em 22, caminharam, embora já cansados pela idade, para a mesa da comunhão do amor, à face de Deus – e esquecidos agravos, sangue e ódios que os separavam há meio sé-culo – não é porque a vida dos homens seja cenário de máscaras que se renovam ou contracenam. Antes, todos esses episódios devem constituir uma advertência, severa advertência, profunda advertência:

- aos que, em qualquer tempo, exerceram o poder triunfante e negarem ao povo as liberdades essenciais;
- aos que repetirem, no tempo, os erros, as injustiças, as crueldades do passado, em nome das aparências da ordem;

- aos que procurarem pela agitação irresponsável e destrutiva dividir os brasileiros e tentarem fazê-los esquecer dos sacrifícios e das perdas do passado, importando apenas uma luta permanente por objetivos obscuros;
- aos que se supuseram ter o privilégio de dividir irmãos entre os que não têm de merecer o amor da Pátria e os que não terão a graça de sorvê-lo como o leite da ternura comum;
- aos que vierem a subtrair do poder a sua alta função de bem servir a todos, pensando em transformá-lo num pelourinho em que, sem defesa, venham a ser punidos os que acreditarem na democracia como a única forma de viver dignamente num País soberano e feliz;

Seja-nos permitido – humilde voz de uma geração nova e perplexa que madruga para a vida pública, apagando na alma cicatrizes e iluminando, nela, pacientemente ainda, algumas esperanças – dizer-lhes com o livro aberto do meio século de vida brasileira, seus sonhos, suas rebeldias, seu sangue, sua vocação democrática, sua força estuante e invencível, esta última lição: no coração do povo e no respeito da posteridade, somente se eternizam, para a honra e glória das gerações que se sucedem, os que lutam e sofrem para servir à democracia e à liberdade!

19 DE MARÇO DE 1976

GOVERNO QUER REVOGAR ELEIÇÕES DIRETAS DE GOVERNADORES

Acreditamos não haver melhor estuário para crises e conflitos que não a vontade e a decisão do povo. É a ele que compete julgar desacertos e aplaudir acertos, segundo a perene lição do ideal democrático. E a voz da história não nos permite duvidar de que os erros surgem na medida em que se distanciam os governantes da construção do bem-estar coletivo.

Prepara-se o País para convocar o povo a mais um pronunciamento. Vivemos, é certo, um tempo diferente, marcado por algumas modificações na ordem das coisas públicas. Mas, vivemos também um tempo de procura e de afirmação, pois ser diferente não implica em aperfeiçoamentos e aprimoramentos, fixados no benefício da justiça e do desenvolvimento nacional. (...)



Palácio do Planalto, cumprimentos ao ex-Presidente Geisel - 05/12/1975

Quando se aproximam as eleições municipais, longe de objetivos puramente partidários, queremos advertir a todos os setores responsáveis da vida nacional para este compromisso: convocar o povo a viver uma vida nova, e não estimular nele o sentimento de indiferença e de revolta, de descrença e de desespero.

Os atuais governantes brasileiros têm este encargo maior. E estarão apenas des-servindo ao Brasil, enquanto se apegarem a monólogos estéreis, a decisões preconcebidas, a impulsos de violência. E merecerão sempre o descrédito do povo, enquanto fórmulas de fachada estiverem a encobrir objetivos subalternos, estranhos ao desejo da nacionalidade.

Temos agora um exemplo eloquente. Circulam rumores de que pretende o governo modificar a previsão constitucional de eleições diretas para governadores de Estado. A nova fórmula seria a instituição de um colégio eleitoral, composto de deputados estaduais, vereadores e prefeitos. Com esta solução, adiantam certas fontes, estaria garantida, para o partido situacionista, a eleição da quase unanimidade dos governadores. (...)

A instituição de colégio eleitoral para escolha de governadores é propósito com um mesmo objetivo: é serviço a posições pessoais de apego ao poder, fruto de um partidarismo altamente nocivo ao bem-estar nacional.

Antes que vozes radicais se disponham a defender ideia tão espúria, levantamos nossa voz em defesa da soberania do povo e do mandamento constitucional. Cabe ao Congresso Nacional defender o preceito da Constituição, lembrando a todos que atos de força, em um regime que se diz democrático, exteriorizam insegurança e medo: eles podem sufocar, mas nunca sepultar a liberdade.

CRITICA LEI DA PROPAGANDA ELEITORAL NO RÁDIO E NA TV

Sem querermos entrar no mérito das restrições impostas pelo Projeto de Lei nº 6/76, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional, que reduzem extremamente o âmbito da propaganda eleitoral pelo rádio e pela televisão, apresentamos à Câmara dos Deputados um projeto que tem por finalidade suprir uma lacuna na nova legislação, cujo preenchimento é indispensável.

Embora a cédula única já venha sendo utilizada desde algumas eleições passadas, ainda não foi seu sistema perfeitamente absorvido pelo eleitorado, notadamente no interior do País. Podemos testemunhar, sem medo de errar, que no Nordeste, pelo menos em nosso Estado, o Rio Grande do Norte, a grande maioria dos eleitores se confunde no ato de votar, especialmente no que se refere à indicação do nome ou número dos candidatos a vereadores.

Não podemos ignorar que grande parte daqueles que são chamados a votar mal passam dos limites da alfabetização mais rudimentar. Muitos eleitores têm reais dificuldades para escrever o nome dos candidatos e, caso não sejam suficientemente instruídos, simplesmente não saberão votar deixando em branco seus votos, ou ainda os anulando, por completa impossibilidade de identificação de sua vontade.

Por tais razões, estamos apresentando à Casa um projeto de lei que permite aos partidos a utilização dos horários de propaganda gratuita pelo rádio e pela televisão, para que sejam prestadas, ao eleitorado, instruções sobre o ato de votar.

Segundo o nosso projeto, podem os partidos exibir, na televisão, o modelo da cédula oficial, nele indicando como deve o eleitor proceder para votar corretamente nas eleições majoritárias e proporcionais. No rádio, informações semelhantes também poderão ser prestadas. Segundo o projeto, podem os partidos esclarecer os eleitores sobre o sistema legal de apuração dos votos; esclarecimentos que incluem as consequências do voto para a legenda partidária; efeitos dos votos em branco e dos votos nulos.

O nosso projeto tem como única finalidade evitar que a livre manifestação eleitoral seja impedida pela desinformação ou mesmo pela ignorância dos cidadãos.

É certo que todos nós devemos estar atentos para que a manifestação popular seja isenta de dúvidas e erros, e, dentro deste anseio, compete-nos velar para que a falta de esclarecimentos sobre a legislação eleitoral seja causa de votos nulos. Estes se configuram, com efeito, na negação da inspiração democrática do chamamento do povo às urnas, e contra ele a lei e os partidos devem estar vigilantes.

24 DE MAIO DE 1978

REVOGAÇÃO DO DECRETO-LEI 477 – O “AI-5 DAS UNIVERSIDADES”

Está o governo prestes a revogar o Decreto-Lei nº 477, segundo informações oficiais que são dadas à imprensa. Aproxima-se, assim, o fim de um dispositivo legal dos mais nefastos, que passará à história como um dos maiores retrocessos em nossa vida política. Servirá, também, para exibir o erro e a violência daqueles que, na sua visão estreita, lançaram o Brasil no Estado de exceção, do qual, estamos certos, sairemos muito brevemente.

Vitoriosa se tornará uma das mais duras e persistentes lutas do MDB e da mocidade brasileira – há tantos anos mobilizados contra o “477” – cuja vida foi mais longa do que poderíamos supor.

No entanto, não é bastante a revogação do Decreto-lei nº 477. Necessário é que, com ele, desapareçam toda a legislação e todas as prevenções contra os jovens que estudam. Estes não podem continuar sendo encarados como inimigos, desordeiros, e quase como criminosos.

É preciso restabelecer, integralmente, o direito de o estudante participar da vida política nacional, conforme uma das nossas mais belas tradições. Aos estudantes devemos a participação decisiva nos mais belos momentos de nossa história. O idealismo, a coragem e o desprendimento naturais aos jovens são necessários ao aperfeiçoamento democrático e social do Brasil.

Assim, aos estudantes deve ser reconhecido o pleno direito de participação política e social, eliminando-se de vez a mentalidade retrógada e policial que criou um instrumento como o “477”.

De nada mais valeria o fim do decreto 477, se não se desse simultaneamente a mudança de mentalidade. E nem se pode admitir que movimentos estudantis continuem sendo vistos e enquadrados como atos de subversão, atentatórios à segurança nacional.

Resta-nos, portanto, almejar que, com a revogação do “477”, se revogue, inclusive, a triste mentalidade daqueles que, tanto temendo os jovens, estavam sempre prontos a transformá-los em criminosos contra a Pátria!

20 DE JUNHO 1979

ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA

Está, segundo informam os porta-vozes do governo, prestes a chegar ao nosso exame um projeto através do qual será proposta a concessão de anistia aos brasileiros punidos com base nos diversos atos institucionais surgidos no País a partir de 1964. É com ansiedade que todos aguardamos este momento, de decisiva importância para a pacificação da família brasileira.

A anistia virá após ter sido longa e exaustivamente pregada e defendida, inicialmente com riscos diversos para aqueles que por ela propugnavam. O Presidente João Batista Figueiredo, ainda em sua campanha eleitoral, teve o mérito de se manifestar favorável à sua concessão, nesse sentido se comprometendo com a Nação. Daí terem todos os brasileiros esperado que o Chefe do Governo encaminhasse, logo, uma mensagem nesse sentido ao Congresso Nacional, para a consumação do que há muito é sólido sentimento de todo o povo.

Isso não se deu, no entanto, e foram transcorridos todos esses meses sem que a anistia se tornasse realidade ou se corporificasse num projeto a ser unanimemente aprovado pelas duas casas do Congresso Nacional. Esta demora a muitos terá decepcionado e a outros há de preocupar. Entendemos, porém, que a lentidão nos há de ser benéfica.

Preliminarmente, é preciso notar que, de fato, a anistia está consumada no que diz respeito ao sentimento de todos, inclusive do atual governo. Resta a sua transformação numa realidade jurídica. E, a esta altura, ela há de vir ampla, irrestrita, como é do desejo da nação inteira, ansiosa por ver ultrapassado um período de divisões internas que todos queremos esquecer.

Não tenho dúvidas de que assim decidirá o presidente João Batista Figueiredo, tomando a iniciativa de propor a anistia total, sem limitações que maculem este momento de reencontro de todos os brasileiros, e que teriam efeitos os mais decepcionantes, significado de verdadeiro retrocesso.

Isso porque os brasileiros já se perdoaram mutuamente, de tal forma que o esquecimento já recai sobre aqueles que cometeram ou praticaram atos de tortura. Perdão e esquecimento constituem uma realidade de fato, das mais auspiciosas, e que ocorre quando se vê o Brasil frente a dificuldades enormes, externas e internas, para o prosseguimento de sua arrancada desenvolvimentista.

Anistia logo, ampla, total, como é desejo ardente de todos os brasileiros, é o que haveremos de ter, cumprindo o Presidente da República seu compromisso com a nação. Quaisquer limitações seriam lastimáveis – seriam a negação do sentimento de generosidade que retorna a nos unir – e, a esta altura, representariam decepcionante e lastimável retrocesso.

Que restrição alguma venha a manchar o sentimento de perdão que ora se estabelece nos corações brasileiros, conforme é do nosso temperamento e de nossa formação cristã. Que nenhuma restrição venha a dificultar ou retardar o reencontro alegre e feliz de todos os brasileiros, quaisquer que tenham sido suas diferenças políticas no passado já superado e que ninguém deseja reviver.

05 DE OUTUBRO DE 1979

INTERVENÇÃO NA ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA UNE

Foi com surpresa que li nos jornais o decreto assinado pelo Presidente da República visando a reprimir a participação dos estudantes na eleição para a escolha da nova direção da União Nacional dos Estudantes. E venho lastimar a atitude surpreendente e errada do governo, para a qual colaborou, inexplicavelmente, o Ministro Eduardo Portela, notório liberal.

O decreto presidencial tem insopitável sentido de ato de força, que contradiz, completamente, a conduta até aqui democrática, do General João Batista Figueiredo. Daí a surpresa com que todos nós tomamos conhecimento da medida arbitrária e de

má vontade com a classe estudantil, como se ainda estivéssemos no auge do período repressivo a que fomos submetidos há quase quinze anos.

Desde muito os estudantes programam e se movimentam para a escolha da nova direção da UNE. Agindo, sempre, de forma amadurecida, esclarecida – sem intuits radicalizadores – na comprovação de que nada justifica a posição daqueles que veem com hostilidade os estudantes, imaginando-os perigosos conspiradores contra o regime democrático.

O processo eleitoral se desenvolvia em clima o mais democrático e – repetimos – era conduzido de forma amadurecida. Absolutamente imprevisito, portanto, o decreto governamental, que tem o significado de lamentável retrocesso, pelo que nele há de arbítrio e de indisposição com a mocidade estudantil.

25 DE SETEMBRO DE 1980

DENUNCIAÇÃO DO GOVERNO PARA CONTROLAR VOTAÇÕES NO LEGISLATIVO

A obstrução é um direito das minorias em qualquer parlamento do mundo. No regime parlamentarista, se a bancada majoritária retirar-se do plenário para evitar uma decisão, haverá uma crise de gabinete. Mas, mesmo nos regimes presidencialistas, não há regimento interno do parlamento, seja monocameral ou bicameral, que não esclareça os direitos da minoria, principalmente no que tange à composição dos órgãos técnicos e ao exercício da fiscalização do Poder Executivo.

Decerto não há, nesses regimentos, na disciplina interna dos parlamentos, um preceito obrigando ninguém a votar, pois há o direito de abstenção. Mas o normal, na praxe, na norma consuetudinária de todas as casas deliberativas, é que a maioria se reafirme, sempre, pelo voto.

O que ocorreu, com a Proposta de Emenda Constitucional que permitiria aos professores aposentarem-se aos 25 anos de serviço – norma adotada, pelo regime de 1945 por vários Estados da federação – foi um acontecimento sem precedentes em nossa história ou mesmo na história mundial do regime representativo bicameral. A casa majoritária, que representa o povo com cerca de 400 votos, derrotada numa sessão conjunta, pela ausência proposital de três senadores.



Mas o povo deve ser esclarecido nesse episódio em que o líder da Maioria – decerto um dos inspiradores do sistema “biônico” – para que o regime castrense complete vinte anos no País, manejou, com a habilidade de um passarinho amestrado, os seus liderados, a fim de que o eleitorado pense num possível apoio da maioria do PDS à aposentadoria precoce dos professores.

Não é difícil controlar senadores “biônicos”, que agem como se fossem marionetes. Contou-os o líder, até o número exato da insuficiência de quórum. Faltam três? Alegria S. Exa. que há três representantes do MDB no exterior, decerto em missões da própria Casa e, se não substituídos por suplentes, certamente por culpa do próprio regime.

Agora ficou claramente visto porque, no Governo Geisel, sob a inspiração de uma geopolítica insidiosa, se mandou eleger um terço de “biônicos”: hoje são 21, num colégio de 64. Mesmo que a Câmara tivesse dois terços ou mais de deputados opositores, não conseguiria aprovar a emenda. Pelo “pacote de abril”, o voto de um senador passou a valer, no mínimo, cinco votos de deputados; e, naquela sessão, a ausência de três representou dois terços desta Casa.

Até quando vai durar um regime que permite semelhante incongruência? Será possível que o povo não tenha instrumentos para convencer os detentores do poder de que deseja influir nos destinos da nação, que não é propriedade de uma classe, civil ou militar, nem de um partido ou facção dele?

Diante disso e depois disso, quando as propostas de emenda constitucional são assim arquivadas contra a vontade da maioria, só há uma solução para o País, na tentativa de voltar ao regime representativo pleno: a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

20 DE MAIO DE 1980

COMBATE SUBLEGENDA NAS ELEIÇÕES ESTADUAIS

Quando o Congresso Nacional, pela sua maioria absoluta, manifestou-se contra o instituto da sublegenda, consagrado no projeto do Executivo, que alterava a legislação eleitoral e extinguiu os partidos existentes até então, o Presidente da República, pelo veto encaminhado ao Parlamento, em 20 de dezembro de 1979, resolveu restaurar aquele instrumento.

Entretanto, não pôde fazê-lo apenas com referência ao pleito municipal, como era a intenção do projeto, mas restaurou a sublegenda para o pleito majoritário de senadores. Por imposição de certos conselheiros, que não representavam sequer a maioria da extinta ARENA, o veto foi mantido.

Mesmo nas razões dessa mensagem, ficava claro que o intuito era impor a sublegenda apenas aos pleitos municipais, alegando-se que a livre escolha eleitoral não podia ser embargada por questões locais, “com disputas e antagonismos” que não devem desmentir “compromissos do cidadão com os ideais por que luta o seu partido”.

Adiantavam as razões do veto:

“A sublegenda é instrumento que assegura a plena militância entre correligionário, em disputa de estrito limite local, mas unidos na lealdade à mesma sigla, vale dizer aos mesmos princípios programáticos.”

Depois dessa tirada, prossegue a justificação do veto:

“Não cabe o argumento de que a sublegenda não se concilia com o pluripartidarismo. Tal ocorreria se extensiva a todos os níveis. Limitada ao

município, atende às finalidades e motivações de suas lutas, sem reflexos prejudiciais à unidade do partido.”

Ora, quem assistiu à experiência da sublegenda em pleitos anteriores sabe que ela não eliminou a luta interna dos partidos, antes a estimulou, principalmente na esfera da antiga ARENA, mais do que entre seus correligionários e os do MDB.

Além disso, com quatro partidos no mínimo, uma eleição municipal pode realizar-se até entre doze candidatos e em tamanha dispersão que, raramente, o eleito conseguirá mais de um terço da votação, e muito mais frequente será a luta entre o prefeito e a maioria da Câmara de Vereadores.

A pior consequência desse veto está no encorajamento que tem promovido no seio da agremiação governamental, com raras e confortadoras exceções, para a extensão da sublegenda às eleições dos governos estaduais, visando a produzir o maior divisionismo nos partidos, não mais “sob a pressão de razões meramente locais”, mas desmoralizando, completamente, o sistema representativo pela diluição da vida partidária.

Quem possa ter acreditado nas melhores intenções do Presidente Figueiredo, expostos na parte final da justificação do veto, convirá que os seus liderados estão traindo a convicção presidencial ao defender a sublegenda para o pleito de governador.

29 DE ABRIL DE 1982

VOTO VINCULADO É FACA DE DOIS GUMES

Em novembro próximo, depois de quase dois decênios, vamos assistir, pela primeira vez, com a eleição direta de governadores – suspensa por emenda constitucional em três pleitos sucessivos –, a um confronto total do eleitorado, faltando apenas, para emprestar universidade ao pronunciamento das urnas, a escolha do Presidente da República.

Alegando a necessidade de fortalecer os partidos nacionais, a maioria governamental optou pelo voto vinculado verticalmente, mas, a esta altura, já pretende abrir exceção para quem, assinalando uma sigla, dê o nome do seu candidato por extenso.

Partiu o PDS da convicção de que dispõe de maior plantel de políticos conhecidos e, por isso mesmo, quer acabar com o voto de legenda. Pensa que a vinculação total protege os seus interesses eleitorais, confiando no maior prestígio dos deputados e dos vereadores.

Quem se lembra das eleições anteriores com a escolha direta do Presidente da República, sabe perfeitamente que o maior interesse do votante está na escolha pelo voto majoritário; ontem, do presidente, e agora, dos governadores e prefeitos.

O candidato ao governo do Estado é que comandará a escolha do eleitorado, num regime que, durante dezoito anos, procurou fortalecer o poder executivo ampliando-lhe iniciativas até no campo legislativo. Trata-se da autoridade que nomeia, e ninguém pode negar a existência de grande número de votos influenciados por esse fator.

Em 1974 o que garantiu a maioria arenista na Câmara foi a desvinculação de votos, quando o MDB fez mais de dois terços dos senadores. O mesmo se esperava em 1978. Daí a criação da figura esdrúxula do senador “biônico”, a fim de garantir uma precária maioria governista na câmara alta.

Dispondo da oposição de grandes nomes, por mais de um partido, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, em Goiás, em Mato Grosso do Sul e em outros Estados, evidentemente elegerá bancadas federais e estaduais na mesma proporção da vitória obtida por esses candidatos, por meio da vinculação de votos.

Realmente, o PDS só dispõe de um grande nome nacional, que é o do Presidente da República. Ele participará dos comícios, mas não terá o condão de transferir a ninguém o seu prestígio pessoal, pois somente Getúlio Vargas conseguiu isso uma vez, com a eleição do Marechal Dutra. (...)

No mínimo, a vinculação total é faca que tem dois gumes. E, estamos certos de que se provará, em novembro, que ao exigí-la o PDS cometeu um dos maiores erros da sua história.



Com Barbosa Lima Sobrinho, na Comissão de Comunicação da Câmara – 07/06/1983

A DEFESA DA LIBERDADE DE IMPRENSA

07 DE JUNHO DE 1983

SEMINÁRIO LIBERDADE DE IMPRENSA E SEGURANÇA NACIONAL

No seu conjunto, a luta contra a Lei de Imprensa irá conduzir a frutos maduros. É algo que já está se desenvolvendo há muito tempo. Já são frutos possíveis de serem colhidos e, parece-me, estão à nossa mão. Discutir a independência dos meios de comunicação em relação ao poder do Estado é, também, discutir o poder do Estado como um poder democrático. O Estado não democrático, evidentemente, procurará manter o controle de instrumentos estratégicos tão importantes, como são os meios de comunicação.

Acho válida a discussão, tal como está sendo aqui colocada, mas penso que devemos colher algo que esteja maduro. Já estamos fazendo isso há anos. Colhemos a anistia porque ela estava madura para ser colhida e tivemos a revogação do AI-5, que não veio por concessão e, sim, pressão da sociedade.

Na minha visão, o processo de amadurecimento deveria ser mais rápido. Comecei minha vida política com 22 anos de idade, em 1971, sob o período mais violento do regime. Gostaria de estar, na atualidade, debatendo as questões estruturais da sociedade; o regime e o sistema de governo; as relações de produção e as relações entre os homens.

Estou procurando centrar meus esforços nas forças democráticas deste País, nos frutos que estão maduros para serem colhidos. Há, por exemplo, uma realidade que se pode conquistar hoje. O próprio ministro da Justiça, aqui, no início do seminário, declarou certas mudanças. Evidentemente, ainda não é o que queremos, é o que eles querem. E, por enquanto, devemos lutar nessa direção para que as revogações da Lei de Imprensa e da Lei de Segurança sejam feitas.

Acho que esses são frutos que já estão maduros na sociedade brasileira. E aí poderemos, com mais força, com mais vigor, proceder a novos avanços.

16 DE JULHO DE 1983

PALAVRAS DE BARBOSA LIMA SOBRINHO

Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, durante o Seminário Liberdade de Imprensa e Segurança Nacional

É uma grande honra, de fato, ter sido convidado para tomar parte neste seminário, organizado sob os auspícios da Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados.

Na ocasião da chamada anticandidatura de 1974, tive a honra de ser convidado para figurar na chapa ao lado de Ulysses Guimarães e andamos percorrendo 16 Estados da federação. Eu achava que estava cumprindo um dever de jornalista, pois aquela campanha ia servir-nos para abrir brechas na censura prévia que se estava fazendo em todos os jornais.

E, como eles achavam que a apresentação de candidatos da oposição coonestava, de alguma maneira, o regime autoritário, com a campanha estávamos permitindo que, através dos discursos que seriam pronunciados nos comícios, a censura prévia acedesse mais à campanha daqueles candidatos, que não eram candidatos, mas apenas contestadores.

Aliás, sempre fiz questão de proclamar que não me considerava candidato, nem havia nada a disputar naquela ocasião porque as cartas eram marcadas e já estava tudo decidido. Parecia um dever, porém, associar-me àquela campanha, porque seria, de certa maneira, para ampliar as faculdades de constituir a liberdade de imprensa.

Em todos os Estados tínhamos reuniões, alguns comícios, na maioria das vezes em recintos fechados. Só no Rio Grande do Norte tivemos uma surpresa, porque o prestígio de Henrique Eduardo Alves era de tal ordem que reuniu cerca de dez mil pessoas numa praça pública para ouvir os oradores que deveriam se pronunciar naquele momento.

Eu era um desses oradores e tive, aliás, de me apresentar perante o público como o mais antigo dos disputantes de não candidaturas que houve no Brasil, pois Rui Barbosa disputara a Presidência da República em 1919, com “apenas” 69 anos, e eu já estava com 77. De modo que eu era um recordista, em uma campanha também inútil, em que fazia questão de proclamar que estava presente para contestar a marginalização do povo no processo da escolha do Presidente da República.

Tive a impressão até de um espetáculo surrealista, pois apesar de serem dez mil pessoas que se reuniam, não eram eleitores, porque não faziam parte do Colégio Eleitoral. Estávamos diante de pessoas, que iriam falar que não eram candidatos, porque não havia nada a disputar. Nunca vi, no Brasil, nada mais essencialmente surrealista do que aquela cena.

Por isso, quando Henrique Eduardo Alves me convocou para tomar parte neste seminário, exatamente para falar a respeito de um tema que sempre me empolgou, tive a maior honra em atendê-lo, pois, embora tenha exercido alguns cargos públicos, sou essencialmente um jornalista. Os cargos públicos foram passageiros; o jornalismo nunca desapareceu da minha atividade diária.

24 DE ABRIL DE 1984

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE E “DIRETAS JÁ”

Se quisermos sintetizar, num documento, o espírito da Revolução de março de 1964 – cujos raros remanescentes pretendem prorrogar até 1990 a nomeação do Presidente da República – encontraremos seu retrato escrito na emenda constitucional nº 1, de 1969, outorgada ao País por um triunvirato militar.

Os que repudiam esse documento, que há quinze anos infelicitava a Nação, estariam, implicitamente, condenando o movimento que partejou essa Carta – pior do que a de 1937, no seu frustrado sindicalismo e na promessa de eleições nunca realizadas. Foi, evidentemente, o documento que mais contrariou os nossos destinos, que mais espezinhou a liberdade, que mais negou o federalismo e os princípios republicanos.

Entretanto, os quatro candidatos a Presidente da República no seio do partido governamental são unânimes em reconhecer a necessidade de uma reforma constitucional, de uma substituição completa dessa Carta que a nação inteira repudia.

Paulo Maluf reclama novo constitucionalismo, contanto que não se reduza o mandato presidencial de seis anos; Andreazza advoga uma ampla reforma constitucional, como única forma de fortalecimento federativo, que resulte principalmente de uma nova reformulação tributária; Marco Maciel também afirma sua convicção reformista, visando, sobretudo, ao fortalecimento do Poder Legislativo e do sistema representativo; finalmente, Aureliano Chaves indica a Carta de 1967 como inspiradora dessa reforma constitucional, com eleições diretas e amplas e livre participação do Congresso Nacional.

O povo está cansado de totalitarismo e quer ver a nação varrida de seus últimos remanescentes. Os candidatos à Presidência da República sentem isso. Daí porque, sem medir consequências ou temer interpretações malévolas, arremetem contra o símbolo máximo do totalitarismo instituído no País há vinte anos, que se configura nessa Carta de 1969, elaborada sem qualquer audiência do Poder Legislativo, sem qualquer participação do Congresso Nacional e que, mesmo expungida do AI-5, sobrevivendo com fôlego de gato às leis da anistia política e à restauração das eleições diretas para governadores, ainda serve de resguardo a um colégio eleitoral “biônico”.

O povo não quer mais esperar seis anos, após uma provação de 20. Quer eleições diretas já; brado que se ouve nos comícios, nos estádios, nas universidades, nas igrejas – em toda a parte – como a voz quase unânime de toda a consciência nacional.

22 DE FEVEREIRO DE 2012

FOLHA DE S. PAULO: NOVE DÉCADAS DE JORNALISMO

Esta sessão solene, comemorativa dos 90 anos do jornal Folha de S. Paulo, é uma homenagem que se presta não somente ao periódico que aniversaria, mas, também, a toda a imprensa brasileira, pelo relevante papel que cumpre como uma das mais altas expressões da liberdade, da democracia e da cidadania a duras penas conquistadas pelo nosso povo.

De fato, não existe nação em que imperem os direitos humanos, a justiça social, a normalidade política e a estabilidade das instituições sem um jornalismo livre, independente, democrático, mas igualmente responsável, isento, ético, que acolha, em suas páginas, a diferença de opiniões, o debate honesto e o diálogo mutuamente respeitoso.

Este, o sentimento com que a Liderança do PMDB saúda a Folha de S. Paulo pelas nove décadas de existência e de história.

Em 1921, Olival Costa e Pedro Cunha fundaram a Folha da Noite, semente do que hoje se denomina Grupo Folha. Sob a presidência de Epitácio Pessoa, começava o Brasil a viver o processo político que levaria, nove anos depois, à chamada “Revolução de 30”, movimento que poria o governo, até 1945, sob o quase absoluto poder de Getúlio Vargas.

Pelo apoio que dera ao candidato Júlio Prestes, a Folha é depredada e fechada. Volta a circular em 1931, com o nome de Folha da Manhã e dirigida por Alves de Lima, Diógenes de Lemos Azevedo, Guilherme de Almeida e Rubens do Amaral.

Em 1962, Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem o controle do diário e mudam o nome para Folha de S. Paulo, com o que se inicia a mais fértil

e vigorosa fase da existência do órgão. Atualmente, é a Folha um dos maiores e mais importantes jornais da América Latina, o primeiro em língua portuguesa a lançar uma edição na Internet, diariamente lida por milhões de pessoas no mundo inteiro.

Entre os grandes jornalistas que passaram pela redação, apenas para nominar um, e pela editoria da Folha de S. Paulo, recorde-se a extraordinária figura de Cláudio Abramo, profissional que, pela nobreza humana e pelo brilho da inteligência, enriqueceu a cultura e fez mais respeitável a imprensa brasileira.

Hoje, sob a presidência de Luiz Frias e a direção editorial de Otávio Frias Filho, o jornal reúne uma brilhante equipe de repórteres, redatores, colunistas, articulistas, colaboradores e ilustradores, que diariamente levam ao público a informação correta, a análise substancial e a opinião sensata.

Como a política – e, de resto, o conjunto das ações humanas –, é o jornalismo sujeito a erros e enganos, que a ele mesmo cabe reconhecer e corrigir. Como disse Dom Pedro II, com lucidez e sabedoria, “os males da imprensa curam-se com a própria imprensa”, ao que acrescentamos, finalizando, o que declarou, com a autoridade que lhe dera a amargura da experiência, nosso querido colega Ibsen Pinheiro: “Mau jornalismo se combate com bom jornalismo”.

Por maiores que sejam as imperfeições que se associem aos meios de comunicação – aos jornais, particularmente –, é imperioso que defendamos, em todo lugar e, em todo momento, a liberdade de expressão, que se constitui, no belo conceito do ministro Carlos Ayres Britto, na maior expressão da liberdade. Sem ela, escancaram-se as portas para a ditadura e o arbítrio, a opressão e a violência, a corrupção e o roubo, a prepotência e a farsa, a mentira e o engodo.

Por assim pensar, a Liderança do PMDB saúda a Folha de S. Paulo pelos 90 anos que comemora, engrandecida pelo respeito do público e pela confiança de seus milhares de leitores.

Nossos cumprimentos a seus diretores e funcionários que, ontem como hoje, trabalham para que seja a Folha o que diariamente se lê no alto de sua primeira página: “Um jornal a serviço do Brasil”.



Plenário da Câmara dos Deputados – 25/04/2012

COMPROMISSO COM O PODER LEGISLATIVO

A Câmara dos Deputados é minha Casa. Foi onde dei os primeiros passos na vida política, onde cresci e amadureci como cidadão e representante do povo brasileiro. Tenho 42 anos como deputado federal. Já fui membro da Mesa Diretora, presidente de diversas comissões, líder de partido várias vezes. Apresentei centenas de projetos, relatei outros tantos. Já perdi a conta do número de vezes que subi à tribuna para discursar e debater.

Tive na Câmara alguns dos momentos mais felizes e importantes da minha existência. Dediquei à política alguns dos melhores anos de minha vida, a maioria deles.

Aprendi a valorizar a liberdade e a democracia e me tornei defensor intransigente do legislativo e dos legisladores.

RESTAURAÇÃO DOS PODERES DO CONGRESSO

As duas Casas do Congresso estão tão interessadas na restauração das franquias parlamentares e da competência legislativa ordinária da Câmara e do Senado, segundo o modelo anterior à Constituição de 1967 e emendas subsequentes, que nunca uma proposta de emenda à Constituição alcançou tão eloquente apoio, nos dois plenários, como a elaborada pelo Presidente Flávio Marcílio.

Realmente, alguns setores menos tolerantes do governo consideravam inconveniente para o Executivo renunciar ao campo conquistado por outorga constitucional, principalmente, preferindo-se o sistema dos decretos-leis *ad referendum* e das aprovações de matéria de iniciativa presidencial por decurso de prazo.

Daí o substitutivo da Maioria, rejeitado na Comissão Mista, o que levou a bancada do governo à negativa de quórum à proposta, sob a promessa de que seria elaborada outra proposição restauradora das prerrogativas do Congresso. Continuamos a aguardar essa providência.

Nunca nenhuma proposição foi tão maduramente estudada nas duas Casas do Congresso e, durante quase um ano, esmiuçada em todos os detalhes, principalmente pelos representantes da Maioria. Donde se conclui que, praticamente, não há mais o que estudar. Assim, em um dia, dois, no máximo, considerada a necessidade de confecção de meia dúzia de minutas sucessivas, estaria concluída a tarefa e redigida a nova proposta.

Mas o Executivo não tem pressa em renunciar ao mínimo de poderes conquistados à custa do Parlamento, nem a maioria governamental parece hoje, mais do que ontem, interessada nessa restauração, que é um caminho infranqueável, para o restabelecimento, no País, do Estado Democrático de Direito, com o qual se afirma compromissado o Presidente da República.

Os dois obstáculos da proposição do Presidente da Câmara, declarados na oportunidade como impedientes à aprovação da proposta, se configuravam na redação dada à matéria relativa à inviolabilidade parlamentar e na supressão do decurso de prazo como aprovação tácita de projetos governamentais.

Se se pretende a permanência da ressalva dos crimes contra a honra – injúria, difamação e calúnia – eliminando-se, no entanto, a referência aos crimes contra a segurança nacional, não será necessário especial talento de legislador para conformar o projeto aos objetivos da maioria. Quanto ao decurso de prazo, para atendimento à objeção, bastaria suprimir o artigo referente à matéria.

Tudo indica, no entanto, que o desejo real do governo e dos seus representantes nesta Casa era mesmo o de continuar o Executivo com os poderes que herdou de uma Constituição e de duas emendas anteriores, reduzido o Congresso à vassalagem, mesmo em matéria legiferante.

Não nos devemos cansar de cobrar a promessa, anunciada desde quando o líder da Maioria no Senado começou a torpedear a proposta apoiada por mais de dois terços das duas Casas do Congresso. A luta não deve cessar. (...) Em matéria de poderes, não é fácil a renúncia para quem os exerce discricionariamente.

Continuemos cobrando a promessa, a fim de que o povo permaneça advertido de que tem sido um engodo a escalada democrática, um simples compromisso pessoal do Presidente da República.

25 DE AGOSTO DE 1981

TANCREDO E A CONCILIAÇÃO NACIONAL

Numa clara e corajosa entrevista à imprensa, o Senador Tancredo Neves, Presidente do Partido Popular, dá uma resposta, imediata e ao pé da letra, à última proposta de mão estendida do Presidente João Figueiredo, feita em Bagé, no Rio Grande do Sul. Decerto, somos um partido de oposição, que, como toda a agremiação partidária, ambiciona conquistar o poder, pelo caminho das urnas. Mas isso não significa que devemos assumir posição de total intransigência, diante da crise que avassala o País, econômica, social e institucionalmente.

À primeira vista, parece mais grave a crise econômico-financeira, quando continuamos com um balanço de pagamento deficitário, com a maior dívida externa de todos os tempos e, já agora, com a quase confissão de insolvabilidade da Previdência Social.

Decerto a crise é uma só, sob o tríplice aspecto assinalado pelo presidente do nosso partido, mas, bem maior que a nossa dívida externa, é a dívida social do País, com o crescimento do desemprego, como sintoma de recessão, sem condições dos diversos setores da produção atender a um e meio milhão de jovens que ingressam no mercado de trabalho anualmente.

Vale salientar, daquela entrevista que vem merecendo a mais ampla repercussão nos meios políticos, a posição de completa neutralidade em que se coloca o Senador Tancredo Neves, no que tange ao julgamento dos seus contemporâneos, sem ressentimentos, informado pura e exclusivamente pelo desejo de servir à verdade, abrindo, para um entendimento, a perspectiva amplíssima da restauração democrática, por via de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Ele não quis emprazá-la, não lhe marcou limites no tempo, mas depreende-se de suas declarações, que a próxima representação nacional, a ser eleita em novembro do próximo ano, teria poderes os mais amplos para reformular a Carta em vigor, talvez respeitados apenas os dois postulados que sempre limitaram o poder de reforma, quando não outorgada: a Federação e a República. Somente a Carta de 1937, outorgada, atingiu o nosso federalismo, embora continuasse a existência dos Estados, administrado por delegados do poder central, como os municípios eram governados por prefeitos nomeados. Houve exceção ao federalismo, mas o regime era republicano.

Abre, assim, o chefe do PP, uma perspectiva ao País, acenando com a convocação da soberania nacional, para decidir sobre a sorte do regime. Mas não alarga desentendimentos. Falando sobre a participação militar no governo, salienta que não é uma opção política, mas tem sido uma constante de nossa formação ideológica. Desde o Império houve intervenções militares na política, ditadas por situações de crise. Mas isso pode ser relegado ao passado, apelando-se para a manifestação da soberania popular e transformando uma Constituinte no estuário para que afluam as melhores conquistas do liberalismo e do que de melhor tenha sido trazido pelo socialismo, um regime de centro-esquerda, que o Brasil reclama.

EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO ABERTAS AO CAPITAL ESTRANGEIRO

Quero apenas registrar, depois de tudo o que aqui foi dito, tanto na votação em primeiro turno como nos encaminhamentos de hoje, que chegamos ao final de um longo trabalho que durou anos. Transcorreu desde a apresentação das emendas dos companheiros Aloysio Nunes Ferreira e Laprovita Vieira, até a instalação da comissão especial que estudou a matéria por vários meses, realizando debates e audiências públicas, ouvindo durante horas e horas todos os interessados.

Todos os agentes envolvidos no processo, desde os empresários proprietários das empresas até os trabalhadores – representados por sindicatos, entidades e associações – tiveram a oportunidade de explicitar suas posições, o que permitiu uma votação consensual na comissão especial e no primeiro turno em plenário.

Agradeço a colaboração de todos os líderes partidários que se esforçaram para melhorar a proposta original, dando a ela um caráter cada vez mais objetivo em defesa dos interesses do País e promovendo aquilo que todos os outros países já fizeram no setor da comunicação. Tivemos uma tarde e uma noite históricas nesta Casa. Unir em torno de matéria dessa importância, de repercussão dentro e fora do País, todos os segmentos envolvidos, todos os atores do processo, todos os partidos, com a respeitosa exceção do PDT, é um feito histórico do Poder Legislativo.

Ao encerrar, quero associar-me, por coerência e compromisso, à instalação do Conselho Nacional de Comunicação Social, lembrando que a lei que criou o Conselho está em vigor desde 30 de dezembro de 1991. A sua composição é de 13 representantes. As entidades ANERJ, ANJ e ABERT me autorizaram a transmitir a esta Casa que estão prontas, assim que forem provocadas pelo Congresso Nacional, a indicar seus representantes e a cumprir a sua parte na instalação desse órgão. Reafirmo, portanto, nossa palavra em favor da instalação urgente do Conselho, outro avanço para o segmento da comunicação.

Encerro parabenizando a Casa por esta votação histórica para a democracia brasileira.

A IMPORTÂNCIA DO PARLAMENTO PARA A VIDA POLÍTICA NACIONAL

Conferindo-me o nono mandato de deputado federal, o que me torna o decano da Casa e, por isso, Presidente das sessões preparatórias da Sessão Legislativa que se inicia, permitiu-me o generoso povo do Rio Grande do Norte poder acolher com fraterna e entusiástica saudação democrática as Sras. deputadas e os Srs. deputados eleitos para a nova legislatura.

Vive o País talvez o momento mais intenso de sôfrega busca por progresso e justiça, marcados os tempos atuais pelo signo da esperança – uma ardente esperança tecida nas almas e nos corações dos brasileiros como confiança e rebeldia –, consciência do significado do Brasil no contexto das nações e cada vez mais intensa revolta pelas infames marcas da injustiça social, com a qual temos sido constrangidos a conviver.

Ao assumir o mandato que o povo nos outorgou, dá-me o regimento a grata e grave oportunidade de poder testemunhar a imensa importância deste Parlamento no processo político nacional.

Testemunho, a grandeza desta Casa, pois aqui cheguei em 1971, em plena vigência dos instrumentos de arbítrio, pesadas trevas encobrindo o futuro, a cujo encontro caminhávamos trôpega e tormentosamente.

A Câmara dos Deputados foi luz naquelas noites, atraindo, como indomável força da natural ordem política, as expectativas reprimidas dos brasileiros. Luz e voz, como a de Ulysses Guimarães, a clamar: “Navegar é preciso!”, eco legítimo da voz dos que, excluídos injustamente da prosperidade nacional, se agarravam à esperança como arma de liberdade.

Esta Casa conviveu com esses tempos difíceis, acolhendo neste plenário os que protestaram e também os que apoiaram, mas todos por convicção íntima de estarem no melhor caminho.

E assim foi por ser este Poder o fiel espelho da sociedade, uma sociedade forte que supera aqui as ideias mais retrógradas. Aqui as posições mais acomodadas são vencidas e convencidas, guiadas pelo estímulo irresistível dos anseios populares, cada vez mais presentes, sensíveis e atuantes.

A Câmara dos Deputados é mesmo o grande encontro das contradições, aparente paradoxo, uma realidade política que a torna instituição ímpar da República.

Neste plenário, nas comissões, nas reuniões dos líderes, em nossos gabinetes e até nos corredores, o debate nunca é estéril. O calor da discussão jamais se amorna na inutilidade, nem a divergência impede que se espalhem sementes de novas ideias no solo fértil da convivência patriótica e da convergência de espírito público, como de nós espera o povo brasileiro.

Foi assim que vi. Foi com isso que convivi nesses 32 anos de exercício do mandato parlamentar nesta Casa. Se alguns poucos desertaram do dever, outros, muitos outros, foram heróis e até mártires, quer persistindo, quer convertendo o próprio pensamento para render-se não à indiferença, mas aos reais sentimentos populares.

Agora, quando o novo nome da liberdade é esperança, talvez mais agudamente áspero seja o desafio que temos de enfrentar. Em momentos históricos já vividos, o embate dividia brasileiros, alguns iludidos pelas vãs promessas do autoritarismo fanático, outros convictos de que o desenvolvimento e a paz têm uma só trilha para um só destino: a democracia.

A Câmara dos Deputados irmanou a todos com seus acertos, erros, virtudes e carências, e as crônicas registraram ter sido aqui o esperançoso berço das Diretas Já, da Anistia, da superação política do Colégio Eleitoral, da convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Nos dias que correm, a luta é entre a ordem internacional perversa, que esgarça fronteiras, escarnece das soberanias com a força volátil do dinheiro e não constringe sequer a repugnante ameaça militar à paz do mundo.

Esta Casa sabe que a esperança, embora nascida em sonhos, pode morrer em frustrações. E esse processo de perda só tem passos de recuo, de fuga para o medo, de subserviência, de perda da independência, de submissão e de fim da nacionalidade.

É grave, portanto, este momento histórico. Por isso, ao nos prepararmos para prestar o compromisso regimental, façamos todos nós profissão pública de que a Câmara dos Deputados não foge ao novo repto, mas entrega-se como coobrigada na defesa das expectativas do povo, alia-se a ele, e não vai assistir a seus anseios passarem em vão, pois é avalista de suas esperanças.

Que Deus abençoe o nosso trabalho.

INFLUÊNCIA ECONÔMICA NAS ELEIÇÕES E REFORMA POLÍTICA

Assomo a esta tribuna com duas graves responsabilidades. A primeira – a maior – a que me honra profundamente, é a de poder aqui interpretar o sentimento do maior partido desta Casa, com 93 deputados, um partido de uma longa história que a Nação conhece. A outra, também profundamente honrosa, é a de estar falando aqui o detentor de dez mandatos consecutivos nesta Casa.

O primeiro eu assumi na década de 70; o último, após a eleição ocorrida recentemente. E consegui todos esses dez mandatos, sem exceção, por meio de um único partido, o meu querido PMDB. Eu posso ser, não o discurso, mas o exemplo vivo da fidelidade partidária. (...)

Sou de um tempo em que se elegiam deputados porque eram ou do MDB ou da ARENA. Já se saía com metade dos votos, segurando a bandeira do partido e pregando as ideias dele, fosse MDB ou ARENA. Quando acabou o bipartidarismo e veio o pluripartidarismo, lideranças começaram a se destacar diante da fragilidade dos partidos novos. Eram homens, eram líderes.

Nos tempos atuais, o poder econômico – o poder do dinheiro, o poder da força – sobrepõe-se à vontade partidária, ao voto dado ao deputado eleito. Lamento, renego, rejeito isso. O que prevalece não é mais o partido, nem o nome, nem a bandeira, nem a liderança. (...)

Defendo com intransigência o voto partidário na lista fechada pura. Seria o ideal, mas não o conseguimos. Não vamos querer ser mais realistas do que o rei. Vamos tentar o possível, como é próprio do processo político brasileiro: avançar, dar o primeiro passo e sair do imobilismo. Não aceitar passivamente eleição comprometida pela corrupção, pelo poder econômico, pelo poder do dinheiro, na qual, cada vez mais, os partidos valem menos e o dinheiro vale mais.

Quero defender publicamente – e o meu Estado está me vendo, está me ouvindo, vai me julgar – o financiamento público de campanha para que possamos ter igualdade na disputa. O financiamento público de campanha para a disputa principal, que é a eleição majoritária, de governador e de presidente. É a eleição

fundamental. Isso é uma tranquilidade para a democracia; é uma certeza quanto ao respeito ao voto; é uma garantia para o cidadão e para a cidadania. Mas, se parece não ser possível, vamos deixar de fazê-lo? Vamos recolher as armas? Vamos para casa e deixar as coisas como estão – as denúncias, os questionamentos, as acusações, a falta de vergonha, de compostura, de dignidade? Até quando? Não aceito! Posso afirmar isso, pela minha história.

Eu venho aqui pedir, de público, ao meu partido, o PMDB e a cada um a quem eu possa, nesta hora, expor as vísceras, as entranhas, esses sentimentos, pela consciência profundamente partidária, o voto em lista possível – 50% – para que logo mais, com o amadurecimento da ideia e sua comprovação nas urnas, venha a chegar aos 100% do voto partidário.

Deixo, humildemente, essa convocação. Peço a cada companheiro do PMDB o voto claro; aberto; assumido; revelado. O voto pela lista e pelo financiamento; o voto partidário; o voto pelo critério seletivo de partido. Eu confio no meu PMDB e confio no Congresso Nacional.

02 DE FEVEREIRO DE 2009

ALERTA AOS DEPUTADOS: TRAIÇÃO NÃO É A MARCA DO PARLAMENTO

É com a autoridade de dez mandatos, com essa história assim registrada, que venho dizer: hoje há de ser o dia desta instituição! Hoje, quero sair daqui, bater no peito e poder dizer: voltei a ser deputado do meu Estado, voltei a ser deputado do meu País, porque naquela Casa se respeitaram os partidos, as lideranças, o voto consciente, a consciência partidária! Nós, hoje, aqui, vamos enterrar a traição, que não pode ser a pecha desta Casa, que deve se reerguer para a sociedade brasileira!

Senti tristeza ao chegar aqui hoje pela manhã e ser entrevistado por um jornalista, que me perguntava: “Quantos votos de traição o senhor contabiliza?” Eu olhei para ele, jovem ainda, e disse: “Meu filho, não me faça essa pergunta. A traição não é a marca desta Casa, não pode ser o retrato desta Casa. O retrato desta Casa há de ser, a partir de hoje, o voto da fidelidade, do respeito aos partidos, da consciência parlamentar”.

Por isso, trago este apelo e agora falo pelo PMDB. Não sei se vou agradar ou desagradar. O Deputado Michel Temer pode até perder um voto ou outro. Mas eu quero aqui a clareza, a transparência, a coerência. Eu quero me orgulhar ao aqui subir e daqui descer, pois vou declarar o meu voto, vou pedir votos e vou radicalizar o voto do PMDB – o voto que será o voto dos partidos.

E venho aqui nominar, um a um, os candidatos dos 95 Deputados Federais do meu partido, o PMDB: Presidente, Michel Temer; 1º Vice-Presidente, Marco Maia; 2º Vice-Presidente, Vic Pires Franco; 1º Secretário, Rafael Guerra; 2º Secretário, Inocêncio Oliveira; 3º Secretário, Odair Cunha; 4º Secretário, Nelson Marquezelli; 1º Suplente, Giovanni Queiroz; 2º Suplente, Leandro Sampaio; 3º Suplente, Marcelo Ortiz. Estes terão o voto declarado, assumido, porque é assim que queremos esta Casa: aberta e transparente.

Meu querido Michel Temer, aqui e acolá me espantava quando as pessoas diziam: “Mas Michel é tímido, é cerimonioso”. Bendito homem público aquele de quem, após a sua história e a sua vida, podem falar apenas sobre sua timidez ou seu aspecto profundamente educado! Feliz Michel Temer, que chega à Presidência desta Casa pela terceira vez, após ter presidido todos os deputados e todas as deputadas por dois mandatos, e contra o qual não há nenhuma palavra, nenhuma acusação, nenhum desrespeito! É um orgulho não só para esta Casa, mas para o País, ter um homem público da qualidade do Deputado Federal Michel Temer, que será Presidente desta Casa de novo! (...)

Como palavra final ao meu partido, eu quero dizer que não há ninguém aqui mais radical pelo PMDB do que eu. Ninguém! É a minha história! É a minha vida! Pois quero dizer ao meu partido: vamos ter a humildade, agora e depois, de reconhecer que a candidatura Michel Temer se tornou muito maior do que o PMDB.

A caminhada começou com o PMDB e com um parceiro leal, o PT. Mas, ao longo dela, até chegar aqui, quantos vieram? A bandeira do PMDB, hoje, se mistura em igual tamanho às bandeiras dos demais partidos. Há gratidão, reconhecimento. O PMDB diz, hoje, aos 14 partidos: “Somos iguais. Não há ninguém maior nem menor; melhor nem pior. Esta Casa não vai ser comandada pelo PMDB. Esta Casa vai ser comandada pelos deputados, pelas deputadas, pelos partidos”.

Volto a dizer, ao encerrar, que estou há 40 anos nesta Casa. São dez mandatos consecutivos. E vou sair desta Casa hoje dizendo: foi o dia da instituição! Voltei a ser, com orgulho, deputado do Rio Grande do Norte, deputado do Brasil!



28 DE MARÇO DE 2012

REBATE CRÍTICAS DA IMPRENSA E ACUSAÇÕES DE FISIOLOGIA

Eu pensei muito se viria, ou não, assomar a esta tribuna nesta oportunidade. Afinal de contas, seria mais uma exposição. (...) Então raciocinei: tenho que me expor; eu tenho esse dever porque não posso permanecer calado, ao abrir jornais, revistas e redes sociais, e testemunhar, todos os dias, uma tentativa irresponsável de silenciar esta Casa; emparelhá-la e criticá-la de forma contundente, até porque esse filme eu já vi no passado.

Eu já assisti esta Casa sem alegria, sem pujança, a vi apequenada; um plenário que não se ouvia; uma voz que não se libertava; uma imprensa que não escrevia nem falava. Esse filme, Presidente Marco Maia, eu não quero nunca mais assistir. Portanto, eu quero em nome desta Casa fazer esse desabafo.

Sobre a questão das emendas eu confesso: não aguento mais ouvir falar. Emenda integra a lei orçamentária e é direito nosso. É a reivindicação que nós trazemos das nossas bases, dos nossos rincões. São recursos para pequenas obras para a comunidade, uma barragem, uma escola, uma “passagem molhada”. (...)

Deputado é também interlocutor das suas bases, das suas comunidades, dos seus assentamentos, das suas cidades, para fazer chegar aqui um pleito, uma carência, uma angústia, um grito. (...)

Quando lutamos por cargos exercemos, também, um direito. Não é o pejorativo “toma lá, dá cá”. Queremos ser sócios da gestão e trazer pessoas competentes. Que se imponham critérios. Que se fiscalizem condutas. Indicar nomes por parte dos partidos que lutaram, enfrentaram, venceram e ganharam uma eleição é, portanto, legítimo aqui, nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra ou em qualquer lugar. Mas, de repente, em relação a esta Casa, virou fisiologismo. (...)

Qual é o projeto que chega a esta Casa e qual é a medida provisória que entra por estes corredores que não saem 30%, 40%, 60% aperfeiçoados? (...) São propostas enviadas para beneficiar o povo brasileiro, como a criação da Comissão da Verdade, um pleito da sociedade livre; o SuperSimples; a Ficha Limpa; a PEC da Cultura; o Programa Minha Casa, Minha Vida, que relatei. O governo só inseriu municípios com mais de 50 mil habitantes na proposta e eu disse: “Não, vamos incluir todos para evitar a migração e o inchaço das cidades e das regiões metropolitanas”. E nós aprovamos o projeto. (...)

O PMDB eu cito como exemplo; esta bancada que me orgulha. Mais de 20 deputados, Presidente Marco Maia, não votaram na minha candidata, a Presidenta Dilma. Mas quando chegou a hora de pensar no Brasil, na política de valorização do salário mínimo, essa bancada deu 100% dos votos para a aprovação de uma questão de interesse nacional. (...)

Depois que não votamos a Lei da Copa na quarta-feira passada, a manchete era uma só: “O líder do PMDB obstruiu, derrotou o governo; vamos perder a Copa”. Que irresponsabilidade! (...) Nós não permitimos a votação naquele momento porque não havia entendimento e consenso. (...)

Este é o Parlamento, que é o canal mais legítimo da manifestação popular. Eu apelo aos que concordam e aos que discordam – e isso faz parte da controvérsia democrática – não agridam tanto um Poder que é o fiador da democracia. Não agridam tanto um Poder que é o responsável maior pelas liberdades públicas. Não agridam tanto um Poder que é o maior responsável pela representatividade popular. (...)

Vou encerrar com esta frase: Não é toma lá, dá cá; é respeito cá e respeito em todo o lugar.

ENRIQUE
VICE ROSARIO

15

HENRIQUE
PREFEITO

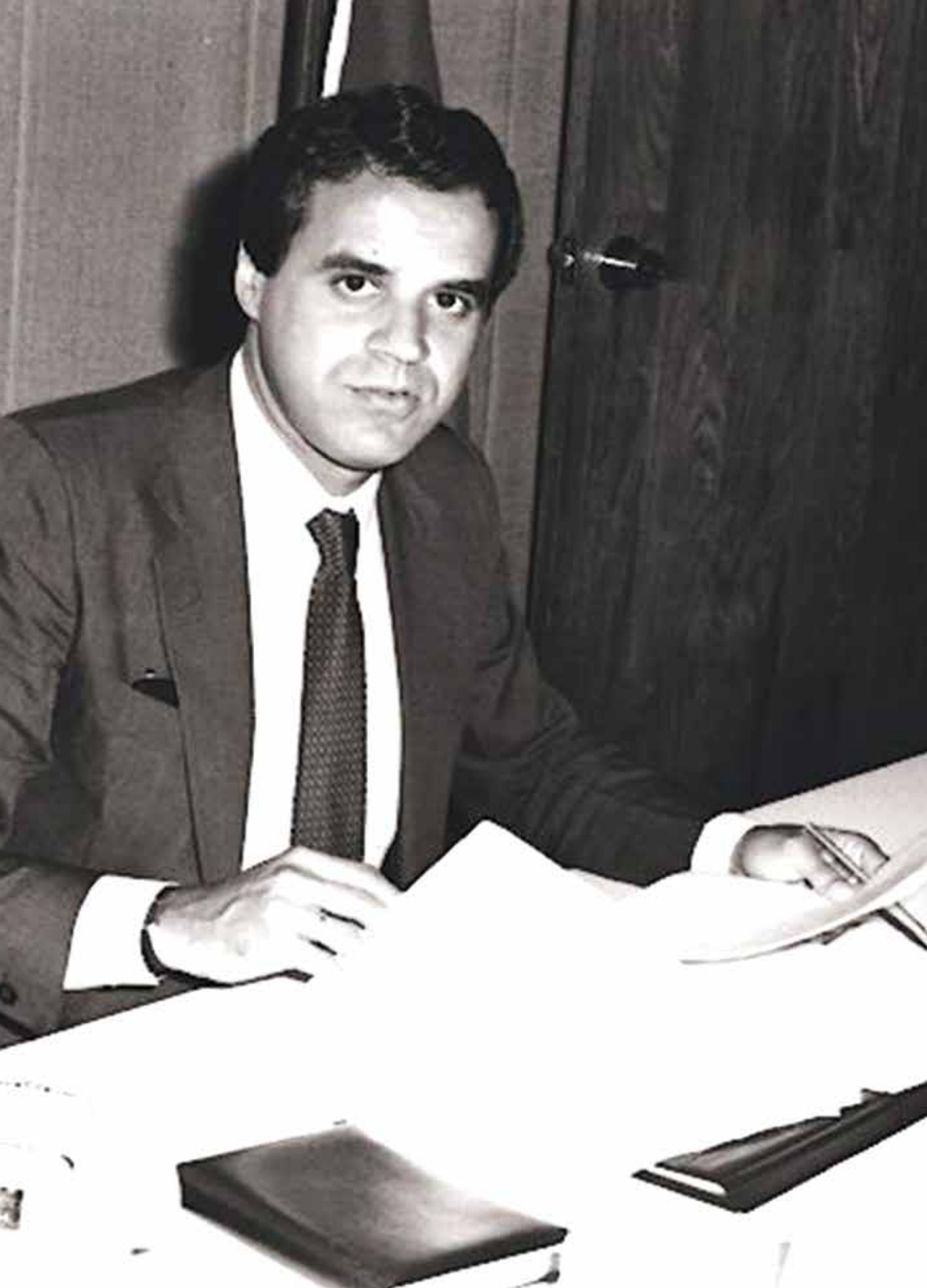
ENRIQUE

irmão De los irmão De los



MIRIQUE 15
VICE ROSARIO

O CA



AMOR E RESPEITO ÀS ORIGENS: O RIO GRANDE DO NORTE E O NORDESTE

2

O RIO GRANDE DO NORTE

Nunca reneguei minhas origens, minha terra e meu povo. Desde o primeiro dia de mandato, defendi, com vigor, em centenas de pronunciamentos na Câmara e pelo País afora, a melhoria das condições de vida dos potiguares. Discurssei a favor da indústria salineira, do algodão, do nosso polo têxtil. Articulei pelo repasse de verbas federais ao Estado e aos municípios, mesmo quando eram governados por nossos adversários políticos.

Como deputado federal, trabalho de olho nos problemas do Brasil como um todo, mas sem me esquecer um minuto do Nordeste, do Rio Grande do Norte e da minha gente. Na década de 70, saudei em discurso as primeiras descobertas de petróleo no Rio Grande do Norte. Como meu pai, defendi a transposição das águas do São Francisco, políticas coerentes de combate às secas e investimentos para reduzir o abismo que separa a região do restante do País.

Pessoalmente, em 2011, como relator do projeto dos *royalties* do Pré-sal, propus e defendi o aumento da participação do nosso Estado nos resultados financeiros da extração do petróleo.

Sou incansável na luta para tornar realidade o aeroporto internacional de São Gonçalo do Amarante, pela construção da arena esportiva de Natal e para fazer de nossa capital uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.



Com meu pai, Aluizio Alves





Com eleitores, na campanha de 2010

02 DE ABRIL DE 1971

DOM EUGÊNIO SALES NA ARQUIDIOCESE DA GUANABARA

Pode parecer estranho que a transferência do Arcebispo Eugênio Sales da Arquidiocese da Bahia para a Guanabara, deva ser objeto de um registro nesta Casa. Afinal, não há diferença formal entre as duas eminentes posições eclesiásticas. Mas, quem leu no *Jornal do Brasil* do dia 30 último declarações daquele prelado deve ter registrado parte do diálogo de S. Exa. Revm^a. com o Santo Padre: ao ouvir o apelo de Dom Eugênio para permanecer em Salvador, o Chefe da Igreja disse-lhe da necessidade de ir dirigir a “arquidiocese mais importante do País, coração do Brasil”.

Eis, pois, a nossa razão. A mesma razão que inspirou o Santo Padre.

A Guanabara é um centro tradicional e vivo da realidade brasileira. Além de seus problemas econômicos, sociais e políticos, reflete também as dificuldades, os clamores, os sentimentos, os apelos de toda a Nação.

A presença de Dom Eugênio nessa posição dá à voz da Igreja ressonâncias mais profundas e tão necessárias nesta hora de terríveis equívocos, de opções dramáticas, de desencontros lamentáveis.

Vindo do Nordeste sofrido, onde realizou uma obra admirável no campo social e no ambiente agrário, agindo sempre com lucidez e com coragem, Dom Eugênio tem hoje para enfrentar novas e mais difíceis responsabilidades. São outras experiências como as relações internacionais, a convivência permanente com a Santa Sé e as relações sempre ativas e claras com o poder temporal.

Por isso, ao congratular-me com Sua Ex. Revm^a. e com o povo cristão da Guanabara pela alta e oportuna escolha, saudando o filho ilustre do Rio Grande do Norte e, como seu representante, creio não encontrar melhor meio de fazê-lo desta tribuna do que relembrando as primeiras palavras do novo Arcebispo da Guanabara e Cardeal da Igreja Católica:

“Sou partidário da conciliação dentro da justiça. Firmeza nas afirmações, mas sem agredir. Respeito as opções dos outros, mas, para mim o que resolve é o Evangelho e dele não me afasto. Sou favorável à promoção integral do homem bem como as transformações profundas na sociedade, pois não é justo poucos possuírem quase tudo. É, pois, de nosso dever estimular que se façam as devidas correções.”

Apenas este o nosso registro. A nossa alegria e a nossa confiança, que acredito sejam de todo o povo brasileiro.

04 DE OUTUBRO DE 1971

BARRAGEM DE SÃO PAULO DO POTENGI

Trazemos a esta Casa, nesta tarde, uma reivindicação do nosso Estado que já enfrenta, normalmente, crises e sérias dificuldades, pela pobreza do seu povo, pela carência de recursos dos órgãos municipais e estaduais. E, daí, está sempre a reivindicar a colaboração necessária do governo federal.



Com eleitores, na campanha de 2010

Dirigimo-nos ao Ministério do Interior, através de seus departamentos especializados de estudos e execução, para que dedique a sua atenção ao problema da construção de uma barragem no rio Potengi, nas proximidades do município de São Paulo do Potengi. E é bom que se diga que essa obra foi estudada pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) há mais de oito anos; foi feito o levantamento da bacia hidrográfica, bem como a perfuração do solo para a localização da citada obra. No entanto, todos esses anos se passaram sem que uma medida efetiva fosse tomada.

A importância dessa obra é evidente. O fornecimento de água para a cidade de São Paulo do Potengi resultaria na irrigação de todo o vale do grande rio. As terras seriam devidamente preparadas com a abundância de água, o que ocasionaria um desenvolvimento significativo de suas plantações, tirando do marasmo e do desencanto milhares de famílias que habitam a região. Homens que abandonam os campos que não produzem, permitindo que a principal cultura de nosso Estado – o algodão – e outras plantações necessárias até mesmo para a sobrevivência humana, dissipem-se a cada ano. E, sem trabalho, sem produção, sem sustento, o desespero se apodera de cada um. E fogem, partindo sem saber para onde vão, nem se chegarão a algum lugar.

Por causa da realidade dessa região sofrida e abandonada é que apresentamos esta reivindicação, no sentido de que se dê andamento aos estudos feitos há oito anos e que se parta para a construção da barragem, no ponto já determinado pelas pesquisas – a localidade de Campo Grande, no município de São Paulo do Potengi.

Demonstrando a preocupação com esse problema, apresentamos uma emenda ao Orçamento da União para o próximo ano, destinada a fornecer recursos para a construção da barragem. Aguardamos, pois, a decisão do Executivo. Confio na aceitação da emenda. Fica aqui formulado o nosso apelo ao Ministério do Interior. Confiamos na sensibilidade dos órgãos dirigentes que devem entender que já temos os estudos necessários. O que falta é a execução.

04 DE DEZEMBRO DE 1973

AGÊNCIA DA CEF PARA CAICÓ

Desconheço os critérios adotados pela Caixa Econômica Federal na política de ampliação do número de agências no interior dos Estados nordestinos e, principalmente, no Rio Grande do Norte. Entendo, contudo, que deveriam ter prioridade os municípios que apresentam maiores índices industriais e comerciais, possibilitando, assim, àquele estabelecimento de crédito um mercado financeiro em pleno desenvolvimento.

Ainda recentemente, foi inaugurada uma agência no município de Mossoró, que vem prestando reais serviços à economia daquela cidade e de inúmeras localidades limítrofes. Todavia, o município de Caicó, o segundo do Estado, reivindica com justiça a instalação de uma agência da Caixa Econômica Federal para atender sua indústria e seu comércio.

A medida, além de um elevado sentido econômico, teria também alto aspecto social, pois atingiria as cidades de Jucurutu, Serra Negra do Norte, Jardim de Piranhas, Timbaúba dos Batistas e Várzea, esta no Estado da Paraíba.

O Município de Caicó, segundo o Censo de 1970, conta com cerca de 37 mil habitantes, e a sua economia florescente baseia-se principalmente na pecuária, nos estabelecimentos de beneficiamento, nas indústrias de transformação, na pesca, na extração de minérios e na produção de leite. Já estão operando naquele município o

Banco do Brasil e o Banco do Rio Grande do Norte, ambos apresentando substancial movimento e dando uma contribuição inestimável aos produtores da região.

Para que os nobres colegas tenham uma ideia do movimento industrial e comercial de Caicó, basta assinalar que a cidade conta com três usinas de beneficiamento de algodão; quatro de óleos vegetais; três de sabão; três de beneficiamento de arroz; duas de café; cinco fábricas de calçados; três de esquadrias de madeira; três de móveis de ferro e tantas outras de menor porte.

A reivindicação é, pois, das mais justas, porque trará para o município de Caicó um novo impulso à sua economia e um novo alento aos seus habitantes, beneficiários diretos do progresso.

07 DE MAIO DE 1973

TRANSPORTE AÉREO NO ESTADO

Em discurso nesta tribuna, ainda na legislatura passada, fazíamos sentir a necessidade da implantação de uma linha regular de aviões comerciais para Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Sabemos ser propósito do governo a dinamização do transporte aéreo, através da utilização de aparelhos de pequeno porte, inclusive de fabricação nacional, como é o caso dos modelos Bandeirantes. O uso desses aviões, de tipo bastante econômico, é plenamente justificável, para ligar cidades do interior de vida social e econômica intensas.

Na realidade, Mossoró é polo de desenvolvimento de grande região do Rio Grande do Norte, além de extensa área do Ceará. Seu comércio, inclusive exportador, canaliza a produção de óleos vegetais, couros e peles, algodão, minerais e sal de toda a Zona Oeste do Estado. Não há muito tempo, foi ali instalada uma fábrica de cimento de grandes proporções. E, recentemente, uma importante indústria de confecções entrou em funcionamento, ativando, ainda mais, o parque fabril da cidade.

Mossoró já contou com escalas de voos comerciais. Dispõe, mesmo, de boa pista de pouso e estação de passageiros em condições favoráveis.

Por essas razões, estamos renovando ao ministro da Aeronáutica o apelo da população de Mossoró, para que autorize a implantação de linha de aviões de carreira para aquela cidade. Interligar cidades do interior por meio de pequenos aviões é programa que merece todo o nosso aplauso, e, dentro de tal esquema, Mossoró deve ser uma das primeiras cidades beneficiadas.

04 DE DEZEMBRO DE 1973

LAMENTA A PENÚRIA DO POVO

É difícil descrever a situação que hoje caracteriza o Rio Grande do Norte, sob o abandono de um governo incompetente e arrogante. Fácil é para qualquer um compreender a facilidade com que os homens guindados ao poder como que brindados pela sorte numa espécie de amigo oculto tornam-se vítimas da arrogância. Nenhum compromisso foi por eles assumido com o Estado e o povo cujo governo lhes foi entregue. Apanhados de surpresa, mesmo que tal o quisessem, difícil lhes seria se assenhorear dos assuntos do Estado e muito menos da dura realidade vivida pelas populações locais.

O permanente contato com o meu Estado e a gente potiguar me deixa preocupado ao verificar o triste panorama a que está reduzida a política econômica e cultural do Rio Grande do Norte. Mais que nunca sinto a necessidade de lutar em prol do meu Estado, a despeito da terrível limitação imposta à nossa ação por uma situação retrógada.

A correspondência copiosa que recebo de lá, não raro de elementos filiados ou que representam a ARENA, bem realçam a atual realidade no Rio Grande do Norte. Muitas vezes são cartas vazadas em termos singelos e que retratam com fidelidade a situação em que se encontram. E expressam preocupação e opiniões sobre problemas nacionais, com bom senso e sentimento patriótico, notáveis.

O problema do salário-mínimo é abordado por um vereador do interior, estranhando a fixação de salários diferentes para as várias regiões. “Por que é que o homem do Sul precisa comer mais do que o nosso homem do Norte”? indaga ele. E acrescenta: “Pobreza não é, porque no meu lugar o governo gastou dinheiro inútil; é a falta da distribuição das rendas”. Com essas palavras simples, vemos focalizado o gravíssimo problema da distribuição de renda, um dos temas prioritários da ação do MDB, e que a ARENA nega tanto existir.

A posição do partido governamental sofreria total mudança se a seus ilustres membros fosse possível explicar a sugestão feita na mesma carta: “Eu gostaria que quem ganha Cr\$ 2.000,00 fizesse um teste, por um ano recebendo o salário de Cr\$ 213,20, para ver como ele ia se sentir. Creio que só aí ele ia sentir a vida deste nosso homem, com cinco ou seis filhos, que ganha o salário-mínimo”.

Discorda da não remuneração dos vereadores, perguntando por que os edis das grandes cidades ganham subsídios e os dos municípios rurais nada recebem. Finalmente, mostra um aspecto do INPS: em 30 vezes que um amigo procurou a farmácia do INPS foi atendido duas e não encontrou o remédio de que precisava.

De Jaçanã me veio uma carta expondo a situação de fome das professoras. A escola estadual ali existente abriga 242 crianças, dispendo de uma só sala de aula e outra improvisada na secretaria. Todos os esforços para obter, não uma boa escola, mas a modesta ampliação da velha tem fracassado: nem resposta se obteve do governo estadual. Descreve a insegurança física das crianças da escola, dada sua péssima condição, e conta que as professoras “eventuais” recebem apenas Cr\$ 88,00 mensais, o que classificaria de salário de fome. Há três anos recebem essa miserável retribuição pelo seu trabalho.

Onde estão as leis e determinações do governo federal? Onde está a fiscalização sobre um governador imposto ao Rio Grande do Norte a revelia de seu povo? Conclui, descrevendo o que é a vida de moças que trabalham no desfibramento do sisal, recebendo Cr\$ 40,00 a Cr\$ 60,00 no máximo, por semana.

As cartas que nos chegam do nosso Estado, nos permitem sentir o que é a vida do povo brasileiro, especialmente do nordestino. Fazem com que não nos esqueçamos de seus cruéis sofrimentos. E adquirem sentido especial nestes dias de censura à imprensa, quando o protesto oral ou epistolar constitui a única forma de denunciar, criticar, fazendo chegar até nós o clamor de um povo bom, trabalhador e patriótico; vítima da pobreza, da inércia dos governos. Este é o Brasil real, muito diverso do Brasil oficial, o da inflação de 12% e da publicidade maciça do governo.

DIREITOS DOS TRABALHADORES NAS SALINAS

Venho a esta tribuna para dirigir um apelo ao ministro Arnaldo Prieto, sobre cujo atendimento, confesso, não tenho dúvida alguma.

O trabalhador das salinas, sindicalizado ou não, faz jus a férias, 13º salário e a outras vantagens que lhe são asseguradas por ser considerado trabalhador avulso. De forma a mais injustificável e injusta, no entanto, não é assim visto para efeito do FGTS, numa discriminação insustentável, pois inteiramente improcedente.

O eminente ministro do Trabalho, pela vivência que adquiriu nos anos de exercício do mandato popular sobre problemas nacionais, bem sabe o que é a vida daqueles que trabalham nas salinas no meu Estado. É uma atividade árdua, nociva à saúde. E, o que é de suma importância destacar neste momento, constitui a única forma de trabalho existente para milhares de rio-grandenses do norte, que muito se sacrificam em prol do desenvolvimento nacional.

Não há justificativa de espécie alguma para tal fato. A todo aquele que trabalhe devem corresponder direitos e vantagens, como universalmente reconhecidos em todas as legislações. Por que categoria profissional tão numerosa não desfruta dos benefícios decorrentes da lei que instituiu o FGTS? Eis uma indagação que jamais encontrará resposta convincente, aceitável.

O apelo é ainda mais oportuno uma vez que o ministro Arnaldo Prieto tomou a louvável iniciativa de propor ao Presidente da República a reforma da Consolidação das Leis do Trabalho, documento histórico, mas já ultrapassado em muitos pontos em decorrência das mudanças ocorridas no mundo nestas últimas décadas. Levando ao conhecimento de S. Ex.^a este problema, estou seguro de que o ministro determinará, imediatamente, ao grupo de trabalho que estuda a revisão da CLT o exame da situação dos que trabalham nas salinas do Rio Grande do Norte, a fim de que passem a usufruir benefícios que há muito lhes deveriam ter sido conferidos.

Estamos diante de situação tão anômala e injusta que não hesito em dizer que deveria o governo saná-la imediatamente, antes mesmo de ser concretizada a anunciada reforma da CLT. Fácil seria eliminar, de pronto, situação social intolerável e que não deve prevalecer por tempo algum!

Este, o apelo que faço ao ministro Arnaldo Prieto, para que os trabalhadores da indústria da extração do sal no Rio Grande do Norte sejam amparados devidamente no projeto que está sendo elaborado. E a ele acrescento outro, dirigindo-me ao eminente Presidente Geisel, a fim de que seja imediatamente sanada tão flagrante injustiça de que são vítimas esses trabalhadores, por todas essas razões, merecedores da atenção governamental!

17 DE SETEMBRO DE 1975

EM DEFESA DOS MINÉRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

No meu Estado, o Rio Grande do Norte, vem ocorrendo fatos que exigem a imediata atenção dos responsáveis. Refiro-me ao problema de pesquisa e lavra de minérios. (...)

O nosso tungstênio é exportado, enquanto a indústria siderúrgica brasileira mais e mais precisa desse metal para suas atividades. Não temos no Brasil uma usina redutora sequer, e a simples ida do minério para o exterior, obrigando-nos a comprar o metal já acabado, implica grave prejuízo. Sob esse aspecto, grupos nacionais já pensaram em instalar no Rio Grande do Norte uma usina redutora, plano logo posto de lado pelas dificuldades para a colocação do metal acabado no mercado exterior, literalmente dominado pelos mesmos grupos que, aqui, exploram o minério.

Esta Casa conhece o valor estratégico do tungstênio e sua importância na indústria siderúrgica e de materiais elétricos. Seu emprego é vital para o desenvolvimento nacional. A completa desnacionalização de sua exploração e aproveitamento importará em sujeitar o Brasil ao arbítrio estrangeiro neste importante setor de sua economia e mesmo de sua defesa.

Faço o registro desses fatos na convicção de que providências tanto enérgicas como urgentes são reclamadas. Não nos situamos entre os que pretendem fechar as portas brasileiras à entrada dos capitais estrangeiros. Ao contrário, entendemos que são necessários à aceleração de nosso progresso. Mas não podemos concordar com a leviandade com que nossos recursos naturais são a eles entregues, nem com o modo como operam, sem controles especiais e sem meios de revertê-los, com utilidade, para o benefício nacional.

PELA REABERTURA DO BANDERN

O Banco do Estado do Rio Grande do Norte – BANDERN foi fechado em 1990, em nossa interpretação, num ato de política eleitoral. De lá para cá, o fato é que as autoridades, os servidores do BANDERN e a classe política do Estado têm mostrado ao Banco Central a importância daquele banco como instrumento de fomento ao desenvolvimento do Rio Grande do Norte, de fomento à agricultura, à indústria, enfim, ele exerce uma atividade das mais importantes para o crescimento e o progresso do nosso Estado.

O Banco Central tem se mostrado sensível em alguns aspectos: todo o processo foi conduzido e todas as exigências foram cumpridas, com a participação de representantes do governo estadual, dos servidores e da classe política, num sentimento que uniu todo o Rio Grande do Norte em defesa de um patrimônio do Estado. Mas o fato é que até este momento não se conseguiu viabilizar a reabertura do BANDERN.

Informações nos chegam – não queremos nelas acreditar – de que nesses últimos dias a direção do Banco Central e a área econômica do governo estariam contrárias à reabertura do banco.

Seria uma grande frustração para o Rio Grande do Norte, que, com muita seriedade e competência, tem atendido a todas as exigências do Banco Central propostas pelo governo federal, eliminando todos os vícios que porventura existiam. O Estado está pronto para a reabertura do BANDERN e a aguarda com ansiedade e muita esperança.

Quero aqui deixar nossa posição, interpretando o sentimento dos servidores, dos funcionários e de todo o Rio Grande do Norte, na luta pela reabertura do BANDERN. Que o Banco Central se mostre, como vem fazendo normalmente, sensível às nossas ponderações, ao respeito que estamos tendo às suas exigências. Todas elas foram atendidas. Falta, portanto, apenas a decisão política, com responsabilidade e com muito senso, de que a reabertura do BANDERN é importante para o Estado nesta hora de crise de todo o Nordeste e de todo o País.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE NEUROCIÊNCIAS, EM NATAL

É com grande satisfação que registramos, no âmbito desta Casa, que, recentemente, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, assinou convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte para a implantação do Instituto Internacional de Neurociências, na capital do Estado. (...)

É, de fato, uma das principais ambições do Instituto: realizar, no Brasil, um empreendimento científico de inédita magnitude, sobretudo na área da neurologia, que é, segundo especialistas, a área da biologia que mais se desenvolve em todo o mundo.

As outras metas, não menos importantes, são de caráter predominantemente social: trata-se, primeiramente, da construção de uma escola-modelo de alto padrão, abrigando o ensino fundamental e o ensino médio, destinada às comunidades locais, com ênfase especial na educação para as ciências.

Além disso, pretende-se criar um centro de saúde mental, destinado à assistência e à pesquisa clínica, com foco no desenvolvimento cognitivo das crianças matriculadas na escola-modelo, além de buscar traçar o perfil da saúde mental do Estado e investigar nova metodologia terapêutica.

Assim, é motivo de grande satisfação registrar que o Ministério da Ciência e Tecnologia realiza políticas de desconcentração de investimentos, federalizando a aplicação dos recursos públicos, contribuindo para a redução das desigualdades e estimulando o desenvolvimento econômico, social e cultural da região. (...)

O esforço visando à inclusão social se materializa, também, na difusão nacional da vitoriosa experiência cearense dos Centros Vocacionais de Tecnologia – CVTs, já com programas de expansão que compreendem todos os Estados nordestinos, o Espírito Santo e Minas Gerais. (...)

Essa política pública está comprometida com o desenvolvimento sustentável do País, com a desconcentração de renda e com a superação dos desníveis regionais. E está, sobretudo, identificada com a inclusão social e a soberania nacional.



Bancada federal do RN, com o ministro Fernando Pimentel e a governadora Rosalba Ciarlini – 08/06/2011

29 DE ABRIL DE 2008

ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO

É com muita honra que, como Relator da Medida Provisória nº 418, de 2008, dou conhecimento a esta Casa do nosso parecer, que procurou aperfeiçoar a proposta do Poder Executivo, que, aliás, trata desse tema desde 1996.

Preliminarmente, desde a época do Governo Sarney – em 1988, melhor dizendo – foram criadas 14 ZPEs. Outras quatro foram instituídas depois, no Governo Itamar. De lá para cá, porém, elas foram praticamente esquecidas e não viabilizadas. Agora, as Zonas de Processamento de Exportação foram retomadas pelo governo do Presidente Lula, a princípio em exame de projeto aprovado nesta Casa, com alguns vetos. Depois, numa negociação ativa e digna, o Presidente remeteu a presente medida provisória com algumas correções, fazendo, portanto, justiça a um projeto fundamental na política de desenvolvimento, sobretudo para as regiões mais pobres e sofridas. (...)

Eis, portanto, o parecer com a nossa posição, acrescentando que o projeto veio ao encontro de um antigo anseio, de uma enorme expectativa de que, após muitos e muitos anos, possamos ter um instrumento de política regional de desenvolvimento integrado com a participação das áreas econômica e social deste País.

05 DE MAIO DE 2009

ENCHENTE NO RIO GRANDE DO NORTE

Acabo de chegar do meu Estado, e o ministro Geddel Vieira Lima, atendendo à orientação do Presidente Lula, sobrevoou toda a área atingida do Vale do Açu, onde plantações, produções, pessoas, casas, sonhos e a esperança foram destruídos.

O Presidente Lula autorizou, no dia de ontem, a liberação de R\$ 7 milhões da verba acertada anteriormente com o governo do Estado para os municípios atingidos. Na próxima semana serão liberados os R\$ 6 milhões restantes que integravam o acordo e será autorizada a licitação de uma obra importante. Refiro-me à obra da Barragem de Oiticica, empreendimento estrutural para enfrentar essas enchentes e, ainda, para resolver e adequar o problema da água.

Portanto, há presença efetiva do Governo Lula na região, a quem quero agradecer, por intermédio do ministro Geddel Vieira Lima.

02 DE JUNHO DE 2009

AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

O meu Estado luta, há muitos anos, para ter um aeroporto internacional, favorecido pela sua posição geográfica, mais próxima dos continentes europeu, asiático e americano. Na segunda grande guerra, o trampolim para a vitória foi o meu Estado, com pousos em Parnamirim. Essa posição geográfica deu ao Rio Grande do Norte, inclusive, a conquista da sede da Copa do Mundo de 2014. Esse aeroporto era um sonho há muitos anos acalentado, e já havia o compromisso do governo federal de realizá-lo.

Contudo, como a obra demorou a iniciar-se, começou uma boataria enorme, que contagiou todo o Estado, disseminando a informação de que Pernambuco levaria para a cidade de Goiana o aeroporto que seria de São Gonçalo. Por coincidência, o presidente da Infraero era um colega, Carlos Wilson. De repente, o meu Estado todo se voltou contra ele, porque estaria tomando o aeroporto prometido.



Obras da pista do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante – 2011

As pressões eram enormes. Como Carlos Wilson era meu amigo há muitos anos, perguntavam-me como eu permitia aquilo. Pensei: “Vou conversar com ele para saber até que ponto isso é verdade”. Confesso que estava temeroso de que aquilo pudesse acontecer devido à presença de um Estado forte como Pernambuco diante de um menor e mais frágil como o Rio Grande do Norte.

Fui à Infraero e relatei: “Carlos Wilson, o meu Estado está todo voltado contra você”. E ele, naquele jeito ameno de falar, quase humilde, respondeu: “Mas comigo? Por que contra mim?” Eu relatei a história: “Diz-se que as obras do aeroporto de São Gonçalo ainda não começaram porque você estaria transferindo-as, com o seu prestígio na Infraero, para Goiana, em Pernambuco”.

A atitude dele foi apenas uma – e esse gesto mostra a sua correção, a sua ética, o seu compromisso com a verdade e com o Brasil. Ele disse: “Aguarde as providências. Isso não procede, Henrique. Confie nas minhas palavras.”

Num prazo de, no máximo – não recorro exatamente – 15 ou 20 dias, a Infraero começava as obras de terraplanagem, em São Gonçalo, no Rio Grande do Norte.

23 DE AGOSTO DE 2011

LEILÃO DE PRIVATIZAÇÃO DO AEROPORTO

Saiu ontem, na Bolsa de Valores, o resultado final do edital, e conseguiu-se, por um preço recorde de R\$ 170 milhões, com um ágio de 228%, a obra que vai assegurar a Copa de 2014. O evento vai contar com o novo Aeroporto Internacional de Cargas e Passageiros de São Gonçalo do Amarante.

Como haviam prometido o então Presidente Lula e a hoje Presidenta Dilma, em dezembro virá o leilão dos aeroportos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mas já está assegurado o espaço importante do meu pequenino Estado do Rio Grande do Norte, uma obra de R\$ 1 bilhão que vai gerar 25 mil empregos na construção e na administração.

Quem conhece o mapa do Brasil com facilidade vai verificar que todo voo que sai de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Sudeste ou do Centro-Oeste, em direção aos Estados Unidos ou à Europa, passa exatamente por cima do Rio Grande do Norte. Por anos e anos tem sido assim. Se Deus quiser, daqui a dois anos e meio não sobrevoarão mais o meu Estado, porque ele será a porta de saída ou de entrada para quem vem dos Estados Unidos ou da Europa, tornando mais igualitário e equilibrado o crescimento inter-regional.

Então, aqui, em nome do meu Rio Grande do Norte, que passará a ser outro depois desse aeroporto, o meu agradecimento e a minha homenagem pública ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que deu o primeiro passo; à então ministra Dilma – não Presidenta, ministra – pela maneira firme como entendeu a necessidade de equilibrar o crescimento das regiões mais carentes e pobres do País em relação ao Sudeste e ao Sul; e ao Presidente Lula, que foi firme na sua decisão. E aí está: o meu Estado, hoje, vive um sonho que se concretiza. Portanto, eu agradeço.

E quero convidar todos os senhores e senhoras, os parlamentares e seus familiares, para daqui a dois anos e meio assistirem à Copa do Mundo pousando no aeroporto mais moderno do Brasil, que, me desculpem a falta de modéstia, será o de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte.

UM CANDIDATO SEM VOZ, MAS COM MUITOS VOTOS

Por onze vezes consecutivas o povo potiguar me escolheu para representá-lo. Inúmeras vezes percorri o Rio Grande do Norte. Dias de maratonas ininterruptas que começavam no alvorecer e terminavam na madrugada, como um bom bacurau: o pássaro verde e noturno que simboliza o PMDB do meu Estado.

Em 1998 vivenciei uma experiência ao mesmo tempo emocionante e dura. Alguns meses antes daquele pleito tive uma revelação – tinha desenvolvido um câncer nas cordas vocais. Fiz o tratamento e o médico alertou – “evite falar, ou as terapias podem não funcionar”.

Um político, que fala ao povo e pelo povo, sem voz? Mas, o que poderia ser uma grande derrota, culminou em consagração – um momento único.

Se eu não podia falar, o povo falaria por mim. Com este lema fui para as ruas pedir votos. Muitas vezes não resistia e discursava além do tempo recomendado: escassos e impossíveis cinco minutos. Com uma corda vocal e meia, convalescendo de cirurgia e radioterapia, acabava afônico, mudo.

A população do Rio Grande do Norte retribuiu esse sacrifício com uma votação inescrutável – naquela eleição fui o deputado proporcionalmente mais votado do Brasil.

Hoje, quem me acompanha nem estranha mais a rouquidão que surge com frequência. A voz potiguar não se calou e, enquanto eu tiver vigor e lucidez, não se calará!

HENRIQUE EDUARDO Sem poder falar por recomendação médica, deputado participa da festa da convenção

Peço que vocês sejam minha voz na campanha

O presidente estadual do PMDB, ex-ministro Aloízio Alves, foi o penúltimo a falar na convenção de ontem do partido, que homologou os candidatos majoritários e proporcionais às eleições de outubro. Depois de presidir a mesa dos trabalhos, emocionado, o ex-ministro leu uma mensagem do filho, deputado Henrique Eduardo Alves, que chegou à tarde a Natal e com volta prevista para Brasília (DF) na noite de ontem, para participar do lançamento oficial das candidaturas de reeleição do governador Garibaldi Filho e do senador Fernando Bezerra.

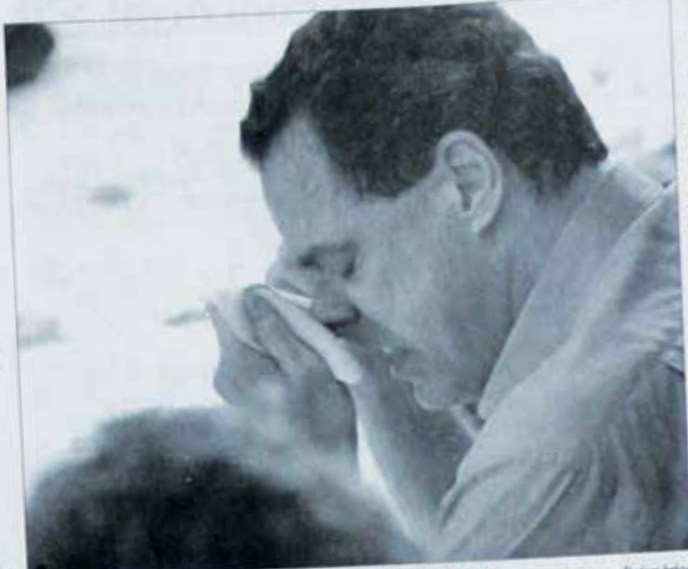
ÍNTEGRA DA MENSAGEM

"Meus amigos, meus amigos. Da outra vez eu estava muito longe, nos Estados Unidos. Não podia mesmo vir.

Agora, nesta festa muito maior onde já se vê a alegria da vitória não me contive. Em Brasília, ainda só expresso recomendação de respeito vocal, ficar quieto e calado mesmo, implorei pela liberação médica para estar aqui. Foi poucas horas eu sei. Hoje mesmo tenho de pressar.

Mas, que vir. De qualquer forma, quero rever, abraçar, ouvir, agradecer, principalmente, com gesto, agradecer.

E nada melhor para mim mais rápido, e a parte de hoje ainda, do que a saudade de voltar. Voltas à luta, às estradas



EMOÇÃO — Henrique Eduardo chora durante leitura, feita pelo seu pai, de mensagem aos correligionários

aqui e, mais ainda, de encontrarlos depois, juntos, na mesma tribuna na Câmara Federal.

Quero encerrar, meus amigos, minhas amigas, como costumo. Dama eu que fiz tudo - talvez até o que não devia - para estar aqui. E, sobretudo, para agradecer. Sim, aos que durante esses quarenta dias de luta pela minha saúde, pela correção e recuperação da minha voz - me escreveram, mandaram-me recados, telefonaram-me e, principalmente, rezaram. Valeu muito, tudo isso! De cada um. De toda parte. E a minha voz já vai voltando, graças a Deus, e com a marca de sempre - do PMDB do Rio Grande do Norte.

Ao me despedir de todos - muito mais feliz do que quando aqui cheguei - quero fazer um pedido. Tenho de fazê-lo. Aos meus amigos, amigas, companheiros de todos os cantos e recantos do meu Estado eu peço: enquanto eu não puder voltar, nessa campanha, que todos comecem hoje, sejam, por favor, a minha presença o meu compromisso. E peço mais: falem por mim, nessa outra luta que, com vocês vencerem para, de novo ser Deputado Federal do meu querido Rio Grande do Norte.

Aos que puderem, assim, me ajudar, a ser Henrique Alves. De

... presidente da CNI, é a chave da ... abrir ainda

POLÍTICA

PARLAMENTO Deputado teve mais de 15% dos votos válidos, segundo números do Tribunal Superior Eleitoral, divulgados no início da noite



ÍNTEGRA — Como presidente da Comissão de Justiça, Henrique tomou as decisões políticas



CAMPAÑA — Festeja os votos em palanque depois de uma campanha nas cidades event

Henrique Alves é o campeão de votos no Brasil

Com a divulgação dos resultados das eleições de ontem, Henrique Alves tornou-se o deputado com o maior número de votos válidos em todo o Brasil. Com 15,32% dos votos válidos, o deputado Henrique Alves foi o campeão de votos em todo o Brasil. O resultado foi divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no início da noite.

Segundo ele, a eleição para o cargo de deputado foi o momento de maior êxito em sua carreira política. Alves agradece aos eleitores e promete continuar trabalhando em prol do Rio Grande do Norte.

Estado	Deputado	Votos (%)
DF	Henrique Alves	15,32%
DF	Márcio Ferraz	12,88%
DF	Luiz Carlos	12,06%
DF	Antônio Carlos	10,69%
DF	Mário Moraes	10,40%
DF	Henrique Alves	10,35%
DF	Henrique Alves	9,38%
DF	Henrique Alves	8,62%
DF	Henrique Alves	8,62%

Definida programação para comemorar vitória

A vitória de Henrique Alves em todo o Brasil será comemorada em Natal e em Brasília. O deputado anunciou que fará uma viagem de agradecimento aos eleitores e aos companheiros de partido. A programação inclui uma reunião com o governador Garibaldi Filho e o senador Fernando Bezerra em Natal, e uma reunião com o presidente da Câmara Federal, Henrique Alves, em Brasília.



Com o Presidente Flávio Marçílio na Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados – 1976

O NORDESTE

22 DE ABRIL DE 1971

DEFESA DA INDÚSTRIA ALGODOEIRA

Ocupo, nesta oportunidade, a tribuna desta Casa, para levar aos homens do governo e, sobretudo, ao ministro da Agricultura uma advertência e poderia dizer até um apelo. O governo, no passado, devido à redução da produção algodoeira do Nordeste, superior a 50% em razão da seca que nos maltratou, e, conseqüentemente, para evitar o aumento do preço no mercado interno, autorizou a importação de cinco mil toneladas de algodão.

Já na época, me recorde, várias vozes protestaram contra a medida, taxando-a de prejudicial à economia nordestina, que já se debatia com uma seca avassaladora. Agora, provando que não era tão necessária essa medida – a importação das cinco mil toneladas em detrimento da nossa produção que ficara estocada nos armazéns a procura de um preço justo – tomamos conhecimento de que somente a metade foi utilizada.

É, pois, hora de se perguntar de que adiantam os projetos impactantes do governo para o Nordeste, se, paralelamente, de forma silenciosa e discreta, outras medidas são tomadas, visando exatamente o contrário das anteriores, e festivamente divulgadas? Entre dar com uma mão e tirar com a outra, é preferível a sinceridade de negar.

O nosso apelo está proferido. Se ignorado, o protesto fica registrado.

07 DE OUTUBRO DE 1971

HOMENAGEM AO POVO NORDESTINO

Há um ditado popular que diz: “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Assim, acreditamos, somos nós, homens do Nordeste.

Não sei se por uma característica de temperamento ou em razão do sofrimento e luta constantes, o fato é que o nordestino é um persistente. Não se desespera diante dos muitos motivos que teria para tal. Está sempre a confiar num novo dia, como que antevendo as luzes que irão clarear a sua estrada. Possuidor de uma fé inabalável, acreditando que a sensibilidade dos homens se fará sentir antes que sua paciência esgote. Assim é, pois, o sofrido – mas lutador – nordestino. E agradecemos a Deus o privilégio de tão salvadora virtude. Dizemos isso para justificar o fato que agora abordaremos.

Já em tantas oportunidades e de maneira tão clara e sincera, ocupamos esta tribuna para dirigir um apelo ao ministro da Agricultura. A reivindicação foi a elevação dos preços mínimos fixados pelo governo para o nosso algodão. Produto básico da nossa frágil economia, representando o sustento de milhares de famílias, podendo ser preparado para disputar o mercado internacional, não encontrou ainda, por mais incrível que possa parecer, um preço justo para a sua comercialização interna. Aliás, melhor dizendo, a melhoria do preço vem quando na escassez do produto, impossibilitando, dessa forma, uma perspectiva de estabilidade aos que se dedicam a sua cultura. E recorde-se, de passagem, que o nosso algodão flora-longa é apresentado no

mercado internacional como o melhor do mundo. Acontece que apresentá-lo somente não adianta. Tem é que se dar o justo estímulo para a sua produção, evidenciado num preço capaz de dar ao sacrificado plantador de algodão as mínimas condições para desenvolver o seu trabalho.

Pois bem, até o momento o nosso apelo não obteve resposta. Permanecem os preços mínimos fixados há alguns meses, indiferentes aos protestos e clamores de todos os cotonicultores do Nordeste. É o desencanto se apoderando de cada um. É a triste lembrança de uma campanha publicitária que dizia: “Plante que o Governo garante.” É a infeliz confiança que o plantador motivado insinceramente sentiu e que o fez recorrer aos bancos para obtenção de empréstimos visando expandir seu campo de trabalho. É a saudade dos preços do ano passado, superiores aos desta safra, quando, por outro lado, as despesas necessárias para a fundação da presente safra foram maiores que as da passada. É, afinal, o prejuízo dando novos passos, como que já conhecendo o caminho.

No início deste pronunciamento, dissemos que a persistência é característica do homem nordestino. E, agora, daremos mais uma prova dessa tenacidade. Ainda nós não nos daremos por vencidos.

Finalizando estas palavras, renovamos ao ministro da Agricultura o apelo já tantas vezes formulado. O reexame dos preços mínimos para o nosso algodão. Não impomos soluções. Pedimos, apenas, que se faça um novo estudo do problema e, sendo feito, a evidência do preço injusto será sentida. Mas tem de ser agora. Enquanto há tempo para a medida corretiva beneficiar os que por ela aguardam.

Nosso dever está cumprido. Apelamos, protestamos, mostramos, advertimos. Cabe, pois, agora, aos que decidem cumprirem os seus.

08 DE JUNHO DE 1972

SECA E ATRASO NO PROTERRA

Nos primeiros meses de 1970, a ausência de chuvas regulares na área do Nordeste convocou a sensibilidade nacional para a expectativa de um daqueles dramas que ciclicamente atingem aquela região: a carência das chuvas; a inutilidade dos plantios; a recusa dos bancos oficiais em iniciar os financiamentos aos

proprietários rurais; a dispensa em massa dos trabalhadores rurais; o desaparecimento dos últimos e pequenos estoques de gêneros alimentícios; e o aumento brutal dos preços desses alimentos

Repetem-se a caminhada secular das famílias sem pouso e sem pão para as cidades; os “assaltos” às feiras e ao comércio – se podemos chamar de “assaltos” atos pacíficos de multidões esfomeadas que apenas procuram as autoridades e os mais abastados à busca de qualquer coisa para dar de comer aos seus filhos – e o clamor que vem das autoridades da região pedindo recursos ao governo federal. Afinal, toda uma desorganização do trabalho e da vida de um povo que, há quatro séculos, numa média de oito anos, enfrenta, pacientemente, esse escândalo de abandono e de incompetência dos poderes públicos.

Justiça se faça ao Presidente da República, General Garrastazu Médici – e eu o proclamo com a alma limpa de quaisquer ressentimentos e no cumprimento do dever da verdade – (...) que mais prontamente revelou sensibilidade para o problema. E, num recorde de veloz interesse, foi à região com seus olhos de brasileiro do Sul ver o drama que não conhecia: multidões sem destino e sem esperança, que, desde 19 de março, tinham baixado os olhos das expectativas do céu que não mandava chuvas, mas não viam, no chão esturricado, as plantas que davam alimento. E tinham de ficar com os olhos parados à frente de outros olhos – os das mulheres e dos filhos – que também não pediam porque todos tinham as mãos vazias. E nem mesmo choravam porque as gerações de quatro séculos haviam perdido, no sofrimento repetido, a força do pranto. (...)

No mês de julho de 1971, o Presidente da República manifestou o seu propósito de cumprir o que prometera no Nordeste. (...) Criou-se o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste (Proterra) visando a executar medidas de melhorias da infraestrutura regional, reorganização da estrutura fundiária, modernização da indústria açucareira e das atividades agropecuárias, inclusive pela adoção de equipamentos e insumos técnicos.

Todo o Nordeste ficou à espera. Desenvolveu-se uma larga e bem elaborada campanha publicitária. Nas televisões imagens de novas estradas, de eletrificação rural, de bancos e cooperativas financiando agricultores, deram à Nação uma imagem nova do Nordeste. A esperada imagem dos séculos perdidos.

E daí? Nada mais se fez. Até terça-feira última, dia 6 de junho de 1972, nada se apresentou à proposição inicial. O que quer dizer, quase um ano após o lançamento

do Proterra, que surgiu como medida de urgência, não tínhamos tido ainda a sua regularização e a fixação de seus recursos disponíveis.

Sim, era esta a nossa primeira preocupação. As medidas complementares que não chegaram. Poderia essa incompreensível demora se desculpar por falta de recursos. Mas não era; eles próprios foram subtraídos dos incentivos fiscais dos artigos 34-18, depositados no Banco do Nordeste. (...)

Afinal, temos a notícia do prosseguimento àquelas esperanças ressuscitadas. Na terça-feira, o Presidente da República baixou um decreto, fixando as origens dos recursos destinados à execução do Proterra. Podemos louvar essa medida que chega com incompreensível demora, mas que chega. E, numa contribuição necessária, vamos todos esquecer os rumores que ganhavam corpo e apontavam culpados para a repetida paciência que se exige do povo nordestino. Rumores que, aqui fora, na planície silenciosa e omissa, traduziam a existência de uma luta interna de competência, de atribuições, de rivalidades, entre os órgãos candidatos à evacuação do programa Proterra.

08 DE AGOSTO DE 1974

IMPORTAÇÃO DE ALGODÃO

Na semana passada, o Jornal do Brasil divulgou informação que merece imediata advertência às nossas autoridades: industriais têxteis estariam pleiteando nova liberação na importação de algodão, para atender às suas necessidades no segundo semestre. Acrescenta a notícia que os estoques existentes no País são de 80 mil toneladas, mas “sua qualidade é considerada inadequada para a indústria têxtil”.

Não uso meu mandato para estabelecer conflitos entre as classes que dividem a atividade econômica do País. Compreendo as contradições inerentes do capitalismo, cada setor procurando ganhar sobre o outro setor maiores lucros.

Não uso meu mandato para criar suspeitas ou paixões entre regiões que diferenciam a Nação, por exemplo, o Centro-Sul, desenvolvido e industrializado, e o Nordeste, vivendo de uma agricultura atrasada e descapitalizada e apenas engatinhando tímido e sacrificado processo industrial.

Acredito que haveremos de alcançar, com a nossa imaginação e com o espírito patriótico de todos os brasileiros, as fórmulas pelas quais se dê a remuneração merecida ao trabalho e à conciliação dos interesses de cada região. Também, à busca de uma economia social e de um País trabalhado e amado por todos os seus filhos, sem distinções quaisquer.

Mas, para que isso ocorra é indispensável que o governo federal esteja atento a manobras como esta que se anuncia, e que, a todos os inconvenientes acima mencionados, acrescenta um, de frontal oposição aos próprios objetivos da política econômica recentemente anunciada pelo Governo Geisel: o de reduzir as importações, a fim de evitar maior desequilíbrio em nossa balança comercial, este ano gravemente aumentado pelo encarecimento de matérias-primas a partir do petróleo. (...)

Dessa situação só poderemos sair por um caminho: a reorganização da nossa produção agrícola, para, sem prejuízo da qualidade, alcançar melhor produtividade por meio dos processos técnicos modernos: seleção de sementes, combate às pragas, correção dos solos, mecanização, defesas dos preços, beneficiamento eficaz, e, em certas áreas, pela irrigação, preparando-as convenientemente para tornar o uso da água econômico.

À falta dessa política, vivemos expedientes nos quais, de modo geral, há uma vítima: o produtor. Ele tem dificuldade de obter a boa semente. Ele luta contra a natureza na irregularidade dos invernos, ora faltando, ora sobrando, ora chegando fora do tempo. Ele tem dificuldade de usar fertilizantes, porque é caro, porque não dispõe de análises de solos para a utilização própria e porque não conta com assistência técnica. Ele não pode adquirir maquinaria que prepare o solo. Ele não conta com eficiente política de defesa de preços.

O preço mínimo é quase um mito, quase sempre chega atrasado, e os órgãos sindicais, que deviam defendê-lo, não representam seus interesses, mas apenas as vaidades e os interesses do peleguismo patronal – suas vantagens personalíssimas. Ele não pensa em irrigação, que no Brasil é apenas um sonho até mesmo nas áreas que o governo queria irrigar, e para isto fez açudes transformados em belos e quase inúteis lagos.

O produtor vive da sua teimosia, plantando a terra com os sacrifícios de suas energias e esperanças, disputando o algodão à semente ruim, à terra ora estéril, ora encharcada, à praga devoradora, para afinal, vendê-lo pelo preço que o intermediário fixa. Se quiser resistir tem de entregá-lo ao banco oficial pelo preço mínimo, que às

vezes é inferior ao custo da produção. Tenta-se fazê-lo, por algum tempo, para salvar da especulação o fruto do seu trabalho, aí tem de enfrentar a indústria têxtil: o algodão é “inadequado” e, por isso, vai pedir ao governo que permita a liberação da importação do algodão estrangeiro.

Explicação de tudo isso: o algodão estrangeiro está custando 56 centavos de dólar a libra-peso (453,6 gramas), enquanto o produto nacional está custando 70 centavos de dólar! Por que a diferença? Porque a nossa produção por hectare, de modo geral, não chega a 50% da produtividade dos outros países, e ainda assim vendemos a preço pouco superior e porque o produtor vive a miséria da semifome, da incapacidade econômica de educar filhos, da casa sem conforto, do trabalho sem segurança. (...)

Será que, ainda agora, num governo sem impacto, às vésperas de sua safra de algodão, os industriais têxteis terão força para conseguir que se abram os portos para o algodão estrangeiro, só porque os preços são mais baixos do que os preços do nosso algodão, graças à assistência que seus produtores têm e aos nossos tem sido negada, ao longo dos anos?

Não creio, e por não crer é que, desta tribuna, faço um apelo ao ministro da Agricultura, ao ministro da Fazenda, ao Conselho de Desenvolvimento Econômico, presidido pelo próprio Presidente da República, a fim de que defendam o produtor nacional do algodão. Defendam o produtor do Nordeste, defendam o algodão nacional, encontrando outras soluções que atendam às necessidades que buscam os industriais têxteis e para levar à exportação o produto brasileiro.

05 DE DEZEMBRO DE 1975

ABISMO ENTRE OS DOIS “BRASIS”

Nunca é demais repetir que o Nordeste é a região mais pobre do Ocidente, onde convivem índices alarmantes de ignorância, doença e fome. Numa população de mais de 20 milhões de pessoas, 45% são analfabetas. (...)

A ignorância é geradora da carência de elementares condições higiênicas e sanitárias. Assim, 73,4% dos prédios recenseados em 1970 não dispunham de qualquer tipo de instalações sanitárias. São 22 milhões de pessoas que vivem em tais condições. (...) Nada menos que 38,2% da população moravam em casebres de taipa em

1970, 54,8% dos prédios tinham piso de terra, 77,8% não tinham luz elétrica, e 88,8% não dispunham de água encanada e tratada. (IBGE, “Anuário Estatístico”, 1974).

Diante de tal quadro, taxas e números de mágica econômica se diluem, apagados pela dramática pobreza do povo. O desenvolvimento econômico nunca pode ser tomado como um fim em si, mas deve sempre ser considerado o meio de promover o bem-estar do povo. E os teóricos do desenvolvimento do bolo certamente não pretendem impor à Nação a esperança infundada de que a distribuição da renda se fará naturalmente. Porque, se miséria gera miséria, riqueza gera riqueza, e quanto maior for a concentração da renda em poder de poucos, maior, sempre maior, será a pobreza das vidas de muitos.

De nada adiantam incrementos fantásticos de PIB no Nordeste, mesmo que raríssimos tipos de uísque escocês sejam comprados em qualquer supermercado das capitais nordestinas por uma rica minoria, ou suntuosos carros importados desfilem pelas ruas das cidades, se atentarmos para a imensa maioria, que vive à margem de qualquer progresso, em vergonhosa promiscuidade com suas próprias desgraças. E estas tendências só se reduzem quando dois fatores estão presentes: escassez de mão de obra e poder político das classes trabalhadoras. Como esses fatores estão ausentes no Nordeste, a não ser por força de uma nova “mágica” de aparências será previsível uma alteração no quadro geral.

Esses dois fatores, e notadamente o escasso poder político dos nordestinos em face das decisões nacionais, são ainda os responsáveis diretos pelo agravamento do abismo que separa o Nordeste das regiões mais ricas do Brasil. (...)

A estrutura fundiária nordestina é a mais anacrônica que se possa imaginar. Nada menos que 57,95% do número de estabelecimentos agrícolas têm área menor que 10 hectares. Este número imenso de minifúndios, cujos proprietários obviamente não têm qualquer acesso ao crédito, é causa primária da pobreza nordestina. (...)

Na indústria, sem embargo dos anunciados “milagres” que a industrialização estaria trazendo ao Nordeste, a situação não é diferente. Em 1960, estavam instalados no Nordeste 19,15% dos estabelecimentos industriais brasileiros, percentagem que em 1970 caiu para 18,84%. (...)

Estes números demonstram com clareza que a economia nordestina vem diminuindo sua participação na economia nacional, agravando, assim, o fosso que separa os dois “brasis”, um progredindo esperançosamente, e o outro regredindo rigorosa e desgraçadamente. Um dado nos parece definitivo: entre 1972 e 1973, houve no Nor-

deste um incremento de consumo de energia elétrica da ordem de 8,8%, incremento este que no Sul foi de 11,7%. Enquanto a participação do Nordeste no consumo total de energia elétrica no Brasil, em 1972, foi de 9,2% e caiu para 9,0% em 1972, no Sul esta participação foi de 87,7% e 87,8%, respectivamente. (...)

Não somos daqueles que creditam o estado de pobreza crônica do Nordeste a uma política de espoliação, na rigorosa expressão da palavra. Mas não há como esconder uma realidade: a região Nordeste não tem merecido a atenção necessária para superar suas dificuldades e, mais que isso, se incorporar com todas as suas disponibilidades na construção da prosperidade nacional. (...)

E uma visão política da problemática é imperiosa. Sem negar a importância da tecnologia no processo desenvolvimentista, nunca podemos esquecer que fatos sociais se devem tratar como fatos sociais, e as opções nacionais são decisões políticas. O endeusamento do diletantismo dos técnicos, na feliz expressão do Senador Teotônio Vilela, é responsável por visões parciais, amputadas pela especialização, na falta de perspectivas dos estadistas e dos sábios. Uma visão de convicção e não de situação, esta a função maior do verdadeiro homem público. (...)

Com esses princípios fundamentais, algumas medidas podemos desde já preconizar. Defendemos uma reforma constitucional de forma a possibilitar à União tratamento específico em benefício do Nordeste, notadamente em matéria tributária. Urge o estabelecimento de medidas protecionistas à indústria nordestina, bem como a diminuição da carga tributária na região. Deve haver previsão constitucional das medidas do interesse da região. (...)

Nunca podem ser esquecidos os milhões de homens que vivem nas zonas rurais em regime de semisservidão, sem quaisquer direitos trabalhistas. Quando se conseguir fortalecer o empresário rural, de modo que ele se livre da descapitalização crônica em que vive, certamente se poderá superar esta chaga social.

No campo dos minérios, na perspectiva da potencialidade do subsolo nordestino, ao governo federal, através do DNPM e CPRM, compete intensificar os trabalhos de pesquisa. E a lavra mineral deve ser concedida, de preferência, a empresas brasileiras.

Os programas governamentais devem tratar das calamidades climáticas com a marca da previdência. Especialmente no que se refere às secas, a improvisação tem sido a tônica da atuação do governo. E a mais nefasta característica de tal improvisação é o fechamento sistemático do crédito em épocas de anormalidade, com o mais completo abandono das atividades produtivas.

Procuramos traçar um retrato do Nordeste de hoje. A própria SUDENE já alertou a Nação para a redução do crescimento nordestino, em relatório baseado no primeiro semestre deste ano. No Congresso, vozes do Nordeste se têm levantado, entre elas dos eminentes senadores Luiz Viana e José Sarney.

Quanto a nós, lançamos um olhar de esperança para o futuro. E conhecendo a fortaleza do povo nordestino, e a generosidade daquela terra, não podemos descrever que um dia, graças à união patriótica de todos os brasileiros, haveremos de incorporar o Nordeste à unidade nacional, longe do denominador comum da miséria.

23 DE JUNHO DE 1981

CARÊNCIA, SUBNUTRIÇÃO E FOME

Os governadores nordestinos acabam de rejeitar o documento elaborado, a seu pedido, pela SUDENE a respeito da alimentação e nutrição no Nordeste, pois o estudo constatou que apenas 20% da população se alimentam adequadamente; que 86% dos trabalhadores recebem menos de dois salários-mínimos mensais; que 120 crianças em cada mil morrem antes de completar um ano e que a produção média *per capita* das principais culturas agrícolas caiu acentuadamente nos últimos anos.

Realizadas pelo departamento de recursos humanos daquela Superintendência, as pesquisas, além de não serem aprovadas pelos governadores, foram reduzidas a apenas três páginas de informações, contendo “o mínimo de diagnóstico e o máximo de conteúdo programático”. Reconhece o documento preliminar, rejeitado, que a situação do Nordeste “é particularmente dramática”, o que não parece aos que governam os diversos Estados da região.

Diz o documento originário:

“A carência, a subnutrição e até mesmo a fome alastram-se na região, trazendo atrás de si sérias consequências econômicas, sociais e políticas. Tudo indica que a situação tende a se agravar, exigindo do governo providências imediatas e com uma abrangência que realmente permita a obtenção de efeitos significativos”.

Prossegue o documento assinalando que, em 1979, 70% das famílias da região,

cerca de 22,5 milhões de pessoas, auferiam uma renda familiar de no máximo dois salários mínimos mensais, sendo a média de 1,2 salários mínimos. Dessa população pobre, mais de 17,5 milhões – metade da população – pertencem a famílias com mais de quatro filhos, significando uma renda de Cr\$ 800 por pessoa, a preços correntes. Ali se compram os alimentos mais caros do País, tendo, no Recife, o índice crescido nove vezes, entre 1977 e novembro de 1980, quando, em São Paulo, esse crescimento foi de 5,2 vezes e, no Rio de Janeiro, de 5,4 vezes. Doenças como a diarreia infecciosa, a difteria e a coqueluche, o sarampo e a catapora continuam matando milhões de crianças e, na Zona da Mata, segundo o professor Néelson Chaves, está surgindo “uma geração de nanicos”.

Resumimos o relatório para mais fácil leitura do governo federal, já que não o fazem os governadores da região.

16 DE MAIO DE 1983

NORDESTE E DESESPERANÇA

Sei que os Anais desta Casa registram, há muitos anos, depoimentos e clamores semelhantes aos que aqui vou fazer. Sei que a Nação tem os ouvidos fatigados pela repetição periódica dos mesmos apelos e das mesmas verdades.

Mas, como evitar, como silenciar quando o Nordeste vive, agora, o quinto ano consecutivo de seca, com todo o seu cortejo de destruição, fome, desemprego, sede, desesperança?

Não preciso, certamente, descrever os quadros que se repetem, periodicamente, ao longo do século: agricultura destruída, rebanhos reduzidos, cidades enchendo-se de homens sem trabalho, mulheres e crianças sem ter o que comer, açudes com restos de água transformados em lama, e grande parte de sua população despojando-se de tudo o que foi construído geração a geração, e, pior ainda, sem poder transferir às crianças, sobradas da morte, a expectativa de melhores dias. (...)

Todas as definições constitucionais, de 1934 para cá, todas as promessas postas nas mensagens e discursos presidenciais e ministeriais, todas as conclusões e indicações de seminários econômicos e de grupos técnicos de trabalho sobre a região tiveram a mesma força e a mesma consequência daquele arroubo emocional de Dom

Pedro II, ante a seca de 1877: “Venderei a última pedra da minha coroa para não deixar um nordestino morrer de fome”. Quase 300 mil nordestinos morreram naquela seca, e a coroa imperial se encontra intocável, no museu de Petrópolis.

A República não nos tem tratado de maneira diferente: os compromissos oficiais, por mais solenes e renovados, são rapidamente esquecidos, tão logo voltem as chuvas a cair sobre o chão ressequido.(...)

Em primeiro lugar, o governo federal e os governos estaduais fizeram ouvidos surdos à advertência, em 1978, do Centro Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica, que funciona em São José dos Campos, em caráter ainda reservado, de que a região ia enfrentar período crítico de vários anos consecutivos de seca. (...)

Não falaremos mais do desvio de recursos inicialmente alocados para o Nordeste e depois subdivididos para outras finalidades nacionais – reflorestamento, pesca, turismo, etc. Falaremos de mudanças mais recentes, na legislação e na política econômica, que mais empobrecem a região, citando alguns fatos incontestáveis:

1. a retirada dos incentivos à pessoa física, para aplicação percentual de imposto sobre a renda, na área da Sudene;
2. o aumento de 5% do Imposto de Renda, em duas oportunidades, 1979 e 1982, em forma de adicional, para que o Tesouro pudesse recebê-lo todo, sem desconto e sem repasse, para incentivo a projetos aprovados pela Sudene. Registre-se que esta última modificação se fez pelo Decreto-lei nº 1.967, de 23 de novembro último, oito dias depois dos resultados das eleições, por cuja vitória o Presidente da República anunciou que iria virar o mapa do Brasil, para beneficiar o Nordeste do PDS;
3. redução de 80 para 30% das aplicações, feitas pelo Banco do Brasil, em incentivos no FINOR;
4. redução de cerca de Cr\$ 100 bilhões, na região, em face da mudança da política de crédito regional, adotada no Banco do Brasil e no Banco do Nordeste;
5. cobrança, no Nordeste, de parcelas de energia elétrica pela Eletrobrás, para pagamento de financiamento de obras de outras regiões, inclusive Itaipu;
6. suspensão do recolhimento sobre a parcela majorada de 0,2 para 0,6, dos 8% destinados a constituir recursos para o Banco do Nordeste.

Poderíamos citar numerosos outros casos, todos os dias verificados na adoção da política fiscal, cambial e monetária do País, que revelam a absoluta insensibilidade do governo federal diante do escândalo do Nordeste.

Mas não é necessário; apenas tornaria mais longa e fastidiosa esta denúncia. O que hoje aqui afirmo já é o bastante para conscientizar a Nação do que está ocorrendo com uma região que representa 30% da população brasileira, a metade da qual analfabeta, e onde cerca de 70% ganham menos de um salário mínimo ou não ganham nada. (...)

Encerramos o nosso pronunciamento, indagando: o que fazer diante de tudo isso? O que esperar diante desse desafio à nossa paciência?

Vimos, há poucos dias, a lição de São Paulo, a cidade mais rica do Brasil, no estado mais rico do País: o desespero, espontâneo ou estimulado, pouco importa, levar para as ruas os braços inúteis dos desempregados a exigirem trabalho, apelando para a violência como forma de exaustão ou provocação.

Temo o que pode ocorrer, a qualquer hora, numa região como o Nordeste, onde as paciências cansam e se esgotam na fome, no desemprego, na desesperança.

Ainda não cessaram as celebrações oficiais da vitória do governo na área passiva, empobrecida, explorada. Vitória conquistada ao preço da corrupção, da dominação e do temor. Pergunto, perplexo e angustiado: até quando os vitoriosos celebrarão, com o dinheiro suado do povo nordestino, o próprio desespero transformado em voto de opressão e de medo?

20 DE AGOSTO DE 1997

O INFINDÁVEL CICLO DAS SECAS E O RIO SÃO FRANCISCO

Este é um discurso que eu não desejava fazer. Mas, diante da ausência de informações sobre quaisquer providências do governo federal até agora, cumpro a desagradável tarefa de advertir as autoridades e a nação sobre o risco de o Nordeste ter de enfrentar, em 1998, uma nova seca ou, desgraçadamente, um novo ciclo de secas. (...)

Só nesta seca o governo federal gastou cerca de US\$ 2 bilhões, pagando às famílias desempregadas no campo, com mais de cinco pessoas, meio salário mínimo, abandonando as outras famílias menores. E deixando ou até estimulando a migração de milhares de nordestinos, já não para o trabalho no Sul, como antigamente, mas para engrossar o número de desocupados, aos quais só resta aumentar a população nas favelas e os índices de criminalidade.

Diante desse quadro, o governo Itamar Franco autorizou o Ministério da Integração Regional, extinto, a elaborar o projeto básico de transposição das águas do São Francisco: dos 26 Estados do Brasil e o DF, somente três não dispõem de rios perenes. Há rios de areia que recebem água das chuvas por alguns meses, enquanto o São Francisco põe no mar, a cada segundo 2.300 metros cúbicos de água inútil. O projeto prevê apenas tirar menos de 3% dessa água perdida, e através de um canal de 250 quilômetros, colocá-la no leito de vários rios do semiárido de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. (...)

E a esse extraordinário trabalho de distribuir água por três Estados que só a tem precariamente quando chove, junta-se um programa de combate às epidemias da região e um programa de educação, em colaboração com a Confederação Nacional da Indústria, para alfabetizar e preparar profissionalmente centenas de milhares de trabalhadores para uma nova agricultura.

O projeto básico de transposição ficou concluído dez dias antes da posse do governo atual. Quatro meses depois, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no Rio Grande do Norte, anunciava sua determinação para execução das obras. Não andaram. Um ano depois, voltando de novo ao Rio Grande do Norte, repetiu a mesma promessa. Decisão que já constava de outra determinação à Secretaria de Políticas Regionais, tomada em audiência especial a representantes oficiais e privados do Rio Grande do Norte, no Palácio do Planalto.

Mesmo assim, os três anúncios do Presidente continuam a ser apenas objeto de reformulações, sem prazo de término e de fazer cumprir a palavra do Presidente da República.

Faltaria dinheiro à transposição? Não. Mediante estudo procedido pelo Banco do Nordeste sobre sua rentabilidade, à razão de 13,5% ao ano, surgiram interesses de bancos americanos e de um fundo de pensão inglês para financiá-lo totalmente, ao prazo de dez anos, com carência de três, no valor de US\$ 600 milhões. Ou seja, menos de um terço do que, num só ano, gastou a União em despesa direta do Tesouro, sem

contar com as despesas dos Estados e dos municípios e a queda da arrecadação dos governos federal, estaduais e municipais nos nove Estados nordestinos.

Mas agora chegamos àquele momento que, de início, eu declarei jamais pretender ter de proclamá-lo desta tribuna: os estudos do Instituto Nacional de Meteorologia começam a prever nova seca no Nordeste. Baseado em que?

Nos últimos anos, estudos climatológicos descobriram um fenômeno, o *El Niño*, resultante do esquentamento das águas do Pacífico, com dois desgraçados efeitos no Brasil: no Sul do País, grandes inundações; no Nordeste, a calamidade da seca, matando gente de fome e sede, matando gado, destruindo a produção agrícola, ou seja, todo o esforço de um povo sofrido na construção de sua economia durante anos.

Esse fenômeno começa a manifestar-se pela elevação da temperatura, de julho a dezembro do ano anterior à seca, de um grau até cinco graus. Estamos ainda em agosto e as informações são de que esse aquecimento já começou. (...) O governo não dirá que não foi advertido. E que pode calar os clamores do Nordeste abandonado e enganado.

21 DE MAIO DE 2003

TRANSPosição DAS ÁGUAS DO SÃO FRANCISCO

Em visita à cidade pernambucana de Buíque, no dia 26 de abril último, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reacendeu as esperanças no projeto de transposição de água do rio São Francisco para o semiárido do Nordeste setentrional.

Na ocasião, o Presidente disse que, embora não tenha ainda uma posição formada sobre o projeto, determinará que os estudos sejam retomados, para que sua viabilidade e conveniência sejam avaliadas com profundidade. Ressaltou ainda que medidas destinadas a recuperar o rio São Francisco e seus formadores, há muito tempo em processo de degradação pelo assoreamento e a poluição, são prioridades de seu governo no campo dos recursos hídricos.

O Presidente frisou a necessidade de ações e atitudes que recuperem a autoestima dos nordestinos, possibilitando-lhes viver dignamente em sua própria



Com Aluísio Alves e o Presidente em exercício, Inocêncio de Oliveira, no Palácio do Planalto – 11/03/1994

terra, sem o preconceito gerado pela pobreza. Pobreza que leva tantos deles a migrarem para outras regiões do País.

Embora seja louvável o aprofundamento dos estudos relativos ao projeto de transposição de água do São Francisco, estamos certos de que eles apenas confirmarão sua absoluta necessidade para que o semiárido setentrional do Nordeste seja economicamente sustentável e, assim, seja eliminada a miséria que ali tem prevalecido ao longo de nossa história.

O déficit hídrico dessa região é incontestável. Basta lembrar que o rio São Francisco responde por cerca de metade da disponibilidade de água de todo o Nordeste, incluídas as regiões costeiras e de clima úmido. A equipe técnica que detalhou o projeto de transposição, na gestão passada do Ministério da Integração Nacional, estimou que, já no ano 2000, o déficit hídrico do Nordeste era da ordem de 26 mil litros por segundo, apenas para o abastecimento urbano.

O déficit hídrico total previsto para o ano 2025 será de mais de 300 mil litros por segundo, considerando que haverá considerável aumento populacional e incremento de atividades produtivas que utilizam água, como a indústria e a agricultura irrigada.

Se quisermos melhorar a vida do nordestino que vive no semiárido, temos de aumentar a disponibilidade de água daquela região. A alternativa mais viável técnica e economicamente, até porque vem sendo exaustivamente estudada desde meados do século XIX, quando D. Pedro II era Imperador do Brasil, é a transposição de águas do rio São Francisco.

É preciso desfazer alguns mitos em torno do projeto de transposição de água do rio São Francisco para o semiárido do Nordeste setentrional. Cabe lembrar que, nos termos do inciso III do art. 20 da Constituição, a água do São Francisco é um bem da União, que pode dela dispor independentemente do consentimento ou permissão dos Estados por ele banhados. Até o licenciamento ambiental do projeto é federal, pois a transposição afetará positivamente, deve-se ressaltar, mais de um Estado.

A quantidade de água que se pretende retirar do São Francisco, para ser transposta, será insignificante para o rio e para os atuais e futuros usos de suas águas. A vazão média prevista pelo projeto é a de 65 metros cúbicos por segundo, correspondentes a apenas 2,3% da vazão média do rio a jusante da barragem de Sobradinho, onde serão implantadas as captações, que é a de 2.800 metros cúbicos por segundo.

Não faz sentido afirmar que é necessário importar água de outras bacias hidrográficas, como a do Tocantins, para compensar a transposição. Seria importar água, a custos altíssimos, simplesmente para aumentar a vazão que o São Francisco despeja no Atlântico.

O lago formado pela barragem de Sobradinho tirou definitivamente todas as características naturais do rio São Francisco, desde o início da área inundada até o oceano. Nesse trecho, não ocorrem mais enchentes, vazantes, transporte de sedimentos, afastamento da cunha salina e reprodução e propagação de peixes.

Não me parece lógico, também, condicionar a transposição à recuperação do rio, pois os trechos que precisam ser recuperados estão a mais de mil quilômetros acima dos locais de captação, nas nascentes dos formadores do São Francisco, em Minas Gerais e no oeste baiano.

Para resgatar a autoestima do Nordeste, como pretende o Presidente da República, nada mais eficaz do que um empreendimento que proporcione ao nordestino o elemento básico de trabalho e de geração de riquezas disponível nas outras regiões do País: água para abastecer suas casas e suas indústrias e irrigar suas plantações.

Esse empreendimento está, sem dúvida, na transposição de água do rio São Francisco para o semiárido do Nordeste setentrional.



HENRIQUE, POR TANCREDO

Henrique Eduardo Alves é uma presença marcante no Parlamento Nacional. Traz no sangue e no nome uma nobre tradição de espírito público, talento político e capacidade de luta.

Une a firmeza das convicções a um trato polido e afável e no conjunto dessas qualidades assenta uma cativante habilidade, feita de inteligência, persuasão, próprias dos líderes.

Não altera a voz quando discute e nem usa dos gestos bruscos para fazer impor os seus princípios e as suas teses. Polemiza com elegância, sendo enérgico quando necessário, mas sem jamais perder a linha de sua aprimorada educação.

Homem do Rio Grande do Norte, Estado que vem dando ao Brasil, desde o Império, notáveis estadistas, ele tem mantido, ao longo de sua vida pública, a conduta irreprensível do devotamento infatigável ao serviço do seu povo.

Trabalhador incansável, sabe conciliar o esforço diuturno da assistência permanente aos redutos de sua província a uma atividade fecunda e competente no cumprimento dos seus encargos na Câmara dos Deputados.

Nas comissões, elaborando bem estudados pareceres, ou no plenário, discutindo com objetividade e expondo com clareza os problemas mais complexos de sua região, aponta para os mesmos, soluções racionais e adequadas e daí o peso de sua palavra sempre ouvida com o maior acatamento.

É dos que não falam por falar, porque só fala para trazer uma contribuição importante e séria. Eis a razão do apreço que desfruta entre os seus pares, correligionários e adversários, que reconhecem nele o parlamentar digno, leal e exemplar na correção de suas atitudes.



Com Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e membros da Executiva Nacional do MDB – 1978

Está rasgando uma fulgurante carreira, que vai construindo tenazmente no estudo, a golpes de trabalho e na crença de que a vida pública é o esforço paciente e anônimo de cada dia, iluminado pelo ideal e sustentado pelo testemunho da própria consciência, que redime o homem público do desânimo, do ceticismo e das frustrações, quando as injustiças e incompreensões vociferam, agridem e golpeiam.

Henrique Eduardo Alves se destaca na sua geração e já se prepara para assumir, em breve, o lugar de relevo que lhe estará reservado na cordilheira dos nossos valores políticos.

Brasília, 21 de junho de 1978.

Deputado TANCREDO NEVES,

Líder Nacional do Movimento Democrático Brasileiro.





Com o Presidente da
Câmara, Marco Maia, e do
Senado, José Sarney



Com a Presidenta
Dilma, no plenário da
Câmara – 02/02/2011



FRANQUEZA E CORAGEM NOS GRANDES DEBATES DO PAÍS

3





Como deputado federal, apresentei centenas de projetos em defesa dos trabalhadores, aposentados e estudantes. Relatei outros tantos, alguns importantes, como o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida e a regulamentação do regime de partilha na exploração do petróleo. Denunciei injustiças, critiquei erros e desvios de governos e autoridades.

Só em plenário, fiz mais de mil pronunciamentos. Seria impossível reproduzi-los integralmente nesta publicação. Por isso, selecionamos trechos mais importantes dos discursos que, a nosso ver, melhor expressam a profundidade de nossa atividade parlamentar.

O debate parlamentar nunca é estéril, e o calor da discussão no plenário e nas comissões do Legislativo jamais se amorna na inutilidade.



Lutamos contra a ditadura, por eleições diretas e pela anistia, nas décadas de 70 e 80. Vencemos! Graças à pressão da sociedade, o Congresso aprovou leis que restabeleceram a democracia, trouxeram justiça social, ampliaram as liberdades e as próprias prerrogativas do Parlamento. A inflação foi derrotada, a educação evoluiu, o País se desenvolveu e a vida dos brasileiros melhorou muito. Se o Brasil melhora a cada dia, muito se deve ao Legislativo e aos políticos.

Alguns temas continuam a nos desafiar. A saúde ainda deixa a desejar, a reforma política, apesar dos anos de debate, não foi concretizada. A reforma tributária ainda está pela metade. Vamos prosseguir na sua discussão, para que não caiam no esquecimento popular e para que os governos não deixem de buscar sua solução. Podemos ser até repetitivos. Só não podemos ser omissos e nunca, jamais, desistir.



Com Arthur Santos e Paulo Pereira da Silva, na Comissão de Trabalho da Câmara – 2005

DEFESA DOS TRABALHADORES

04 DE OUTUBRO DE 1973

O PODER AQUISITIVO DOS SALÁRIOS

“Analisando as últimas estatísticas da economia nacional, os institutos de pesquisa constataram disparidades gritantes entre o nível de concentração de renda e o salário real dos trabalhadores nos últimos anos. Uma pequena parcela da população, representada por profissionais altamente qualificados, estaria percebendo salários extremamente elevados, enquanto as demais categorias sociais registraram decréscimo de vencimentos.”

Esse é um trecho da análise da situação brasileira publicada na “Revista Banas” de 12 de março de 1973. Adiante, diz o artigo que “o salário médio de um indivíduo que trabalhava no Brasil em 1958, segundo pesquisa do Departamento Intersindical

de Estatística e Estudos Sócio Econômicos – DIEESE – era de Cr\$ 8,54 (Cr\$ 8.540,00 cruzeiros velhos).” Em 1969 caiu para Cr\$ 5,52, a preços de 1958. Na realidade, houve uma redução de 36,5%.

O decréscimo do salário real do trabalhador é um fato comprovado por todos os pesquisadores e analistas que trabalham livremente, sem estarem subordinados aos órgãos governamentais. (...)

Há seis anos, o Departamento Nacional de Salários realizou investigação de âmbito nacional a fim de verificar como vivia o assalariado brasileiro. Constatou-se, na ocasião, que a metade do orçamento doméstico era consumida em alimentação, enquanto o aluguel absorvia mais 25 a 30%. Agora, o DIEESE apurou que a maioria dessas famílias poupa em alimentação para adquirir rádio, ferro elétrico e alguns aparelhos de utilidade doméstica. A redução dos gastos em alimentos tem acarretado sérios problemas sociais como o aumento da mortalidade infantil e a maior incidência de enfermidades, que decorrem da subalimentação.

05 DE OUTUBRO DE 1973

O TRABALHADOR NO GOVERNO MÉDICI

As autoridades governamentais continuam a negar a perda de salário real por parte dos trabalhadores, apesar de ser ela sentida por todo assalariado. Para sobreviver o brasileiro recorre a meios que mais o aniquilam: compras a crédito, a prazos longos, de até três e quatro anos, numa autêntica penhora de seus parques salários. Reduz ao mínimo seus gastos com alimentação e é imenso o número de brasileiros, da ex-classe média, que se alimentam só uma vez por dia, privando-se de alimentos indispensáveis à saúde, no regime de pão com média. (...)

É tempo de o governo atentar para situação tão grave. Urge deixar paternalismos e demagogias para se assegurar ao homem que trabalha aquilo que tem direito: salário justo que lhe permita viver com dignidade e realizar pequena poupança que lhe abra perspectiva de melhoria de vida.

É preciso, libertar da angústia e da opressão, o quanto antes, os trabalhadores do Brasil, que já não suportam a dura carga de sobreviver.

17 DE MAIO DE 1978

SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL: ARCAICO E DISCRIMINATÓRIO

O Presidente da República reajustou os valores do salário mínimo. Mais uma vez, o trabalhador brasileiro foi frustrado em suas esperanças, pois o aumento concedido sequer dá para contrabalançar a perda do valor real do salário mínimo verificada de maio de 1977 a maio de 1978.

Perdeu o governo, de outro lado, nova oportunidade para a unificação do salário mínimo, há tantos anos reivindicada precisamente pelos trabalhadores das regiões mais abandonadas do País, como o Norte e o Nordeste. Diversas vezes temos falado sobre o assunto, mostrando a necessidade de se atender a essa justa reivindicação. Além de várias outras razões, o custo de vida, em regiões longínquas e desassistidas é sabidamente elevado, sem se falar nas deficiências que populações abandonadas têm que enfrentar em todos os setores.

Desde muito, nada há que justifique essa distinção entre várias regiões do Brasil. O salário mínimo está, hoje, longe de atender às necessidades mínimas de sobrevivência em qualquer parte do País. Nem mesmo o governo ousa mais negar essa dura e cruel realidade. E a unificação em nada prejudica os trabalhadores das regiões mais desenvolvidas, a eles não se opondo.

O Presidente Geisel reconheceu, em seus discursos no Rio Grande do Sul e em São Paulo, que os salários são insuficientes e estão longe de atender às necessidades vitais dos trabalhadores. Mais incompreensível, portanto, se torna a manutenção de princípio arcaico, sem fundamento na realidade e que há muito se tornou injusta discriminação, a sacrificar as populações mais necessitadas.

Lastimamos a manutenção dessa discriminação e reafirmamos nossa disposição de prosseguir na luta pela unificação do salário mínimo. E não há de estar distante o dia em que isso se dará.

19 DE MAIO DE 1978

A ALTA ROTATIVIDADE DA MÃO DE OBRA

Afinal, após tantos anos, o próprio governo reconhece a necessidade de mudanças na lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, inclusive com o objetivo de reduzir a rotatividade de mão de obra. Durante todos esses anos vem a oposição clamando por alteração no FGTS, visando ao resguardo de interesses dos trabalhadores.

É o que se dá com relação à elevada rotatividade da mão de obra, que o governo assegurou não ocorrer até algum tempo, a despeito das comprovadas denúncias feitas com persistência pela oposição. Agora, o próprio Ministério do Trabalho reconhece o fato, que não mais pode ser ignorado ou ocultado, buscando meios para corrigir essa grave distorção, provocada pela instituição do FGTS.

A fórmula encontrada não é original, pois o que se propõe é a elevação de 20% da multa ao empregador que despedir empregado sem justa causa. Dessa forma não se resolverá o problema, pois a penalidade imposta ao empregador, mesmo elevada a multa, não desestimulará a dispensa sem justa causa, para contratação de outro empregado com salário menor.

Acertada, portanto, é a posição assumida pelos órgãos representativos dos trabalhadores, que propõem que a multa seja maior, de pelo menos 50%, a fim de constituir real desestímulo ao abuso generalizado. (...)

Esta é a nossa posição, que um dia se tornará vitoriosa, pois não se pode impor ao País um retrocesso social impune e definitivamente.

01 DE JUNHO DE 1978

ESTABILIDADE: DIREITO INERENTE AO TRABALHO

Está o governo prestes a propor mudanças na lei que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. É o que a imprensa informa quase diariamente. Ninguém mais ousa negar os efeitos maléficos da legislação em vigor, como o da

alta rotatividade de mão de obra, fenômeno há muito denunciado pela oposição e que o próprio governo reconhece hoje como grave, de forma a resolver adotar medidas que reduzam o mal.

Ao que se informa, a fórmula cogitada reside na elevação de 20% da multa devida pelo empregador nos casos de dispensa sem justa causa. Ora, a medida será inócua, pois a multa deveria ser no mínimo 50% maior e, mesmo assim, não se estancaria a rotatividade elevada de mão de obra. Isso porque a intensificação da inflação torna rendoso para o empregador despedir empregados, mesmo arcando com o ônus dessa multa, para admitir outros com salários bem mais baixos.

A solução do problema está no reconhecimento do direito inalienável da pessoa humana, o direito ao trabalho. E este não existe, de fato, se não há segurança de permanência no trabalho. Aquele que despede empregado sem justa causa pratica ato antissocial, injusto e que merece rigorosa condenação de lei. O necessário é dar ao trabalhador a estabilidade após 90 dias de trabalho, de forma a só poder ele ser dispensado por justa causa.

A eliminação do instituto da estabilidade foi o maior retrocesso social imposto ao País, pois o que se impunha era assegurá-la após 90 dias de trabalho e não somente após 10 anos.

Mais uma vez reafirmamos nossa posição e nosso ponto de vista: a estabilidade no emprego é direito inerente ao trabalho e urge ser devolvida ao trabalhador, inclusive para se eliminar, de vez, o fenômeno da alta rotatividade de mão de obra.

24 DE MAIO DE 1978

RECOMPOSIÇÃO DO VALOR REAL DOS SALÁRIOS

Depois de o Congresso Nacional votar a anistia, que, embora restrita, vai beneficiar considerável parcela de patricios nossos, é chegada a hora de o Poder Executivo encaminhar a esta Casa a “anistia” salarial, tão veementemente reclamada pelos assalariados brasileiros, vítimas também, como os políticos, dos desacertos ocorridos nestes últimos quinze anos.

Numerosas são as reivindicações dos funcionários públicos civis, dos aposentados, dos pensionistas e dos contribuintes da Previdência Social, que precisam ser examinadas com realismo pelo governo, iniciando-se pela atualização dos salários, incorporando o poder aquisitivo perdido nestes últimos anos.

O reajuste salarial semestral, em índices superiores ao custo de vida e ao da inflação, o estabelecimento do teto mínimo para o salário-benefício de um salário mínimo regional, a aposentadoria do homem aos 30 anos de serviço e da mulher aos 25 anos, o 13º salário para o funcionalismo e aposentados, bem como a inclusão do trabalhador rural no FGTS e no PIS/PASEP, são algumas das fundamentais reivindicações de todos os assalariados deste País. (...)

Somente com o lançamento de uma política salarial realista, montada em dados reais, poderá o Presidente João Baptista Figueiredo conquistar o apoio dos assalariados brasileiros para a grande obra de recuperação nacional que tem que enfrentar: retirar nosso País da grave situação em que foi colocado nestes últimos anos, com uma dívida externa das maiores do mundo e a ameaça de desemprego em massa.

14 DE AGOSTO DE 1978

ASPIRAÇÕES DOS TRABALHADORES BRASILEIROS

O 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria aprovou numerosas resoluções que consubstanciam as principais reivindicações dos trabalhadores brasileiros. Entre elas, cabe-me destacar: o reajuste automático dos salários sempre que o aumento do custo de vida ultrapassar 10%; a participação dos trabalhadores nos estudos e decisões sobre a fusão de empresas; a adoção de salário mínimo único para todo o País e a participação dos sindicatos nos cálculos para reajustamentos salariais.

São assuntos que tenho abordado com insistência desta tribuna. Estamos em face de reivindicações procedentes e que há muito já deveriam ter sido atendidas, houvesse por parte do governo maior preocupação com a questão social.

A uniformidade do salário mínimo para todo o território nacional, pela qual tenho tanto me batido, é medida que se impõe. Não há argumento válido para a manutenção da

multiplicidade de valores do salário mínimo, conforme amplamente demonstrado. Nem a medida acarretaria abalos à economia, como ainda teimam em afirmar os recalcitrantes.

É de se esperar que no próximo ano o governo determine o salário mínimo único, conforme desde muito deseja esta Casa pela maioria de seus membros, só não tendo a medida sido imposta por nossa iniciativa, face à oposição que tem tido do governo.

29 DE AGOSTO DE 1978

MANIFESTO DE EMPRESÁRIOS E OS PROBLEMAS NACIONAIS

Está destinado a tornar-se histórico o documento divulgado em São Paulo, assinado por oito empresários, que expressaram, inquestionavelmente, o pensamento amplamente dominante no meio empresarial brasileiro. Trata-se de acontecimento de profunda significação, que traduz, até em sua linguagem correta e límpida, o grande avanço do Brasil em todos os setores, inclusive no cultural.

É extremamente animador para a Nação, sobretudo para os que se dedicam, como nós, à vida pública, constatar estar o empresariado brasileiro imbuído de pensamento tão certo. Bem como ser capaz de uma análise tão objetiva, imparcial e acertada não apenas dos problemas da indústria e da economia, mas de toda a gama de questões com que ora nos defrontamos: a Nação colocada diante de uma encruzilhada decisiva para seu futuro. E, com a mesma capacidade de diagnóstico dos graves problemas nacionais, estão fixadas no documento as premissas necessárias à adoção de medidas certas para a melhor solução desses problemas. (...)

Concluo, reafirmando comungar do otimismo, que é fé e confiança, dos empresários no futuro brasileiro, cuja grandeza dependerá única e exclusivamente de todos nós. Daí a significação transcendental por eles dada à plenitude democrática, cujo estabelecimento imediato no País é condição *sine qua non* para a correção de males, a remoção de obstáculos, a solução de problemas e a construção, por homens responsáveis e livres, da grande potência que o Brasil há de ser em prazo mais breve do que o esperado por tantos.

14 DE MARÇO DE 1979

O MÍNIMO IRREAL

Os trabalhadores nordestinos alimentam a esperança de que, com a mudança de governo e de mentalidade, o futuro ministro do Trabalho, no próximo 1º de maio, fixe o novo salário mínimo em percentual que corresponda às necessidades mínimas da família trabalhadora e, ao mesmo tempo, elimine uma grande injustiça até hoje praticada contra esses trabalhadores, unificando, para todo o território nacional, o salário mínimo. (...)

Nos Estados do Norte e do Nordeste, principalmente, os efeitos do irreal salário mínimo estão causando grande descontentamento social, já que esses poucos recursos nada representam como pagamento de 30 dias de trabalho sob o sol e sob a chuva, para um homem enfraquecido que ordeiramente se empenha para levar aos seus familiares o pão de cada dia. (...)

Peço a Deus que ilumine nossos governantes e que desde já se implante no Brasil uma política de extinção da miséria, de assistência social, que justifique o sacrifício de nossos trabalhadores no trabalho diuturno que realizam em favor do nosso progresso.

09 DE MAIO DE 1979

UNIFICAÇÃO SALARIAL: QUESTÃO DE JUSTIÇA

Insisto no apelo que fiz, há dias, ao Presidente João Baptista Figueiredo, no sentido de atender, em maio próximo, à velha reivindicação de milhões de brasileiros dos mais necessitados de unificação do salário mínimo em todo o território nacional.

Na verdade, é incompreensível que tão justa causa não tenha sido atendida até hoje, sucessivos governos impedindo que o Legislativo imponha unificação, com base em argumentação totalmente improcedente e retrógrada.

A unificação do salário mínimo não implicaria nenhum abalo para a economia brasileira, como sempre alegam alguns, ainda mais após tantos anos de inflação, a corroer o poder aquisitivo dos assalariados, tornando a vida da grande maioria dos brasileiros algo desesperador. (...)

Esperamos que o Presidente da República atenda, este ano, a tão antigo anseio, decretando a igualdade de salário mínimo para todo o País, medida de grande justiça social e que muito favorecerá as populações mais necessitadas, sobretudo aquelas das regiões menos favorecidas. Hoje, está desfeita a argumentação com que se combatia a unificação salarial. Até mesmo técnicos e especialistas indiferentes ao problema social se pronunciam a favor da medida, que não mais pode ser procrastinada.

Deixamos, portanto, mais uma vez nosso apelo ao Presidente Figueiredo, bem como ao ministro Murilo Macedo, em cuja sensibilidade para o problema social confiamos.

25 DE OUTUBRO DE 1979

CRECHES PARA OS FILHOS DAS TRABALHADORAS

Em todo o mundo desenvolvido e nas nações emergentes a cada dia se torna mais frequente o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, mesmo em profissões outrora exclusivas do homem. Isso não decorre propriamente de um novo sentimento de libertação, que marca o feminismo moderno. Antes disso, a mulher procura atividades remuneradas fora do lar, justamente para contribuir para a renda familiar, embora por esse motivo seja obrigada a reduzir os cuidados com os filhos.

Acontece que a grande maioria da mão de obra feminina é subassalariada, permanecendo, embora atenuado, aquele tratamento que lhe era dado na Europa, no século passado, de mão de obra de segunda classe, como as crianças.

O certo é que nem o Estado nem a sociedade podem ignorar, no caso, a existência de um problema: o cuidado com as crianças, na ausência da mãe e do pai, deve ser entregue a pessoas ou instituições capacitadas a promover uma sadia substituição dos cuidados maternos. O ideal seria que as empresas com mais de trinta operárias a seu serviço, espontaneamente ou por imperativo legal, promovessem, todas, essa assistência indispensável à família das suas servidoras. (...)

É preciso conscientizar o empregador, convencendo-o de que, consciente daquele cuidado especial com os seus filhos, a operária, assim tranquilamente, produzirá mais e melhor, com lucro para a própria empresa.



Com o ministro Reis Veloso e o deputado Rubem Medina, na Comissão de Economia da Câmara – 1974

07 DE NOVEMBRO DE 1979

O VETO PRESIDENCIAL AO SALÁRIO ÚNICO

O Presidente da República vetou, no projeto de revisão semestral de salários, a parte que unificava o salário mínimo em todo o País, conforme emenda apresentada pelo nobre Senador Mauro Benevides, do MDB do Ceará, e aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional.

Em suas razões, diz o Presidente da República:

“A unificação do salário mínimo no País constitui item de relevo na política salarial em que o Governo se empenha.

A diversidade das condições econômicas nas várias regiões do extenso território nacional – fundamento fático da desuniformidade do salário mínimo, desde sua instituição – não permite, entretanto, se faça em curto

prazo a fixação do valor único para aquele mínimo normativo, sob pena de, paradoxalmente, decorrerem reflexos nocivos aos interesses dos próprios trabalhadores nas regiões em que ainda não se verificam as condições indispensáveis para suportar o ônus da unificação.”

Reconhece o governo que a unificação do salário mínimo constitui item de relevo, mas, ao mesmo tempo, a considera prejudicial ao trabalhador brasileiro.

19 DE NOVEMBRO DE 1980

FALTA DIÁLOGO ENTRE GOVERNO E SINDICATOS

Acusa-se o Presidente Getúlio Vargas de ter eliminado, em oito anos, de 1937 a 1945, as lideranças políticas nacionais, com o longo jejum democrático. Se, a partir de 1964, nos últimos dezesseis anos, esse jejum não foi total, os políticos, tratados a pão e água, sofreram os mesmos desgastes, e, quando se fala em liderança, quase sempre a memória recorre aos sobreviventes da última safra, quando a Revolução levantou a alfanje das cassações.

São poucos os jovens líderes políticos como Miro Teixeira, no Rio de Janeiro, e Marcos Freire, em Pernambuco, enquanto nos arraiais governistas eles praticamente não se formaram, conduzidos os partidos por velhas lideranças udenistas e pessedistas.

Se isso acontece no campo político, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, nota o mesmo no campo sindical, como salientou no lançamento da campanha “Educação, Liderança e Trabalho”, no Rotary Clube de São Paulo, considerando esse o maior problema atual do sindicalismo brasileiro, quando se verifica que os antigos condutores da classe trabalhadora já não correspondem às necessidades da época.

Identificado esse fenômeno em São Paulo, onde, afinal de contas, Lula é reconhecido como a figura carismática dos metalúrgicos, imagine-se o que acontece no restante do País. (...)

Mas o mal não é insanável. O melhor nutriente da liderança é a liberdade. Na medida em que diminuir o intervencionismo estatal nos sindicatos, em que se abo-

lirem as restrições impostas ao direito de greve, essas lideranças sindicais surgirão, amadurecendo logo, para felicidade geral da Nação e melhores informes setoriais encaminhados ao próprio Ministério do Trabalho.

Também as lideranças políticas repontarão, nas classes mais jovens, na medida mesma em que se amplie a abertura política, restaurando-se, em plenitude no País, a democracia representativa.

17 DE MAIO DE 1983

ALIMENTOS PESAM NO BOLSO DO TRABALHADOR

O custo do café da manhã, constituído de leite, pão, café e margarina, sofreu este ano majoração de 136%, segundo cálculo feito pelo Setor de Abastecimento e Preços da Coordenadoria de Orientação e Defesa do Consumidor.

Levando-se em conta o consumo de um litro de leite, cinco pães, 50 gramas de café e 50 gramas de margarina, os gastos com o café da manhã durante um mês equivalem a Cr\$ 14 mil e 250, correspondente a 41% do salário mínimo, quando, no início do ano, seu custo era de Cr\$ 6 mil e 48, ou seja, 23% do salário mínimo, reajustado, nos últimos oito meses, em 48%.

Essa amostragem revela como e por quê, na amostragem mensal da inflação, os artigos alimentares fornecem os maiores índices de elevação. Evidentemente, o lucro não se distribui com quem produz a matéria-prima do pão, da margarina, do café e do açúcar. Como sempre, ele é maior para os intermediários.

Enquanto isso, o quilo de carne disparou acima dos Cr\$ 2 mil, providenciando-se a importação, para ver se se contém a ganância principalmente dos frigoríficos. Anunciou-se largamente que seria vendida a carne congelada por preços mais acessíveis, mas o produto em Brasília só foi encontrado em alguns supermercados a Cr\$ 1mil 970 o quilo. Espera-se, na próxima semana, o aumento do preço do açúcar, entre 47%. (...)

Não tem o governo como coibir a ganância de tantos e pretende cortar no salário dos trabalhadores. Diante disso, há muitas razões para temer a convulsão social.

28 DE MAIO DE 1983

A COMPRESSÃO SALARIAL

Em alentado trabalho, recentemente divulgado, a Federação do Comércio do Estado de São Paulo avaliou a evolução dos salários, entre novembro de 1979 e setembro de 1983, para as faixas de um a 50 salários mínimos. Considerada a situação de um trabalhador que permanecesse no emprego, no período, sem qualquer promoção além do reajuste de lei e da produtividade, deduzidos o IAPAS e o Imposto de Renda, verifica-se que essas faixas foram comprimidas entre um e vinte salários mínimos.

Assim, quem ganhava 50 salários mínimos em novembro de 1979 estará ganhando 20 salários mínimos em 1983. Haveria uma perda real de 35% para quem ganhasse 50 salários mínimos, e um assalariado de dez mínimos, naquele ano, teria hoje nove, com uma perda de 5%. Apenas os 10% acima do INPC, do Decreto-lei n° 2.024, teriam conseguido melhorar o perfil da distribuição dos salários, na faixa de um a quatro mínimos.

O fenômeno da perda substancial de salário agravou-se com a grande rotatividade da mão de obra. É que muitos foram despedidos para serem contratados por salário inferior. Uma pessoa que em novembro de 1979 recebia, em valores atualizados, Cr\$ 587 mil anuais, teve uma perda mensal de Cr\$ 37 mil. Fácil verificar-se o profundo grau de deterioração da paga salarial, em consequência da política adotada pelo governo. (...)

E, enquanto promove a busca do seu sucessor, o governo lhe reserva o maior abacaxi: dez milhões de desempregados e uma inflação de 150%.

27 DE JUNHO DE 1991

ARROCHO E INFLAÇÃO

Os servidores públicos federais e os trabalhadores em geral são os mais sacrificados pelo arrocho salarial, pois a correção mensal do salário mínimo ou os mínimos aumentos dos vencimentos, de civis e militares, não conseguem acompanhar a ciranda dos preços.

Recente pesquisa feita pela Arthur Andersen Consultores, tomando amostra de 72 empresas líderes de nove segmentos do mercado, revela que as perdas salariais acumuladas de março a maio ultrapassam cerca de 20%, em média, para uma inflação de 38,48%, medida pela Fipe, neste período.

A perda se verificou, apesar do fechamento de acordos coletivos e do pagamento de antecipações salariais nesse trimestre, quando somente os sindicatos mais poderosos, como o dos metalúrgicos, obtiveram ganhos reais de salário, no período.

Categorias como os comerciários, ganhando uma recomposição salarial de 30% em maio, não escaparam a uma perda salarial da ordem de 0,23%.

Não se enxergam perspectivas de melhoria dessa situação calamitosa para os assalariados em geral, tanto mais quando os sindicatos não se encontram articulados para negociar uma melhoria, diante da situação difícil da indústria e do comércio, além da crise recessiva, resultante da queda de produção.

Sabe-se que as maiores perdas estão no setor da distribuição de petróleo, acima dos 20%; difícil situação, mesmo que as antecipações pagas pelos empresários cheguem a 15%.

Decerto os industriais e comerciantes gostariam de pagar um salário justo, que incrementaria o consumo, incentivando seus negócios. Mas uma preocupação exclusiva com os números da inflação – impedindo o repasse desses custos ao preço das mercadorias – tem efeito retroalimentador da crise, cujo ônus é, principalmente, pago pelos trabalhadores.

16 DE FEVEREIRO DE 2011

POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Antes de entrar no mérito da questão, quero dizer que muitas vezes eu vi este plenário discutir política de salário mínimo de forma conturbada, desrespeitosa, agressiva.

Então, hoje, eu quero dar um testemunho e parabenizar esta Casa, a começar pela oposição, que fez um acordo de alto nível, respeitando-o democraticamente. E,



Com o deputado Cândido Vaccarezza e o Presidente Marco Maia – 14/06/2011

do lado da base do governo, vemos um comportamento tranquilo, sereno, porque está confiante no que está dizendo. Esta Casa vive hoje um momento de maturidade do Poder Legislativo, como podem ver milhões de brasileiros que estão nos assistindo em suas casas. Que comecemos assim e que continuemos assim.

A questão do salário mínimo é um bom começo para esta Casa mostrar a sua cara. Fez bem a oposição em exigir votações nominais, porque o salário mínimo não é uma questão do governo, que definiu o seu valor e propôs a sua política. Esta é uma questão do Brasil, das classes trabalhadoras, dos empresários, dos gestores públicos, da iniciativa privada e da iniciativa pública. Particularmente o meu partido, o PMDB, foi buscar para o povo brasileiro a aprovação a uma política que nos últimos anos deu ao salário do trabalhador um ganho real de 67%.

Eu mesmo, no meu Estado, devo ter conquistado muitos votos ao aplaudir a política acordada com as centrais sindicais e chancelada pelo Congresso Nacional. E agora, de forma coerente, transparente, nós queremos a sua continuidade.

É importante o trabalhador saber que, pelas nossas estimativas, em relação ao PIB de 2010, haverá crescimento de 7,4%; ao IPCA de 2011, de 5,9%. Esse salário, fixado em R\$ 545, atende à classe trabalhadora e – emoções à parte – vai garantir para 2012 um reajuste de 13,7%. É o maior da sua história, e vai levar o salário mínimo a R\$ 620.



Com o deputado Miro Teixeira e membros da Comissão de Legislação Participativa – 26/06/2003

É essa política que nós queremos aqui reafirmar, consolidar, porque ela traz estabilidade para os trabalhadores e previsibilidade para o agente pagador – seja município, Estado, União; seja público ou privado. Portanto, defendo essa posição, que é a do meu governo, mas é, sobretudo, uma posição esperada pela maturidade, pela consciência, pelo equilíbrio do povo brasileiro.

Agora, uma palavra final. Estão na Casa 77 deputados da minha bancada, o PMDB. O Deputado Edson Ezequiel, que estava adoentado no Rio de Janeiro, a meu pedido, veio cumprir o seu dever e aqui está. Os Deputados Leonardo Picciani e Pedro Paulo, que estavam licenciados, a meu pedido, vieram cumprir o seu dever de votar com o País e com o PMDB. (...)

Ao plenário desta Casa e ao povo brasileiro, afirmo aqui, agora, que o PMDB, com 77 Deputados, vai oferecer os seus 77 votos. A votação do nosso partido será unânime.

Compreendo as manifestações e as respeito profundamente. Um parlamentar que inicia o seu 11º mandato tem de respeitar todas as expressões de pensamento. Mas a maior delas, a mais emotiva, a mais sincera, a mais construtiva e a mais verdadeira é a que o meu partido vai dar hoje: coesão, unidade, respeito e consciência. Agradeço à bancada do PMDB. Vamos à votação!

DÍVIDA EXTERNA, MORATÓRIA E FMI

23 DE JUNHO DE 1983

RISCOS NO ACORDO COM O FMI

Encarando-se não apenas a dívida externa brasileira, mas a impossibilidade de cumprirmos as exigências do Fundo Monetário Internacional, para “rolar” nossa dívida externa, fala-se, claramente, em moratória.

Mas, enquanto o ex-Senador Teotônio Vilela compreende esse recurso como o congelamento dos juros e a suspensão do pagamento do principal, alguns empresários e muitos líderes políticos encaram o recurso como uma renegociação da dívida brasileira. Ampliam-se os prazos para o pagamento dos empréstimos, cujo vencimento, na sua maior parte, está contratado para os próximos quatro anos, podendo protelar-se para 1990.

Ainda esta semana deverá chegar ao Brasil uma missão do Fundo Monetário Internacional, e a tese da renegociação lhe será apresentada, com a sugestão de que o *board* daquela organização aceite o déficit público acumulado no primeiro trimestre e as medidas propostas para a sua redução, com vistas à liberação, em julho, da segunda parcela de US\$ 411 milhões do financiamento ampliado.

Estuda-se a possibilidade de uma nova maxidesvalorização cambial, como fórmula de viabilizar e até ampliar a meta de superávit comercial de US\$ 6 milhões este ano.

A maxidesvalorização já ocorrida em janeiro, da ordem de 30%, implicou em uma redução imediata de pelo menos 12% do poder aquisitivo da moeda, como um violento tributo contra os que vivem de salários. Teriam eles que pagar novo tributo mascarado, para obter-se ou prometer-se o saneamento financeiro. Temos, então, mais uma vez, a corrente arrebatando no seu elo mais fraco.

Relembremos que a maxidesvalorização foi desastrosa, também, para o setor público, que responde por US\$ 60 bilhões dos US\$ 83 bilhões da nossa dívida externa bruta, resultando num impacto de US\$ 18 bilhões nos orçamentos da adminis-



Com Ulysses Guimarães e correligionários em reunião da bancada do MDB na Câmara

tração direta e indireta. De qualquer modo, o governo não tem outra saída senão um drástico corte nos subsídios e nas despesas correntes no setor público.

Mas, ao tomar a medida da redução dos subsídios, é bom que os tire, totalmente, do petróleo e do trigo, mas não dos empréstimos à lavoura. Frustrada em parte a safra agrícola, pelas enchentes no Sul, seca no Nordeste, no Maranhão e no norte de Goiás, perdeu-se uma boa parte da safra de arroz e estamos ameaçados de importá-lo, como em 1979, com a redução de um milhão de toneladas na produção deste ano. A supressão total dos subsídios será um verdadeiro crime contra a agricultura brasileira.

MORATÓRIA E RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

O endividamento envolve culpa tanto do devedor como do credor. Quando, há cerca de um decênio, a imprensa mundial propalava o “milagre brasileiro”, começaram a voejar, no Brasil, as ofertas dos banqueiros internacionais, oferecendo-nos dólares, a médio prazo e juros aparentemente razoáveis.

Entretanto, nossas autoridades financeiras, ouvindo o canto da sereia e pressionadas pelos ministros “tocadores de obras”, não se advertiam de que, nesses contratos, constava uma cláusula da variabilidade dos juros, conforme a cotação da moeda norte-americana. Assim fizeram os banqueiros com o Brasil, a Argentina, o México, a Polônia, para citar apenas alguns países.

Com a reversão das expectativas, a partir do brutal aumento dos preços do petróleo no mercado internacional, os países importadores de óleo, principalmente, passaram a atrasar o seu serviço de juros, intentando novos empréstimos para pagar antigos compromissos, já agora com juros bem maiores.

Basta assinalar que, para um débito de cerca de US\$ 90 bilhões, já pagamos mais de US\$ 40 bilhões de juros, num decênio. Antes desse recrudescimento da onzena, os banqueiros internacionais, que manipularam os juros dos empréstimos a seu talante, deviam estar convencidos de que a situação do Brasil, no particular, não era diferente da do México – que produz todo o petróleo que consome, e ainda exporta – e da Polônia, que, como nós, importadora de óleo.

Devemos despachar o Fundo Monetário Internacional e dizer diretamente aos nossos credores que vamos congelar o pagamento, até que tenhamos condições de solver os débitos. Trata-se de uma nova moratória, como aquelas de 1932 e 1937, propostas por Getúlio Vargas, que não implicaram nossa falência nem nosso descrédito.

E, para o futuro, devemos preferir empréstimos de governo a governo, como procedíamos outrora, livre de pressão de fundos internacionais, que se julgam com autoridade para ditar-nos a política econômico-financeira. Devemos seguir o exemplo de Juscelino Kubitschek, na década de 1950, que promoveu o desenvolvimento nacional sem a suposta ajuda dos banqueiros internacionais.



Reunião da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – 26/02/1975

05 DE OUTUBRO DE 1983

O ACORDO ENTRE O BRASIL E O FMI

A Carta de Intenções ao Fundo Monetário Internacional, divulgada pelo governo, revela, dentre outros artifícios, a promessa de reduzir em mais de cem pontos percentuais, no próximo ano, a taxa de inflação, que superará, neste ano, os 165%.

Não cremos que haja algum economista no FMI capaz de acreditar possível, sem um formidável aumento do Produto Interno Bruto, semelhante desempenho, revelador, desde o início, de que o governo assume um compromisso que não cumprirá.

Se já é pouca a credibilidade que temos lá fora, ela se reduz a zero, quando nossas autoridades financeiras assumem tão estapafúrdio compromisso, só possível de atender se o garimpo de Serra Pelada passasse a produzir, diariamente, pepitas de 60 quilos ou a Petrobras duplicasse a extração de petróleo.

Entretanto, a previsão não é feita pura e simplesmente para ludibriar os nossos credores. Ela faz parte de uma estratégia de Delfim Netto, que, estimando em 60% a inflação, só vai dar ao funcionário da União, a partir de janeiro, um aumento de 25% e outro tanto em julho, no maior achatamento salarial da história, pois a inflação, a partir do último aumento, terá sido superior a 100%.

Tal procedimento se casa muito bem com o que acontece no que tange aos índices mensais inflacionários, quando o governo resolver divulgar um índice expurgado. Assim, para uma inflação real de 15%, o governo publicará o índice de 10%. Como não há qualquer limite para esse expurgo, será possível que, a partir de janeiro, comece a ser divulgada a subida mensal de 6% nos preços, para que fechemos o ano com 60% oficiais e 180% reais.

Se os nossos tecnocratas não se pejam de asseverar a possibilidade dessa contenção numa carta de intenções, não se vão acanhar, certamente, de proceder a expurgos tais que configurem a inflação por eles desejada e não a realmente sofrida pelo povo.

Mas não adianta semelhante expurgo. O povo sente, pelos preços cobrados nos açougues, nas farmácias e nas lojas, pela conta do telefone, da eletricidade e pelas tarifas dos transportes, quais os níveis de crescimento de inflação.

Pena que não tenha condições para fazer aquilo que deseja: expurgar o governo de uma cáfila de aproveitadores que, protegidos pelas escancaradas mordomias, não chega a sofrer nada com o aumento do custo de vida.

Diante disso e depois disso, ninguém vai acreditar que esse governo deseje eleições diretas, porque nelas se refletiria a insatisfação do povo, punindo a incompetência dos governantes.



Com o ex-Presidente Michel Temer, no gabinete da Presidência da Câmara – 16/04/1997



APOSENTADOS: PREJUDICADOS E ABANDONADOS

04 DE ABRIL DE 1975

O ACHATAMENTO DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA

É extremamente contraditório o fato de que o Instituto Nacional da Previdência Social mantenha tanta parcimônia na fixação de proventos aos aposentados e aos que têm direito a perceber abono de permanência em serviço.

Não é de hoje que as autoridades previdenciárias vêm apregoando encontrar-se a instituição em ótima situação financeira, a ponto de estar preparada para ampliar e dinamizar os benefícios prestados a seus segurados, assim como estendê-los a outras faixas da população, inclusive a quem sequer contribuiu para sua manutenção, como é exemplo a recente Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.

Apesar de toda essa euforia econômico-financeira, os aposentados e os beneficiados pelo § 3º do art. 32 da Lei Orgânica da Previdência Social continuam tendo direitos a proventos excessivamente minguados. Calculados estes com base nos últimos 48 meses de contribuição, apurados em período que pode estender-se até aos 60 meses anteriores, nos casos em que o trabalhador porventura esteve afastado temporariamente da atividade.

É o que vem estabelecido nos incisos II e III do art. 3º da Lei nº 5.890, de 08 de junho de 1973, que, neste ponto, alterou para muito pior a legislação da Previdência Social. De tudo resulta que as disponibilidades salariais, assim como o poder aquisitivo de tais beneficiários estão cada vez mais distantes da realidade, sendo angustiante receber a retribuição pelos serviços prestados ao País de forma tão exígua e desalentadora.

Lembrado deve ser que até 1967 os trabalhadores percebiam aposentadoria calculada com base tão somente nas doze últimas contribuições. De lá para cá, sempre em prejuízo dos trabalhadores, esse cálculo passou a ser feito com base nas últimas 24, posteriormente 36 e, finalmente, 48 contribuições, como determina a lei atualmente em vigor.

Por estas razões, comunico à Casa que estou apresentando à elevada consideração de meus ilustres pares projeto de lei visando a tornar menos drásticas aquelas bases de cálculo de benefícios previdenciários, diminuindo-as para 24 meses anteriores, nos casos de aposentadoria em geral e de abono de permanência em serviço. (...)

09 DE ABRIL DE 1975

REFORMA DA PREVIDÊNCIA E DESONERAÇÃO DA FOLHA SALARIAL

Dentro do atual quadro jurídico de nosso sistema previdenciário há um aspecto da maior relevância que exige pronta reformulação. Pela legislação em vigor, as empresas contribuem para o INPS em quantia igual à que for devida pelos segurados a seu serviço. Vale dizer, há uma real proporcionalidade entre a contribuição previdenciária da empresa e sua folha de pagamento. Não é difícil constatar que a empresa terá gastos previdenciários maiores, caso sua atividade exija maior utilização de mão de obra, e estes gastos serão menores se o respectivo sistema produtivo tiver maior grau de automatização.

Igualmente, é fácil concluir que o atual sistema se tem transformado em poderoso incentivo à automatização dos métodos de produção, o que nem sempre é adequado às melhores técnicas e vantajoso em face do baixo custo relativo da mão de obra brasileira.

Há uma crescente substituição do trabalho humano por equipamentos que dispensam a participação do homem. Nas atuais condições, com esta carga de contribuição previdenciária onerando extremamente os custos globais, pela exasperação do valor concreto da folha de pagamento, esta substituição é compulsória, e não se inspira por razões válidas de compatibilização dos melhores métodos de produção. (...)

O atual sistema de contribuições previdenciárias na proporção da folha de pagamento não atende nem às necessidades da política de emprego e nem aos objetivos de estímulos ao capital. Ao contrário, restringe o mercado de trabalho e acrescenta um dado artificial na concorrência entre as diversas áreas empresariais.

Um sistema nacional e adequado à realidade brasileira deve transferir as contribuições de previdência para o faturamento das empresas. Dentro da legislação social, o PIS é o exemplo marcante do acerto do sistema.

As vantagens são claras. Por um lado, retirado o incentivo à automatização desnecessária, haverá uma oferta maior de colocação para o operariado, enquanto se pode prever uma descompressão salarial. Isto resultará das diferenças de custos de setores determinados, aliviadas as empresas de grande consumo de mão de obra, cuja capacidade de melhor remuneração salarial será necessariamente acrescida. (...)

A adoção do sistema de contribuição previdenciária das empresas com base no faturamento é providência imediata. Pretendi levantar o problema, para chamar a atenção da Casa para as deformações atuais e as vantagens do método que proponho.

E chamo a atenção, também, do governo para que não se atrase em iniciar estudos mais profundos, para que não se afete a receita do INPS, mas também não se termine por agravar ainda mais os gastos das empresas com encargos sociais.

Aqui ficam, portanto, a ideia e o apelo, na certeza de que ao Congresso cabe importante missão no aperfeiçoamento de nossa legislação previdenciária.

COBRANÇA POR SERVIÇOS PRESTADOS AO SEGURADO

O ministro da Previdência e Assistência Social acaba de tornar público que o INPS, apoiando o projeto que cria o sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, passará a cobrar pelos serviços que prestar a seus segurados de acordo com a declaração de renda de cada qual. Finalmente confirma o que há muito vinha sendo afirmado por alguns e negado pelos porta-vozes do governo.

Como é notório, o projeto elaborado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social encontra geral protesto no Legislativo e, sobretudo, junto aos milhões de segurados do INPS. Críticas e argumentação não lograram alterar a inflexibilidade com que o governo quer a aprovação de seu projeto, indiferente ao descontentamento expresso por muitos de seus partidários nesta Casa. Tudo indica que o projeto se converterá em lei, apesar da repulsa com que é visto.

O projeto implica a mais profunda alteração já proposta no tocante à Previdência Social. Seus efeitos serão os mais amplos e devastadores. É fruto das dificuldades financeiras em que se acha o INPS, por razões que não examinaremos no momento, mas basicamente porque o Brasil é um país onde, até hoje, o governo se recusa a assumir as responsabilidades que lhe tocam no setor social. Isso nos coloca em situação deprimente se tivermos em mente o que se dá nos países industrializados e mesmo naqueles em situação mais precária de desenvolvimento do que a nossa.

Apesar de ser a única fonte de arrecadação de recursos, a União não assume deveres que lhe são inerentes no campo social. E, como sempre, procura resolver dificuldades em que se encontra à custa da bolsa popular.

Se aprovado o projeto governamental, o Legislativo delegará ao Executivo poderes ilimitados para dispor sobre a cobrança pelos serviços de Previdência Social. É uma delegação inconstitucional, como tantas ocorridas nestes últimos anos, através da qual abrimos mão de atribuição específica do Legislativo.

Mesmo aceitando o princípio de que o INPS deve cobrar pela prestação de seus serviços, o que se tem em mira representa absurdo. E para ocultá-lo se recorre

ao *slogan* de que “os ricos devem pagar pelos pobres”, digno dos partidários da ideologia que prega a luta de classes.

É obrigatória a filiação ao INPS de todos os que exercerem atividade remunerada. A ninguém é dada a opção de pertencer ao INPS ou a entidades privadas de seguro social. A contribuição para o Instituto passou de 3%, originariamente, a 8%. A União nunca pagou a parte que lhe toca, omitindo-se na repressão à burla de empregadores inescrupulosos, que se apossam das importâncias descontadas de seus empregados, na prática do que a lei define como crime há muitos anos. (...)

O Legislativo não pode e não deve acumpliciar-se a propósito tão nefasto, praticando um ato de suicídio, ao abrir mão de prerrogativa sua, que diz respeito a sua própria razão de ser.

28 DE MAIO DE 1980

REFORMAS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Todos reconhecem que o Brasil é uma nação jovem, não apenas historicamente, mas tomando-se em consideração, também, a composição etária da sua população, onde predominam os menores de 20 anos. Apesar disso, não é pequena, no País, a população de maiores de 55 anos, embora a vida média do brasileiro não ultrapasse, de muito, esse número.

Convém salientar que, no quadro etário entre os 55 e os 75 anos, há clara predominância da gente mais pobre, ou seja, dos sobreviventes, principalmente na lavoura, da luta contra as endemias, os surtos epidêmicos e a falta de assistência médico-sanitária.

Muitos desses sobreviventes ou são aposentados do serviço público ou recebem da Previdência Social uma aposentadoria por velhice, que se situa entre 78% do salário, desde que comprovem mais de dez anos de serviço. Geralmente, aposentadoria por velhice é obtida no último quartel da vida, quando as despesas com a subsistência individual são acrescidas com aquelas destinadas aos cuidados médicos, visto como os achaques aumentam com a idade. (...)

Mas, no cumprimento do nosso mandato e atendendo às sugestões que nos encaminham os interessados, as trazemos à consideração do governo, que poderá enviar mensagens ao Congresso Nacional dispondo a respeito.

22 DE NOVEMBRO DE 1991

REAJUSTE DAS APOSENTADORIAS E COMBATE ÀS FRAUDES

Este governo que aí está insiste em negar aos aposentados e pensionistas do INSS o reajuste de 147% a que eles têm direito. O Executivo, ao invés de conter as fraudes em que é pródigo, trava mesquinhas batalhas judiciais com idosos, viúvos e portadores de deficiência física, para não pagar o que deve, ou o que deveria pagar, se fosse um governo honrado.

Aqueles que comandam a recessão pensam que os votos ganhos em 1990 dão o direito de desprezar as normas constitucionais. Enganam-se. A Constituição é mais legítima do que qualquer presidente eleito, pois é ela, inclusive, que permite a eleição dos presidentes.

Pois bem, o § 2º do art. 201 da nossa Lei Maior dispõe claramente sobre os benefícios da Previdência Social:

“Art. 201

§ 2º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.”

O reajuste dos proventos, não só dos aposentados, mas de todos os assalariados deste País, não deveria ser objeto de discussão; deveria ser automático, para impedir a desvalorização do trabalho e o desprezo à Constituição. Reajuste não é aumento, é tentativa de justiça. E o governo proíbe essa tentativa de justiça contra o espírito constitucional e contra os brasileiros que tanto já trabalharam pelo País. (...)

Respeitar os brasileiros é conceder automaticamente aos aposentados reajustes compatíveis com a inflação, e não esperar que os idosos tenham que lutar por um direito óbvio.

17 DE JANEIRO DE 1992

REJEIÇÃO DO REAJUSTE PROPOSTO PELO GOVERNO

Graças a Deus, o pesadelo que esta Nação sofreu, ao longo desses dias, está chegando ao seu final. O projeto do governo, para tentar reparar os seus erros e a sua incompetência junto à Previdência Social, está com seus dias contados.

A reação de classe política brasileira convocada pela sociedade – empresários, trabalhadores, aposentados e pensionistas – soube ser sensível ao entendimento de que não se pode, neste momento da vida brasileira, castigar a sociedade como um todo, por desmandos, por equívocos, por incompetência de um governo que, a cada dia, intranquiliza a Nação brasileira.

Quero acreditar que a posição do meu partido, o PMDB, desde a primeira hora, revelou a impossibilidade de esse projeto ser aprovado pelo Congresso Nacional. (...) Esta Casa, sem medo, esta Casa independente, esta Casa, democraticamente, discutindo e votando, haverá de impedir o assalto à sociedade brasileira por essa proposta estapafúrdia do governo, que quer punir aposentados, trabalhadores e empresários e, por que não dizer, toda a Nação brasileira.

Congratulo-me com as lideranças partidárias que, comandadas nesta Casa pelo seu maior partido, o PMDB, assumem o compromisso de, na próxima semana – pelos trabalhadores, pelos aposentados, pelos empresários e pelo País –, enterrar, sem choro nem vela, esse projeto amaldiçoado e insensível deste atual governo.

04 DE JUNHO DE 2003

TAXAÇÃO DE INATIVOS É CORTINA DE FUMAÇA

Manifesto minha perplexidade perante a proposta de reforma previdenciária do Governo Lula. E não me refiro tão somente à insistência em taxar os proventos e as pensões, proposta repudiada por quatro vezes no Congresso Nacional.

Descontar dos benefícios previdenciários uma contribuição destinada ao cus-

teio dos próprios benefícios significaria, em última análise, reduzir o valor desses benefícios. O que se pretende é, mediante um subterfúgio, desvincular o valor dos proventos e das pensões da totalidade da remuneração do servidor ativo. Isso equivale a adotar, para a concessão do benefício, um valor diferente daquele considerado para o cálculo das contribuições descontadas do segurado. Seriam dois pesos e duas medidas diferentes, em detrimento do servidor. (...)

O propósito da reforma é tornar o regime de previdência dos servidores públicos mais justo. Norteá-la em função de questões exclusivamente monetárias dá margem a propostas obtusas, descabidas e antijurídicas, as quais não podemos acatar.

Os mais de 30 anos de exercício de mandato levam-me a supor que, de tão absurda, a proposta de taxaço dos inativos e dos pensionistas serve como cortina de fumaça para evitar a análise detida, por parte dos parlamentares, da mídia e da opinião pública, dos demais itens contidos na reforma previdenciária.

Entre outros aspectos relevantes, destacamos a alteração das regras de transição definidas pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998. Naquela oportunidade, assegurou-se aos servidores que estavam prestes a se aposentar o direito de fazê-lo, porém cumprindo um pequeno pedágio. Agora se volta atrás, retirando-se a palavra dada, para impor um redutor de 5% para cada ano de idade inferior ao limite recentemente estabelecido.

Se há algo que o dúbio texto da PEC nº 40/2003 deixa claro é o desrespeito para com o direito adquirido e o tratamento cruel e desumano do servidor público – cada vez mais eleito como bode expiatório para os problemas enfrentados pelo erário, resultantes de crônica má gestão administrativa. Uma reforma séria do regime de previdência dos servidores públicos pressupõe uma consistente revisão dos critérios e objetivos da renúncia fiscal, que a cada ano subtrai aos cofres públicos cerca de R\$ 10 bilhões.

Repudiamos com veemência não apenas a tentativa de taxaço de inativos e pensionistas, mas o próprio embasamento desta PEC nº 40, de 2003, que a Câmara dos Deputados votará nos próximos meses.

ABRAÇANDO A CAUSA DA SAÚDE PÚBLICA

Ao longo da vida pública, sempre nos posicionamos pela ampliação dos serviços públicos de saúde, pela cobertura universal e gratuita às necessidades da população. O Brasil evoluiu muito nesta questão nos últimos anos, graças também ao empenho da classe política. Mas ainda estamos longe do ideal. A União, Estados e municípios investem muito pouco na saúde, e a população, sobretudo a mais carente, se ressentida da precariedade do atendimento, da falta de médicos e da má qualidade dos serviços.

Eu estou nesta Casa há mais de 40 anos. E há mais de 40 anos a saúde é bandeira das campanhas eleitorais, questão central do debate público, que nunca se resolve.

Na Constituinte de 1987, incluímos no texto da Carta o princípio da universalidade do atendimento. Abrimos os hospitais públicos a todos os brasileiros. Vieram as filas e criou-se uma crise. Nos últimos 20 anos, criamos e prorrogamos por algumas vezes seguidas a extinta CPMF.

Mais de uma década depois, lutamos e aprovamos a Emenda Constitucional 29/2000, que assegurou recursos financeiros públicos crescentes para a assistência à saúde.

Esta luta não acabou: dentro do meu partido e no Legislativo prossegue o debate sobre verbas para o setor. É um assunto polêmico e complicado. Mas a causa é justa.

14 DE MAIO DE 1992

O CÓLERA E O SUCATEAMENTO DA SAÚDE

O empenho e o bom posicionamento da atual administração do Ministério da Saúde estão sendo absolutamente insuficientes para reverter a situação do cólera em nosso País.

O fato de o ministro Adib Jatene ter assumido postura ética e profissional diante dessa grave epidemia, até o momento, não trouxe transformações importantes nos números que medem esse mal, que aflige milhares e ameaça milhões de brasileiros.



Reunião da bancada federal do PMDB na Câmara – 31/02/2011

Houve uma enorme redução de notícias e reportagens sem, contudo, haver uma correspondente redução de casos, nem uma reversão no curso da doença. Nossa presença na tribuna desta Casa tem o objetivo de manifestar a profunda preocupação com o desenvolvimento do processo de combate ao cólera, que tem passado a falsa impressão de que o problema se reduziu e está sob controle.

Os dados e a realidade demonstram o contrário. A chegada do cólera ao Nordeste deitou por terra definitivamente todas as tentativas de mascarar a real situação dessa grave doença. Recife, a capital de Pernambuco, simboliza o extenso grau de possibilidades de expansão do cólera nessa região.

As razões para essa conclusão são claras e alarmantes: do total de habitantes do Estado em 1990 – cerca de 7,5 milhões – 5 milhões não tinham acesso a água potável e milhares de outros não recebiam água com total segurança sanitária, por não haver sistema de cloração adequado. (...)

A falta de verbas atinge todo o setor social, em especial a saúde. As ações do ministro da Saúde, em seu périplo na busca da liberação do Finsocial, têm surtido poucos resultados. O quadro se agrava neste momento em que cresce o desemprego, a miséria, a fome, a desnutrição e conseqüentemente as doenças, acarretando uma sobrecarga nos já sucateados e despreparados serviços de saúde.

A repercussão dessa total falta de estrutura social na vida e na saúde da população é cruel: cerca de 40% das mulheres em idade fértil, esterilizadas; mais de 20%

de crianças com menos de cinco anos, desnutridas; um milhão de casos de malária; 10 milhões de esquistossomóticos; um novo caso de tuberculose a cada 30 minutos; terceiro lugar em casos de AIDS; epidemias de meningite, de dengue e agora de cólera; 1,5 milhão de trabalhadores vítimas de acidente de trabalho, com cerca de cinco mil mortes por ano. (...)

A atuação do Dr. Adib Jatene trouxe mais seriedade e competência para a saúde, chegando a retomar a expectativa de mudanças para o setor. Mas os fatos demonstram que saúde não se constitui prioridade de governo. Confirma-se, assim, para a desgraça de milhões, o dito popular: “Boa intenção não ganha jogo”.

Necessário se faz que medidas efetivas sejam tomadas, destinando os recursos indispensáveis para acabar de vez com essa verdadeira vergonha nacional. Situação esta que leva a população brasileira a conviver a cada dia com uma nova epidemia, como se não bastassem as dezenas de outras doenças e padecimentos a que já é obrigada a se submeter.

Ou travamos uma batalha sem tréguas para fazer do setor social, incluindo-se a saúde, a prioridade das prioridades, ou ficaremos na história como responsáveis pela perpetuação da miséria e da desgraça de nosso povo.

04 DE JUNHO DE 2008

REGULAMENTAÇÃO DA EMENDA 29

Venho à tribuna desta Casa para falar com dupla responsabilidade: a primeira é a de um homem público com 38 anos de mandatos consecutivos. (...) O outro encargo é liderar uma bancada de 93 deputados federais, oriundos de diferentes Estados, com distintas formações e interesses. É uma imensa missão, mas não quero fugir a ela; ao contrário.

Fui muito aconselhado a não me expor e apenas encaminhar a votação, mas tenho consciência de que ser líder é contar com o bônus da função – o prestígio – mas também arcar com o ônus de enfrentar adversidades ou incompreensões.

Essa matéria, digo a esta Casa com inteira autoridade, talvez seja uma das mais difíceis entre as quais lidei nestes últimos anos da minha vida pública. Não é fácil se

posicionar sob uma pressão intensa e injustificada dos meios de comunicação. E eu entendo: é a notícia, é o fato, é a especulação, é a manchete. É muito mais fácil ser contra do que ser a favor de alguma coisa neste País.

Tenho a responsabilidade de vir aqui e, em nome do meu partido, dizer que seria muito fácil chegar à tribuna, na hora de encaminhar a votação, dizer “sim” à regulamentação da Emenda nº 29, aprová-la, como fez o Senado, e depois levantar os braços, cantar o Hino Nacional e posar para as fotos dos jornais. (...)

Mas eu não quero participar de uma encenação. A minha vida pública me obriga a ter maturidade e responsabilidade. Eu não quero fingir que vou aprovar, aparentando resolver uma questão que não estará sanada.

Ninguém pode enganar-se, porque o Presidente Lula já disse, em alto e bom som, que não tem recursos para bancar o que essa regulamentação exige. Será que S. Ex.^a faz isso de bom grado, um homem que tem hoje, gostem ou não gostem, o maior nível de apoio popular? Se faz isso é porque tem deveres, como demonstrou ontem num discurso histórico que fez como Presidente de um país que, por sua vez, tem imensos compromissos com a vida pública nacional. E a saúde é o principal deles. (...)

Faço um apelo a cada companheiro do PMDB: essa questão não é faz de conta, não é para ter medo de nome em *outdoor*. Quem paga painéis de propaganda não precisa do SUS; do posto de saúde; do ambulatório; do mamógrafo para exame preventivo do câncer. (...)

Queremos esse dinheiro para a saúde! Na semana passada, eu, o Deputado Perondi, as Deputadas Rose e Rita, o Deputado Osmar e outros perguntamos ao ministro Temporão: o que será feito com esse dinheiro no próximo ano? S. Ex.^a disse: “Vários programas”. Nós dissemos: “Não. Nós queremos saber que programa, onde vai ser gasto o dinheiro – como, quanto e de que maneira”.

Eu trago a esta Casa um documento assinado por S. Ex.^a – o seu compromisso irreversível. Nós queremos e vamos exigir o cumprimento desse programa. O PMDB, que hoje aprova, quer saber amanhã, onde esse dinheiro vai ser aplicado. Quer que cada cidadão que tiver movimentação financeira de R\$ 1mil e der um real saiba que é em prol da saúde pública deste País.

Ao agradecer a este plenário a atenção, faço apenas uma pequena referência aos colegas da imprensa, que eu respeito tanto. Há uma semana que eu sou entrevistado aqui e no meu Estado. Ninguém pergunta o que vai ser feito. Ninguém pergunta pelos

postos, pelas filas, pelo sucateamento da saúde pública. Querem apenas saber “vão criar que imposto? Qual é o nome?” Ora! Perguntem pela saúde, vejam o sistema nos seus Estados, nas suas comunidades. É isso o que nós queremos enfrentar e resolver.

18 DE JUNHO DE 2008

CONVOCA BANCADA PARA VOTAR

Faço um apelo à bancada do PMDB. De forma bastante consistente e consciente, nosso partido abraçou a causa da saúde pública brasileira. Reconhece as suas dificuldades, as suas agruras, e quer encontrar para os problemas uma solução estrutural e definitiva. Isso porque é do PMDB, o ministro José Gomes Temporão, responsável maior pelo êxito na condução da saúde em nosso País.

Por entender que esta medida visa a garantir recursos estruturais e definitivos para a saúde pública, com aplicação comprometida com as demandas de todos os Estados e municípios, nosso voto é pela saúde, é para melhorar o atendimento público, é para garantir, afinal de contas, um futuro mais tranquilo e mais digno para a população brasileira.

Mais uma vez, faço um apelo à bancada do PMDB, que, de forma majoritária, na outra votação já se pronunciou. Venha ao plenário votar conscientemente, em favor da saúde brasileira.

18 DE JUNHO DE 2008

PRESENÇA PARA CONCLUIR VOTAÇÃO

Apelo aos companheiros do PMDB e dos demais partidos no sentido de que, logo após a sessão de homenagem aos 100 anos da imigração japonesa para o Brasil, estejamos novamente em plenário, para dar continuidade à votação. Quanto mais rápido, melhor será para esta Casa.

Ninguém aqui tem voto a esconder, nem voto clandestino. O voto pela saúde será consciente e assumido. Os recursos serão destinados à saúde, porque o povo está recla-



mando melhor assistência. Faço este apelo confiando em que os brasileiros carentes, que precisam de uma verdadeira saúde, estarão atentos ao fato de que estamos cumprindo o nosso dever, destinando recursos para o setor. Trata-se de R\$ 10 bilhões ao ano. São recursos expressivos, que não dependerão de orçamento superavitário para serem liberados e que têm destino definido nos programas públicos. É a solução em favor da saúde do País.

24 DE AGOSTO DE 2011

EMENDA 29: UMA LUTA DO PMDB, UMA LUTA DO BRASIL

A regulamentação da Emenda 29 não é uma bandeira apenas do PMDB, é uma bandeira do País. Ninguém aguenta mais a saúde pública do jeito que está. Eu estou nesta Casa há 40 anos. Há 40 anos faço campanha, e o tema sempre é a questão da saúde, que nunca se resolve. Agora, tão perto da uma solução através de uma regulamentação que avança, cria-se um impasse nesta Casa.

Quero aqui reforçar o apelo aos partidos de oposição, para que possamos fazer esse entendimento e votarmos aqui os projetos importantes e, no dia 28 de setembro, possamos votar a questão da regulamentação da Emenda 29. Assim, como o Código Florestal, é um desejo de afirmação desta Casa em nome do povo brasileiro.



Reunião da bancada do PMDB na Câmara – 03/02/2011

13 DE SETEMBRO DE 2011

PMDB UNIDO PELA VOTAÇÃO DA EMENDA 29

Quero falar, em nome da minha bancada, sobre a regulamentação da Emenda 29. Este assunto está em pauta há quanto tempo? Há quantos meses esta Casa discute se vai pautá-lo ou se não vai pautá-lo? Aponta-se no horizonte o seu destino, e, de repente, se recua. (...)

Esta Casa não tem a missão de enrolar – ela tem a missão de desenrolar; esta



Casa não tem a missão de se omitir – ela tem é a de decidir. Ela tem a honrosa tarefa de votar; não de deixar de votar.

Por que faço este preâmbulo? Porque fui, líder Paulo Teixeira, de um tempo difícil, nos anos 70, um tempo de falta de liberdade e de democracia, em que esta Casa não ouvia e muito menos falava. Aqui não chegavam as inquietações nem as vozes do povo brasileiro; e, por não poder ouvi-las, também não nos expressávamos. Era um tempo em que esta Casa silenciava; tempo em que esta Casa apenas carimbava vontades e vaidades do Poder Executivo, do poder militar.

Mas não pode esta Casa, depois de tantos anos de luta, de sacrifícios, de resistência, de coragem, de ousadia, diante de um tema como o da saúde em nosso País, ficar omissa, silente e acovardada. É como se de repente o tema da regulamentação da Emenda 29 queimasse as nossas mãos ou, mais, a nossa consciência. (...)

Graças a Deus, eu venho a esta tribuna anunciar uma posição que é uma bandeira do meu partido. E não é só do PMDB, mas de vários partidos. O PMDB quer votar e vai votar, no dia 21, a regulamentação da Emenda 29.

A partir da hora em que se anunciou que poderíamos votar, os quadros competentes da área econômica começaram a se preocupar em buscar recursos, fontes de financiamento para a saúde. E não o fizeram em tantos anos! Era como se estivéssemos todos nós – e o mea-culpa também faço e assumo – acomodados, anestesiados.

Com o anúncio da votação, já estão todos procurando recursos, instrumentos para financiar a saúde pública, que precisa não apenas da Emenda 29, carece de mais recursos. Mas venho também, em nome do PMDB, dizer aqui: não me venham trazer propostas de uma nova CPMF ou de qualquer tipo de imposto que se queira impor. Este País já tem uma taxa tributária elevadíssima! Não comportaria mais a imposição de um novo imposto, penalizando-se mais ainda a sociedade, a população brasileira.

O PMDB, portanto, quer e vai votar a regulamentação da Emenda 29. É um destaque do DEM que nós vamos aprovar. Só falta ele. Não há por que, a esta altura, esconder de quem é a autoria. Não importa se é do DEM, do PSDB, do PT. É desta Casa, que quer ver a saúde dar um passo adiante! (...)

Ouvi da Presidenta Dilma Rousseff que ela não queria só uma Emenda 29; queria duas. E o Vice-Presidente Michel Temer, até de bom humor, se referiu a uma Emenda 58: 29 mais 29. Pois bem. A primeira emenda, a dos primeiros 29, nós vamos oferecer – atrasados –, pedindo desculpas ao povo brasileiro, mas fazendo justiça. Nós vamos aprovar a sua regulamentação na próxima quarta-feira.

E a área econômica do governo? Meu prezado ministro Guido Mantega, eu reconheço em V.Ex.^a tantas qualidades! A área econômica, com sabedoria, com sensibilidade, com presteza, apresenta à Nação as soluções que fazem hoje este País forte e respeitado. Com essa mesma presteza, sensibilidade e competência, tratem de arranjar recursos para que a Emenda 29, depois de aprovada aqui, possa ser consagrada pelo Congresso Nacional, e com um pedido de desculpas ao povo brasileiro por termos segurado, por três anos, essa proposta.



Então, quero declarar a todos os partidos desta Casa, em nome de 80 deputados do PMDB: no dia 21, que nenhum deles adoeça, que nenhum deles se ausente. Que todos estejam aqui na quarta-feira que vem, para, de cabeça erguida, dizer “sim” à regulamentação da Emenda 29, ao destaque do DEM, à saúde pública deste País. E vamos torcer para que o Senado da República, a chegando lá a proposta, tenha tempo para encontrar as alternativas de recursos e resolver as questões fundamentais da saúde pública. Deixo aqui, portanto, nesta hora, a posição clara, irreversível, inquestionável do PMDB. (...)

Saio desta tribuna consciente de que, mais uma vez, esta Câmara vai cumprir seu dever e não só para com este tema. Há outros que estão à espera de decisão. Esta Casa existe para parlamentar, para discutir, para debater, para contraditar, para respeitar, para votar, para decidir. Que as matérias venham, que os projetos cheguem e que em cada painel cada um apresente o seu voto e a sua decisão.

A Emenda 29 – senhores que no Brasil nos ouvem agora – é uma bandeira histórica nossa. Se Deus quiser, na próxima quarta-feira, o primeiro passo nós vamos dar, cumprindo, portanto, o nosso dever. É a nossa expectativa. Parabéns a esta Casa, que começa a andar por passos certos!





Sessão da Assembleia Nacional Constituinte - 1988

A CARTA CIDADÃ

A pregação democrática do antigo MDB iniciada em 1971 acelerou o desmonte do regime militar instalado em 1964. Sob pressão das forças democráticas, o ex-presidente Ernesto Geisel – que utilizou o AI-5 para fechar o Congresso e cassar mandatos parlamentares em 1977 – começou a abertura democrática no ano seguinte, com o fim da censura à imprensa, a revogação do AI-5 e o restabelecimento do habeas corpus. Depois vieram a anistia política e a reforma partidária.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88 foi o coroamento do processo de redemocratização. Tive o privilégio de fazer parte desse grupo oposicionista que sofreu na carne a violência do arbítrio, lutou pela volta da normalidade política e viveu momento histórico único, de participar da elaboração de uma Carta verdadeiramente cidadã. Sob a liderança de Ulysses Guimarães, discutimos e votamos cada dispositivo, buscando resgatar nossas bandeiras, passar o País a limpo e consertar injustiças acumuladas contra brasileiros de diversos segmentos sociais e imensas regiões do Brasil.

Como deputado constituinte, apresentei 31 propostas e sugestões à nova Constituição e assinei dezenas de outras de iniciativa de companheiros de partido e das frentes temáticas que se formaram ao longo da Assembleia. Entre elas, a unificação nacional do salário mínimo, a concessão de incentivos à contratação de trabalhadores maiores de 45 anos de idade, a exigência de que nenhum benefício de seguridade social tenha valor inferior a um salário mínimo.

Defendi também mandato de cinco anos para o Presidente da República e a inelegibilidade de cônjuges e parentes de prefeitos e governadores, que acabaram aproveitadas no texto final da Carta. Desde o início, lutei por uma Constituinte consensual, que refletisse a vontade da Nação e não fosse imposta pela maioria, para que seu resultado fosse duradouro e um instrumento de união e pacificação da sociedade. Vencemos.



Assinatura da nova Constituição – Setembro de 1988



PLANO COLLOR: CONFISCO DA POUPANÇA E VOLTA DA INFLAÇÃO

08 DE MAIO DE 1990

PERDAS SALARIAIS GIGANTES

Afirma a ministra Zélia Cardoso de Mello que conseguiu, em um mês de aplicação do Plano Brasil Novo, zerar a inflação. Mas logo adverte que o inimigo ainda está hibernando e poderá ressurgir tão vigoroso quanto antes, se não permanecer, ao menos por três meses, o controle da liquidez da moeda. Não se pode negar que os preços se congelaram nos patamares anteriores.

Mas é inegável, por outro lado, que as perdas salariais dos trabalhadores, no úl-

timo semestre antes do Plano, ultrapassaram os 30%, não sendo possível zerá-las por decreto, com sequelas profundas no orçamento do proletariado endividado.

Evidentemente, estamos vivendo uma economia zerada, com a paralisação dos agentes econômicos, a retratação dos consumidores, o cancelamento de encomendas pelo comércio e de produção pela indústria.

Em qualquer doutrina econômica e em qualquer parte do mundo isso configura retração inarredável, quando o processo parou e reduziu-se notavelmente o consumo.

Por um mês foi suportável o sacrifício. Mas os cem dias napoleônicos, com que os nossos financistas emprazaram o arrocho da liquidez, parecem ser exagerados. Se um curto jejum é bom para a saúde, uma greve de fome, prolongada, conduz a crescente perigo de vida. (...)

Inflação zero pode ser sinônimo de produtividade zero. Devem pensar nisso os condutores das nossas finanças.

09 DE MAIO DE 1990

A INFLAÇÃO NÃO MORREU

Quando, certa vez, indagaram quem seria o ministro da Economia, o Presidente eleito Collor de Mello declarou, enfaticamente: “Meu ministro da Economia sou eu”. Passados os primeiros dias, tinha-se como certo que o timão do barco das finanças públicas era conduzido pela ministra da Economia, sempre revelando, nos meios de comunicação, certa modéstia, que tocava as raias da timidez.

Depois de aprovada a quase totalidade das medidas provisórias que constituem o Pacote Collor, quem assume o prosênio é o presidente do Banco Central, Ibrahim Éris, que declarou recentemente à Folha de S. Paulo: “Eu sei que tenho instrumentos para botar a atividade econômica onde quiser, só que isso implicaria em repetir o Plano Cruzado. Temos que acionar a economia sem comprometer a inflação”.

O imenso lago represado da liquidez monetária, com recursos da ordem de US\$ 120 bilhões, não deixa de ser uma enorme massa de moeda, no acionamento de uma economia como a nossa, se inteligentemente dosados e direcionados os recur-

sos. Mas se revela, ao mesmo tempo, uma tentação à onisciência e à onipotência, não muito raro entre os levantinos, desde os tempos de Maomé.

Entretanto, o monstro sagrado da inflação, que, segundo o Sr. Ibrahim, levou um soco de Mike Tyson – mas pode levantar-se para outro *round*, de 20% ao ano, de duração imprevisível –, não deixa de continuar rondando a Nação brasileira. E, como a esfinge de Gizé, ameaça os ditadores da nossa economia e os *gauleiters* das finanças: “Decifra-me ou te devoro”.

15 DE MAIO DE 1990

DESBUROCRATIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E DESEMPREGO

O Brasil precisa de uma reforma administrativa há muito tempo, e a tarefa iniciada por Hélio Beltrão não teve a necessária continuidade, prejudicada no Governo Sarney pela interferência, autônoma e desestruturada, dos diversos ministérios e órgãos vinculados e subordinados. Revelou-se a empedernida teimosia e a força de certos escalões do poder informal em solapar o trabalho do Ministério da Administração.

Talvez isso tenha provocado a impaciência que se nota agora, parecendo que o Brasil Novo é tão novo, que não conhece o velho ditado segundo o qual “Roma não se fez num dia”, traduzido, também, na advertência popular de que “a pressa é inimiga da perfeição”.

Demitindo dezenas de milhares de funcionários das sociedades de economia mista e das empresas públicas – algumas insubstituíveis, como a Petrobras e a Petroquisa, esta constituída numa das esperanças do Nordeste –, enquanto estão garantidos outros servidores da administração indireta pela estabilidade constitucional dos cinco anos, o governo vai provocar uma tremenda reação do “banco de reservas”, onde jogará funcionários capazes e revoltados.

Enquanto a ministra Zélia Cardoso diz que eles se arranjarão na iniciativa privada, depois da ressurreição econômica que retiraria o Estado do setor produtivo para a burocracia silenciosa e cabisbaixa (menos no Banco Central, no Banco do Brasil, na Petrobras e outras mordomias), os prejudicados se preparam para reagir, solapando o plano.

Se o processo fosse mais lento, conscientizando os servidores da necessidade das extinções e providenciando, paulatinamente, as transferências, sem demitir nenhum com cinco anos de serviço – mesmo das sociedades de economia mista e empresas públicas –, poderia ter êxito a reforma administrativa.

Provocando o desemprego em massa de uma elite esclarecida, marchará para o fracasso.

16 DE MAIO DE 1990

MANIPULAÇÃO DOS ÍNDICES DE INFLAÇÃO

A estatística econômica está se transformando, cada vez mais, numa ciência de iniciados, e o seu desempenho matemático parece, no Brasil pelo menos, não ter melhorado muito com o uso dos computadores.

É o caso, por exemplo, das amostragens que não são mais do que isso, pelo uso arbitrário de uma centena de indicadores em mais de mil referentes ao custo de vida e à inflação, em cada cabeça uma sentença. Surgem disparadas e escandalosas contradições entre o IBGE, órgão que se dedica a decênios ao problema, e a ministra da Fazenda, que resolveu, para bagunçar o coreto, expurgar os combustíveis, lubrificantes e tarifas públicas, os preços que mais dispararam com o Plano Collor, das suas verificações.

O resultado aí está: enquanto as autoridades econômicas financeiras juram, de pés juntos, que tivemos inflação zero – talvez visível nos supermercados, que não contribuem com 50% das despesas domésticas da classe média –, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) afirma que os preços subiram, em abril, mais de 40%.

O consumidor que esteve na bomba de gasolina do dia 15 de março e vai encher o tanque hoje tem certeza absoluta de que a inflação não foi zero. O Brasil marcha sobre pneus e o preço dos combustíveis influiu no aumento das tarifas de transporte, 90% rodoviário, entre os centros produtor e consumidor, encarecendo todos os produtos transportados.

Quem paga aluguel de casa tem certeza de que a inflação, no setor, foi de mais de 50%. E conclui, lendo e ouvindo as informações sobre o que já chama de “inflação Zélia”: “Não há seriedade nisso”.

27 DE JUNHO DE 1990

A CRISE PERMANENTE

O desenrolar do Plano Collor vem coincidindo, nos grandes centros, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, com a multiplicação dos sequestros, paralelamente à ampliação do tráfico de drogas e entorpecentes. Alguns dos marginais procuram compensar o que perderam na poupança, com o seu congelamento, outros afogam sua decepção na maconha e na cocaína.

Pode-se, evidentemente, deixar de estabelecer razão de causa e efeito entre as medidas tomadas pelo governo e essas consequências calamitosas, dependendo da ótica de quem enfrenta os fatos do cotidiano.

Se isso acontece nos grandes centros, a situação não é melhor nos meios rurais do Nordeste. Na cidade de Upanema, no Rio Grande do Norte, a 42 quilômetros do porto de Mossoró, uma centena de trabalhadores rurais, esfomeados pela seca, saqueou o depósito da merenda escolar, levando uma tonelada de arroz, feijão, macarrão e sardinha. (...)

Essas ocorrências, em duas longitudes extremas do País, demonstram que a crise permanente dos sem-terra e os efeitos da seca no Nordeste colaboram no sentido de demonstrar que o atual governo, apesar do seu característico otimismo, não tem conseguido enfrentar os mais ingentes problemas nacionais – do amparo ao povo à redistribuição de renda –, quando demite milhares de funcionários, esquece as regiões críticas e provoca o desemprego e a recessão.





Em reunião da bancada do PMDB, com o ministro Guido Mantega, governadores e deputados – 11/03/2008

DIREITO À MORADIA: DO BNH AO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

08 DE NOVEMBRO DE 1979

REVISÃO DOS SALÁRIOS E AS PRESTAÇÕES DO BNH

Antes mesmo de produzir seus efeitos práticos, a revisão semestral de salários já se presta a induzir ao erro órgãos que arrecadam dos assalariados as suas economias.

Já se noticia, por exemplo, que o Banco Nacional de Habitação pretende alterar semestralmente o valor das prestações dos adquirentes da casa própria e que o Con-

selho Federal de Educação deverá autorizar os estabelecimentos de ensino a rever, também semestralmente, as mensalidades.

É um absurdo que se aja dessa forma. Primeiro, porque anula completamente os efeitos das revisões semestrais de salários, que serão absorvidos pelos sucessivos aumentos, também semestrais, de todos os compromissos dos trabalhadores.

Mais absurdo ainda é se aplicar de uma forma geral essa majoração semestral de prestações, quando é sabido que os funcionários civis e militares da União, dos Estados e os funcionários municipais, além dos aposentados, dos pensionistas e reformados, não foram incluídos no projeto governamental de reajuste semestral de salários.

O que farão esses funcionários, caso essa injusta medida venha a se tornar realidade, se já se encontram descapitalizados, em consequência do aumento do custo de vida e da inflação, que já absorveram, nestes nove meses, o que receberam para suportar doze meses?

“Devagar com a louça”, é a recomendação que fazemos aos responsáveis por esses órgãos, a fim de que com medidas impensadas, não levem ao desespero todos os assalariados do próprio governo.

As prestações do Banco Nacional de Habitação, as anuidades escolares, as contas de luz, gás, telefone e todos os demais serviços públicos não devem ser corrigidos semestralmente; caso contrário, haverá um retrocesso para pior e as consequências poderão ser imprevisíveis.

01 DE JUNHO DE 1983

REGRAS PARA O REAJUSTE DAS PRESTAÇÕES

Impõe-se a fixação de limites para o reajustamento das prestações da casa própria, tanto mais quanto um aumento das prestações mensais da ordem de 130% elevará a mais de 50% a inadimplência dos mutuários, levando à falência todo o Sistema Financeiro de Habitação.

Se a lei determina condições para esse aumento, então cumpriria ao Ministro do Interior, a quem está vinculado o Banco Nacional da Habitação, propor ao Execu-

tivo a emissão de decreto-lei – visto tratar-se de matéria financeira determinando a fixação de limites para esses reajustamentos.

Entretanto, o Sr. Mário Andreazza, muito ocupado com a sua candidatura presidencial, não revela suficiente habilidade política para entender o problema, dizendo, apenas, que não aceitará a devolução das habitações dos mutuários insolventes.

Diante disso, apresentamos projeto de lei a esta Casa, determinando que os reajustamentos das prestações mensais de amortização dos contratos de financiamento para aquisição ou construção da casa própria não poderão, em nenhuma hipótese, ultrapassar os índices de aumento dos vencimentos ou salários do mutuário, ocorrido no mesmo período.

Precisamos corrigir, de uma vez por todas, as distorções do Sistema, quando o custo das prestações da casa própria está cada vez mais ocupando espaço dentro dos ganhos do trabalhador celetista e do funcionário público.

Sabe-se que já existe, entre os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, uma inadimplência da ordem de 15%. Ela decerto triplicará, se aplicada a correção de 130% nas prestações, importando, em muitos casos, no sacrifício de mais de 50% dos salários, quando o limite máximo suportável, na faixa de um a sete salários mínimos, é da ordem de 25%.

A declaração do ministro Mário Andreazza, no sentido de que não aceitará a devolução de casas por prestamistas inadimplentes, pode ser encarada como simples frase de efeito, ou desculpa demagógica de candidato. Fatos, não palavras. Queremos uma iniciativa governamental, capaz de afastar a ameaça que pesa, com a aplicação dos novos índices, sobre os orçamentos de quantos se filiaram ao Sistema Financeiro de Habitação.

O nosso projeto corrige essa distorção. Mas seria mais rápida a solução, se partisse de um decreto-lei.

PARECER DE PLENÁRIO: MINHA CASA, MINHA VIDA

A Medida Provisória nº 459 – todos a conhecem perfeitamente – é de grande repercussão nacional, um momento feliz deste País na hora em que se oferece, sobretudo àqueles de baixa renda, a oportunidade de realizar o sonho da casa própria, da sua habitação. É uma honra que me conferiu o PMDB ter-me escolhido para relatar complexa matéria. (...)

Cumpra compreender que o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, além de enfrentar diretamente o nosso vergonhoso déficit habitacional, em torno de quase oito milhões de domicílios, tem enorme potencial em termos de geração de novos empregos no setor da construção civil.

Esse potencial, temos certeza, merece a devida atenção por parte daqueles que participam do processo decisório e políticas públicas. Tem-se em mãos trunfo extremamente relevante na fase atual da crise econômica, o que reforça os aspectos de relevância e de urgência desta MP. Dessa forma, não poderíamos ter outra posição senão o claro voto pela admissibilidade da Medida Provisória nº 459, de 2009. (...)

Tomamos todo o cuidado para evitar que acontecesse com essa medida provisória o que tem acontecido rotineiramente, que é aproveitar uma MP sobre determinado assunto e se enxertar nela assuntos estranhos ao seu objeto. Aqui, não. Tivemos todo o cuidado de só acatar emendas estritamente tocantes ao assunto objeto da medida provisória. (...)

A Medida Provisória nº 459, de 2009, procura solucionar um dos mais graves problemas sociais do País: nosso déficit habitacional. O estudo *Déficit Habitacional no Brasil 2006*, preparado pela Fundação João Pinheiro para o Ministério das Cidades, mostra que havia carência de moradias naquele ano em oito milhões de novas unidades. As conclusões do referido estudo apontam que, dessa carência, cerca de 6,5 milhões de unidades, aproximadamente 82%, estão localizadas em áreas urbanas. (...)

Quero registrar que não seria possível elaborar este projeto de lei de conversão se não tivesse contado com a colaboração de diversos partidos. Por suas especialidades e competências no setor, os deputados se ofereceram para colaborar. Então, posso afirmar, e faço questão de fazê-lo, que este relatório é compartilhado com parlamen-

tares de diversos partidos. Agradeço, portanto, o esforço e a colaboração no que diz respeito a este relatório e a este projeto. (...)

É importante registrar, que, logo no *caput*, colocamos uma conquista desta Casa: o atendimento também a municípios com população abaixo de 50 mil habitantes, já que no projeto do governo seriam atendidos apenas os municípios com população acima de 100 mil habitantes. Então, conseguimos – e espero que esta Casa aprove – a inclusão de todos os municípios brasileiros, sem exceção, fazendo justiça, portanto, àqueles que, espalhados pelo Brasil inteiro, querem ter direito à casa própria. (...)

Uma outra inovação importante: financiar não apenas a construção da casa, mas também a aquisição de lote urbanizado, para que o cidadão possa construir, com recursos que ele tenha ou através de outros financiamentos, sua casa própria, já que o caro desse contexto todo é exatamente o terreno a ser adquirido. Aqui, portanto, expandimos o programa para a aquisição do lote urbanizado. (...)

Fizemos questão de definir o valor de R\$ 1 bilhão destinado somente às cidades com população abaixo de 50 mil habitantes e na faixa salarial de até três salários mínimos, e garantir os recursos necessários para atender a essa população.

E mais: estamos abrindo a oportunidade para que, além da Caixa Econômica e o do Banco do Brasil, instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central e agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação possam participar desse programa. Trata-se de uma inovação e uma conquista importante deste relatório e deste voto nesta convenção de lei. (...)

Quero registrar a presença do Deputado Fernando Chucre, um dos colaboradores na elaboração deste relatório. Quero agradecer, de público, a sua intensa e intensiva participação. Só foi possível fazer este texto, e o digo com muita humildade, com a ajuda decisiva que tive de diversos companheiros de diversos partidos. Prefiro compartilhar a elaboração do relatório para que pudesse, aqui no plenário, ter a sua aprovação de forma mais rápida e consciente.

Agradeço a todos os partidos da base e da oposição pela eficiente colaboração, sem a qual não teria sido possível realizar o relatório de um projeto de lei de conversão desta envergadura, desta importância e desta abrangência.

É esta nossa posição aqui. aguardo democraticamente a discussão e a votação do projeto ainda hoje!



20 DE MAIO DE 2009

APROVADO O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

Quero agradecer a todos os partidos que colaboraram e fazer um reconhecimento muito especial: esta talvez tenha sido a relatoria que menos conflitos provocou em plenário, entre tantos projetos que já votamos.

Mas não foi mérito do relator. Quero ter a humildade de declarar que o parecer foi feito por muitas mãos e muitas consciências de todos os partidos. Eu soube ouvir, recolher experiências e, sobretudo, recolher sensibilidade. Não teria sido possível obter tal êxito se o parecer tivesse sido elaborado de outra forma.

Agradeço à oposição, aos seus líderes, aos seus parlamentares, que tiveram a sensibilidade de entender que esse não era apenas um projeto de um governo comprometido com a questão social do País. Era um projeto nítida e essencialmente da alma e do sentimento do povo brasileiro.

Quero, como não poderia deixar de ser, agradecer ao líder Henrique Fontana, que ajudou, nos debates com o governo, a construir o projeto.

E a palavra final não poderia deixar de ser, por mérito e por justiça, ao Presidente Lula, que foi capaz de criar para o Brasil a oportunidade de realização do sonho da casa própria. Portanto, parabênizo o Presidente Lula. Esta Casa hoje comunga com um sonho; o sonho de todo o povo brasileiro.



Comissão Especial da Câmara sobre os *royalties* do Pré-sal – 30/11/2009

A RIQUEZA DO PRÉ-SAL

08 DE DEZEMBRO DE 2009

PARECER DE RELATOR – MARCO REGULATÓRIO DA PARTILHA DE PRODUÇÃO DO PETRÓLEO

Hoje, finalmente, chegou o momento de esta Casa cumprir seu dever, conforme espera o País. Todos sabem – quero recordar – do compromisso que assumimos, quando fomos ao Presidente Lula pedir que retirasse a urgência urgentíssima do projeto que trata do Pré-sal, de votar a matéria antes do encerramento deste período legislativo.



Ficaria, portanto, muito mal para todos nós se não cumpríssemos a promessa. Felicito, portanto, esta Casa, independentemente das feições partidárias, por estarmos votando o mais importante projeto do Pré-sal: o que define a mudança do conceito de concessão para o de partilha.

Essa modelagem se impõe. As restrições em face da mudança são muito pontuais, motivadas mais por questões político-partidárias do que pelo conceito da proposta. Justificava-se o modelo antigo quando o risco exploratório era enorme; quando a própria Petrobras não tinha tecnologia nem recursos financeiros para correr riscos em busca de um petróleo e de um gás que poderia não encontrar. O regime de concessão atraía investimentos de empresas estrangeiras, que vinham ao Brasil correr o risco de encontrar ou não petróleo, assumindo o ônus e o bônus de tal empreitada.

O Pré-sal muda completamente essa fisionomia: agora é baixíssimo o risco exploratório, e é excepcional a qualidade do óleo já encontrado em poços prospectados.

Não tem nenhum sentido deixar com a iniciativa privada aquilo que há de ser a grande riqueza do País e do povo brasileiro.

A partir de agora, com o regime de partilha, o contratado poderá vir participar do investimento – muitos já manifestam interesse em fazê-lo –, mas terá a sua remuneração, o seu custo e terá participação nos *royalties*. A partir daí, tudo o mais passa a ser da União. E essa riqueza haverá de ser distribuída, por meio do Fundo Social, para atendimento às carências, às reivindicações, aos sonhos e esperanças do povo brasileiro.

Dito isso, o conceito principal vem agora a questão que tentei não tratar nessa proposta, até porque ela veio do governo, originalmente, para que fosse tratada a questão de *royalties* e da participação especial, no futuro, em lei específica. A princípio, adotei esse comportamento, mas fui convencido, ao longo do tempo, pelos parlamentares e pelos líderes, de que esta Casa queria discutir uma nova redistribuição das receitas desse petróleo. Nada me diminuiria mudar de posição, desde que convencido de outra melhor. Na Comissão Especial, com 18 membros, obtivemos ao nosso relatório o voto de 15 parlamentares.

De cabeça erguida, vou chegar ao meu Estado, porque estou atendendo, de maneira substantiva, aos Estados e municípios não produtores, que tinham participação ridícula e que agora passam a ter uma posição significativa do ponto de vista financeiro.

Antigamente, como era a questão dos *royalties*? Eram 22,5% para Estados produtores confrontantes e 22,5% para municípios produtores confrontantes; 7,5% para municípios afetados por operações de embarque e desembarque; e – pasmem – apenas 7,5% para todos os Estados e todos os 5.500 municípios brasileiros. Isso era um acinte! Era um deboche! Era um desrespeito!

Na nossa proposta, na Comissão Especial, fizemos modificações. Os municípios produtores confrontantes, que tinham 22,5%, passarão a ter 6%. Os Estados produtores confrontantes, numa compensação para investir nos seus municípios, tiveram uma pequena elevação para 25%. Dos municípios afetados pela operação de embarque e desembarque, reduzimos de 7,5% para 3%. A União tinha 40% desses *royalties*, agora reduzidos para 19% – tiramos, portanto, 21% da União nos *royalties* do Pré-sal do futuro.

A mudança fundamental – e digo de cabeça erguida, Estados e municípios não produtores têm o direito de reclamar, mas não de acusar que não estão sendo atendidos – é esta: os 7,5% de *royalties* que antigamente se distribuíam entre os 5.500 municípios e os 24 Estados não produtores passam para 44%. (...)

Em relação ao futuro, eu chego tranquilo ao meu Estado, que não é produtor do Pré-sal. Vou dizer, que beneficieei, por justiça, o Rio Grande do Norte na hora em que elevei de 7,5% para 44% o percentual de Estados e municípios não produtores. Mas restava outra questão. Eu rejeitei mais de 42 emendas. Queriam que eu mexesse no Pré-sal já licitado – 28%. E eu, como relator, não aceitei aquelas emendas. Agora, perante esta Casa, quero me penitenciar, porque naquele momento eu errei. E, neste plenário, estou atendendo à reclamação desta Casa.

Eu não estou aqui para fazer o que nenhum governo quer. Sou governo hoje, mas posso não o ser amanhã. Sou governo hoje, mas fui oposição por 30 anos. Os governos passam, mas o parlamentar fica. E esta Casa não está aqui para carimbar a vontade do Executivo, e sim para melhorar as suas propostas, aperfeiçoá-las, corrigi-las.

Se na Comissão Especial eu não quis alterar os 28% do Pré-sal já licitados, de lá para cá, tive a humildade de reconhecer que eu estava errado. Aquilo que já foi licitado vai ter resultado financeiro, receita, a partir do próximo ano. Nos próximos dois, três, quatro anos, os 28% já apresentarão resultados. Então, por que esperar 10 anos para atender a nossos Estados e municípios não produtores?

Então, fiz a correção de rumo. E, nesta hora, acato uma emenda do Deputado Rodrigo Rollemberg, do Deputado Sandro Mabel e de outros líderes partidários. Aceito a emenda apresentada pelos líderes e vou transformá-la numa subemenda substitutiva global de plenário, rejeitando todas as demais, que foram discutidas, sim, à exaustão, na Comissão Especial.

Essa subemenda que acato, quero registrar para mostrar aos Estados e municípios, como o meu, não produtor, seu ganho excepcional. Vejam bem: sobre a distribuição dos *royalties* do que já foi licitado, a União tinha 40%, e os Estados e municípios confrontantes tinham 60%. Os Estados produtores tinham 26,25% e vamos manter o mesmo percentual. Os municípios produtores tinham 26,25% e baixaremos para 18%. Os municípios com operação de embarque e desembarque tinham 8,75% e passarão para 5%. A União tinha 30 pontos. Vamos baixar para 20, tirar 10.

Para onde vão esses 10? E aí vem nova alteração profunda para beneficiar Estados e municípios não produtores. Na divisão de *royalties* sabem quanto recebiam os Estados e municípios não produtores no já licitado? Tinham 8,75% para 5.500 municípios e 24 Estados. O que as emendas do Deputado Rollemberg e do Deputado Sandro Mabel apresentam? Esses 8,75%, que eram para todos, passam a ser apenas dos municípios não produtores. E os Estados não produtores, que não tinham sequer um tostão, vão

passar a ter 22% da receita dos *royalties* do Pré-sal já licitado, correspondente a 28%. Significa um ganho excepcional de paridade, de composição política necessária, já que esta Casa é para agregar, é para somar, é para compor e não apenas para conflito político, eleitoral ou partidário. (...)

É bom que todos saibam que a participação especial, daqui a dois, três, quatro anos, vai corresponder a quase dois terços dessa receita. Reduz-se o *royalty*, que é fixo (10%), mas a participação especial é regida pela produção e tende, portanto, a aumentar, aumentar e aumentar. Então, a joia da coroa é a participação especial.

Ontem ouvi o Dr. Nelson Barbosa dizer que a área econômica não aceitaria nenhuma alteração na participação especial. Com todo o respeito, eu disse a ele: “Sinto muito, mas a posição da Fazenda está equivocada”. Não estou tirando da União, mas descentralizando o poder e os recursos da União. Estou reduzindo a situação do “pires na mão”.

Se a União vai usar recursos do Fundo Social, muito bem; mas não é só esse que é importante. Há um outro fundo que vamos criar com pedaços da participação especial para atender aos municípios e aos Estados. Afinal, o cidadão não mora na União, que é um ente abstrato; ele mora no município, no Estado. Estou tirando do maior para dar ao médio e ao pequeno. Desculpe-me o governo, mas, como relator, tenho o dever de fazer isso e vou fazer. Espero que esta Casa compreenda e, portanto, aprove o projeto.

10 DE MARÇO DE 2010

“EMENDA IBSEN”

Encarei todas as dificuldades nesta Casa com os segmentos e com o governo. A primeira delas diz respeito à alíquota dos *royalties*, que era de 10%. Contra a vontade do governo, eu a aumentei 50%, passando-a para 15%. Na distribuição dos *royalties*, na parte a ser licitada, de 72% – é bom que os prefeitos ouçam e gravem o que estou dizendo –, a participação dos Estados e municípios, até então, na distribuição dos 10%, que passou a ser de 15%, era de apenas 8,75% para todos os Estados e municípios não produtores. Repito: dos 10% da alíquota dos *royalties* existentes, Estados e municípios não produtores tinham apenas 8,75%. Aumentei essa participação de 15% para 44% – 22% para Estados e 22% para municípios não produtores –, numa queda de braço difícil, quase absurda, com o governo, mas que terminou buscando no próprio governo a sua sensibilidade.

Na parte dos 28% concedidos, já licitados no regime anterior de concessão, eu não queria mexer naquilo que havia sido concedido. Mas, de novo, praticando o ato de convencer ou ser convencido, eu decidi mexer naquilo, e mexi. Fui buscar 15% da União, a duras penas. Com o apoio do líder do PT, Cândido Vaccarezza, do líder do Governo, Henrique Fontana, dos demais líderes que nos apoiaram, nós tomamos 15% da União na parte licitada na concessão para dar 10% aos Estados que não tinham nada e 5% aos municípios que também não tinham nada. Na parte dos *royalties* dos 28% licitados no regime de concessão, os Estados e municípios não produtores também tinham apenas 8,75%. Passei esse percentual para 22% para Estados não produtores e mantive os 8,75% só para municípios não produtores.

Digo isso para mostrar o avanço que foi possível fazer, o convencimento de que pude me utilizar para abrir esses espaços. Mas quero dizer a esta Casa, absolutamente tranquilo e consciente, que, se isso não atende à expectativa do plenário, eu tenho o dever – pode ser positivo ou negativo, mas é meu dever – de ouvir o alerta do líder do Governo de que poderá ser vetada a proposta pelo Presidente Lula. Não vou entrar no mérito dos questionamentos no Supremo Tribunal Federal, talvez paralisando com liminares o prosseguimento desse grandioso projeto do Pré-sal.

Com essa advertência para o futuro, digo a esta Casa qual é a posição do relator. Àqueles que brigaram a meu lado, que me ajudaram na luta do convencimento, eu quero me dirigir nesta hora, com absoluta clareza. Ulysses Guimarães já dizia que esta Casa faz o que o povo brasileiro quer. Não chego a tanto. Mas eu, que sou admirador e seguidor do velho Ulysses Guimarães, vou usar o exemplo dele para dizer de alma limpa, sem qualquer ressentimento ou decepção, que, pelo contrário, acatar a vontade deste plenário me alegra, porque, antes de tudo, o meu compromisso é com esta Casa, com este plenário, com esta Instituição.



Com o ministro Aldo Rebelo e deputados, no plenário da Câmara – 24/05/2011

CÓDIGO FLORESTAL: VITÓRIA DOS BRASILEIROS

Nesta guerra de muitas batalhas, e que ainda não terminou, o confronto não foi entre governo e oposição. O Código Florestal é uma questão do Brasil atual, do Brasil ambientalista, que ama a natureza e respeita o meio ambiente, e do Brasil que planta, colhe e produz.

Foi uma das matérias mais importantes votadas pelo Legislativo nos últimos anos. Nascida de projetos parlamentares, foi discutida, negociada passo a passo e aperfeiçoada em longa tramitação. O resultado refletiu a vontade da maioria da população e engrandeceu o Parlamento, muitas vezes atacado e nem sempre compreendido por todos os brasileiros. Não houve derrotados, nem no governo, nem na oposição.

Cumprimos nosso dever como legisladores e como brasileiros.

PRIMEIRO TURNO DO CÓDIGO FLORESTAL

Quero dizer, preliminarmente, que em todo o período de discussão desta matéria não troquei uma palavra sequer com a Presidenta Dilma. Não houve sequer uma conversa, nem pessoal, nem por telefone, nem direta, nem indiretamente. Os contatos que mantive, aberta e respeitosamente, foram com o ministro Palocci, com o ministro Luiz Sérgio e com o líder Cândido Vaccarezza. Aos três agradeço a maneira respeitosa como trataram o assunto, até porque respeitosamente foram tratados pelo líder do PMDB.

Dito isso, cito um ditado popular: “Vivendo e aprendendo”. Mas na política eu diria que é vivendo, vivendo; aprendendo e aprendendo. E diante de uma votação como esta, na véspera, nas horas que a antecedem, eu diria que é vivendo, vivendo e vivendo; aprendendo, aprendendo e aprendendo.

Aprendi muito nestes dias e nestas horas. Como parlamentar de 41 anos de vida pública, ainda tinha o que aprender, e aprendi. Aprendi a enfrentar questionamentos. Aprendi a encarar desafios com força. Aprendi a respeitar a oposição e a impor o respeito às nossas ideias. Mas o que eu mais aprendi – e isso é inestimável e emocionante; e revelo ao meu Estado e ao País – é evidenciado pela alegria que tenho nesta noite em exercer a plenitude da vocação parlamentar de debater, de convencer, de discursar e de votar. Esta atividade eu não troco por nada na longa vida parlamentar de 41 anos, 11 mandatos consecutivos. (...)

Trata-se nesse debate de reconhecer o esforço dos pequenos plantadores, do pecuarista e do produtor; elogiar sua resistência e capacidade de sobrevivência, enfim o Brasil real. Aqui, de repente, transformaram os que fazem a riqueza deste País em criminosos da Pátria, detratores do meio ambiente e agressores da natureza! Pelo amor de Deus! Não repitam esse comportamento porque não está à altura deste Parlamento!

As propagandas oficiais de quaisquer governos, em qualquer tempo, mais mostram em vídeos um agronegócio vitorioso; recordes sucessivos na produção de grãos; o trabalho febril da agricultura que produz. Subitamente isso virou crime ambiental e desrespeito à natureza! Ora, bolas! Respeitem a realidade do Brasil que produz; que cresce; que alimenta o País; que é orgulho da Nação brasileira!

E quero dizer ao meu governo: eu não sou um aliado do Governo Dilma; eu sou Governo Dilma. Eu tenho o Vice-Presidente da República, que foi eleito. Eu sou o governo de Michel e sou o governo de Dilma; sou governo do PMDB e sou governo

do PT. Não aceito que digam que está se derrotando o governo. Como que um líder de uma base importante do governo derrotaria o próprio governo, se a proposta é nossa?

Darei dois exemplos, minha querida Presidenta Dilma. O primeiro diz respeito à oposição – ao DEM, ao PSDB e ao PPS. Poderiam estar votando o destaque de uma emenda deles, um galardão por ser uma proposta da oposição. Mas não foram mesquinhos, foram grandes; retiraram a proposta para apoiar uma proposta do PMDB. Isso demonstra que não é luta nem a favor do governo, nem contra o governo da Presidenta Dilma.

Mais um exemplo, para finalizar, Deputado Chico Alencar. Se fosse uma questão de derrotar o governo, V. Ex.^a preferiria vencê-lo. Mas V. Ex.^a está juntinho da Presidenta Dilma – abraçado a ela, como se diz – nessa proposta. Isso prova que essa não é matéria de governo nem da competente oposição. É uma matéria do Brasil real, que vamos tornar vitorioso nesta noite.

Ao encerrar, uma palavra grave. E falo com a responsabilidade de liderar uma bancada de 78 deputados, reeleito pelo quinto ano consecutivo, por unanimidade, graças à generosidade dos meus pares. Eu soube que ministros de diversos partidos estão telefonando, contatando parlamentares. Respeito e compreendo a posição dos ministros de outros partidos, e que a exerçam democraticamente, mas quero pedir aos ministros do meu PMDB que não constriam a minha bancada. Não peçam para mudar seus votos, porque esses votos são livres!

Eu digo ao ministro Lobão – ao ministro Wagner não é preciso, porque é parceiro nosso –, ao ministro Pedro Novaes, ao ministro Nélson Jobim e ao ministro Moreira Franco: antes de serem ministros, são meus companheiros de partido. Peço aos meus ministros que não pressionem a minha bancada, até porque não vai adiantar absolutamente nada. O meu partido dará 78 votos para a votação da Emenda nº 164.

Dito isso, agradeço a todos. Valeu a pena esta luta! Valeu a pena viver este momento!

Aos companheiros Ana Arraes e Lincoln Portela, do PSB e do PR: compreendo as suas posições, mas por contingências mudamos um caminho. Eu reconheço e respeito, mas, pelo amor de Deus, reflitam neste momento em que todo o Brasil está nos assistindo. Esta é a hora de esta Casa se afirmar! Este é um Poder! É o Parlamento brasileiro! Não falam tão mal de nós, deputados, por aí? É tanta injustiça com esta Casa e com os seus membros! É chegado o tempo de, nesta noite, darmos uma resposta em respeito ao País e em respeito ao Parlamento; em respeito ao nosso exercício parlamentar e em respeito ao Brasil.

É o voto “sim”! É o voto “sim” à vitória da agricultura e da produção brasileira!

“RELATÓRIO PAULO PIAU”

Gostaria de começar, na condição de Líder do PMDB, a relembrar uma noite como esta, no ano passado, quando esta Casa – a principal responsável pela construção do Código Florestal Brasileiro – teve uma votação inesquecível e emocionante. (...)

O tempo passou, e a matéria foi ao Senado. Reconheço de público a melhoria, o avanço e a qualificação que os senadores ilustres emprestaram ao texto nascido na Câmara. Eis que chega o texto para a palavra final a quem realmente deveria dá-la – nós, a Câmara dos Deputados.

É preciso declarar que, se da outra vez eu fiz e disse diferente, agora afirmo que nessa fase o nosso governo, o que eu apoio, da Presidenta Dilma Rousseff, respeitou integralmente a posição de cada parlamentar, de cada bancada e de cada partido.

Posso dar o testemunho de que em momento algum – a Presidenta, nem se fala – nenhum ministro pressionou, exigiu. Ao contrário, houve respeito e diálogo, como é atribuição do governo nas questões técnicas. E até acrescento a participação importante do ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, do meu partido, que ajudou em todo o processo. Colaboração fundamental também da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que ajudou a construir quase 95% desse texto, num consenso.

Chegamos ao ponto da decisão final. E, de novo, falo em nome da bancada do PMDB em hora decisiva para o partido: sofrido, mas amadurecido, tantas vezes incompreendido, mas profundamente enobrecido. Declaro ao Brasil, em nome dos 78 deputados peemedebistas, que os 76 presentes nesta Casa são favoráveis ao relatório do Deputado Paulo Piau.

Deputado Paulo Piau, V. Ex.^a nos honrou profundamente. As questões ainda debatidas são de viés puramente ideológico, do ponto de vista radical. Vou dar um bom exemplo, com relação aos apicuns e aos salgados, um dos itens melhorados no relatório. Enxergar conflitos entre apicuns e manguezais, um degenerando o outro, é uma falácia. No meu Estado, há 40 anos existe a carcinicultura, a criação de camarões em cativeiro. Há 40 anos! Nos últimos 25 anos os manguezais do Rio Grande do Norte cresceram 20%, mostrando que a carcinicultura não prejudica. Portanto, são os manguezais que devemos resguardar.

Em relação à questão fundamental das pequenas propriedades à margem de cursos d'água, as APPs, a principal bandeira desse relatório, primeiro do Aldo, agora do Piau, são 3,6 milhões pequenos agricultores que o Código deve proteger. Querem criminalizá-los como se fossem bandidos ou marginais. Quem não se recorda da campanha “Plante, que o Governo Garante”? O governo mandou o homem plantar; à época sem crédito, sem tecnologia e sem maquinário; com o seu suor e com as suas mãos. O agricultor se fixou à beira dos rios para fugir da seca, para evitar migrar para as cidades e acabar abandonado à marginalidade, debaixo de viadutos. Ele foi para a terra em busca da sua sobrevivência – um direito, cuidar do seu presente e do futuro da sua família. (...)

Se Deus quiser, por esses exemplos, espero que esta Casa, mais uma vez, confirme o voto que já deu, reafirmando o respeito aos contrários. O bonito na democracia é isso – na hora da dúvida, do questionamento e do embate, prevalece o convencimento e, ao final, prevalece o voto.

Rendo ainda meus respeitos às bancadas não governistas que souberam separar o debate da dicotomia entre situação e oposição. Eu não vou sair daqui – nem pensar – com a sensação de ter derrotado o meu governo, porque nós somos governo.

O governo é ambientalista? É. Mas é também ruralista e é pecuarista – soma as tendências. Nós queremos que o Brasil, orgulhoso e exuberante na natureza e na produtividade, incorpore esses dois patrimônios na formatação do Código Florestal.

Esta é uma das matérias mais importantes que se apreciou neste Parlamento em 40 anos. É mais do que votar. O projeto de lei nasceu daqui, uma Casa frequentemente agredida e injustiçada. Espero amanhã o reconhecimento do Brasil de que o Parlamento brasileiro criou, debateu e aprovou um Código Florestal.

Ao encerrar, duas homenagens. Em primeiro lugar, ao Vice-Presidente Michel Temer. Foi ele que, na cadeira de Presidente da Câmara dos Deputados, criou a Comissão Especial para analisar uma proposta que há sete anos estava envergonhadamente adormecida.

Em segundo lugar, uma homenagem a V. Ex.^a, Presidente Marco Maia. Sabemos da coragem e da sensibilidade de V. Ex.^a para acontecer esta sessão nesta noite. V. Ex.^a teve a postura de dirigente do parlamento brasileiro. Quero aplaudi-lo, Presidente Marco Maia, por sua atitude.

A terceira homenagem que presto é para Aldo Rebelo. Não podemos nos esquecer dele. Hoje é ministro de Estado, mas foi com ele que esta história começou. Foi Aldo quem andou por todo o Brasil, cidade por cidade, de ribeira a ribeira, por propriedades pequenas, grandes e médias. Ao meu querido Aldo Rebelo a deferência desta Casa; esta vitória será sua também, se Deus quiser.

E a última distinção, a derradeira e emocional, porque é saudosa. Parece que o estou vendo ali olhando para mim, de frente, de cabeça erguida, um lutador obstinado por este Código: Moacir Micheletto. Quiseram Deus e o destino que hoje ele não estivesse mais entre nós. Sei que ele está num bom lugar a nos olhar e a nos abençoar. (...)

Agora é cada um cumprir o seu dever. Ao meu colega Jilmar Tatto, líder do PT: Deputado Tatto, meu querido líder, compreendo exatamente a sua posição e a da sua bancada, mas um partido democrático como o PT há de compreender que, no embate, na discussão, não se vence nem se impondo nem se ameaçando.

Este é o instante da verdade do Brasil que nos vê e que nos ouve, a hora do radicalismo fora. Este é o momento do bom senso, do Brasil real. Esta é a hora da vitória do Código Florestal, se Deus quiser, por uma maioria contundente, emocionada e consciente; valorizando o Poder Legislativo e a atividade parlamentar.

Vamos à nossa vitória, se Deus quiser!

23 DE MAIO DE 2012

APELO À PRESIDENTE DILMA

Quero da tribuna, no exercício de liderança de uma bancada, uma das responsáveis pela construção desse projeto e sua vitória nesta Casa, fazer um apelo à nossa Presidenta Dilma. Foi eleita Presidente da República, está honrando a todos nós na condução do nosso País. Elegeu-se democraticamente com o apoio de toda a base amplamente majoritária à sua campanha ao seu Governo.

Qual é o nosso apelo? Que não exista esse veto integral. Admitimos e esperamos que alguns vetos pontuais sejam não apenas naturais, mas até se imponham por imperfeições ou lacunas no que aprovamos. (...)

Quando o Código Florestal retornou a esta Casa para a sua conclusão, nós mesmos percebemos que alguns pontos não eram o que desejávamos, nem na primeira votação, nem na forma como veio do Senado. Mas era impossível mudar. (...) O Regimento não permitiria alteração.

Então, reconhecemos de público – e não nos diminui em nada esta afirmação, ao contrário, mostra a consciência desta Casa –, são necessários, sim, aperfeiçoamentos; são necessárias, sim, correções; é preciso, sim, o preenchimento de lacunas.

Estamos esperando vetos pontuais, até admitindo-os e com eles concordando. Agora, não o veto integral ao Código Florestal por uma campanha radicalizada. Com todo o respeito à ex-ministra Marina Silva e à sua história, se o posicionamento radical que ela lidera nessa discussão fosse a vontade do povo brasileiro, seria ela, hoje, a Presidente da República.

Quem se elegeu foi a Presidenta Dilma Rousseff, com esta base que aqui está majoritária e responsável; que é ambientalista, mas é também pela agricultura. É essa base que defende a produtividade que faz este País ser invejado no mundo inteiro, pela sua capacidade de, ao mesmo tempo, proteger e respeitar a natureza, sendo um dos maiores produtores rurais do mundo.

Com essa preocupação, eu quero fazer daqui, de forma respeitosa e confiante, um apelo à Presidenta Dilma Rousseff. Àqueles que, próximos ou distantes de S. Ex.^a, de forma incorreta, distorcida e emocional, pregam o veto integral ao Código Florestal, lembro que essa proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional, que também é um Poder. Não há um Parlamentar que não tenha sido provado, desafiado, questionado e escolhido pelo voto popular. Todos nós aqui, de partidos maiores ou menores, ou que se denominam do baixo clero ou do alto clero, somos iguais na hora de expressar o nosso voto. (...)

O apelo que faço é em nome do Congresso Nacional, dos senadores e deputados – eleitos pelo voto popular – que aqui, de maneira consciente, democrática, ativa e independente, aprovaram o Código Florestal. O veto integral é um desrespeito ao Parlamento. Procuram pressionar a Presidenta Dilma Rousseff nesta direção, e isso é um radicalismo com o qual não podemos concordar. Não podemos imaginá-lo, nem podemos aceitá-lo.

Presidenta Dilma Rousseff, eu reconheço que alguns vetos se impõem. Mas, respeitosamente, em nome do meu partido, peço consideração à tese maior, à construção e à vitória majoritárias, consolidadas na aprovação do Código Florestal brasileiro. (...)

Ouço também observações de que poderia ser engendrada uma nova fórmula. (...) Há aqueles que tramam um projeto de lei substitutivo do Código Florestal, nascido no Senado Federal. Por quê? Porque, nascido lá, viria para cá e seria concluído lá. Quero me antecipar e, em nome da bancada do PMDB, dizer que jamais concordaríamos em que o Código Florestal – das cidades, das capitais, das comunidades, dos assentamentos, de todos os rincões deste País – não fosse aqui finalizado.

Os Senadores, com todo o respeito, representam os Estados. Por isso, são apenas três por cada unidade da federação. Nós aqui representamos os Estados, os municípios, os cantos e os recantos do País. Se o Código Florestal permeia lugarejos, vilarejos, assentamentos, ele tem que começar e terminar aqui. A palavra final há de ser sempre, com todo o respeito aos 81 senadores, dos 513 deputados federais, representantes do povo brasileiro.

Confio profundamente em que, amanhã, quando a proposta chegar à mesa da Presidenta Dilma Rousseff, S. Ex.^a vai se lembrar de Aldo Rebelo, o relator-andarilho do Código Florestal, que percorreu o País de ponta a ponta, ouvindo a todos; vai se lembrar dos partidos da sua base, que, somados aos da oposição, entenderam que o Código Florestal é uma questão do Brasil real. (...)

Finalizo com a certeza de que, na sexta-feira, terei a alegria de saber que a nossa Presidenta, eleita pelo povo brasileiro, com a sua sensibilidade e a sua formação democrática, respeitou a decisão do Congresso Nacional.



WICE W



Com Ulysses Guimarães e Aluizio Alves durante comício da campanha à Presidência da República, em Natal - 1989

HENRIQUE, POR ALUÍZIO

Li os trabalhos que me enviou e que pretende reunir num livro, como prestação de contas ao povo do Rio Grande do Norte de sua atividade parlamentar.

Não preciso dizer-lhe que a cada dia mais me orgulho, como pai, do filho que tenho a alegria de ter e, como brasileiro e rio-grandense-do-norte, do representante que o povo escolheu, duas vezes e, agora, apresenta-se ao julgamento de seu voto consciente e livre.

Não escondo que a minha proscricção da vida política muito me amargurou. Apesar de não haver participado da conspiração que deflagrou o movimento de 31 de março de 1964, como declarei várias vezes à imprensa, apoiei a situação resultante em face da convicção de que o País chegara a um impasse intolerável, pela perda da autoridade do Governo, pelas tentativas de divisão de suas Forças Armadas, pela desorganização econômico-social que lavrava por toda parte, sem expectativa de solução para os problemas mais agudos.

Jamais imaginei, entretanto, que o movimento, criado sob tais inspirações, pudesse desaguar em consequências da mais rasteira fraude política. Se eu representava a vontade da maioria do povo, em eleições sucessivas, disputadas na oposição, no governo, fora do governo, só haveria uma maneira de me derrotar: proscriver-me da vida política por um ato de força. Era, em novo estilo, a ampliação das fraudes da República Velha, com todos os agravantes de injustiça, perseguição, difamação a que se prestavam, em conluio, políticos beneficiários dessa situação e autoridades menores, protegidos pelo arbítrio.

Completam-se em 07 de fevereiro próximo os dez anos da minha cassação, no Governo Costa e Silva. Saírei desse período com um documento que me foi enviado pela Comissão Geral de Investigações – CGI, de que, instaurados processos após cassação, para apuração de quaisquer responsabilidades ou crimes, foram os mesmos arquivados, em decisão unânime, por falta de fundamento.



Mas, não recolhi apenas esta compensação moral. Duas outras fixam na minha alma lembranças e razões da maior emoção: a primeira, a presença do povo, sobretudo, das classes mais humildes, em todas as minhas horas, em longa e comovida espera de reparação e de saudade; a segunda, a sua atuação na vida parlamentar e política, e a sua nascente liderança, que quase me fazem abençoar a minha ausência, da qual emergiu a sua presença.

Agora, em face do anunciado fim do regime de exceção, em 1979, tenho direito a opções: poderei voltar, ou poderei permanecer fora dos quadros políticos. Porque, nesta última hipótese, sinto-me realizado na sua inteligência, na seriedade do seu trabalho, na esperança que a cada dia sinto você representando para o povo do Rio Grande do Norte.

Não há maior alegria para um pai e para um homem público.

Cordialmente,

ALUÍZIO ALVES, 1978



AOS AMIGOS, LEALDADE

4

NA MEMÓRIA E NO CORAÇÃO

O povo não perdoa traidores e costuma castigar os que mudam de lado depois de eleitos e as criaturas que se insurgem contra seus criadores.

Lealdade é fundamental na política e nas relações pessoais. Não me esqueço dos amigos e companheiros, vivos ou mortos, e não me furto de defendê-los, nem de elogiá-los publicamente suas qualidades humanas e políticas. Amigos a gente guarda do lado esquerdo do peito, como diz a canção que embalou o renascer da democracia no Brasil e que continua atual e a nos emocionar.



18 DE NOVEMBRO DE 1971

WALFREDO GURGEL

Viveu junto de nós, mais como uma luz de esperança a iluminar nossos caminhos. De súbito, a doença grave. E, de repente, essa luz se apagou: Monsenhor Walfredo Gurgel.

A morte não o consente mais entre os vivos, mas não conseguiu ausentá-lo do seu povo, na reminiscência e na saudade, pois vidas como a de Walfredo Gurgel não têm limite na morte, resiste ao tempo e servirá sempre de exemplo para o futuro. Ele foi uma sucessão de afirmações, lutou contra o inevitável, o mais que pôde. Um dia antes do seu fim perdeu completamente a visão. Consciente da morte, teve no sofrimento que não lhe foi poupado a bravura do líder e do pastor: morreu tranquilo, na certeza de se juntar a Deus.

Monsenhor Walfredo Gurgel teve toda uma vida dedicada aos mistérios de seu apostolado e aos mistérios da causa pública, conjugando as duas missões com a mesma dignidade, com o mesmo procedimento; discreto, humilde e sobretudo congregador. Tinha o poder de harmonizar, pacificar, até os jovens, tranquilizando seus discípulos do velho Ginásio de Caicó onde a sua palavra sossegava e serenava a todos.

Na vida pública, nas lutas, políticas e partidárias, seu comportamento era o mesmo, guardando e respeitando, no entanto, com a rigidez da intransigência do seu caráter, todas as normas do seu partido, cuja disciplina ele defendia como dogma, doutrina de uma fé ou prescrição de catecismo.

O Rio Grande do Norte – por seus homens, por suas mulheres e suas crianças, tributaram ao ilustre morto a mais comovente de todas as homenagens, fazendo do seu enterro o itinerário da eterna saudade. Nem seus adversários, nem os indiferentes ficaram impassíveis diante do impacto de sua morte. (...)

Que Deus, a quem ele tanto serviu, o tenha bem perto Dele!

Que os homens, aos quais tanto ensinou, não esqueçam jamais as lições de fé e de fraternidade que buscou e descobriu!

17 DE MAIO DE 1973

INOCÊNCIA COMPROVADA: INQUÉRITO CONTRA ALUÍZIO ALVES É ARQUIVADO

Em dois anos de mandato, esmaguei dentro de mim mesmo, até hoje, o ímpeto de desagrarar perante a Nação, em nome do que sou e do que represento, um homem ferido pela injustiça cruel, no jogo político em que a infâmia, às vezes, não por muito tempo, consegue triunfar sobre a verdade.

Mas, estava condicionado à expressa recomendação que me fez quando a ele comuniquei a decisão de, atendendo a apelos vindos do coração, o povo norte-riograndense me incumbiu de substituí-lo no limpo e bravo itinerário interrompido: a de que não herdasse qualquer sentimento de mágoa ou ódio contra quem quer que fosse, oriundos das lutas que se vira compelido a travar na defesa de princípios éticos e políticos, a que devotara 25 anos de sua vida.

Ao concluir o mandato de governador do Rio Grande do Norte, consagrado pelo mais alto índice de popularidade alcançado por um homem público no meu Estado, em qualquer tempo, meu pai teve a sua administração minuciosamente investigada pelos órgãos do governo revolucionário, em face de denúncias dos adversários, vencidos nas urnas. Essas apurações, dirigidas pelo Serviço Nacional de Informações, tiveram a conclusão inevitável: o arquivamento por absoluta improcedência das acusações formuladas, determinado em despacho de próprio punho do Presidente Castello Branco.

Mas, os que foram por ele tantas vezes derrotados, na soberana confrontação eleitoral, não se fatigaram na ânsia da desforra, insistindo na solércia de intrigas e infâmias que visavam à proscricção de sua liderança popular como única forma de sobreviverem politicamente. E, não satisfeitos com o ato político da cassação dos seus direitos, quiseram mais: nova e exaustiva investigação foi feita na sua gestão governamental e, ainda, de toda a sua vida, a vida de sua família, alcançando a dos pais quase octogenários até os netos recém-nascidos, numa devassa que durou quase cinco anos.

Léo Simões – Deputado Henrique Eduardo Alves, duas vezes tive oportunidade de visitar o glorioso Estado do Rio Grande do Norte e fui testemunha insuspeita do amor e do calor humano que aquele povo dedicava ao ex-governador Aluízio Alves. Senti em praça pública, como S. Ex^a., que administrou o seu Estado voltado para

o interesse do seu povo, recebeu a consagração dos seus governados. Senti como o ex-governador Aluizio Alves era querido, quase adorado. No momento em que o Presidente da Comissão Geral de Investigações dirige-se por ofício ao ex-governador Aluizio Alves inocentando-o de todas as acusações que lhe foram feitas, aproveito a oportunidade para trazer a minha palavra de felicitações ao ex-governador e a V. Ex.^a como seu digno representante e sucessor nesta Casa. A justiça tarda, mas não falta. A justiça que hoje está sendo feita ao ex-governador Aluizio Alves é o mínimo que se poderia esperar da Revolução em favor de quem, durante toda a sua vida pública, esteve voltado para os supremos interesses do Rio Grande do Norte.

Henrique Alves – Deputado Léo Simões, é com humildade que recebo o aparte de V. Ex.^a. Com indisfarçável emoção, as palavras de V. Ex.^a calaram fundo no meu coração.

Vingt Rosado – Nobre deputado, reconheço que lhe assiste um direito, mais do que isso, uma obrigação: a defesa de seu pai. Quero somente esclarecer algumas afirmativas que V. Ex.^a está fazendo da tribuna. Há um equívoco. Pelo documento lido por V. Ex.^a arquivaram um dos processos da SubCGI do Rio Grande do Norte. O processo que motivou a cassação, não só de seu pai, mas de tantos políticos do Brasil, foi apreciado pelo Conselho de Segurança Nacional. Há outro processo, nobre deputado. Repito: V. Ex.^a que tem interesse em mostrar a verdade e não em distorcê-la, deve saber foi arquivado um dos processos da SubCGI, mas não aquele que motivou a cassação do seu pai.

Henrique Alves – As suas palavras, Deputado Vingt Rosado, não diferem das do Senador Dinarte Mariz. É a mesma escola, o mesmo ódio. Mas, se V. Ex.^a ouvir todo o meu discurso, haverá de sentir que o desafio que farei desta tribuna ao Senador Dinarte Mariz poderá contar com a contribuição de V. Ex.^a.

Peço a V. Ex.^a que me ajude a fazer com que o Senador Diante Mariz aceite o desafio que vou lhe fazer, pois desta forma, a Nação ficará esclarecida quanto à verdade, à nossa verdade, à verdade real, a verdade que o povo do Rio Grande do Norte conhece e não se contamina com as palavras de V. Ex.^a, que se transformam em ódio.

Marcondes Gadelha – Permita-me, nobre deputado. Quando V. Ex.^a descer desta tribuna, terá angariado mais um ponto na escala crescente de admiração que vem despertando em todos os seus pares, desde o início do seu mandato legislativo.

Henrique Alves – Muito obrigado a V. Ex.^a.

Marcondes Gadelha – Responde hoje V. Ex.^a, com elegância e cavalheirismo, a acusações violentas que foram assacadas contra o seu pai, um homem ferido e sem direito de defesa. Esses fatos, deputado, não devem magoar a sua alma de jovem, nem devem entristecê-lo, nem preocupá-lo. Em primeiro lugar, porque fazem parte de uma manobra diversionista, que pretende desviar a atenção da opinião pública, voltada hoje para os escândalos que acometem a administração do Rio Grande do Norte, conforme mostra o prestigioso jornal O Estado de S. Paulo em vigoroso editorial na edição de hoje. Em segundo lugar, porque a mensagem que seu pai deixou ninguém consegue apagar. Na verdade, deputado, os grandes líderes não morrem nem desaparecem. Ficam incrustados na consciência do povo, ou ficam incorporados definitivamente à paisagem que ajudaram a plasmar, ou ficam impregnados nas coisas que tocaram, no pó que pisaram, nos ventos que sopram e que acendem a esperança no coração dos seus semelhantes. A semente de ódio, por seu turno, deputado, é estéril e murcha na primeira floração.

Henrique Alves – Deputado Marcondes Gadelha, na gentileza do amigo, palavras que muito me confortam.

Continuo. Dedicado inteiramente ao trabalho na iniciativa privada, não interferei, não se molestou, resistiu a todas as perseguições sofridas. Esperou de consciência tranquila, o momento em que se chegava às suas mãos este ofício:

*“Ofício nº 046-73 – SC-RN – Natal – RN – Em 18 de janeiro de 1973
Do Presidente da SC-RN
Ao Sr. Aloízio Alves
Assunto, Comunicação (faz)
Prezado Senhor:*

Comunico-lhe que, o Processo 002-69 – SC-RN, em que V. S. figurava como indiciado foi arquivado pela Comissão Geral de Investigações, com base no Item I, do § 2º do art. 23 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 64.203, de 17 de março de 1969, mediante resolução nº 299, de 19 de dezembro de 1972.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe os meus protestos de consideração e apreço.

Carlos Alberto Pamplona de Moura, Ten. Cel. Presidente da Sub-Comissão do RN.”

Com a emoção de filho, dispondo da oportunidade desta tribuna, insisti por trazer aqui o desagravo merecido. Mais uma vez, o zelo do pai predominou na intenção generosa de desligar-me dos efeitos residuais de suas antigas, ásperas e

dignas lutas, mesmo na hora consagrada da maior vitória moral: a do reconhecimento legal e fundamentado de sua integridade, da honra do seu governo e de sua vida pública.

Limitou-se a enviar cópias do documento oficial daquele órgão do Ministério da Justiça a alguns amigos que, de uma maneira ou de outra, sempre o haviam acompanhado na solidariedade. Inesquecível. Um deles, o eminente líder do MDB no Senado, Sr. Nelson Carneiro – a quem publicamente agradeço o gesto emocional de amigo – incorporou aos Anais daquela casa do Congresso o documento originário da Comissão Geral de Investigações.

Do fundo amargo e morno do seu ódio, num momento vergonhoso, da história do Senado, o Dr. Dinarte Mariz voltou a ofender e a caluniar a quem não dispõe de tribuna para defender-se.

Embora não deseje qualquer forma de diálogo com o Senador Dinarte Mariz, não posso somar ao silêncio sofrido do meu pai ao silêncio da minha obediência à sua vontade inspirada no extremado amor ao filho.

Sei que os moços têm o dever de serem generosos mesmo com aqueles que, ao longo de uma vida de traficância e subserviências, atingem aos últimos graus da decrepitude moral e espiritual, escravizados ao ódio e ao medo paranoicos.

Mas, perante o povo brasileiro, quero dirigir ao Senador Dinarte Mariz o primeiro e último desafio, pois, a partir deste instante, deixo-o entregue à misericórdia divina.

A administração do Sr. Dinarte Mariz no Rio Grande do Norte foi objeto de sindicância realizada pelo governo do Presidente Jânio Quadros, por comissão presidida pelo Coronel de Exército Esteves Caldas e integrada por funcionários do Ministério da Fazenda. Os órgãos de investigação federal devem dispor dessa análise de sua administração, com suas conclusões enquadrando o ex-governador Dinarte Mariz em vários artigos do Código Penal, por crimes de peculato, apropriação e desvio de dinheiros públicos, corrupção ativa e passiva.

O Senador Dinarte Mariz alardeia inextinguível prestígio em todos os governos do passado, do presente e até do futuro. Tem assim, condições para obter que sejam enviadas ao Senado Federal, todas as denúncias, apurações e conclusões a que chegaram as investigações dos órgãos federais sobre o seu governo e sua vida pública, e sobre o governo e a vida pública de meu pai.

Desafio-o a que promova a publicação desses documentos no Diário do Congresso ou em quaisquer outros veículos de divulgação à sua escolha, sem omissão de uma palavra sequer, a fim de que a opinião pública nacional possa julgar, à margem de complacências ou emocionalismos, os dois ex-governadores: um sempre nas graças do poder; outro, na humildade honrada do seu ostracismo.

Aguardo orgulhoso da vida de meu pai, essa atitude a que convoco o que reste de dignidade no Senador Dinarte Mariz. E peço sinceramente a Deus que dê a seus filhos, a partir de agora, a mesma tranquilidade e alegria com que espero essa ansiada hora de julgamento e de verdade.

Concluo pedindo ao Deputado Vingt Rosado que me ajude nessa intenção, faça com que o Senador Dinarte Mariz aceite este desafio de honra, de integridade, perante a Nação e ao povo brasileiro.

18 DE JUNHO DE 1986

DIX-NEUF ROSADO MAIA

Com o desaparecimento, no dia 20 de abril último, de Dix-Neuf Rosado Maia, perde o Rio Grande do Norte uma das suas mais eminentes figuras de homem público. Motivo por que foram homenageá-lo, no dia seguinte, por ocasião do sepultamento, as mais destacadas figuras do mundo político, empresarial e cultural daquele Estado, a que servia com civismo e desprendimento. Deixando onze filhos, trinta e um netos e três bisnetos, fiel ao exemplo do pai, que criou uma das mais numerosas proles da terra potiguar. (...)

Não era propriamente um político militante, pois nunca disputou cargos eletivos. Mas, com tantos irmãos engajados na vida pública, em altos postos estaduais e federais, sempre se engajava em suas campanhas, embora de tal maneira que nunca fez um inimigo político.

Pioneiro da instalação de repetidoras de TV em Mossoró, conseguindo energia e telefone para Tibau, foi ele quem, nos anos 40, indicou a localização do Aeroporto de Mossoró, a que sempre dedicou o seu maior interesse.

Neste momento, levamos à família enlutada nossas condolências, lamentando a perda sofrida pelo Rio Grande do Norte.

14 DE FEVEREIRO DE 2001

DESPEDIDA DE MICHEL TEMER DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Deputado Federal por oito mandatos – 30 anos consecutivos – pude presenciar muitos momentos importantes desta Casa. Foram instantes afirmativos, altivos, dignos, que caracterizam a Câmara dos Deputados. Houve outros de frustração, de fraqueza, de hesitação, enfim, toda essa história difícil, conflitante, contraditória do nosso País nos últimos anos.

Posso dar o testemunho bastante isento e verdadeiro de que, nestes últimos quatro anos, sob seu comando, esta Casa se portou de maneira muito afirmativa. Sua palavra, sempre competente e serena, conduziu todos os parlamentares aqui presentes – independente de partidos. Eles encontraram uma referência na sua conduta, personalidade e no seu equilíbrio.

Quantas vezes, os partidos, na emoção da disputa, sem chegar a um entendimento – opondo-se dentro e fora do plenário – em busca de uma decisão, achavam no gabinete de V. Ex.^a um porto seguro. Era sempre a palavra de V. Ex.^a a orientação mais sensata. Essa foi a marca indelével da sua conduta e da sua Presidência.

V. Ex.^a pode tranquilamente, ao deixar hoje o comando desta Casa, estar certo de que foi um dos melhores presidentes da história da Câmara dos Deputados e, sem sombra de dúvida, tem muito futuro pela frente. Nosso partido abre mão do privilégio, do patrimônio da convivência política com V. Ex.^a esperando fazê-lo, se Deus quiser, governador de São Paulo.

Parabéns, Presidente Michel Temer. E que Deus abençoe a sua querida e benfeitora trajetória.

18 DE MAIO DE 2006

AGRADECIMENTOS A MARCONDES GADELHA

Não poderia deixar de registrar, após o pronunciamento do Deputado Marcondes Gadelha, o meu agradecimento a S. Ex.^a, em nome da minha família. E a minha

admiração pela qualidade do seu pronunciamento, profundo conhecedor que é, não apenas da questão central da transposição de águas do Rio São Francisco, mas também da vida de meu pai.

Ouvia o pronunciamento do Deputado Marcondes Gadelha do meu gabinete e acorri ao plenário, onde S. Ex.^a narrava detalhes de episódios da vida de meu pai com profunda veracidade e emoção.

Realmente, Deputado Marcondes Gadelha, V. Ex.^a traçou o retrato da vida de Aluízio Alves. A sua despedida da vida terrena – e sei que ele está em bom lugar, assistindo a empolgação e a emoção de V. Ex.^a – foi algo que nos deixou profundamente gratos ao povo do Rio Grande do Norte, sua grande paixão. O povo saiu às ruas, num momento de comoção, para dizer-lhe que descanse em paz, porque a sua trajetória na Terra foi pautada pelo bem, pela construção da paz e da fraternidade; pela luta em defesa do emprego e da educação, bandeiras que nos ajudam a sustentar a sua história.

Deputado Marcondes Gadelha, em nome da minha família e do povo do Rio Grande do Norte, eu agradeço profundamente a homenagem que prestou, quase na condição de irmão, à memória do meu saudoso e querido pai Aluízio Alves.

01 DE AGOSTO DE 2007

JÚLIO REDECKER E NÉLIO DIAS

Vou dar um depoimento para mostrar o quanto o Deputado Júlio Redecker orgulha o seu Estado, o Rio Grande do Sul. (...) V. Ex.^a nos reuniu na sua casa, numa noite dramática diante de uma crise que se avizinhava, talvez até institucional. Quando alguns defendiam com rigor a CPI do Apagão Aéreo – lembro como se fosse hoje – ele não adotou a posição de Líder da Minoria. Ao contrário, até causando incompreensão em alguns, ele se posicionou contra tal CPI naquele instante. Deixou de ser líder da oposição que incendeia, para ser líder da consciência e do equilíbrio. E, sobretudo, de respeito e harmonia entre os poderes. Naquela noite, aprendi a admirar mais ainda o Deputado Júlio Redecker. (...)

Ah, Nélio Dias, que falta você faz a esta Casa! Ele não era um político tradicional que buscava habilidade para conquistar. Não. Ele buscava franqueza para vencer. Não era um homem público que procurava acomodação para se sair bem das

situações mais difíceis. Não. Era pelo critério da verdade que ele se impunha. E foi assim que ele conquistou a Presidência Nacional do PP, um dos maiores partidos deste País, e fez desse partido no Rio Grande do Norte um dos melhores e maiores partidos.

04 DE JUNHO DE 2009

DESPEDIDA DO AMIGO CARLOS WILSON

Chegou aqui em 1975, na juventude dos seus 24 anos. Brincávamos muito porque eu cheguei aqui em 1970, aos 22 anos. Entre nós havia a provocação de quem tinha sido o mais jovem; mas era apenas o reconhecimento de que a juventude brasileira despertava, naqueles anos, para fazer política com “P” maiúsculo.

Carlos Wilson venceria outras três disputas, a derradeira para a presente Legislatura, que cumpriria enquanto pôde, como guerreiro a lutar contra a doença que acabaria por abatê-lo. E, aí, outra semelhança da nossa vida, haja vista que eu enfrentara também semelhante problema de saúde. Falei a ele do meu exemplo, quando tive de fazer uma cirurgia nas cordas vocais, ficando com uma corda e meia. Mostrei-lhe que pela determinação e a vontade poderia superar a doença.

Momentos antes de sua partida, disse-lhe que havia recuperado inteiramente as minhas duas cordas vocais, sem saber mais qual tinha sido operada, pela graça de Deus, e pela vontade de enfrentar e vencer a doença. Ele a enfrentava com a mesma disposição. Tratava como um episódio que ia superar; mas a vida nem sempre é assim e as coisas acontecem conforme o desígnio de Deus.

Jamais nos esqueceremos da bravura com que estive entre nós no dia 02 de fevereiro. Sentado ali no final do plenário participaria da eleição do novo Presidente da Câmara dos Deputados, quando passou mal e não teve condições de votar.

Lembro-me de que ao vê-lo na penúltima cadeira, a primeira do corredor, fui cumprimentá-lo e lhe disse com muito carinho da minha alegria de vê-lo ali. (...) Não me disse palavra alguma. Abaixou a cabeça e uma lágrima saiu dos seus olhos a molar a sua face. Nos quatro mandatos que exerceu, Carlos Wilson atuou sempre em nome da liberdade, da democracia e dos direitos políticos, não obstante – registre-se – as orientações partidárias em sentido inverso.



Com o Senador Aécio Neves, no lançamento da Frente Parlamentar de Gestão Pública – 19/06/2012

03 DE MARÇO DE 2010

A HOMENAGEM A TANCREDO NEVES

Faz 100 anos que Minas Gerais trouxe ao mundo aquela que seria uma das maiores vocações políticas exercidas na história deste País. Falo de um homem público cujo destino foi a expressão da lealdade incontestável aos princípios democráticos e à probidade. Sem desvios à coerência que lhe pautou as atitudes, Tancredo Neves, forjado no aço puro das consciências, nunca fraquejou ante a injustiça, ante a ingratidão, ante os reveses. Nunca se acovardou ante o perigo. Nunca deixou de ter uma atitude clara, desassombrada e definitiva em todos os episódios que caracterizaram a sua época.

Desde que iniciou sua carreira como promotor de justiça em São João Del Rei, até ser eleito Presidente da República, dedicou toda vida a um ideal que sempre sustentou: a democracia.

Tinha as qualidades morais do mineiro: o senso da retidão, o orgulho da independência, a fidelidade às ideias ligadas às raízes de sua formação cristã e jurídica. Sempre cultivou ideais de reformas que tornassem este Brasil livre das espoliações e da dependência econômica.

Em sua trajetória política trillhou caminhos difíceis, mas sem trair o espírito de Minas, nem as lições patrióticas bebidas na história libertária dos mártires da Inconfidência Mineira. As injustiças que sofreu, principalmente na época em que a noite fechada do arbítrio cobriu de pejo esta Nação, aterrorizando, cassando, assassinando os mais dedicados brasileiros daquela época, não encontraram nele fraqueza, ao contrário, esbarraram em uma fortaleza que liderou, ao lado de outros próceres, como o Doutor Ulysses Guimarães, a arrancada para a redenção de nosso povo do jugo da ditadura que subjugava as mentes nascidas para ser livres.

Meu partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, foi a trincheira onde, mais do que atuar, ele construiu e nela combateu. O próprio nome Movimento Democrático Brasileiro, poucos o sabem, foi criado por Tancredo Neves.

Tive a honra de com ele conviver e dele ser amigo. Meu pai, Aluísio Alves, percorreu o Brasil com Tancredo Neves, tanto na campanha das Diretas Já, quanto na vitoriosa campanha dele à Presidência da República, e teve a missão de, após a posse do Vice-Presidente José Sarney, e por nomeação deste, ocupar o cargo de Ministro da Administração, por fidelidade ao convite de Tancredo, que criou aquele cargo, a fim de dar dimensão ministerial a uma tarefa hercúlea que se tornara por demais sufocada, na pequena estrutura do antigo DASP.

Então, falar de Tancredo Neves, para mim, é profundamente íntimo, não só por eu ser Deputado Federal do PMDB desde os meus 21 anos de idade, mas também pelos laços de afinidade que nos uniu. Nesses 40 anos de minha vida pública, tive a felicidade de, assim como Aécio Neves, que continua a missão que lhe deixou seu avô, dar prosseguimento à missão política de meu pai, de modo que Tancredo Neves e Aluísio Alves, hoje na memória desta Casa, juntos sintam-se honrados também nas gerações que lhes sucedem.

Portanto, trago as expressões de saudade emanadas do meu partido. O PMDB cultua Tancredo Neves como um dos seus principais heróis, que elevaram mais alto, na dignidade, altivez, e fraternidade o nome do Brasil!

Até hoje nos vêm à memória, com forte emoção, aqueles comoventes dias que afligiram a todos nós, durante o período em que Tancredo Neves se submetia às intervenções cirúrgicas e que nossa esperança de que ele escapasse à morte, aos poucos, foi esmaecendo.

Homenagear Tancredo Neves pelos 100 anos de seu nascimento de é ecoar as batidas de um coração de estudante, forte, novo, de acordo com os ensinamentos que ele nos legou.

Portanto, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o partido de Tancredo Neves, faz deste momento de homenagem um momento de reflexão: há que renovar a esperança, há que se cuidar do mundo, há que se cuidar da vida, com muito sonho, cultivando a folha da juventude, sem desvios e, principalmente, sem perder a fé.

13 DE MARÇO DE 2012

ELOGIO AOS LÍDERES VACCAREZZA E CHINAGLIA

Líder Vaccarezza, nos meus onze mandatos nesta Casa, talvez a palavra mais dura que eu tenha recebido de um líder foi de V. Ex.^a naquela noite em que votamos o Código Florestal. Eu liderava a bancada do PMDB, e V. Ex.^a, no seu papel impecável, exemplar, ético, honesto e desassombrado, assumiu esta tribuna e foi duro demais com seu colega, líder do PMDB. Mas V. Ex.^a fez aquilo naquele momento para tentar o impossível, que era mudar o resultado, que se deu naquela noite inesquecível, da votação do Código Florestal.

E o que aprendi naquela noite, quando pude conhecê-lo melhor e o admirar mais? Se V. Ex.^a falava por dever de ofício, eu, por idêntico dever – doído – ouvia e respeitava. Logo depois disso, nós nos encontramos e fomos jantar, para avaliar os prós e os contras daquela decisão. Era como se, de repente, desaparecesse por completo aquele sentimento de incompreensão, e surgisse a empatia do homem público respeitado e respeitador. (...)

Deputado Chinaglia, V. Ex.^a assume uma posição com a experiência que tem e vai encontrar um patamar de exercício da função de líder de Governo que esta base quer manter. Esta base faz questão de manter o apreço a cada bancada – seja maior ou menor; alto clero ou baixo clero. Esse patamar V. Ex.^a cristalizou, como líder do Governo para ser considerado e ser ouvido. Para ganhar aqui não apenas o voto, mas o respeito.

14 DE AGOSTO DE 2003

O COMUNICADOR ROBERTO MARINHO

Poucos homens marcaram tão profunda e vigorosamente a história do Brasil quanto o jornalista Roberto Marinho. Por quase um século, esse grande brasileiro fez maior e mais luminoso o tempo que lhe foi dado viver, pela retidão moral, pela conduta ética, pela competência profissional e pela generosidade humana com que dignificava tudo que fazia. Ao falecer, no dia 6 de agosto, aos 98 anos de idade, Roberto Marinho deixou-nos uma comovente lição de amor ao Brasil e de confiança inquestionável no belo futuro a que se destina seu povo. (...)

Assim era o jornalista Roberto Marinho: um brilhante profissional, um competente empreendedor, um extraordinário ser humano, um ilustre brasileiro. E a todos os seus familiares, notadamente seus filhos, João Roberto, Roberto Irineu e José Roberto – que seguem sua história, vida e exemplo, com talento, competência e determinação – podemos, em nome desta Casa do povo e do PMDB, afirmar que pessoas como ele verdadeiramente não desaparecem, mas continuam vivas em nossa saudade e em nossa lembrança pela obra com que fizeram melhor o mundo e mais digna a humanidade.

15 DE OUTUBRO DE 2012

A CORAGEM DE ULYSSES GUIMARÃES

Houve um momento desses de mais grave de truculência, de decisões tomadas goela abaixo do povo brasileiro – que amedrontado, calado, torturado – passivamente assistia e cobrava do partido, que era a resistência do povo brasileiro, uma manifestação.

O nosso querido MDB se dividia entre duas posições: uma nota à Nação brasileira, redigida por Tancredo Neves, saudosíssimo no seu tom mais conciliador, discreto e fraterno; e a outra, porque talvez o momento exigisse, mais virulenta, na redação de Fernando Lyra e de Teotônio Vilela. Enfim, os dois textos estavam à mesa, e o Brasil a esperar; a imprensa a pressionar pela manifestação da voz da democracia brasileira, que era o MDB.

Ulysses sabia que precisava decidir por uma versão ou outra e convocou, em regime de urgência, a Executiva Nacional do MDB. Eu tinha vinte e poucos anos de idade e fui convocado para a reunião da Executiva às pressas. Chegando lá me deparei com o Dr. Ulysses, como sempre pontual, à cabeceira da mesa. Eu, preocupado – menino ainda a conhecer e as intempéries da vida pública e política – sentei-me logo ao lado dele, como a pedir proteção. Havia uma multidão de jornalistas e cinegrafistas à espera da palavra da democracia, da coragem e da resistência do MDB.

Depois que todos chegaram – Teotônio, Marcos Freire, Thales Ramalho, Tancredo Neves – o Dr. Ulysses disse a eles: “Nós estamos aqui diante de uma grave decisão a tomar. O País está a esperar. E nós sabemos que o regime opressor também está a esperar. Ninguém sabe como fazer, mas nós temos que decidir.” Aí leu a nota redigida por Tancredo e leu o manifesto dos “autênticos”.

Quando ele acabou a leitura das notas – uma, moderada, a outra, virulenta – disse: “Vamos à votação. Vamos decidir agora porque o Brasil está esperando.” Num gesto instintivo ele botou a mão em um braço, à sua direita, para pedir o primeiro voto. Com vinte e poucos anos de idade seria eu a iniciar a votação? Quando ele percebeu que era eu, ele disse: “Vamos começar pela esquerda.” Graças a Deus. O alívio que eu tive! Quando fui votar ao final, ao jeito de Ulysses, a decisão já estava tomada.

Naturalmente, ao decidir reunir um colégio daqueles, de 13 líderes, membros da Executiva Nacional, ele não o fazia – ao velho estilo do PSD – se não soubesse o seu resultado. A nota mais virulenta, mais corajosa, mais resistente – a que o povo queria – foi o manifesto que o MDB divulgou para o País. Esse momento me marcou, pela coragem de Ulysses, pelas decisões que um líder tem que tomar correndo todos os riscos. (...)

Meu pai foi quem me educou sobre a vida pública e a política: as suas alegrias, as suas frustrações; o amor ao partido como sustentação do processo democrático e as lutas da cidadania. O meu pai me ensinou, mas foi Ulysses Guimarães quem me encorajou.

Com o ex-Presidente
Luiz Inácio Lula da
Silva – 08/12/2010



ONZE MANDATOS: O DEVER E A PAIXÃO DE LEGISLAR

5





1971 – 2012 42 ANOS NA TRIBUNA

Anos 70

- 02/04/1971** – Saúda a indicação do Cardeal Dom Eugênio Sales para a Arquidiocese do Rio de Janeiro.
- 22/04/1971** – Pede checagem da necessidade de importação de algodão.
- 30/04/1971** – O desalento dos cotonicultores do Nordeste ante a importação do produto.
- 05/05/1971** – Reclama a federalização da Universidade Regional do Rio Grande do Norte.
- 07/05/1971** – Pela incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- 19/05/1971** – A transferência do 3º Batalhão de Engenharia de Construção Naval para Picos, no Piauí.
- 21/05/1971** – O desemprego provocado pela mecanização do trabalho nas salinas do Rio Grande do Norte.
- 03/06/1971** – Homenagem póstuma ao ex-Deputado José Augusto Bezerra de Medeiros.
- 08/06/1971** – Pelo reexame do preço mínimo fixado para o algodão Seridó tipo 03.
- 17/06/1971** – Solicita a criação de agência do INPS em Pau dos Ferros.
- 23/06/1971** – Denuncia coação política ao Prefeito de Lajes Pintadas, forçado a deixar o MDB e ingressar na ARENA.
- 09/07/1971** – Apela pela incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal à UFRN.
- 14/07/1971** – Pede a extensão de benefícios aos trabalhadores avulsos das salinas do Rio Grande do Norte.

- 16/07/1971** – Agradece projeto de lei sobre incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal à UFRN.
- 29/07/1971** – Encaminha homenagem a Edson Arantes do Nascimento, Pelé, e às seleções brasileiras de futebol pelas vitórias alcançadas até o tricampeonato mundial.
- 04/08/1971** – Problemas de abastecimento de água enfrentados em Macau, RN.
- 17/08/1971** – Encaminha a votação do PL. 207/71, que incorpora a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal à Universidade do Rio Grande do Norte.
- 26/08/1971** – Defende a elevação dos preços mínimos do algodão.
- 29/09/1971** – Solicita providências para superação da crise da indústria salineira.
- 06/10/1971** – Reitera pedido de reexame dos preços mínimos do algodão do Nordeste.
- 08/10/1971** – Apresenta emenda ao orçamento para a construção de barragem no rio Potengi, no município de São Paulo de Potengi.
- 22/10/1971** – Relata a visita da direção nacional do MDB ao Rio Grande do Norte.
- 04/11/1971** – Propõe inclusão de Mossoró (RN) na escala dos voos comerciais.
- 11/11/1971** – Renova reivindicação por melhor remuneração aos trabalhadores avulsos do DNPVN.
- 18/11/1971** – Homenagem póstuma ao Monsenhor Walfredo Gurgel.
- 08/06/1972** – Revela o drama nordestino diante da estiagem cíclica.
- 28/06/1972** – O 50º aniversário do episódio “Os Dezoito do Forte”, e homenagem ao Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, único sobrevivente do grupo.
- 30/08/1972** – Reclama a inclusão do Rio Grande do Norte no programa de reforma agrária do Proterra.
- 13/09/1972** – Aborda a inserção do algodão nordestino no mercado internacional.
- 27/09/1972** – Apresenta projeto que obriga a construção de escolas e quadras esportivas nos conjuntos residenciais com mais de 200 unidades, financiados pelo BNH.
- 28/09/1972** – Leitura do projeto sobre escolas e campos de esporte nos conjuntos residenciais do BNH.
- 25/10/1972** – Condena os procedimentos dos candidatos arenistas na campanha eleitoral no Rio Grande do Norte.
- 21/03/1973** – Critica a CBD que substituiu o ABC pelo América Futebol Clube no Campeonato Nacional de Futebol.
- 23/03/1973** – Justifica projeto de lei, em coautoria com o Deputado Waldemiro Teixeira, que inclui diversas atividades profissionais entre as consideradas insalubres.
- 28/03/1973** – Sugere que o Presidente Médici verifique a sua administração no Nordeste.
- 05/04/1973** – Registra a ocorrência da gripe “fog” no Rio Grande do Norte.
- 12/04/1973** – Apoia projeto do Deputado Léo Simões que estende a CLT aos trabalhadores das frentes de trabalho criadas no País.
- 10/05/1973** – Denuncia irregularidades no governo do Rio Grande do Norte.
- 15/05/1973** – Replica os argumentos do Deputado Djalma Marinho que defendeu o governador Cortez Pereira, do Rio Grande do Norte.
- 17/05/1973** – Desagravo a Aluizio Alves e arquivamento de processo contra ele.
- 31/05/1973** – Renova pedido sobre a extensão do FGTS aos trabalhadores das salinas.
- 09/08/1973** – Critica o Governador Cortez Pereira por viagem ao exterior à custa do Estado.

- 23/08/1973** – Registra repercussão negativa sobre a viagem internacional do governador do Rio Grande do Norte.
- 04/10/1973** – Defende que o governo troque as iniciativas paternalistas como o PIS e o PASEB por salários mais justos.
- 19/10/1973** – Reexame da política de incentivos fiscais ao Nordeste e o fortalecimento da Sudene.
- 25/10/1973** – Cobra do governo o envio de projeto regulamentando a contagem dos tempos de serviço público e privado não simultâneos.
- 05/11/1973** – Apoia projeto que assegura aos ex-combatentes o direito de aposentadoria, aos 50 anos com proventos integrais.
- 07/11/1973** – Reclama medidas contra a exploração dos arrendatários de terras, vítimas dos proprietários rurais. Cita acontecimentos no Rio Grande do Norte.
- 29/11/1973** – Denuncia a espoliação dos lavradores, com indenizações iníquas, nas desapropriações de interesse social. Relata o caso de 69 pequenas áreas rurais no Seridó/RN.
- 03/12/1973** – Reivindica agência da Caixa Econômica Federal em Caicó/RN.
- 04/12/1973** – Registra cartas da população sobre: salário mínimo, gratuidade da vereança, baixos salários das professoras primárias e precariedade dos prédios escolares.
- 13/03/1974** – Comemora a descoberta de petróleo na plataforma continental do Rio Grande do Norte e de Sergipe.
- 17/04/1974** – Relata o drama das vítimas das enchentes no Rio Grande do Norte e cobra providências.
- 24/04/1974** – Comenta a escolha de Aroldo Moreira para a Presidência do INPS
- 08/05/1974** – As inundações no Rio Grande do Norte e a distribuição de víveres por critérios políticos em Mossoró/RN.
- 15/05/1974** – Critica a paralisação das obras da Escola Agrícola de Caicó/RN.
- 16/05/1974** – Solicita auxílio aos agricultores das áreas inundadas: crédito imediato; prorrogação das dívidas; financiamento para reconstrução e assistência técnica do DNOCS; distribuição gratuita de sementes e outras.
- 22/05/1974** – Apresenta projeto de lei que acrescenta parágrafo único ao art. 372 do Código Penal.
- 23/05/1974** – Apela pela construção urgente de várias rodovias no Rio Grande do Norte.
- 06/06/1974** – Projeto de lei que altera item da Lei Orgânica da Previdência Social.
- 21/06/1974** – Relata alegria nacional pela descoberta de petróleo em Macau/RN.
- 25/06/1974** – Descoberta de lençol petrolífero na região de Macau e o desemprego de salineiros em decorrência da inauguração do porto-ilha de Areia Branca.
- 26/06/1974** – Projeto autoriza publicidade em livros didáticos, técnicos e científicos.
- 27/06/1974** – Justifica projeto que permite a publicidade em livros didáticos, técnicos e científicos, pela redução do preço de venda.
- 07/08/1974** – Alerta sobre possível liberação da importação do algodão e os prejuízos à safra nordestina.
- 12/08/1974** – Centenário de nascimento de Juvenal Lamartine de Faria.
- 13/08/1974** – Pela inclusão da construção de represa no Rio Potengi/RN no II Plano Nacional de Desenvolvimento.
- 15/08/1974** – Criação do Conselho de Desenvolvimento Social, oportunidade para rever o salário mínimo e a remuneração do funcionalismo público.
- 15/08/1974** – Propõe mudança na Lei nº 5.890/73, que altera § 4º do art. 79 da Lei Orgânica da Previdência Social.

- 11/09/1974** – Reivindica benefícios do FGTS aos trabalhadores das salinas e correção da situação desses trabalhadores na CLT.
- 11/09/1974** – Projeto estende benefícios do FGTS aos trabalhadores avulsos das salinas.
- 03/10/1974** – Manifesta preocupação diante da reclassificação do magistério superior.
- 03/10/1974** – Propõe alteração do art. 10 da Lei nº 5.890/73 (Previdência Social).
- 12/03/1975** – Reapresenta texto sobre Regimento Interno e acrescenta parágrafo ao art. 369 do Código Penal que agrava a pena de desacato à autoridade judiciária.
- 12/03/1975** – Propõe inclusão de parágrafo único ao art. 372 do Decreto-Lei nº 1.004/69 do Código Penal.
- 14/03/1975** – Registra novas inundações no Rio Grande do Norte, especialmente no Vale do Açu; reporta-se às cheias de 1974 e lamenta a falta de providências.
- 18/03/1975** – Reapresenta projeto que obriga a construção de escolas e praças esportivas nos conjuntos residenciais com mais de 200 unidades, financiados pelo BNH.
- 19/03/1975** – Defesa da construção de prédio para pré-escola, escola de 1º grau e quadra esportiva nos conjuntos residenciais do BNH.
- 20/03/1975** – Relembra pedido da prorrogação das dívidas dos agricultores do Vale do Açu/RN, prejudicados pelas inundações e pede a extensão da medida a outros setores, particularmente o da produção de sisal.
- 21/03/1975** – Elogia a atuação do Superior Tribunal Militar na busca de soluções jurídicas para as questões de caráter político.
- 03/04/1975** – Propõe alteração de dispositivos da Lei nº 5.890/73 (Previdência Social).
- 04/04/1975** – Critica os critérios do INPS para a fixação de aposentadorias e do abono de permanência em serviço.
- 09/04/1975** – Sugere um sistema de contribuição previdenciária com base no faturamento das empresas para desestimular a automatização e a consequente redução do emprego.
- 10/04/1975** – Propõe alteração da Lei nº 5.890/73 (Previdência Social).
- 14/04/1975** – Elogia a instituição do Plano Nacional de Pós-Graduação.
- 15/04/1975** – Propõe que o contribuinte possa deduzir despesas com medicamentos do Imposto de Renda.
- 16/04/1975** – Vantagens da instalação de Centro Nacional de Pesquisa do Algodão para a produção do Rio Grande do Norte.
- 18/04/1975** – Propõe a proibição da cobrança de anuidades, taxas de matrículas ou outras nos estabelecimentos oficiais de ensino de 1º grau.
- 23/04/1975** – Apresenta projeto sobre isenção de custas judiciais e a justificação judicial para a obtenção de benefícios do PRORURAL.
- 25/04/1975** – Reporta-se às causas do agravamento do desemprego, em Macau/RN.
- 30/04/1975** – Apresenta projeto de lei sobre a aplicação do FGTS aos trabalhadores avulsos na indústria de extração do sal.
- 15/05/1975** – Apresenta projeto de lei que considera insalubres as atividades de estivador, carregador, guindasteiro, conferente, arrumador e consertador, da zona portuária.
- 15/05/1975** – Encaminha votação de homenagem ao Professor José Ferreira de Souza.
- 16/05/1975** – Justifica proposta de isenção de custas de registro civil para maiores de 65 anos, inclusive casamento e óbito, quando destinado a comprovações junto ao FUNRURAL.
- 20/05/1975** – Defende a construção do trecho da BR-110 entre Areia Branca e Mossoró/RN.

- 21/05/1975** – Critica atrasos na implantação do Plano de Classificação de Cargos e a posição do DASP.
- 22/05/1975** – Solicita medidas urgentes para minimizar os efeitos da seca que assola os municípios do Rio Grande do Norte, notadamente o de São Paulo do Potengi.
- 27/05/1975** – Em nome do povo de Areia Branca, pede ao governo construção do trecho da BR-110 entre aquela cidade e Mossoró/RN.
- 28/05/1975** – Comenta o atraso na implantação do Plano de Classificação de Cargos dos funcionários públicos civis da União. Registra a mudança na mentalidade do DASP.
- 06/06/1975** – Lamenta o falecimento de D. Maria Rosa de Brito, mãe do ex-Deputado Stoessel de Brito, do Rio Grande do Norte.
- 06/06/1975** – Propõe alteração de item do § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 11/71 (PRORURAL).
- 10/06/1975** – Apresenta projeto de lei que cria o Instituto Brasileiro do Algodão.
- 11/06/1975** – Justifica proposta de incluir os produtores com renda inferior ou igual ao limite de isenção do Imposto de Renda, no quadro de beneficiários do PRORURAL.
- 17/06/1975** – Apresenta projeto de lei sobre a aplicação obrigatória de recursos do FGTS no financiamento de habitações populares do BNH.
- 18/06/1975** – Acusa o BNH de fugir às suas finalidades no uso do FGTS e defende a aplicação de ao menos 30% dos recursos em casas populares.
- 19/06/1975** – Propõe alteração no art. da Lei nº 5.890/73 (Previdência Social).
- 20/06/1975** – Justifica proposta de dedução das despesas com remédios do Imposto de Renda.
- 24/06/1975** – Projeto de lei complementar que dispõe sobre o Certificado de Regularidade de Situação e Certificado de Quitação pelo FUNRURAL.
- 26/06/1975** – Apresenta projeto de lei que altera o Decreto nº 24.150/34, tornando obrigatória, nas desapropriações, a indenização do fundo de comércio.
- 27/06/1975** – Para corrigir ação injusta do FUNRURAL, propõe que Certificado de Regularidade de Situação e o Certificado de Quitação só podem ser negados após inscrição do contribuinte na dívida ativa.
- 27/06/1975** – Apresenta PEC sobre competência do STF para processar e julgar a representação do Procurador-Geral da República por inconstitucionalidade ou ato normativo federal ou estadual.
- 12/08/1975** – Elogia o Conselho de Desenvolvimento Econômico por estimular a fixação de polo têxtil no Nordeste.
- 03/09/1975** – Novas diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste, diante de índices divulgados pela SUDENE.
- 04/09/1975** – No centenário de fundação de Macau/RN, comenta a mecanização das salinas e o desemprego na região.
- 12/09/1975** – Ainda sobre o centenário de Macau/RN: o papel do sal e do petróleo no desenvolvimento da região.
- 17/09/1975** – Alerta para o monopólio de grupos internacionais na produção de tungstênio, só encontrado no Rio Grande do Norte.
- 18/09/1975** – Pela construção da rodovia BR-405, ligando Mossoró/RN à BR-230, em Marizópolis/PB.
- 23/09/1975** – Comenta mensagem do Executivo que institui benefícios de previdência e assistência social aos empregadores rurais. Lembra que é autor do projeto 26/75 sobre o mesmo assunto.
- 26/09/1975** – Pleiteia a instalação de agência do INPS no Município de Grossos/RN.
- 30/09/1975** – Apelo da população de São Paulo de Potengi pelo início das obras da barragem no rio Potengi.
- 03/10/1975** – Relata negociação com o governo para a irrigação e colonização do Vale do Açu/RN.

- 09/10/1975** – Novo apelo em favor da instalação de agência da Caixa Econômica Federal em Caicó/RN.
- 15/10/1975** – No Dia do Professor, defende a PEC pela aposentadoria aos 25 anos de serviço.
- 16/10/1975** – Comenta observações do General Afonso de Albuquerque Lima, no prefácio de livro do jornalista Pery Cotta, sobre o setor de energia no País.
- 24/10/1975** – Critica o projeto de irrigação e colonização do Vale do Açu e as desvantagens da construção de uma única barragem no rio Açu.
- 30/10/1975** – Aponta distorções no programa de desenvolvimento do Nordeste e o êxodo rural.
- 31/10/1975** – Apresenta projeto de lei sobre cálculos e distribuição de pensão, artigo 37 da Lei nº 3.807/60 (Previdência Social).
- 05/11/1975** – Apresenta projeto de lei sobre o exercício da advocacia por provisionados.
- 06/11/1975** – Relata depoimentos de trabalhadores das salinas do Rio Grande do Norte à CPI da Política Salarial, da Câmara dos Deputados.
- 20/11/1975** – Acusa a Rede Ferroviária Federal S/A de lesar direitos dos servidores.
- 26/11/1975** – Urgência na tramitação do projeto de lei, do Senador Vasconcelos Torres, que regulamenta a profissão de sociólogo.
- 27/11/1975** – Defende autorização para a empresa de aviação belga SABENA operar no Brasil.
- 27/11/1975** – Anuncia solidariedade da Mesa às homenagens pelas vítimas da Intentona Comunista de 1935.
- 03/12/1975** – Flexibilidade de horário para os funcionários do Banco do Nordeste que ocupam função sindical.
- 04/12/1975** – Alerta que o Nordeste é a região mais pobre do Ocidente e sugere medidas para o seu desenvolvimento.
- 04/12/1975** – Apresenta os seguintes projetos de lei: a) preferência do pagamento de salários e indenizações trabalhistas, nos casos de falências e concordatas; b) altera dispositivos do Decreto-Lei nº 968/69 sobre normas de alimentos.
- 11/03/1976** – Condena a tentativa de restringir viagens de brasileiros ao exterior, para limitar a saída de divisas.
- 19/03/1976** – Analisa hipótese da instituição de colégio eleitoral para a escolha de governadores.
- 01/04/1976** – Aborda a ausência da correção monetária aos depósitos do FGTS de 1975.
- 06/04/1976** – Aplauda o ato do governador Elmo Farias desvinculando as funções de secretário de Finanças as de presidente do BRB.
- 08/04/1976** – As denúncias de irregularidades na construção da nova cidade de Carnaubais/RN.
- 09/04/1976** – Relata notícias de que o governo pretende restringir o crédito agrícola do Banco do Brasil e o impacto no Nordeste.
- 20/04/1976** – Apresenta projeto de lei que institui adicional por tempo de serviço para os empregados sob o regime da CLT.
- 28/04/1976** – Ao se defender de acusações de um parlamentar do Rio Grande do Norte, denuncia irregularidades por ele praticadas.
- 28/04/1976** – Apresenta projeto de lei que permite às cooperativas habitacionais a construção de casas populares por administração direta, destinada aos trabalhadores de baixa renda.
- 28/04/1976** – Aparte sobre as acusações contra o Deputado Ney Lopes por problemas na administração da COSERN.
- 28/04/1976** – Frisa que as acusações contra o Deputado Ney Lopes partem dos órgãos encarregados de apurar irregularidades na COSERN.

- 29/04/1976** – Analisa relatório da auditoria sobre as denúncias contra o Deputado Ney Lopes, ex-diretor da COSERN.
- 30/04/1976** – Solicita a colaboração dos deputados para aperfeiçoamento de proposta que apresentou sobre a indicação de aditivos químicos nos rótulos de alimentos industrializados.
- 07/05/1976** – Renova pedido pela implantação de transporte aéreo em Mossoró/RN.
- 09/06/1976** – Condena exigência de depósito prévio para viagens ao exterior.
- 25/06/1976** – Apresenta projeto de lei que extingue a contribuição dos aposentados para o IPASE.
- 29/06/1976** – Justifica projeto de lei sobre a propaganda eleitoral no rádio e na televisão.
- 29/06/1976** – Apresenta projeto de lei que autoriza os partidos a usar a propaganda gratuita no rádio na televisão para instruir eleitores sobre o ato de votar.
- 12/08/1976** – Protesta contra a importação de algodão, prejudicial ao Nordeste.
- 12/08/1976** – Apresenta projeto de lei que inclui a disciplina Noções Básicas de Primeiros Socorros e Enfermagem na formação de comissários de aeronaves.
- 31/08/1976** – Apresenta projeto que extingue a contribuição previdenciária dos aposentados segurados do IPASE.
- 03/09/1976** – Discorre sobre o Crédito Educativo, criado pelo governo, e pede a prorrogação do prazo de carência para pagamento das primeiras mensalidades.
- 06/09/1976** – Justifica proposta que elimina a contribuição compulsória dos servidores públicos aposentados para o IPASE.
- 23/09/1976** – Homenagem à poetisa Atua de Souza pelo centenário de seu nascimento.
- 23/09/1976** – Apresenta projeto de lei que condiciona a importação de produtos agrícolas à autorização do Conselho de Desenvolvimento Econômico.
- 29/09/1976** – Argumentos da proposta de submeter à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Econômico as importações de produtos agrícolas.
- 25/11/1976** – Denuncia o Coordenador Regional da Terminais Salineiros S. A., de Areia Branca, Sr. Walter Mugnaini, que forçou a retirada das candidaturas de funcionários e deu aviso prévio a outros sete empregados por suspeita de terem votado na oposição.
- 17/03/1977** – Apresenta projeto de lei que autoriza a pessoa jurídica a deduzir do Imposto de Renda as quantias aplicadas em empreendimentos da área do ensino de 1º e 2º graus.
- 23/03/1977** – Defende a implantação de política de incentivo ao ensino, particularmente o de 1º e 2º graus.
- 31/03/1977** – Apresenta projeto de lei que dispõe sobre a proibição de cobrança de taxas pelos estabelecimentos oficiais de ensino de 1º grau.
- 19/04/1977** – Protesta contra ato da RFFSA que suprimiu a linha férrea Natal-Recife prejudicando 41 localidades.
- 27/05/1977** – Apresenta projeto de lei que isenta servidores públicos aposentados do Imposto de Renda na fonte.
- 17/08/1977** – Relata carta de agricultor potiguar reclamando o descompasso entre o reajuste dos preços do algodão e os materiais essenciais ao trabalho do campo.
- 17/08/1977** – Apresenta projeto de lei que isenta as entidades sindicais de recolher salário-família e salário-educação.
- 18/08/1977** – Apresenta projeto de lei que revoga os Decretos-Leis nºs 667/69 (reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal) e 1.072/69.
- 19/08/1977** – Pela unificação do salário mínimo e contra o achatamento salarial praticada pelo governo federal.

- 19/08/1977** – Apresenta projeto de lei que acrescenta dispositivo ao art. 40 do Código de Processo Civil, a fim de estabelecer sanção ao advogado que retiver indevidamente os autos, fora do prazo legal, e venha a sofrer reclamação.
- 22/08/1977** – Apresenta projeto de lei que acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717/65, a fim de definir as condições e os motivos que poderão ensejar o prosseguimento de ação popular paralisada por desistência do autor.
- 23/08/1977** – Comenta entrevista do ministro Mário Henrique Simonsen à “Folha de S. Paulo” alegando nada poder fazer em favor do assalariado, já que a política salarial é de responsabilidade do ministro do Trabalho.
- 23/08/1977** – Apresenta projeto de lei que acrescenta dispositivo à CLT, para equiparar benefícios ao representante comercial.
- 24/08/1977** – Analisa notícia publicada no Jornal do Brasil sobre o aumento do preço do pão.
- 24/08/1977** – Apresenta projeto de lei que obriga a instalação de serviço de radiofonia em ônibus.
- 25/08/1977** – Cobra a construção da BR-226, rodovia que liga Currais Novos/RN ao Ceará.
- 25/08/1977** – Apresenta projeto de lei que altera a CLT e permite aos sindicatos auxiliar a fiscalização da lei trabalhista.
- 14/09/1977** – Aborda a devolução de migrantes nordestinos a seus Estados de origem pelo governo de São Paulo.
- 14/09/1977** – Apresenta projeto de lei que institui o Fundo de Prevenção Contra Incêndio.
- 15/09/1977** – Defende a manutenção das linhas de crédito ao comércio e à indústria do Rio Grande do Norte.
- 15/09/1977** – Projeto de lei reduz para seis meses o prazo mínimo entre despacho denegatório de declaração de utilidade pública de entidade e a reapresentação de requerimento no mesmo sentido.
- 16/09/1977** – Defende política para a pecuária, alerta para o abate indiscriminado de matrizes e a falta de preços mínimos compensadores.
- 16/09/1977** – Apresenta projeto de lei que equipara aos trabalhadores autônomos, para efeitos previdenciários, os cabeleireiros, manicures e maquiladores esteticistas.
- 19/09/1977** – Comenta declarações do Senador Petrônio Portela e do Deputado Francelino Pereira, a respeito de reformas político-institucionais, sugerindo que lutem pelas eleições diretas para Governador e Senador.
- 20/09/1977** – Apresenta projeto de lei a fim de permitir que os membros de sociedades ornitológicas regularmente organizadas possam apanhar pássaros silvestres para seus viveiros.
- 20/09/1977** – Crítica pretensão do INPS de cobrar pelos serviços médico-hospitalares prestados a seus segurados.
- 20/09/1977** – Apresenta projeto de lei que altera a redação do § 5º da Lei nº 5.890/73, e estabelece que o valor mensal dos benefícios da Previdência Social não será inferior ao salário mínimo vigente na localidade de trabalho do segurado.
- 21/09/1977** – Expõe as razões do pedido de revogação da exigência de transferência de responsabilidade pela firma para a concessão de aposentadoria aos comerciantes segurados do INPS.
- 21/09/1977** – Apresenta projeto de lei que introduz alterações na CLT sobre novo critério de férias proporcionais.
- 22/09/1977** – Apoia os agricultores da área de implantação do Projeto Baixo Açu/RN, contra os métodos do DNOCS nas desapropriações.
- 22/09/1977** – Apresenta projeto de lei que elimina o limite de idade para que o segurado faça jus aos benefícios previdenciários.
- 23/09/1977** – Apresenta projeto de lei que revoga o Decreto-Lei nº 389/68 (verificação judicial de insalubridade e periculosidade).

- 27/09/1977** – Estranha que servidores inativos não tenham recebido o reajuste de vencimentos concedido aos servidores públicos federais e reclama o cumprimento da Lei nº 1.500, de 1950.
- 27/09/1977** – Apresenta projeto de lei que altera dispositivo da Lei nº 5.890/73, no que se refere ao valor dos benefícios da Previdência Social pagos mensalmente.
- 28/09/1977** – A intenção governamental de agir com severidade em relação aos altos salários. Defende a elevação sistemática dos baixos salários visando ao aumento do poder aquisitivo da população.
- 28/09/1977** – Apresenta projeto de lei que autoriza os segurados do INPS a constituir procurador para recebimento de benefícios previdenciário em dinheiro.
- 29/09/1977** – Apresenta projeto de lei que altera a redação do § 1º do art. 832 da CLT, a fim de imputar ao empregador pena pecuniária pelo retardo na execução das obrigações no processo trabalhista.
- 30/09/1977** – Apresenta projeto de lei que proíbe a eleição de aposentados para cargos administrativos, ou de representação econômica ou profissional de natureza sindical, ou sua permanência no exercício de mandatos.
- 04/10/1977** – Apresenta projeto de lei que acrescenta dispositivo ao art. 477 da CLT, a fim de estabelecer que os acordos extrajudiciais só tenham validade se assistidos por advogado constituído pelo empregado.
- 05/10/1977** – Apresenta projeto de lei que dá nova redação ao § 4º do art. 2º da Lei nº 5.584/70, no que se refere à admissibilidade de recursos nas causas de alçada.
- 18/10/1977** – Destaca a inutilidade do leite como agente antitóxico nas doenças profissionais. Defende a adoção de medidas de segurança adequadas para a proteção daqueles que trabalham em condições insalubres.
- 19/10/1977** – Apresenta projeto de lei que altera o art. 843 da CLT, sobre a representação de empresários e trabalhadores nas audiências na Justiça do Trabalho.
- 19/10/1977** – Reivindica a concessão de abono aos assalariados e servidores públicos, para compensar os prejuízos reconhecidos pelo ministro da Fazenda.
- 19/10/1977** – Apresenta projeto de lei que altera a redação do art. 14 da CLT, a fim de conferir aos sindicatos competência para emitirem a Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- 20/10/1977** – Contra a orientação da política creditícia, particularmente da agropecuária, assinala que as variações da política governamental trazem inquietações ao homem do campo, sobretudo nas regiões mais carentes.
- 20/10/1977** – Apresenta projeto de lei que obriga as empresas a entregar ao empregado optante, no ato de rescisão do contrato de trabalho, a guia de transferência de sua conta vinculada ao FGTS.
- 25/10/1977** – Apresenta projeto de lei que acrescenta dispositivo ao art. 132 da CLT, para estabelecer que não serão descontadas do período de férias as faltas autorizadas ou consideradas por lei como tempo de serviço efetivo.
- 26/10/1977** – Novo projeto de lei dispõe sobre a validação, em caráter excepcional, de cursos realizados em escolas de nível superior não reconhecidas.
- 27/10/1977** – O centenário de fundação do município de Macaíba, no Rio Grande do Norte.
- 08/11/1977** – Condena a solução que a RFFSA apresentou para os graves problemas que atravessa, instituindo o prêmio-aposentadoria por tempo de serviço para seus servidores.
- 08/11/1977** – Apresenta projeto de lei que visa a permitir ao empregado a utilização do FGTS para adquirir moradia própria, mediante interveniência do BNH.
- 09/11/1977** – Apresenta projeto de lei que introduz modificação na CLT, a fim de estabelecer prazo para realização de audiência de julgamento na hipótese de litígio sobre salário ou nos casos de falência do empregador.

- 10/11/1977** – Apoia o movimento pela localização no Rio Grande do Norte da nova refinaria que a Petrobras pretende implantar no Nordeste, solidário a discurso nesse sentido do Deputado Garibaldi Alves,
- 10/11/1977** – Apresenta projeto de lei que declara de utilidade pública o Serviço de Ação Urbana
- 14/11/1977** – Condena as medidas de contenção da inflação e critica o aumento do IPTU, em Natal.
- 17/11/1977** – Aplauda a atitude do ministro da Agricultura em defesa das cooperativas de eletrificação rural contra os interesses das concessionárias de energia elétrica na implantação do II Programa de Eletrificação Rural.
- 18/11/1977** – Condena o desvio de recursos do PIS-PASEP para patrocínio de transmissões esportivas pela televisão.
- 21/11/1977** – Apresenta projeto de lei que diminui a duração da jornada de trabalho da mulher grávida.
- 22/11/1977** – Reforma da legislação do Imposto de Renda, através de Decreto-Lei: critica os limites estabelecidos para as deduções dos gastos com saúde e aluguéis.
- 22/11/1977** – Apresenta projeto de lei que atribui à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor parcela correspondente ao Imposto de Renda incidente sobre a arrecadação da Loteria Esportiva Federal.
- 23/11/1977** – Apela ao governo no sentido de buscar soluções definitivas sobre as dívidas das prefeituras com o INPS.
- 24/11/1977** – Registra apreensão de empresários nordestinos, em face da morosidade da liberação de recursos do FINOR, prometidos pelo Presidente da República.
- 25/11/1977** – Sobre a proliferação de locadoras de mão de obra e os abusos praticados por essas empresas.
- 28/11/1977** – Comenta notícia de que “80% dos brasilienses ganham salário mínimo”, publicada na “Folha de S. Paulo”, que aborda a precariedade das condições de vida nas cidades satélites da capital federal.
- 29/11/1977** – Pela celeridade nos processos de indulto de Natal. Comenta a visita do Presidente Anwar Sadat, do Egito, a Israel. Assinala que a lição do pacificador deve ser aproveitada pelo Presidente Ernesto Geisel, pois “o clamor no Oriente Médio é pela reconciliação dos povos e o clamor entre nós é pela reconciliação de irmãos”.
- 01/12/1977** – Apresenta os seguintes projetos de lei: a) introduz modificações na Lei nº 6.147/74 (reajustamentos salariais); b) altera a redação do art. 2º da Lei nº 4.923/65 e revoga o art. 503 da CLT, a fim de vedar a redução geral de salário pelas empresas, em caso de força maior ou prejuízos devidamente comprovados.
- 02/12/1977** – Ao abordar a crise da cotonicultura nordestina, especialmente no Rio Grande do Norte, pede ao governo federal que compre o algodão ao preço de Cr\$ 10 o quilo, socorrendo os produtores locais.
- 02/12/1977** – Apresenta projeto de lei que altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei Complementar nº 7/70, para ampliar as cominações impostas às empresas faltosas quanto ao fornecimento de dados relativos ao PIS.
- 06/03/1978** – Apresenta os seguintes projetos de lei: a) introduz alteração na legislação da previdência social, a fim de isentar de contribuição previdenciária a construção de casa própria pelo sistema de mutirão ou sem mão de obra assalariada; b) determina que os comissários de aeronaves sejam submetidos a curso básico de primeiros socorros e enfermagem.
- 08/03/1978** – Lê carta em que um inspetor do Trabalho do Ministério do Trabalho reclama da disparidade salarial existente na sua classe funcional.
- 08/03/1978** – Apresenta projeto de lei que dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 4.215/63 (Estatuto da OAB).
- 09/03/1978** – Pesar pela morte de Aluísio Gonçalves Bezerra, líder político no Rio Grande do Norte.
- 09/03/1978** – Apresenta projeto de lei que acrescenta dispositivo ao novo Código Penal, a fim de gravar a pena cominada ao crime de desacato, quando ele é dirigido contra autoridade judiciária no exercício de suas funções.

- 14/03/1978** – Contra discriminação aos inativos do Serviço Público e aposentados do INPS, sugere que os proventos acompanhem a evolução dos vencimentos dos cargos que exerceram até a aposentadoria.
- 14/03/1978** – Apresenta projeto de lei que dispõe sobre a criação do Ministério da Administração Pública.
- 15/03/1978** – Lembrando o heroico esforço dos “soldados da borracha”, na Amazônia, durante a Segunda Guerra Mundial, dirige apelo ao governo para que socorra os sobreviventes desse grupo, reconhecendo como tempo de serviço público e de guerra o período em que estiveram a serviço do antigo SEMTA
- 15/03/1978** – Apresenta projeto de lei que introduz alteração na Lei nº 1.711/52, para que as comissões de sindicância ou de inquérito que apuram irregularidades no serviço público sejam integradas por pessoas alheias aos quadros do funcionalismo público.
- 16/03/1978** – Apoia as novas diretrizes do Banco Nacional de Habitação e faz votos para que o povo do Rio Grande do Norte se beneficie com o plano de financiamento da casa própria.
- 16/03/1978** – Apresenta projeto de lei que introduz alteração na CLT, a fim de determinar a incorporação das horas suplementares e das gorjetas à remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.
- 20/03/1978** – Apresenta projeto de lei que dispõe sobre o prazo para julgamento de processos administrativos de determinação e exigência de crédito tributário.
- 21/03/1978** – Apresenta projeto de lei que altera as regras do seguro obrigatório de veículos automotores, objetivando a atualização dos valores do seguro e a imposição de pronto pagamento das indenizações devidas.
- 28/03/1978** – Demonstra a necessidade de uma atualização da lei que criou o FGTS, principalmente no que diz respeito à estabilidade do trabalhador e à responsabilidade da fiscalização do recolhimento do FGTS.
- 29/03/1978** – Denuncia irregularidades na atuação da COHAB do Rio Grande do Norte. Transmite apelo dos trabalhadores daquele estado ao Presidente da República e ao BNH.
- 29/03/1978** – Apresenta projeto de lei que permite às pessoas físicas a dedução, do Imposto de Renda, das quantias pagas a título de remuneração de empregados domésticos.
- 30/03/1978** – Denuncia a concentração de rendas, o incessante empobrecimento da população e o crescente índice de desemprego, constatados em pesquisa do IBGE.
- 30/03/1978** – Apresenta projeto de lei que exclui de todos os atos de transmissão imobiliária a exigência de apresentação de certidões negativas de débitos tributários.
- 31/03/1978** – Autêntico embate democrático, as recentes eleições na França deveriam inspirar o governo brasileiro, a fim de que o pleito eleitoral se aproxime em ambiente de total liberdade.
- 03/04/1978** – Apresenta projeto de lei que altera a redação do parágrafo único do art. 354 da CLT, a fim de estender a proporcionalidade obrigatória de empregados brasileiros aos cargos ou postos de direção das empresas.
- 04/04/1978** – Comenta o projeto do novo Código de Minas, em estudo pelo governo, e pede ao ministro das Minas e Energia que suste os processos de concessão, a fim de que sejam apreciados em conformidade com o novo Código.
- 04/04/1978** – Apresenta projeto de lei alterando a CLT, a fim de estabelecer que no Distrito Federal e nas capitais dos Estados e territórios, notificações trabalhistas especificadas serão tidas como feitas pela publicação no órgão oficial.
- 05/04/1978** – Lastima que o Ministério da Saúde não tenha atingido as metas de imunização previstas pela OMS no período 1975-76.
- 05/04/1978** – Apresenta projeto de lei que acrescenta item ao § 2º do art. 459 da CLT, a fim de estabelecer a incidência de juros moratórios sobre os salários em atraso, devidos pelo empregador.

- 07/04/1978** – Agências da Caixa Econômica em municípios do Rio Grande do Norte, antiga cobrança é renovada.
- 11/04/1978** – Apresenta projeto de lei para discriminar os responsáveis, na empresa, pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e outras, em caso de falência, concordata ou dissolução da sociedade.
- 12/04/1978** – Condena a importação de algodão que ameaça a economia dos cotonicultores nordestinos.
- 12/04/1978** – Apresenta projeto de lei que regulamenta o exercício da profissão de Tecnólogo em Administração.
- 13/04/1978** – Solicita a atenção do ministro dos Transportes para a discriminação que estão sofrendo funcionários do DNER, a serviço dos Batalhões de Engenharia e Construção no Norte e Nordeste, na concessão de quinquênios.
- 13/04/1978** – Apresenta projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de indicação, nas cédulas de identidade, do tipo sanguíneo, fator RH e CPF do portador.
- 18/04/1978** – Defende a indicação de uma mulher para vaga do Tribunal Federal de Recursos.
- 19/04/1978** – Apresenta projeto de lei que institui o documento de identificação dos familiares dos marítimos para fins que especifica.
- 20/04/1978** – Comenta pesquisa realizada pelo IBGE para o Conselho de Desenvolvimento Social sobre o setor educacional do País, com resultados decepcionantes para o governo.
- 24/04/1978** – Alterações ao anteprojeto do Código de Minas preocupam a população, sobretudo os efeitos nocivos do sigilo nos estudos e o risco para os interesses nacionais.
- 25/04/1978** – Apresenta projeto de lei que obriga a exibição de filmes nacionais em 120 dias/ano nos cinemas do País.
- 26/04/1978** – Em outro projeto, define condições básicas de segurança nos botijões de gás.
- 27/04/1978** – Novo projeto de lei dispõe sobre seguro de vida de pessoas com deficiência visual.
- 02/05/1978** – Apresenta projeto de lei para permitir a importação, com isenção fiscal, de equipamentos destinados à prática de esportes, mesmo com similares nacionais, para entidade estudantil.
- 03/05/1978** – Projeto de lei institui a medalha de mérito “Eloy Chaves”.
- 04/05/1978** – Financiamento do Sistema Financeiro de Habitação aos imóveis com mais de 180 dias do “habite-se”, assunto de novo projeto de lei.
- 09/05/1978** – Analisa matéria do Jornal do Brasil sobre pesquisas da Universidade Federal de Pernambuco a respeito das desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro, que não mudaram nos últimos 27 anos.
- 10/05/1978** – Solicita ao governo o cancelamento urgente da concessão dada a um grupo industrial japonês para a caça à baleia na costa brasileira.
- 11/05/1978** – Apresenta projeto de lei que estabelece critério para a fixação do valor do benefício de prestação continuada, a cargo da Previdência Social.
- 16/05/1978** – Comenta estudos da Fundação Getúlio Vargas que demonstram ser o item “serviços públicos” o que mais pesa nos altos índices inflacionários registrados no País.
- 17/05/1978** – Ao registrar a frustração do trabalhador brasileiro, diante dos novos níveis do salário mínimo, reitera cobrança pela unificação do salário mínimo em todo o País.
- 18/05/1978** – Ante proposta governamental em elevar para 20% do FGTS a multa na dispensa sem justa causa, endossa a proposta de 50% e defende estabilidade no emprego, única forma capaz de evitar rotatividade e desemprego dos que ultrapassaram os 35 anos de idade.

- 19/05/1978** – Apresenta novo projeto de lei com regras básicas de segurança nos botijões de gás liquefeito de petróleo.
- 24/05/1978** – Comenta a anunciada revogação do Decreto-Lei nº 477 e defende o fim de toda legislação que limita o direito do estudante de participar da vida política nacional.
- 24/05/1978** – Apresenta projeto de lei que modifica a Lei nº 5.107/66, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS para pagamento de despesas com tratamento médico, dentário e internação hospitalar.
- 26/05/1978** – Aborda o desemprego no País, notadamente acima dos 35 anos, e condena a legislação atual que possibilita a dispensa sem justa causa.
- 26/05/1978** – Apresenta projeto de lei que obriga as empresas a apresentar documentação comprobatória de quitação dos depósitos relativos ao FGTS para prática dos atos especificados.
- 30/05/1978** – Ao criticar a política salarial do governo, sugere reajustes salariais semestrais.
- 30/05/1978** – Apresenta projeto de lei sobre documentos escolares, a fim de que os estabelecimentos de ensino não mais registrem dados relativos à filiação do aluno.
- 31/05/1978** – Informa que, segundo a imprensa, o governo está prestes a propor mudanças na lei que instituiu o FGTS e discorre sobre os efeitos maléficos da legislação em vigor.
- 31/05/1978** – Apresenta projeto de lei que faculta ao empregado requerer o depósito mensal, em caderneta de poupança da CEF, em seu nome, um doze avos de seu 13º salário.
- 01/06/1978** – Anuncia que o Ministério do Trabalho está concluindo estudos para projeto de lei, que será enviado ainda este ano ao Congresso Nacional, para reformular a legislação sobre o trabalho de menores.
- 01/06/1978** – Apresenta projeto de lei que dispõe sobre a equiparação salarial obrigatória entre os professores do ensino oficial e particular.
- 06/06/1978** – Novo projeto de lei propõe a criação do Instituto Nacional de Proteção aos Excepcionais
- 07/06/1978** – Defende a necessidade da extensão do adicional de inatividade aos aposentados pelo INPS.
- 15/06/1978** – Apresenta projeto de lei sobre a instituição da Fundação Universidade Federal de Mossoró/RN.
- 16/06/1978** – Apresenta projeto de lei que dá nova redação ao § 2º do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.034/69, a fim de vedar porte de armas aos guardas de segurança.
- 28/06/1978** – Qualifica de incoerente a atual política agrícola brasileira e aponta divergências no governo.
- 29/06/1978** – Comenta documento divulgado em São Paulo que expressa o pensamento do empresariado nacional sobre a realidade brasileira.
- 10/08/1978** – Destaca a aprovação da Carta da Cidade de Natal pelo Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil, que contém as reivindicações da classe.
- 10/08/1978** – Apresenta projeto de lei que dispõe sobre o reajuste de alugueis e a denúncia vazia.
- 11/08/1978** – A posse de Valfrido Salmito como Superintendente da SUDENE.
- 11/08/1978** – Apresenta projeto de lei que inclui a prática da poluição entre os crimes contra a segurança nacional.
- 14/08/1978** – Apresenta as resoluções do V Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria e as principais reivindicações, como o reajuste automático dos salários sempre que o aumento do custo de vida ultrapassar 10%.
- 16/08/1978** – Reitera apelo ao governo pela aposentadoria dos professores de 1º e 2º graus aos 25 anos de serviço.
- 17/08/1978** – Prega a necessidade de se estender os benefícios do FUNRURAL aos dependentes do produtor rural e comenta as perspectivas de vitória do MDB nas eleições que se aproximam.

- 22/08/1978** – Projeto de lei fixa data uniforme para reajustamentos salariais, em todo o território nacional.
- 23/08/1978** – Apresenta projeto de lei que permite aos empregados que não optaram pelo regime do FGTS o direito de fazê-lo com efeito retroativo.
- 28/08/1978** – Novo projeto: salário mínimo profissional dos diplomados em Técnico em Contabilidade, no exercício da profissão.
- 11/09/1978** – Apresenta projeto de lei que dispõe sobre aferição, graduação e incidência do adicional de insalubridade.
- 03/10/1978** – Projeto de lei reajusta o valor da multa paga ao empregado optante do FGTS despedido sem justa causa.
- 09/10/1978** – Apresenta projeto de lei que acrescenta dispositivo à CLT, estabelecendo que o trabalho realizado aos domingos e feriados seja pago em dobro, sem prejuízo do repouso semanal remunerado de 24 horas.
- 29/11/1978** – Explica o apoio ao candidato arenista ao Senado Federal, Jessé Pinto Freire, na campanha eleitoral.
- 08/03/1979** – Quer esclarecimentos do governo sobre suspeitas de irregularidades na aplicação dos recursos do PIS, segundo denúncias da imprensa.
- 09/03/1979** – Apresenta projeto de lei sobre aposentadoria especial para os conferentes e consertadores de carga.
- 12/03/1979** – Apresenta projeto de lei que assegura a transferência da matrícula de universitários funcionários públicos estaduais em condições especificadas.
- 14/03/1979** – Espera que o novo governo realize uma política mais humana em relação aos trabalhadores, fixando o um novo salário mínimo que atenda às necessidades mínimas das famílias, unificando-o em todo o território nacional.
- 19/03/1979** – Aborda a precariedade dos investimentos no Nordeste. Assinala que o Rio Grande do Norte é vítima de política discriminatória, pois os escassos recursos são aplicados, na maioria, em Pernambuco e na Bahia.
- 19/03/1979** – Propõe modificações no Decreto-Lei nº 3.365/41 (desapropriação por utilidade pública), a fim de reduzir para um ano o prazo da caducidade do decreto expropriatório.
- 21/03/1979** – Apresenta projeto de lei sobre a aposentadoria proporcional da mulher aos 25 anos de serviço.
- 23/03/1979** – Critica a política salarial brasileira e defende os servidores públicos excluídos do Plano de Classificação de Cargos.
- 26/03/1979** – Projeto de lei que acrescenta alínea ao *caput* do art. 513 da CLT, a fim de assegurar aos sindicatos o acesso, no âmbito da empresa, à documentação relativa aos direitos trabalhistas dos empregados.
- 04/05/1979** – Para assegurar aos filhos maiores de idade do empregador rural a filiação à Previdência Social, apresenta novo PL.
- 07/05/1979** – Apresenta projeto de lei sobre a validação, em caráter excepcional, de curso concluído em escola de nível superior não reconhecida.
- 09/05/1979** – Reitera apelo ao Presidente da República pela unificação nacional do salário mínimo.
- 14/05/1979** – Apresenta os seguintes projetos de lei: a) exigências básicas de segurança para os recipientes de gás liquefeito do petróleo; b) indicação, nas cédulas de identidade, do tipo sanguíneo, fator RH e CPF do portador.
- 18/05/1979** – Elogia o Presidente Figueiredo pela prioridade no combate à inflação e solicita apoio à proposta de emenda constitucional que reduz de 35 para 30 anos o tempo de serviço para aposentadoria do servidor público.

- 21/05/1979** – Apresenta projeto de lei que assegura aos deficientes visuais o direito de contratar seguro de vida.
- 22/05/1979** – Destaca o alcance do plano do BNH de estender sua ação ao setor rural.
- 25/05/1979** – Apresenta projeto de lei sobre documento de identificação de dependentes dos marítimos, para ingresso e permanência em área dos portos de suas respectivas jurisdições.
- 28/05/1979** – Projeto de lei que modifica o artigo 2º da Lei nº 4.266/63. Inclui a esposa entre os dependentes do trabalhador com direito ao salário-família e eleva o limite de idade dos filhos beneficiados.
- 29/05/1979** – Discorre sobre os problemas de infraestrutura de Brasília, notadamente nas cidades satélites e exige solução prioritária para os transportes coletivos.
- 30/05/1979** – Comenta declaração do presidente da Embratur sobre a extinção, no próximo ano, do depósito compulsório para viagens ao exterior. Qualifica a medida de inconstitucional e infeliz e pede a sua revogação imediata.
- 01/06/1979** – Apresenta projeto de lei que dispõe sobre o exercício da profissão de Tecnólogo em Administração Rural.
- 04/06/1979** – Projeto de lei equipara os sindicatos às entidades filantrópicas para efeito da isenção previdenciária de que trata a Lei nº 3.577/59.
- 05/06/1979** – Lamenta que os servidores públicos estaduais e municipais não possam usufruir da contagem recíproca de tempo de serviço para fins de aposentadoria.
- 06/06/1979** – Ressalta a necessidade de uma completa revisão no sistema de seguro social do País e aborda as pensões civis e previdenciárias, que vêm sofrendo um crescente processo de deterioração.
- 07/06/1979** – Defende a atualização do sistema legal vigente. Entende que a existência de um número excessivo de normas emperra a máquina burocrática nacional.
- 11/06/1979** – Apresenta projeto de lei que exclui as despesas com empregados domésticos do rendimento bruto das pessoas físicas na declaração do Imposto de Renda.
- 13/06/1979** – Em novo projeto, propõe mudança no cálculo do valor mensal dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.
- 18/06/1979** – Propõe alteração no § 2º do art. 164 da CLT, para aperfeiçoar o funcionamento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes.
- 19/06/1979** – Comenta decisão do TCU que determina o reajustamento dos proventos dos inativos do Serviço Público em bases iguais ao valor dos vencimentos percebidos pelos atuais titulares dos cargos.
- 20/06/1979** – Analisa o projeto de lei da anistia, que está sendo elaborado pelo Executivo. Afirma não ter dúvidas de que o Presidente João Figueiredo decidirá pela concessão de anistia total, sem limitações.
- 21/06/1979** – Elogia depoimento do ministro Eduardo Portella, perante a Comissão de Educação e Cultura da Casa, e anuncia proposta de emenda constitucional destinando parte dos impostos sobre bebida e fumo à concessão de bolsas de estudo.
- 21/06/1979** – Apresenta projeto de lei que dá nova redação ao parágrafo único do art. 354 da CLT, para estender a obrigatoriedade de proporcionalidade de empregados brasileiros aos cargos de direção, gerência e chefia.
- 22/06/1979** – Reapresenta projeto de lei estabelecendo que no Distrito Federal e nas capitais dos Estados e territórios considerem-se feitas as intimações apenas pela publicação no órgão oficial.
- 22/06/1979** – Elogia a atuação do Presidente da Caixa Econômica Federal, Gil Macieira, ressaltando o alcance dos propósitos em melhorar o PROGIRO, a rentabilidade do PIS e o programa de treinamento de pessoal.
- 25/06/1979** – Outro projeto de lei reapresentado: o que proíbe guardas de segurança de bancos portar armas.

- 26/06/1979** – Diante da intenção do governo de dar aposentadoria proporcional aos servidores em disponibilidade propõe duas soluções: aposentadoria só para quem deseja e proibição de ingressos no serviço público enquanto houver pessoal em disponibilidade.
- 29/06/1979** – Elogia a exposição do Governador do Ceará, Virgílio Távora, na Comissão do Interior da Câmara dos Deputados, sobre a problemática do Nordeste e o papel da SUDENE.
- 29/06/1979** – Apresenta os seguintes projetos de lei: a) obrigatoriedade de as empresas enviarem aos sindicatos a relação mensal das admissões e dispensas; b) regula a concessão do salário profissional do Técnico de Contabilidade, quando no efetivo exercício da profissão.
- 06/08/1979** – Novo projeto de lei define a prática da poluição ambiental como crime contra a segurança nacional.
- 08/08/1979** – Expõe as consequências do bloqueio, pelo Ministério da Educação e Cultura, dos recursos destinados ao pagamento de bolsas de estudos distribuídas pelo próprio órgão.
- 10/08/1979** – Defende a necessidade da concessão imediata de suplementação salarial para todos os trabalhadores.
- 13/08/1979** – Apresenta projeto de lei que acrescenta dispositivos à Lei nº 4.749/65 (13º salário), a fim de facultar ao empregado requerer o depósito de 1/12 de sua remuneração mensal em caderneta de poupança.
- 17/08/1979** – Apresenta projeto de lei que modifica a redação do caput do art. 14 da Lei nº 6.281/75, a fim de fixar em 120 dias o número mínimo de exibição de filmes nacionais nos cinemas brasileiros.
- 20/08/1979** – Apresenta projeto de lei que fixa em um ano o prazo mínimo de duração do valor reajustado do aluguel mensal dos imóveis residenciais.
- 27/08/1979** – Reclama medidas de amparo às classes trabalhadoras: reajuste salarial semestral, aposentadoria do funcionário público aos 30 anos de serviço, os homens e aos 25 anos, as mulheres; 13º salário para servidores em atividade e inativos e extensão do FGTS e do PIS-PASEP ao empregado rural.
- 27/08/1979** – Apresenta projeto de lei que acrescenta § 3º ao art. 219 da Lei nº 1.711/52, a fim de permitir que as comissões de sindicância ou de inquérito sejam integradas por pessoas alheias ao funcionalismo público.
- 29/08/1979** – Apresenta projeto de lei que introduz alterações no art. 52 da Lei nº 4.215/63 (OAB), a fim de aperfeiçoar as disposições relacionadas aos provisionados.
- 03/09/1979** – Apresenta projeto de lei que estende aos imóveis com “habite-se” superior a 180 dias, financiamento do SHF.
- 05/09/1979** – Renova projeto que permite ao empregado usar a conta vinculada do FGTS por necessidades de natureza médica, hospitalar ou odontológica.
- 06/09/1979** – Novo projeto de lei estabelece normas para expedição de documentos escolares.
- 10/09/1979** – Apresenta projeto de lei que altera o art. 38 da Lei nº 3.807/60, a fim de ampliar os casos de rateio da pensão deixada pelo segurado.
- 12/09/1979** – A propósito de projeto de lei governamental sobre a nova política salarial para os trabalhadores regidos pela CLT, defende modificações também para o funcionalismo civil e militar e para os aposentados e pensionistas.
- 14/09/1979** – Propõe seja obrigatória a apresentação de documentação comprobatória de quitação dos depósitos relativos ao FGTS, para os fins que especifica.
- 17/09/1979** – Preocupado diante da penúria da população do Rio Grande do Norte, afirma que os planos de emergência do governo estadual e da SUDENE não conseguiram amenizar os problemas oriundos das secas.
- 17/09/1979** – Apresenta projeto a fim de corrigir inconstitucionalidades da Lei da Magistratura Nacional.
- 19/09/1979** – Defende a conveniência da extensão da assistência médico-dentária e hospitalar, bem como dos benefícios do FGTS, aos trabalhadores rurais.

- 21/09/1979** – Apresenta projeto de lei que altera a redação do *caput* do art. 1º da Lei nº 6.683/79 (Anistia), a fim de restabelecer a expressão “e outros diplomas legais”, constante do projeto original e objeto de veto presidencial.
- 24/09/1979** – Projeto de lei obriga comissários de bordo a fazer curso básico de primeiros socorros e enfermagem.
- 26/09/1979** – Apoia reivindicação do Deputado Estadual Garibaldi Filho (RN) pela instalação de diretoria regional do DNOCS em Natal.
- 28/09/1979** – Comenta a reportagem “A tática anti-seca”, publicada na revista Veja, sobre previsões de longo período de estiagem no Nordeste, o que motivou o governo a liberar vultosos recursos visando socorrer a região.
- 01/10/1979** – Apresenta projeto de lei que altera a redação do *caput* do art. 457 da CLT, para incorporar à remuneração do empregado as importâncias correspondentes às horas suplementares que receber.
- 05/10/1979** – Lastima a assinatura, pelo Presidente Figueiredo, do decreto que visa a reprimir os estudantes que participem da eleição para escolha da nova direção da UNE.
- 05/10/1979** – Apresenta projeto de lei complementar que altera a redação do art. 4º da Lei Complementar nº 11/71, a fim de reduzir para 55 anos o limite de idade para a aposentadoria do trabalhador rural e estender o benefício à trabalhadora rural, a partir dos 50 anos de idade.
- 08/10/1979** – Reivindica a perfuração de poços em Apodi/RN para proteger a agropecuária dos efeitos da estiagem.
- 08/10/1979** – Apresenta projeto de lei complementar que altera a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 11/71, a fim de assegurar o pagamento do auxílio-funeral também por morte de dependentes do trabalhador rural.
- 10/10/1979** – Endossa reivindicação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Dix-Sept Rosado/RN, para que o Congresso Nacional rejeite dispositivo da reforma da CLT, sobre prescrição especial para a reclamação trabalhista do homem do campo.
- 11/10/1979** – Ressalta que, comprovadamente, o sistema dos incentivos fiscais não é o melhor meio de promoção do desenvolvimento do Nordeste e endossa proposta da EMBRATUR de criar portões de entrada de turistas na região.
- 16/10/1979** – Apresenta projeto de lei que altera a Lei nº 6.194/74, para atualização dos valores do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por veículos Automotores e estabelece maior rigor no pagamento das indenizações.
- 17/10/1979** – Apresenta projeto de lei que fixa prazos para o julgamento de processos administrativos de determinação e exigência de crédito tributário.
- 18/10/1979** – Projeto equipara salários dos professores do ensino oficial e da rede particular.
- 22/10/1979** – Eleva de 10% para 30% o percentual sobre o saldo da conta vinculada, multa ao empregador que demitir sem justa causa o empregado optante do FGTS.
- 24/10/1979** – A propósito da promessa do Presidente Figueiredo de alterar o novo Código Tributário Nacional, para corrigir os dispositivos que, segundo afirma, prejudicam os municípios brasileiros, sugere medidas importantes.
- 25/10/1979** – Defende assistência ao filho da mulher trabalhadora. Entende que as empresas com mais de 30 operárias devem manter convênios com creches próximas ao trabalho ou, quando distantes, fazer o transporte das crianças.
- 26/10/1979** – Comenta promessa do ministro da Educação de envidar esforços para pagar um abono aos professores universitários e manifesta confiança na concessão do abono e aumento salarial aos professores federais e estaduais.

- 29/10/1979** – Apresenta projeto de lei que altera o Código Penal, para determinar o agravamento de pena quando, em caso de desacato a funcionário público, este for juiz no exercício de suas funções.
- 30/10/1979** – Após exaltar a atuação dos grandes clubes internacionais de serviço, social, como o Lions e o Rotary Club, defende a necessidade de o governo reconhecer como utilidade pública a atuação dessas sociedades em nosso País.
- 31/10/1979** – Apresenta projeto de lei que dá nova redação ao *caput* do art. 449 da CLT, a fim de determinar como responsáveis pelos direitos dos empregados da empresa que se declare em falência, concordata ou dissolução o seu titular, os diretores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes.
- 05/11/1979** – Reapresenta projeto que assegura remuneração em dobro para trabalho realizado aos domingos e feriados, sem prejuízo do repouso semanal remunerado de 24 horas.
- 06/11/1979** – Apresenta projeto de lei que modifica a redação do *caput* do art. 1º da Lei nº 5.958/73, a fim de assegurar aos atuais empregados o direito de optar pelo FGTS, com efeitos retroativos a 01.01.67.
- 07/11/1979** – Critica o veto presidencial à unificação do salário mínimo em todo o País.
- 07/11/1979** – Apresenta projeto de lei que dispõe sobre aposentadoria especial para os motoristas profissionais.
- 08/11/1979** – Protesta contra a intenção do BNH de reajustar semestralmente as prestações da casa própria. Critica o Conselho Federal de Educação por também pretender autorizar a revisão semestral das mensalidades.
- 09/11/1979** – Advoga a necessidade do aproveitamento dos Secretários das Juntas de Serviço Militar como servidores federais, nos quadros burocráticos das Forças Armadas.
- 12/11/1979** – Apresenta projeto de lei que assegura aos Fiscais de Tributos da União, Estados, municípios e do Distrito Federal a aposentadoria voluntária aos 30 anos de serviço.
- 16/11/1979** – Após assinalar os prejuízos que o aumento do preço do leite trará à população infantil subnutrida do País, apela ao Presidente Figueiredo no sentido do restabelecimento do subsídio desse produto.
- 16/11/1979** – Apresenta projeto de lei que disciplina a execução dos serviços de vigilância em navios.
- 20/11/1979** – Qualifica de insignificante a dotação orçamentária destinada à educação no Orçamento da União.
- 21/11/1979** – Apresenta projeto de lei que dispõe sobre a competência da ABNT para fixar normas de segurança contra vazamentos e explosões de botijões de gás liquefeito.
- 22/11/1979** – Em outro projeto, propõe criação do Instituto Nacional de Proteção ao Excepcional
- 26/11/1979** – Apresenta projeto de lei que estabelece medidas sobre a concessão do adicional de insalubridade.
- 27/11/1979** – Reclama ação efetiva da SUCAM no combate aos barbeiros, transmissores da doença de Chagas.
- 29/11/1979** – Apresenta projeto que onera com correção monetária e juros de 3% ao mês os salários pagos com atraso.
- 03/12/1979** – Projeto renovado institui a Medalha de Mérito Eloy Chaves no âmbito da Previdência Social.
- 04/12/1979** – Propõe conceder aposentadoria especial, aos 25 anos de atividades, aos atletas profissionais de futebol.



ANOS 80

- 07/03/1980** – Apresenta projeto de lei que reduz exigências para a concessão de auxílio previdenciário aos maiores de 60 anos portadores de invalidez congênita.
- 10/03/1980** – Apresenta projeto que amplia de um para dois anos o prazo de estabilidade do empregado eleito para cargo de representação sindical.
- 12/03/1980** – Projeto propõe estender aos economiários a jornada de trabalho de seis horas aplicável aos bancários.
- 14/03/1980** – Propõe isentar do IPTU os imóveis residenciais cujo valor não exceda de 3.000 UPCs.
- 17/03/1980** – Apresenta projeto de lei que assegura ao empregado, optante ou não do FGTS, que à época da publicação da Lei nº 5.107/66 contava mais de 25 anos de serviço, um prêmio ao aposentar-se correspondente a 60% do somatório dos meses de serviço.
- 19/03/1980** – Comenta proposta da SUSEP de cassar a licença de 20 montepios privados, entre os mais de cem que apresentaram planos para adequação às novas normas do setor. Defende medidas drásticas para sanear o setor.
- 21/03/1980** – Projeto garante participação dos empregados na gestão de empresas públicas e sociedades de economia mista nas quais a União é acionista majoritária.
- 24/03/1980** – Apresenta projeto de lei que altera o *caput* e o § 1º do art. 10 da Lei nº 5.890/73, a fim de conceder às seguradas a aposentadoria aos 25 anos de serviço, com 80% do salário de benefício.
- 26/03/1980** – Apresenta projeto de lei que acrescenta parágrafo ao art. 468 da CLT.
- 28/03/1980** – Apresenta projeto que assegura, no caso de invalidez ou morte do segurado antes do fim da carência, sejam restituídas as contribuições pagas, com correção monetária e juros.

- 07/04/1980** – Apresenta projeto de lei que altera a redação do art. 746 e revoga o art. 747 da CLT, para restringir a atuação do Ministério Público nos processos trabalhistas.
- 11/04/1980** – Expõe os postulados do Partido Popular.
- 11/04/1980** – Apresenta projeto de lei que estende os benefícios da Lei nº 6.179/74 aos inválidos congênitos.
- 14/04/1980** – Protesta contra a redução dos recursos destinados ao FINOR no corrente ano. Vê a medida como demonstração do total despreço do governo federal para com os problemas do Nordeste.
- 14/04/1980** – Propõe modificação na CLT, a fim de atribuir aos sindicatos de empregados poder de fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista.
- 28/04/1980** – Apresenta projeto de lei que institui adicional por tempo de serviço, para os empregados sob o regime CLT.
- 29/04/1980** – Apresenta proposta que proíbe a cobrança de taxas por estabelecimentos oficiais de ensino de 1º grau.
- 30/04/1980** – Defende a melhoria de remuneração das polícias militares.
- 02/05/1980** – Aborda a espiral inflacionária, observando que o modelo econômico monetarista em vigor não responde mais às aspirações da sociedade brasileira e antevê a instalação no País de um clima de intranquilidade social.
- 06/05/1980** – Projeto renovado determina a entrega ao empregado optante, na rescisão contratual, do documento de transferência da conta vinculada.
- 08/05/1980** – Concita os governadores do Nordeste e os seus representantes no Congresso Nacional a protestar contra a decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico de reduzir o orçamento do FINOR.
- 12/05/1980** – Apresenta projeto reduzindo de dois anos para seis meses o prazo para que a entidade que teve negado o seu pedido de declaração de utilidade pública refaça a solicitação.
- 15/05/1980** – Adverte o governo sobre a seriedade da crise na indústria do açúcar. Prevê uma explosão social de graves consequências, se não for apressada, pelo IAA, a elaboração de um novo plano para a safra.
- 19/05/1980** – Projeto visa a reduzir em 50% o IPTU de imóveis situados em vias públicas onde se realizem feiras livres.
- 21/05/1980** – Registra reclamações de segurados da Previdência Social sobre a insuficiência das pensões e proventos. Pede aumento aos aposentados, com percentual relativo ao número de quinquênios de aposentadoria.
- 22/05/1980** – Diante da seca nordestina, preconiza com urgência acelerar o PROAGRO, o Programa Sertanejo, a construção de casas rurais, o Plano de Recursos Hídricos e financiamento, a fundo perdido, para pequenas propriedades rurais.
- 23/05/1980** – Apresenta projeto de lei que assegura aos empregados não optantes do FGTS o direito de fazê-lo com efeitos a partir de 01.01.67 ou da data de admissão no emprego.
- 26/05/1980** – Apresenta projeto de lei que acrescenta item ao art. 132 da CLT, fixando o conceito de falta justificada.
- 28/05/1980** – Sugestão ao Executivo para que eleve proventos da aposentadoria aos níveis percebidos na atividade, aos aposentados com mais de dez anos de serviço.
- 30/05/1980** – Considerações sobre o veto do Presidente da República à supressão da sublegenda.
- 02/06/1980** – Propõe aposentadoria especial, aos 25 anos de serviço, aos empregados em pulverização de ambientes, limpeza, coleta de lixo e detritos.

- 03/06/1980** – Relata os efeitos da seca no Nordeste, a economia regional empobrecida pelos erros da política de industrialização, a iniquidade do sistema fundiário e o progressivo êxodo rural.
- 04/06/1980** – Apresenta projeto de lei determinando que, salvo por questão de direito, nenhum recurso caberá da sentença proferida em dissídio da alçada anterior.
- 10/06/1980** – Preconiza medidas mais eficazes para o combate ao surto inflacionário, ao constante aumento do custo de vida, à elevação dos juros e às dificuldades de crédito.
- 11/06/1980** – Projeto de lei altera a CLT, a fim de adotar novo critério de férias proporcionais.
- 13/06/1980** – Empréstimo solidário à greve de advertência do magistério superior em protesto contra o substitutivo do DASP ao projeto do MEC que concede abono salarial de 48% à classe. Espera que o plenário rejeite o substitutivo.
- 13/06/1980** – Em novo projeto, isenta servidores aposentados do desconto do Imposto de Renda na Fonte.
- 16/06/1980** – Apresenta projeto de lei que institui o Programa Especial de Crédito Educativo.
- 18/06/1980** – Analisa dados da FGV e do IBRE que, a seu ver, demonstram o fracasso do combate à inflação.
- 20/06/1980** – Propõe a validação, em caráter excepcional, de cursos realizados em escolas de nível superior não reconhecidas, em projeto renovado.
- 23/06/1980** – Projeto de lei importação de produtos agrícolas à autorização prévia do Conselho de Desenvolvimento Econômico.
- 25/06/1980** – Sugere normas especiais para financiamento de habitação de valor inferior a 40 salários mínimos.
- 04/08/1980** – Apresenta projeto de lei que altera a Lei nº 4.655/65, que dispõe sobre a legitimidade adotiva, a fim de possibilitar a adoção por parte de casais que já tenham filhos.
- 07/08/1980** – Endereça apelo ao Executivo a fim de isentar os ex-combatentes do Imposto de Renda na Fonte.
- 08/08/1980** – Sugere mudança no Código de Processo Civil, determinando que a ação será feita em qualquer das comarcas em que resida ou se encontre o citando.
- 11/08/1980** – Propõe alterações, através de projeto de lei, na composição dos Tribunais Regionais do Trabalho e eleição de seus membros.
- 13/08/1980** – Solicita representação do FUNRURAL no município de Afonso Bezerra/RN.
- 15/08/1980** – Propõe denominar Parque João Paulo II o Parque Rogério Pithon Farias, em Brasília.
- 18/08/1980** – Apresenta projeto para regular a jornada de trabalho dos mecanógrafos, operadores de computadores eletrônicos, taquígrafos e estenógrafos.
- 21/08/1980** – Justifica apelo no sentido da instalação, em Areia Branca/RN, de posto de revenda da COBAL.
- 22/08/1980** – Apresenta projeto de lei que disciplina o salário indireto no serviço público federal.
- 25/08/1980** – Apresenta projeto de lei que dá nova redação ao art. 70 do Código Penal, determinando que a execução da pena privativa de liberdade não superior a dois anos poderá ser suspensa por dois a seis anos.
- 27/08/1980** – Apela ao ministro da Marinha pela situação de cabos e soldados de 1ª classe, punidos por ato institucional, excluídos do benefício da anistia.
- 29/08/1980** – Apresenta projeto de lei que estende aos mecânicos de máquinas a óleo diesel o adicional concedido pela Lei nº 2.573/55 aos trabalhadores com permanente contato com inflamáveis.
- 01/09/1980** – Apresenta projeto de lei que concede adicional de periculosidade aos profissionais do volante.
- 04/09/1980** – Reivindica a instalação de um colégio militar na cidade potiguar de Eduardo Gomes.
- 08/09/1980** – Apresenta projeto de lei que estende o FGTS aos empregados e trabalhadores rurais.

- 10/09/1980** – Apresenta os seguintes projetos de lei: a) assegura aos empregados o direito de preferência para subscrever 10% dos aumentos de capital das sociedades anônimas que especifica; b) determina a cassação de licenças de companhias de táxi que não cumprirem os dispositivos da CLT.
- 12/09/1980** – Outro projeto propõe elevar o percentual pago ao trabalhador nos casos de excesso de horário.
- 15/09/1980** – Projeto de lei vedar corte nos serviços de telecomunicações em razão de atraso de pagamento.
- 15/09/1980** – A problemática da seca do Nordeste: os resultados do Plano de Emergência e as discutíveis medidas de ordem econômica no do Rio Grande do Norte. Adverte o governo para as previsões do CTA, de São José dos Campos, que admite a ameaça de sete anos de estiagem parcial e seca: 1979 a 1985.
- 18/09/1980** – Concita o ministro Murilo Macedo a resistir aos que pretendem abolir a revisão semestral automática dos salários e reivindica a extensão desse benefício aos funcionários públicos.
- 19/09/1980** – Apresenta projeto de lei sobre a concessão de assistência judiciária ao trabalhador na Justiça do Trabalho.
- 22/09/1980** – Novo projeto proíbe o corte do fornecimento de água por motivo de atraso do pagamento.
- 25/09/1980** – Analisa o processo de votação que permitiu, no Congresso Nacional, o arquivamento de proposta de emenda constitucional sobre a aposentadoria especial dos professores, aprovada na Câmara dos Deputados.
- 26/09/1980** – Apresenta projeto de lei que introduz modificação na CLT, para considerar de efetivo exercício o tempo em que o empregado membro de direção sindical se ausentar do trabalho para cuidar das lides sindicais.
- 29/09/1980** – Apresenta projeto de lei que estende ao segurado da Previdência Social contagem em dobro do período de licença-prêmio não gozada.
- 01/10/1980** – Condena a existência de dois sistemas de vínculo empregatício no serviço público. Defende a extensão aos funcionários estatutários do 13º salário e da correção semestral de vencimentos. De passagem, afirma que o problema da inflação no País, só é superado pela necessidade de convocação de uma Assembleia Constituinte.
- 02/10/1980** – Comenta que a demora na “Desburocratização” talvez seja consequência da insatisfação dos funcionários estatutários que não gozam os benefícios dos celetistas. Pede o atendimento das reivindicações daqueles servidores.
- 03/10/1980** – Apresenta projeto dispondo sobre o reajustamento do abono da permanência em serviço.
- 06/10/1980** – Em novo projeto, assegura direitos trabalhistas especiais aos trabalhadores que especifica.
- 08/10/1980** – Louva estudos do DASP sobre o restabelecimento da gratificação de nível superior ao funcionalismo.
- 10/10/1980** – Projeto de lei acrescenta parágrafo ao art. 20 do Decreto nº 24.150/34, tornando obrigatória, nas desapropriações, a indenização do fundo de comércio.
- 14/10/1980** – Propõe alterar a Lei nº 4.215/63 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil).
- 17/10/1980** – Entende que as reformas do ensino não conseguiram melhorar a qualidade, porque não consideraram a situação do magistério. Anuncia que o PP reapresentará proposta restabelecendo a aposentadoria dos professores aos 25 anos de serviço.
- 20/10/1980** – Apresenta projeto de lei que estabelece jornada especial de trabalho para os motoristas profissionais empregados nas empresas de transporte coletivo de passageiro.
- 27/10/1980** – Propõe mudança na lei para facilitar a frequência de trabalhadores aos cursos do MOBREAL.
- 31/10/1980** – Sugere mudança da CLT, a fim de vedar a dispensa do empregado sindicalizado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical.
- 05/11/1980** – Apresenta projeto de lei regula a exercício da profissão de garimpeiro.

- 07/11/1980** – Aborda notícia sobre estudo do MEC a respeito do aproveitamento dos que abandonam as universidades para matricular-se e diplomar-se em carreiras intermediárias.
- 12/11/1980** – Críticas à mensagem do Executivo que propõe a alteração da legislação sobre salários, que deseja resolver o problema da folha de pagamentos nas empresas estatais, sem levar em conta os reflexos negativos na área privada e os prejuízos para a classe trabalhadora em geral.
- 14/11/1980** – Discorre sobre o sucesso alcançado pela indústria cinematográfica nacional, durante a realização da Feira Internacional do Cinema Brasileiro.
- 17/11/1980** – Lamenta a morosidade do Poder Executivo em encaminhar ao Congresso Nacional proposição que objetiva restaurar as prerrogativas do Poder Legislativo.
- 19/11/1980** – Para superar a falta de lideranças políticas e sindicais no País, considera essencial a ampliação da abertura política e a restauração da democracia representativa.
- 21/11/1980** – Apresenta projeto que modifica a Lei nº 5.107/66, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- 24/11/1980** – Propõe isentar de juros e correção monetária documentos de promessas de compra e venda outorgadas por entidades do Sistema Financeiro de Habitação.
- 26/11/1980** – Examina recomendações de grupos interministeriais sobre os programas nacionais para florestas energéticas (PROFLOREN) e óleo carburante (PRÓ-ÓLEO) visando a produção de óleos vegetais energéticos.
- 28/11/1980** – Formula projeto que altera a redação de dispositivos da CLT que dispõem sobre a remuneração dos serviços de capatazias nos portos.
- 03/12/1980** – Critica a construção de suntuosa sede pela empresa ALCANORTE no Rio Grande do Norte, já que o governo alega falta de recursos para a assistência às populações flageladas pela seca no Nordeste.
- 04/12/1980** – Preconiza a substituição do óleo diesel por óleos vegetais produzidos no Nordeste, através de miniusinas.
- 13/03/1981** – Apresenta projeto de lei sobre aplicação da legislação trabalhista e previdenciária aos garimpeiros.
- 17/03/1981** – Analisa a questão da dívida ativa da União e os mecanismos de cobrança dos débitos fiscais, que considera insuficientes.
- 18/03/1981** – Aborda a conveniência da instalação de postos da COBAL e de representação do FUNRURAL nos municípios predominantemente agrícolas.
- 20/03/1981** – Analisa o crescimento do PIB em 1980: maior na indústria do que na agricultura. Defende a unificação dos projetos para o Nordeste, baseada na pequena açudagem e num plano de irrigação que garanta a atividade rural.
- 23/03/1981** – Reitera a necessidade de medidas que fixem os agricultores ao campo, destacando a reforma agrária em terras ociosas ou em poder de latifúndios, em localidades menos assoladas por fenômenos climáticos.
- 27/03/1981** – Considera necessária a reformulação do Estatuto dos Estrangeiros.
- 30/03/1981** – Apresenta projeto de lei que acrescenta dispositivo ao Código Eleitoral, para disciplinar a propaganda eleitoral, não partidária, através dos volantes da Loteria Esportiva.
- 01/04/1981** – Pontua a conveniência da adoção de critérios racionais na exploração da terra no Nordeste, com o cultivo de espécies vegetais que pela sua natureza resistem às estiagens periódicas.
- 03/04/1981** – Necessidade de redução dos preços dos aparelhos protéticos e dos produtos farmacêuticos. Pede a instituição do salário-desemprego.
- 22/04/1981** – Críticas à política econômico-financeira do governo.

- 22/04/1981** – Apresenta projeto de lei que altera disposições do art. 8º da Lei nº 5.107/66, a fim de permitir aos trabalhadores que estudam a utilização do saldo do FGTS para o pagamento das mensalidades escolares.
- 23/04/1981** – Comenta posicionamento da economista Maria da Conceição Tavares que é contra a ida ao FMI para solução da crise de liquidez internacional da economia brasileira.
- 07/05/1981** – Analisa a Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional que trata dos rumos da política interna.
- 13/05/1981** – Apela ao Banco Central no sentido da eliminação do pagamento de talões de cheques pelos correntistas e da exigência de saldo médio para concessão de cheque especial.
- 13/05/1981** – Reapresenta projeto a fim de isentar o funcionário público aposentado da contribuição para Previdência Social.
- 14/05/1981** – Relata denúncia feita pelo movimento das Seguradoras Independentes de que dos estabelecimentos de crédito impõe a compra de apólices de seguro de vida para a concessão de financiamentos.
- 14/05/1981** – Projeto que modifica a Lei nº 1711/52 e dispõe sobre a situação funcional dos servidores públicos portadores de diploma de nível superior.
- 19/05/1981** – Reivindica a eliminação da contratação pela CLT no serviço público, restabelecendo-se o sistema do mérito através do concurso público de títulos e provas.
- 19/05/1981** – Apresenta proposta que faculta o desconto, em folha, das prestações de financiamento de casa própria.
- 20/05/1981** – Comenta declarações do Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro, Giocondo Dias, em entrevista ao Jornal do Brasil, sobre a inoportunidade da discussão de temas políticos nos sindicatos.
- 20/05/1981** – Projeto de lei que visa a reduzir o prazo de filiação partidária para os eleitores que quiserem se candidatar a cargos eletivos nas próximas eleições.
- 21/05/1981** – Critica a redução de recursos destinados ao Nordeste no Orçamento Monetário.
- 21/05/1981** – Propõe alteração legislativa para assegurar aos funcionários públicos o benefício do auxílio-funeral.
- 04/06/1981** – Defende a extensão dos reajustes semestrais aos vencimentos dos servidores públicos.
- 04/06/1981** – Projeto proíbe a percepção, pelo servidor público, de remuneração inferior ao maior salário mínimo vigente no País.
- 05/06/1981** – Solicita ao Poder Executivo o envio de proposição destinada a corrigir o valor dos proventos dos inativos do serviço público.
- 05/06/1981** – Apresenta projeto de lei complementar que acrescenta dispositivo à Lei nº 11/71, a fim de estender à viúva e aos dependentes do trabalhador rural o direito à pensão.
- 09/06/1981** – Projeto sugere alterações no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e dos Territórios, na parte referente às férias.
- 10/06/1981** – Apresenta projeto de lei que introduz modificações na Lei nº 1.711/52, dispondo sobre a disponibilidade do funcionário público.
- 11/06/1981** – Propõe alterar o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e dos Territórios, a fim de isentar o servidor público de tributos sobre o imóvel, de sua propriedade, que serve de residência para a família.
- 23/06/1981** – Comenta a rejeição dos governadores nordestinos de documento da SUDENE sobre nutrição no Nordeste.
- 23/06/1981** – Apresenta projeto de lei que revoga dispositivo da CLT sobre a organização sindical.

- 24/06/1981** – Relata projeto de desenvolvimento da produção de minerais refratários, de aplicação estratégica, no Rio Grande do Norte, por meio da associação do governo estadual às empresas Sandvik do Brasil e Mangels Industrial S/A.
- 26/06/1981** – Apoia o protesto dos mutuários do BNH em Natal/RN, contra o reajuste de 72,84% das prestações.
- 26/06/1981** – Apresenta projeto de lei que altera dispositivo do Código Penal.
- 05/08/1981** – Cobra a promessa do governo de promover autonomia e liberdade sindicais no Código Nacional do Trabalho, cujo anteprojeto está em elaboração.
- 06/08/1981** – Apoia as propostas dos professores Simon Schwartzman, Newton Sucupira e Sérgio Fernandes no Seminário Internacional de Filosofia Política, realizado no Rio de Janeiro, pelo restabelecimento da autonomia universitária e a liberdade de organização estudantil.
- 18/08/1981** – Cobra do ministro do Interior, Mário Andreazza, a redução da burocracia na inscrição no plano de emergência de combate às secas do Nordeste.
- 19/08/1981** – Emprista solidariedade ao apelo da Associação Mineira de Hospitais, do Sindicato dos Hospitais de Belo Horizonte e da Associação Médica de Minas Gerais no sentido da revogação da Portaria nº 2.220, que restringiu os vencimentos dos médicos do INAMPS ao limite da remuneração do presidente da autarquia.
- 20/08/1981** – Critica declarações do ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, sobre a conveniência de manter-se o modelo econômico, não obstante a crise financeira.
- 25/08/1981** – Repercuta entrevista do Senador Tancredo Neves, Presidente do PP, sobre a conjuntura política. Defende a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e instauração de um regime de centro-esquerda no País.
- 26/08/1981** – Analisa a proposta de pacificação política nacional formulada pelo Presidente João Figueiredo.
- 01/09/1981** – Comenta a criação do Conselho de Administração da Assistência Médica da Previdência Social e as vantagens da gestão dos serviços por um colegiado e a regionalização da assistência médica.
- 02/09/1981** – Aplausos à iniciativa do governo de permitir eleições para prefeito na maioria dos municípios considerados áreas de segurança nacional. Apelo no sentido de que se extinga a figura do Prefeito nomeado.
- 03/09/1981** – Comenta o indicativo de greve da UNE contra o aumento das anuidades nas universidades particulares e o movimento dos alunos das universidades públicas para a discussão da falta de verba das instituições.
- 10/09/1981** – Posicionamento contrário à aprovação de qualquer alteração do sistema previdenciário que venha a onerar ou prejudicar o trabalhador. Apoio à nota de entidades classistas do Estado do Rio Grande do Norte sobre o assunto.
- 15/09/1981** – Apoia o movimento pró-ampliação da navegação de cabotagem no Nordeste, beneficiando o porto de Natal com o transporte mais barato de mercadorias, principalmente alimentos, deslocados do sul do País através de rodovias.
- 23/09/1981** – Revela a dizimação do rebanho bovino do Rio Grande do Norte em decorrência da prolongada estiagem. Reclama da indiferença governamental ao problema, exposto pelos criadores potiguares na “Carta de Natal”.
- 24/09/1981** – Considerações sobre a encíclica de João Paulo II e a posição da Igreja sobre os problemas sociais. Crítica o pronunciamento do Senador Jarbas Passarinho sobre o ativismo político de sacerdotes.
- 08/10/1981** – Analisa a afirmativa das lideranças mercantis de que houve uma queda de 10% no consumo de alimentos e da assertiva do Secretário Especial de Abastecimento e Preços de que tal não ocorreu. Aponta a retração no consumo de produtos mais caros.
- 21/10/1981** – Expõe repúdio ao projeto do governo que altera a legislação previdenciária, expresso em carta do Presidente da Associação dos Aeroviários Aposentados e Pensionistas do Rio de Janeiro.

- 23/10/1981** – Comenta declaração do ministro da Fazenda de que o aumento dos juros no exterior afetará o balanço de pagamentos do Brasil, aumentando a dívida externa e a inflação, e provocando desaquecimento da economia.
- 11/11/1981** – Critica os sucessivos aumentos nos preços dos automóveis. Espera que a indústria automobilística estenda o prazo prometido de não realizar demissões para além de janeiro próximo.
- 12/11/1981** – Comenta os resultados da Conferência de Cancún, onde foi ratificada a disposição dos países ricos do norte em sobretaxar os produtos dos países pobres do sul, como o calçado brasileiro.
- 17/11/1981** – Cobra a promessa do ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig, feita a atletas do Rio de Janeiro, de reformular a legislação desportiva nacional.
- 18/11/1981** – Relata declaração ao jornal O Globo do consultor tributário Geraldo La Roque, de que a nova sistemática do Imposto de Renda visa aumento de arrecadação, em prejuízo da classe média e favorecendo os ricos.
- 19/11/1981** – Apelo aos estudantes em favor do fortalecimento da UNE, diante do próximo congresso estudantil em Cabo Frio/RJ. Alerta que o divisionismo só enfraquecerá a mobilização estudantil.
- 20/11/1981** – Necrológio dos advogados potiguaros Manoel Augusto Bezerra, Carlos Augusto Varela Barca e Hélio Mamede de Freitas Galvão.
- 25/11/1981** – Critica veementemente os critérios estabelecidos para a cobrança da Taxa Rodoviária Única.
- 02/12/1981** – Considerações sobre a proposta de consolidação das leis do consumidor, feita pela Comissão Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor, durante o 3º Encontro Nacional, realizado em Belo Horizonte.
- 03/12/1981** – Ironiza a notícia da transformação do “Raso Catarina”, no Nordeste, em depósito de lixo atômico. Afirma que talvez seja esta a solução do governo para dar a fim a seca: acabar com a população.
- 04/12/1981** – Analisa a PEC nº 62, de 1981, de autoria do Deputado Affonso Camargo, que estende aos servidores públicos civis e militares o reajuste semestral de vencimentos.
- 17/12/1981** – Destaca os prejuízos nordestinos em razão da estiagem de três anos. Expõe reivindicações da Associação de Plantadores de Cana do Rio Grande do Norte, entre as quais a fixação do preço da safra a cada mês de agosto.
- 08/01/1982** – Comenta a queda no consumo de bens essenciais, com destaque para o café.
- 03/03/1982** – Reclama ao Presidente da República o restabelecimento do instituto da estabilidade laboral, aos 10 anos de serviço, que não foi convenientemente substituído pelo FGTS.
- 04/03/1982** – Tece considerações em torno do aumento do índice de desemprego no País.
- 24/03/1982** – Relembra a aprovação do usucapião e defende que, além do título de propriedade, o pequeno lavrador receba assistência técnica e creditícia e garantia de preço justo.
- 23/04/1982** – Relata as dificuldades dos mineradores de scheelita (mineral portador do tungstênio), no Rio Grande do Norte, em virtude da retração do mercado.
- 28/04/1982** – Alerta para o crescimento negativo do Produto Interno Bruto, avisa que País está às portas da recessão e pede ênfase à produtividade agropecuária.
- 29/04/1982** – Examina os possíveis efeitos da vinculação total de votos nas eleições de novembro.
- 04/05/1982** – Defende a utilização de biodigestores e de energia solar, em substituição dos derivados de petróleo.
- 05/05/1982** – Reivindica incentivos à produção do algodão no Rio Grande do Norte.
- 06/05/1982** – Informa dados da pesquisa sobre a adaptação de antílopes às condições climáticas potiguares.

- 26/05/1982** – Considerações sobre o aumento do preço do leite para o consumidor.
- 27/05/1982** – Cobra estímulos à ampliação da fronteira agrícola do País.
- 15/06/1982** – Reivindica ajuda do governo ao pecuarista nordestino para aquisição de reprodutores no Triângulo Mineiro.
- 01/09/1982** – Comenta a decisão do governo de reduzir o Imposto sobre Operações Financeiras.
- 01/12/1982** – Renova apelo ao DASP no sentido de que seja alterado o Plano de Classificação de Cargos dos Funcionários Cíveis da União.
- 12/04/1983** – Expõe argumentos contrários à prorrogação do mandato do Presidente da República.
- 13/04/1983** – Critica os gastos abusivos que o governo do Rio Grande do Norte vem efetuando na construção da residência oficial do governador.
- 14/04/1983** – Denuncia irregularidades na concessão de incentivos e empréstimos à lavoura multinacional em detrimento dos produtores e suas cooperativas.
- 19/04/1983** – Critica atitude discriminatória do BNCC na destinação de recursos às cooperativas do Nordeste.
- 20/04/1983** – Registra a atuação que tiveram os Senadores Aurélio Vianna e Milton Cabral no sentido da criação do seguro-desemprego no País.
- 26/04/1983** – Comenta a situação calamitosa do funcionalismo público, categoria que mais sofre pelos altos índices da inflação.
- 28/04/1983** – Protesta contra o atraso na liberação dos recursos do Plano de Emergência destinados ao Rio Grande do Norte.
- 29/04/1983** – Alerta ao governo sobre o significado das ocorrências de saques de supermercados.
- 04/05/1983** – Expressa solidariedade à greve dos professores do Rio Grande do Norte.
- 05/05/1983** – Relata que a produtividade agropecuária no Brasil não acompanha a ampliação das fronteiras agrícolas e que não há racionalidade na distribuição dos recursos ao setor.
- 10/05/1983** – Apoia sugestões apresentadas pelo Presidente da Associação Profissional da Indústria de Adubos e Corretivos do Nordeste que reivindica providências urgentes que permitam a importação do adubo fosfatado.
- 11/05/1983** – Critica a política agrícola adotada pelo Governo, que provoca a distorções na política de preços mínimos.
- 12/05/1983** – Comenta a ausência de programas específicos de estímulos em benefício do Nordeste.
- 16/05/1983** – Protesta veementemente contra a política governamental para o Nordeste diante do quinto ano consecutivo de seca. Denuncia que a cada ano os nordestinos são iludidos com programas ineficientes. Enumera a retirada de investimentos para o desenvolvimento da região e dá números sobre empobrecimento e a falta de atenção ao povo nordestino.
- 17/05/1983** – Considera indispensável uma política de subsídios à agricultura: sugere o seu escalonamento entre pequenos, médios e grandes produtores.
- 26/05/1983** – Tece considerações sobre os reflexos no custo de vida do alto preço dos produtos no País.
- 27/05/1983** – Alerta para a queda da oferta de empregos na região do Polígono das Secas.
- 31/05/1983** – Relata palestra do industrial Carlos Brandão, na Escola Superior de Guerra, em que assinala o enfraquecimento do PIS-PASEP.
- 01/06/1983** – Justifica a apresentação de projeto que fixa o limite máximo de reajuste das prestações da casa própria.
- 06/06/1983** – Analisa as possíveis causas do contínuo crescimento da inflação.

- 07/06/1983** – Destaca a importância dos programas de creches e complementação alimentar desenvolvidos pela Legião Brasileira de Assistência.
- 08/06/1983** – Considerações sobre o início do corte gradual dos subsídios creditícios ao setor agrícola do Nordeste.
- 09/06/1983** – Sugestão no sentido da criação do Fundo Nacional de Desemprego.
- 14/06/1983** – Inconsistência de denúncia de produtores norte-americanos contra a exportação de soja brasileira.
- 15/06/1983** – Análise comparativa da situação político-econômica do Chile e do Brasil.
- 16/06/1983** – Sugere a instalação de restaurante do SESC na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte.
- 21/06/1983** – Conveniência da redução da jornada de trabalho nas frentes de emergência do Estado do Rio Grande do Norte.
- 23/06/1983** – Considerações sobre o pagamento da dívida externa brasileira.
- 28/06/1983** – Resultados da reunião dos sete países mais industrializados, em Williamsburg, Estados Unidos da América.
- 29/06/1983** – Comentários críticos ao posicionamento assumido pelos países industrializados do Ocidente.
- 09/08/1983** – Críticas à tese de livre negociação salarial, defendida pelo Senador Roberto Campos.
- 10/08/1983** – Apelo às autoridades fitossanitárias para medidas de combate à praga do “bicudo” que está dizimando os algodoais da Paraíba.
- 11/08/1983** – Comentários a respeito de estudo realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Comercial do Ministério da Indústria e do Comércio .
- 15/08/1983** – Utilidade social das cadernetas de poupança.
- 16/08/1983** – Constatação do espírito de solidariedade do povo brasileiro, através da ajuda prestada aos Estados do Sul, em socorro aos flagelados das enchentes.
- 17/08/1983** – Sugestão ao governo para que os contribuintes residentes nos Estados do Nordeste e do Sul atingidos por calamidades possam parcelar o pagamento de dívidas do ITR.
- 22/08/1983** – Defende a declaração unilateral de moratória da dívida externa brasileira e da busca de empréstimo governo a governo, nas próximas negociações do Brasil.
- 24/08/1983** – Significado da restauração, no Congresso Nacional, da Frente Parlamentar Nacionalista,
- 25/08/1983** – Necessidade de melhoria da performance dos veículos no que tange ao consumo de combustíveis.
- 29/08/1983** – Defesa da decretação da moratória unilateral, para resolver o problema da nossa dívida externa.
- 30/08/1983** – Recomenda seja entregue à classe política, via Congresso Nacional, a condução do planejamento econômico do País.
- 31/08/1983** – Críticas à política tributária implantada pelo governo.
- 01/09/1983** – Sugestão para que o governo federal estenda ao Nordeste, castigado pela estiagem, a redução das tarifas de energia elétrica.
- 14/09/1983** – Necessidade de maior amparo aos plantadores de cana; que seja estimulada a produção de álcool para substituir a gasolina.
- 15/09/1983** – Denúncia da institucionalização do arbítrio, violência e da impunidade no Rio Grande do Norte.
- 15/09/1983** – Defende declaração unilateral de moratória pelo Brasil e desvinculação de nossa economia da taxa cambial do dólar.
- 20/09/1983** – Elogios à Rede Globo de Televisão por sua campanha em favor dos flagelados nordestinos.

- 21/09/1983** – Pede a restauração do percentual dos incentivos fiscais destinados à SUDENE como forma de estimular a recuperação econômica do Nordeste.
- 22/09/1983** – Avalia conveniência da adoção de horário corrido nas repartições públicas.
- 27/09/1983** – Alerta sobre risco de iminente convulsão social no País.
- 28/09/1983** – Política salarial, perda real dos salários e seus efeitos na sociedade.
- 30/09/1983** – Transcurso do Centenário da Abolição da Escravatura no Município de Mossoró, Rio Grande do Norte
- 04/10/1983** – Comenta prejuízos causados aos órgãos da Previdência Social pela diminuição da arrecadação decorrente do aumento da taxa de desemprego
- 05/10/1983** – Considerações sobre a impossibilidade do cumprimento da promessa do governo de redução da taxa de inflação.
- 06/10/1983** – Círculo vicioso da recessão, representado pelo aumento das ocorrências de saques.
- 18/10/1983** – Frustrações das safras do Nordeste e perdas da pecuária nordestina devido à seca.
- 19/10/1983** – Comenta depoimento do ministro do Trabalho, Murilo Macedo, no Senado Federal, a respeito do desemprego.
- 20/10/1983** – Crítica à atuação da equipe ministerial da área econômico-financeira.
- 25/10/1983** – Comenta a necessidade de entendimento entre governo e oposição, expressa em discursos do Presidente Figueiredo e do Governador Tancredo Neves.
- 26/10/1983** – Homenagem ao jornalista Roberto Marinho, Presidente das Organizações Globo, pelo Prêmio Emy.
- 26/10/1983** – Conjunto de indicadores revelam estar o País sob o efeito de acentuado quadro de recessão econômica.
- 27/10/1983** – Analisa resultado de estudos sobre a estrutura fundiária do Nordeste, encomendados pelo Governo.
- 08/11/1983** – Estudo sobre a crise financeira da Previdência Social, cujo déficit é inferior ao que lhe devem os Governos da União, dos Estados e Municípios.
- 10/11/1983** – Condenação às ameaças norte-americanas de se oporem obstáculos à exportação brasileira de aves abatidas para o Oriente Médio.
- 22/11/1983** – Considerações sobre o crescimento da inflação e aumento da dívida pública brasileira.
- 14/03/1984** – Conclusões do Seminário Brasileiro das Cooperativas de Crédito Rural, realizado em Brasília, do qual resultou documento enviado às autoridades econômicas e financeiras.
- 17/04/1984** – Aborda problemática nordestina ao longo da história recente do País.
- 24/04/1984** – Defende o imediato restabelecimento da eleição direta do Presidente da República.
- 26/04/1984** – Preocupação com os reflexos, para o Nordeste, das medidas de esvaziamento da SUDENE.
- 27/04/1984** – Reflexos da elevação dos juros, determinada pelos bancos norte-americanos, na política econômica do Brasil.
- 08/05/1984** – Comenta declarações do ministro da Fazenda sobre o agravamento da dívida externa brasileira.
- 09/05/1984** – Aumento da inadimplência no comércio em decorrência do achatamento salarial no País.
- 10/05/1984** – Dados estatísticos mostram os efeitos catastróficos da estiagem na economia do Nordeste.
- 15/05/1984** – Considerações sobre a política econômico-financeira, em razão do aumento contínuo do custo de vida.

- 16/05/1984** – Defende que haja justiça no aumento salarial de junho para o funcionalismo público.
- 17/05/1984** – Avalia desdobramento políticos ante a situação econômico-financeira do País.
- 22/05/1984** – Impacto no custo de vida do aumento das tarifas de energia acima da inflação por exigência do FMI.
- 23/05/1984** – Falência da Ecomisa e as razões do fracasso do Sistema Financeiro da Habitação.
- 24/05/1984** – Carências alimentares e sanitárias como fatores condicionantes da baixa estatura das populações do Terceiro Mundo.
- 29/05/1984** – Avaliação das divergências dos partidários do PDS, inclusive dos presidenciáveis Maluf e Andreazza, em torno da Emenda Figueiredo.
- 31/05/1984** – Comenta as eleições no Clube Militar, que resultaram na vitória do General Tasso Vilar de Aquino sobre o General Andrada Serpa.
- 05/06/1984** – Críticas à emenda do Senador Marcondes Gadelha que trata da inclusão de Vereadores na recomposição do Colégio Eleitoral.
- 07/06/1984** – O agravamento da dívida externa diante do aumento dos juros estabelecido pelos credores americanos.
- 12/06/1984** – Registra o aumento nas prestações da casa própria financiada pelo BNH.
- 19/06/1984** – Quadro lamentável apurado por técnicos governamentais sobre a situação de saúde e saneamento do Nordeste.
- 26/06/1984** – Fatores responsáveis pela elevação do custo de vida e manutenção das altas taxas inflacionárias.
- 07/08/1984** – Considerações sobre o fracasso do empreendimento imobiliário Cidade Ocidental.
- 09/08/1984** – Registra advertência do Professor Asron Liching, Consultor de Saúde da UNICEF para o Governo brasileiro, sobre o quadro sanitário brasileiro.
- 13/08/1984** – Comenta declarações do General Golbery do Couto e Silva a propósito do momento político nacional.
- 23/08/1984** – Combate ao colégio eleitoral: Defesa de eleições diretas imediatas e de Assembleia Constituinte.
- 28/08/1984** – Os reflexos do Acordo de Bretton Woods
- 29/08/1984** – Prejuízos dos postos de gasolina, em razão dos sucessivos aumentos nos preços dos combustíveis.
- 05/09/1984** – Lenta tramitação do projeto do estatuto da microempresa, elaborado a partir de uma iniciativa do ex-ministro Hélio Beltrão.
- 11/09/1984** – Constatação de que o Governo Federal não parece disposto a proceder a desindexação da economia por determinação do FMI.
- 12/09/1984** – Necessidade de melhoria das condições de vida do lavrador brasileiro, em especial o nordestino.
- 04/10/1984** – Alcance da decisão da 33ª Junta de Conciliação e Julgamento, do Rio de Janeiro, que deu ganho de causa ao Diretor do Sindicato dos Técnicos de Administração do Estado.
- 09/10/1984** – Comemora anúncio de medidas para o combate a esquistossomose no Nordeste Ocidental.
- 16/10/1984** – Considerações sobre o problema de saúde no País, a propósito da realização do II Encontro de Medicina e Saúde, em Mossoró (RN).
- 17/10/1984** – Críticas aos serviços prestados pela empresa Planalto de transporte terrestre, na linha Brasília-Natal.
- 18/10/1984** – Comenta dados estatísticos divulgados pelo IBGE sobre a ocupação da mão de obra e as faixas salariais no País.

- 23/10/1984** – A perda de poder aquisitivo do salário mínimo e as necessidades básicas para sobrevivência do trabalhador, segundo estudos do DIEESE.
- 24/10/1984** – Críticas à política salarial introduzida pelo Decreto-Lei nº 2.065.
- 25/10/1984** – Ecoa denúncia apresentada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo Deputado peemedebista Padre Cortez sobre exploração de reservas minerais do Estado por empresas multinacionais.
- 07/11/1984** – Registra reivindicações dos ruralistas brasileiros, no Primeiro Seminário Brasileiro de Cooperativas Agropecuárias, realizado em Brasília.
- 08/11/1984** – Endosso às reivindicações dos bancários junto à FENABAN, visando à reposição salarial, elevação do piso salarial, estabilidade e reajuste trimestral.
- 13/11/1984** – Expõe problemas e injustiça decorrentes da existência dos regimes celetistas e estatutário na Administração Pública.
- 14/11/1984** – Defesa da sindicalização dos funcionários públicos, tema de seminário, no Estado do Rio de Janeiro.
- 23/11/1984** – Ressalta interesse da população brasileira pelo processo da sucessão presidencial.
- 27/11/1984** – Interpretações simplistas do governo federal para a crescente elevação do índice inflacionário.
- 29/11/1984** – Avalia reajuste das semestralidades escolares em estabelecimentos particulares de ensino.
- 26/06/1985** – Avaliação sobre os três primeiros meses de governo da Nova República, empossado em março.
- 27/06/1985** – Entre medidas oportunas para a solução do déficit de moradias, aponta a construção de imóveis para aluguel pelo BNH.
- 06/08/1985** – Consequências da divulgação do Plano de Reforma Agrária do governo federal nos Estados de Santa Catarina e do Paraná.
- 20/08/1985** – Repúdio às imposições do FMI nas negociações com o Brasil relativas à dívida externa.
- 27/08/1985** – Análise das dificuldades da reforma sindical, advertindo os trabalhadores para o perigo de lideranças irresponsáveis.
- 08/04/1986** – Comentários sobre os êxitos do Plano Cruzado de Estabilização Econômica lançado pelo Presidente José Sarney.
- 11/04/1986** – Improcedência das acusações contra o ministro Néelson Ribeiro em discurso proferido pela Deputada Lúcia Viveiros.
- 11/04/1986** – Anuncia resposta às críticas do Deputado Iberê Ferreira de Souza à direção da LBA no Rio Grande do Norte.
- 15/04/1986** – Avaliação positiva da atuação do ministro da Administração no controle dos gastos do setor público.
- 17/04/1986** – Solidariedade a bancários e securitários, classes prejudicadas com a vigência da reforma financeira.
- 25/04/1986** – Leitura, para registro nos anais, do discurso proferido pelo Presidente Sarney.
- 28/04/1986** – Outorga do “Prêmio Príncipe de Astúrias de Comunicação e Humanidade” à Rede Globo de Televisão.
- 29/04/1986** – Necessidade de correção das distorções no Plano de Classificação de Cargos do funcionalismo público.
- 30/04/1986** – Requerimento de homenagens às Organizações Globo pelo Prêmio Príncipe de Astúrias de Comunicação e Humanidade.

- 07/05/1986** – Considerações sobre a agricultura no Estado do Rio Grande do Norte.
- 18/06/1986** – Necrológio de Dix-Neuf Rosado Maia, empresário do Rio Grande do Norte.
- 27/08/1986** – O baixo valor das tarefas da empregada doméstica, pela falta de organização profissional do grupo.
- 09/04/1987** – Mobilização da sociedade para discussão dos direitos da criança de zero a seis anos de idade.
- 28/09/1987** – Propõe a instalação de Zonas de Processamento de Exportação nas regiões Norte e Nordeste.
- 06/10/1987** – Comenta insucesso das medidas econômicas do “pacote de fevereiro” para contenção dos preços e registra elevação dos preços dos automóveis, aparelhos eletrodomésticos e vestuário.
- 16/03/1988** – Perspectivas econômicas para o Brasil em 1988 diante da queda da cotação do dólar no mercado internacional.
- 21/03/1988** – Apresenta declaração de voto ao destaque dos constituinte Antônio Carlos Konder Reis e Waldeck Ornelas, que se refere aos Tribunais de Contas dos Estados.
- 18/05/1988** – Registro de voto ‘sim’ na votação do destaque do constituinte Miro Teixeira, para a emenda 697-3, que estabelece a incorporação ao salário do empregado de seus ganhos habituais, para efeito de contribuição previdenciária e de aposentadoria.
- 24/05/1988** – Declaração de voto à emenda coletiva 2.044 que trata da promoção e do desenvolvimento científico, da pesquisa e capacitação tecnológicas.
- 05/04/1989** – Defesa da extensão ao transporte rodoviário de cargas da isenção do IPI concedida na aquisição de veículos destinados ao serviço de táxis.
- 13/04/1989** – Pedido de apoio dos parlamentares para projeto de lei de sua iniciativa que torna mais rigorosas as penalidades de empresas que infringirem as disposições da legislação sobre segurança e higiene do trabalho.
- 09/05/1989** – Defende a implantação, pela Petrobras, de refinaria de petróleo no Rio Grande do Norte.
- 17/05/1989** – Justifica apresentação de projeto de lei que dispõe sobre o pagamento em dobro da indenização devida ao empregado despedido sem justa causa.
- 18/05/1989** – Defende projeto de sua autoria que cria seguro-desemprego especial para pescadores individuais ou autônomos, em períodos de proibição da pesca.
- 14/09/1989** – Apresenta e justifica projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de redes eletrônicas nas usinas hidrelétricas, de forma a proteger a fauna ictiológica.
- 11/10/1989** – Justifica projeto de lei que visa a conceder maior remuneração aos que trabalham no período noturno.
- 28/11/1989** – Defende a aposentadoria especial para os operadores de telex e teletipo e para os trabalhadores da indústria de cerâmica. Comenta os prejuízos para o Nordeste com a paralisação da hidrelétrica de Xingó.

ANOS 90



- 06/03/1990** – Considerações a propósito do resultado da eleição presidencial da Nicarágua.
- 14/03/1990** – Comenta a anunciada racionalização da máquina administrativa federal pelo governo de Fernando Collor de Mello, com transferência de órgãos, serviços e pessoal.
- 21/03/1990** – Crítica a inclusão da caderneta de poupança entre os ativos financeiros bloqueados pelo Plano Brasil Novo, do Governo Collor de Mello.
- 08/05/1990** – Alerta sobre os riscos de recessão em decorrência da aplicação do plano de estabilização econômica do Governo Collor.
- 09/05/1990** – Avaliação negativa da atuação do Presidente da República, da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello e do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, no gerenciamento do plano de estabilização econômica.
- 15/05/1990** – Registra o açodamento, por parte do governo federal, na realização da reforma administrativa e a demissão em massa de funcionários de empresas públicas como Portobras e Petromisa.
- 16/05/1990** – Protesta contra a discrepância entre o índice de inflação do mês de abril, confirmado pelo IBGE (mais de 40%), e o anunciado pelas autoridades do governo federal (inflação zero).
- 22/05/1990** – Aponta o recrudescimento das taxas de inflação, com o aumento da carga tributária, no Governo Collor.
- 23/05/1990** – Elogia decisão do juiz do município paulista de Valinhos de liberar recursos bloqueados de um metalúrgico desempregado, para pagamento de pensão alimentícia.
- 27/06/1990** – Comenta insucesso do Governo Collor no enfrentamento dos problemas sociais, com saque a um depósito da merenda escolar na cidade de Upanema, Rio Grande do Norte, e tensão de agricultores sem terra no estado do Rio Grande do Sul.
- 28/06/1990** – Registra a liderança mundial do Brasil em números de acidentes de trabalho, com alto índice de óbitos.

- 22/05/1991** – Comenta decisão do Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade da vinculação das prestações do Sistema Financeiro de Habitação à variação da Taxa Referencial Diária
- 11/06/1991** – Defesa da implantação da Exatoria Única em cada município para a cobrança dos impostos das três esferas administrativas.
- 13/06/1991** – Considerações sobre a importância da autonomia do Banco Central.
- 19/06/1991** – Avalia resultados do Plano Collor II (Medida Provisória 294, que estabelece regras para desindexação da economia e Medida Provisória 295, que estabelece regras sobre preços e salários) sobre a economia nacional.
- 26/06/1991** – Apresenta parecer, em substituição à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, ao projeto que estabelece normas para a realização das eleições municipais de três de outubro de 1992.
- 27/06/1991** – Considerações sobre as perdas salariais dos trabalhadores.
- 28/06/1991** – Parecer, em substituição à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, à emenda de plenário a projeto que estabelece normas para realização das eleições municipais.
- 28/06/1991** – Apresenta parecer, em substituição à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, ao Projeto de Lei 640, de 1991, que cria o Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.
- 28/06/1991** – Discute o Projeto de Lei 640, de 1991, que cria o Tribunal Regional da 21ª Região.
- 28/06/1991** – Em substituição à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, emite parecer à emenda de plenário ao projeto que estabelece normas para as eleições municipais.
- 01/07/1991** – Elogios ao Presidente da Câmara dos Deputados pelos esforços desenvolvidos para o fortalecimento da imagem do Poder Legislativo, à atuação das CPIs e à participação popular nas votações.
- 27/08/1991** – Considerações sobre a política econômico-financeira do Governo Federal e a tentativa governamental de regularizar a cobrança de juros, com a criação dos Valores a Ordem do Banco Central, VOBC.
- 28/08/1991** – Apelo ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas em favor da construção da barragem Dinamarca, no rio Espinhares, município de Serra Negra do Norte, Estado do Rio Grande do Norte.
- 24/09/1991** – Discorda da Reforma Constitucional proposta pelo presidente da República.
- 26/09/1991** – Ressalta necessidade da implantação de uma Zona de Processamento de Exportações
- 25/10/1991** – Considerações acerca da situação do funcionalismo público, em decorrência da política salarial adotada.
- 01/11/1991** – Solidariedade do PMDB ao Deputado Ibsen Pinheiro e aos membros da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, diante das acusações do deputado cassado Jabes Rabelo.
- 21/11/1991** – Protesto contra a posição do governo com relação à luta dos aposentados pelo reajuste das aposentadorias e pensões.
- 04/12/1991** – Lê parecer, em substituição à Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior ao Decreto Legislativo que aprova o acordo sobre transporte entre Brasil e Estados Unidos.
- 12/12/1991** – Apresenta parecer, em substituição à Comissão de Economia, Indústria e Comércio, sobre o regime tributário das ZPE.
- 16/01/1992** – Críticas ao projeto que aumenta as alíquotas da Previdência Social.
- 26/02/1992** – Manifesta apreensão com o alastramento da cólera no Estado do Rio Grande do Norte.

- 10/03/1992** – Homenagem aos cinquenta anos de fundação do Colégio Diocesano Seridoense.
- 13/05/1992** – Aponta ineficácia da atuação do Ministério da Saúde no combate à cólera
- 19/05/1992** – Defende esforços para que Brasília sedie as Olimpíadas do ano 2000.
- 10/06/1992** – Críticas à suspensão do pagamento do 13º salário aos servidores públicos.
- 25/08/1992** – Registro da manifestação pública em Natal em protesto contra a administração Collor.
- 25/03/1993** – Cobra edição de medida provisória autorizando a liberação dos recursos para combate à seca.
- 28/04/1993** – Defende a reabertura do Banco do Estado do Rio Grande do Norte.
- 11/05/1993** – Gravidade da seca no nordeste brasileiro releva a importância da continuidade do trabalho das frentes de produção na região.
- 20/05/1993** – Apelo ao Banco do Brasil pela adoção de medidas em benefício do setor agropecuário nordestino.
- 27/05/1993** – Necessidade urgente de definição de uma política salarial para o funcionalismo público.
- 02/02/1995** – Manifestação de pesar pelo falecimento do ex-Deputado federal Vingt Rosado.
- 17/04/1995** – Enfatiza os resultados positivos dos primeiros cem dias do governo Garibaldi Alves, do Estado do Rio Grande do Norte.
- 15/05/1995** – Denúncia de interferência de cartel internacional na expansão da produção de barrilha no País.
- 29/06/1995** – Defende a conveniência da constituição, pela Sudene, de Comissão de Estudos Para Correção dos Planos de Aplicação dos Recursos do Finor.
- 8/02/1996** – Comenta visita à Índia a convite do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
- 30/05/1996** – Pela falta de razões objetivas, rebate boatos e ondas de pessimismo sobre a situação do País.
- 12/06/1996** – Defende maior fiscalização, pelo Poder Legislativo, da aplicação, pelo governo federal, dos recursos destinados à área social.
- 25/06/1996** – Registra a implantação, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, do Programa Bolsa Familiar para educação.
- 04/02/1997** – Elogio ao deputado Luís Eduardo pelo desempenho na presidência da Câmara dos Deputados.
- 22/05/1997** – Registra o transcurso do 70 anos da Viação Aérea Rio-grandense
- 19/08/1997** – Faz histórico das secas no País e critica a inexistência de ações governamentais na região.
- 28/08/1997** – Posicionamento favorável do PMDB ao requerimento de instalação de comissão externa para acompanhar as consequências do fenômeno 'El Niño'.
- 07/10/1997** – Apresenta parecer, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, às emendas do Senado ao PL que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas.
- 15/12/1997** – Contradita a questão de ordem do Deputado Arnaldo Faria de Sá, sobre irregularidades ocorridas em reunião da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.
- 06/05/1998** – Registro da ausência do Deputado Carlos Alberto à sessão, por se encontrar hospitalizado.
- 24/02/1999** – Reitera posicionamento favorável do PMDB ao requerimento de urgência para projeto que concede pensão especial a Claudio e Orlando Villas Boas.
- 25/02/1999** – Parecer, em substituição à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, ao decreto legislativo que aprova o acordo de cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e o Reino Unido.

- 03/03/1999** – Manifestação em nome do PMDB à emenda ao Código de Minas sobre o uso de jazidas de minerais de emprego imediato na construção civil.
- 09/03/1999** – Apelo à bancada do PMDB para obtenção do quórum para apreciação da CPMF, em primeiro turno.
- 09/03/1999** – Renova chamamento aos deputados para viabilizar a votação da CPMF em 1º turno.
- 10/03/1999** – Convoca a bancada do PMDB para a conclusão da votação da CPMF.
- 10/03/1999** – Reitera convite à bancada do PMDB para audiência pública com o governador de Minas, Itamar Franco.
- 18/03/1999** – Apelo aos deputados do PMDB para a votação da prorrogação da CPMF e ao Presidente Michel Temer, para aguardar a chegada de deputados antes de encerrar a votação.
- 23/03/1999** – Posicionamento favorável do PMDB ao projeto de decreto legislativo que aprova o texto do protocolo de defesa da concorrência do MERCOSUL.
- 24/03/1999** – Parecer à mensagem que submete ao Congresso Nacional o texto da Convenção Internacional para Proteção de Obtenções Vegetais.
- 27/04/1999** – Posicionamento favorável do PMDB ao parecer da CCJR sobre o ofício do Supremo Tribunal Federal que solicita licença prévia para apreciar queixa-crime contra o deputado Eurico Miranda.
- 04/05/1999** – Relata projeto que autoriza a Universidade Federal do Rio Grande do Norte a alienar bem imóvel.
- 08/06/1999** – Votação da PEC da inclusão do cargo de ministro da Defesa entre os privativos de brasileiro nato.
- 10/06/1999** – Discussão do projeto que altera os artigos da CLT sobre custas e emolumentos da Justiça do Trabalho.
- 10/06/1999** – Encaminha requerimento de urgência para a apreciação do projeto sobre pena de reclusão por exploração da prostituição de crianças e adolescentes.
- 10/06/1999** – Discute o projeto que dispõe sobre os objetivos nacionais de conservação da natureza e apresenta emenda de plenário ao projeto que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.



ANOS 2000

- 08/02/2000** – Convida os parlamentares para palestra sobre o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco.
- 13/02/2001** – Elogio ao Deputado Michel Temer pela atuação na Presidência da Casa.
- 15/02/2001** – Saudação ao Deputado Aécio Neves pela eleição para a Presidência da Casa.
- 11/12/2001** – Esclarecimentos sobre o objetivo da inclusão da expressão “direta ou indiretamente” em dispositivo da PEC 203 (capital estrangeiro na mídia) ao Deputado Eduardo Campos.
- 11/12/2001** – Ponderações sobre a emenda que assegura a brasileiros ampla maioria do capital social e a determinação do conteúdo programático, remetendo à lei ordinária a fixação de limites ao capital estrangeiro.
- 11/12/2001** – Defesa da PEC que permite capital estrangeiro nas empresas de comunicação, alcançando acordo quase unânime.
- 11/12/2001** – Esclarecimentos de que a expressão “direta ou indiretamente” constante de dispositivo da PEC refere-se à participação direta como pessoa física ou indireta, como pessoa jurídica
- 26/02/2002** – Reconhecimento do empenho do Presidente Aécio Neves para a apreciação da PEC que permite a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação social.
- 26/02/2002** – Defende celeridade na instalação do Conselho de Comunicação Social.
- 26/02/2002** – Informação aos líderes partidários sobre PEC que trata da participação de investidor estrangeiro no capital de empresas de comunicação.
- 01/02/2003** – Comunicado sobre os deputados que deixaram de prestar o compromisso de posse.
- 01/02/2003** – Convite aos Deputados Barbosa Neto, Severino Cavalcanti, Nilton Capixaba, Paulo Rocha, Simão Sessim, Robson Tuma, Pedro Valadares, Salatiel Carvalho, Enio Bacci e Wilson Santos para composição da Mesa Diretora dos trabalhos da sessão preparatória à posse dos parlamentares.

- 01/02/2003** – Saudação aos deputados e às demais autoridades presentes à sessão. Importância do parlamento no processo político nacional.
- 01/02/2003** – Convite as Srs. Deputadas Francisca Trindade e Fátima Bezerra para composição da Mesa Diretora dos trabalhos.
- 01/02/2003** – Prestação do compromisso regimental de posse e convocação aos deputados para que o façam coletivamente.
- 02/02/2003** – Proclamação da eleição do Deputado João Paulo à Presidência da Câmara dos Deputados.
- 02/02/2003** – Esclarecimentos ao Plenário sobre o processo de votação para eleição dos membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, biênio 2003/2004. Informações sobre procedimentos e convocação aos Deputados para eleição da nova Mesa Diretora da Casa. Convite à Deputada Sandra Rosado para assumir a presidência dos trabalhos.
- 02/02/2003** – Reitera o anúncio da composição da chapa oficial à Mesa Diretora da Casa, atendendo à solicitação do Deputado Michel Temer.
- 02/02/2003** – Esclarecimentos sobre o procedimento para eleição dos suplentes a cargos da Mesa Diretora.
- 02/02/2003** – Atende solicitação do Deputado Silas Câmara, no sentido de que a Bíblia Sagrada seja posta sobre a mesa, conforme determinação regimental.
- 08/05/2003** – Apresentação à Mesa Diretora do Relatório da 18ª Conferência Interparlamentar, realizada no Chile.
- 21/05/2003** – Defende a execução do Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco para irrigação do Semiárido nordestino.
- 04/06/2003** – Críticas e manifestação contrária à proposta governamental de reforma previdenciária.
- 06/08/2003** – Justificativa da ausência do Deputado Nélio Dias nas votações de plenário.
- 14/08/2003** – Homenagem póstuma ao jornalista Roberto Marinho, fundador das Organizações Globo.
- 16/12/2003** – Celebração de convênio entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte para implantação do Instituto Internacional de Neurociências, em Natal.
- 15/12/2004** – Recondição do Deputado José Borba para a Liderança do PMDB na Casa.
- 23/11/2005** – Parecer, em substituição à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, ao projeto que fixa os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas e suas emendas. Complementação do parecer e debate da matéria.
- 18/05/2006** – Agradecimento à manifestação de pesar do Deputado Marcondes Gadelha pelo falecimento do jornalista Aluízio Alves, pai do orador.
- 05/09/2006** – Parecer, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, à Emenda Substitutiva ao Projeto que dispõe sobre a carreira dos servidores do Poder Judiciário.
- 01/02/2007** – Eleição da Mesa Diretora da Câmara. Responde a questão de ordem do Deputado Fernando Coruja sobre o conceito de maioria absoluta para eleição, em primeiro turno, dos membros da Mesa Diretora da Casa. Indeferi a questão de ordem do Deputado Regis de Oliveira sobre a votação secreta para eleição da Mesa Diretora.
- 01/02/2007** – Preside a eleição do Presidente e dos demais membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para o biênio 2007/2008.
- 01/02/2007** – Aviso ao Plenário sobre a renúncia, pelo Deputado Edmar Moreira, da candidatura ao cargo de 4º Secretário da Mesa Diretora e esclarecimentos sobre o processo de eleição do Presidente e dos demais membros da Mesa Diretora. Anuncia início da votação.
- 01/02/2007** – Agradece aos Parlamentares pelo transcurso da eleição e determina a apuração dos votos dos demais cargos da Mesa Diretora. Responde a questão de ordem do Deputado Bruno Araújo sobre o estabelecimento de intervalo entre o primeiro e um eventual segundo turno da eleição da Mesa Diretora da Casa.

- 01/02/2007** – Proclamação do resultado da votação. Eleição do Deputado Arlindo Chinaglia à Presidência da Casa para o biênio 2007/2008.
- 06/02/2007** – Posicionamento favorável do Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PtdoB ao dispositivo que trata da não incidência da CIDE sobre programas de computador.
- 13/02/2007** – Encaminhamento da votação que altera a denominação Analista-Técnico da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para Analista-Tributário da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 13/02/2007** – Posicionamento favorável do Bloco PMDB/ PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB à Emenda que vincula a prévia decisão judicial o ato da autoridade fiscal para desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício.
- 07/03/2007** – Anuncia obstrução do Bloco PMDB/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB à votação referente a questão de ordem sobre a instalação da CPI do Tráfego Aéreo.
- 08/03/2007** – Posicionamento favorável do PMDB ao requerimento com pedido de efeito suspensivo que indeferiu questão de ordem a respeito da instalação de CPI do Tráfego Aéreo.
- 21/03/2007** – Repúdio às críticas do líder do PFL contra o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Deputado Leonardo Picciani.
- 09/05/2007** – Comenta acordo de procedimento firmado entre os Líderes para votação do subsídio dos membros do Congresso Nacional.
- 09/05/2007** – Apelo à bancada do PMDB para votar o aumento do Fundo de Participação dos Municípios,
- 09/05/2007** – Liberação do Bloco PMDB/PTB/PSC/PTC para votar o “Dia Frei Galvão”, em 11 de maio.
- 16/05/2007** – Posicionamento contrário do Bloco PMDB/PTB/PSC/PTC, à Emenda à LDO que passa aos Estados percentagem do superávit primário para a área de segurança pública.
- 29/05/2007** – Libera Bloco Parlamentar PMDB/PTB/PSC/PTC para votar recursos do FUNDEB e FUNDEF e registra divisão do PMDB em relação à emenda.
- 14/06/2007** – Reitera confiança do PMDB na atuação do Deputado Leonardo Picciani como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
- 26/06/2007** – Posicionamento favorável do Bloco PMDB/PTC/PSC a proposta para que a ANCINE fomente atividades audiovisuais com incentivos do imposto de renda.
- 26/06/2007** – Posicionamento favorável do Bloco PMDB/PSC/PTC para prorrogar o prazo dos optantes da Timemania.
- 27/06/2007** – Posicionamento contrário do PMDB a inversão da pauta para priorizar projeto que torna inelegível o candidato que mudar de partido.
- 27/06/2007** – Defesa da introdução da lista preordenada em eleições legislativas, da fidelidade partidária e do financiamento público de campanhas.
- 27/06/2007** – Liberação do Bloco PMDB/PSC/PTC para votação dos artigos do substitutivo ao projeto sobre pesquisas eleitorais. Posicionamento pessoal favorável à matéria.
- 27/06/2007** – Sugestão para votação em separado da proposta do sistema de listas nas eleições legislativas, com vistas à sua rejeição definitiva.
- 27/06/2007** – Posicionamento favorável do Bloco PMDB/PSC/PTC a preferência de votação sobre o Código Eleitoral, a Lei dos Partidos Políticos e a Lei das Eleições.
- 03/07/2007** – Manifestação em nome do PMDB favorável à elevação dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.
- 03/07/2007** – Congratulações à Deputada Rita Camata, pelo projeto que assegura registro nos consulados de filhos de brasileiros nascidos no estrangeiro.

- 01/08/2007** – Homenagem póstuma aos Deputados Júlio Redecker e Nélio Dias.
- 14/08/2007** – Posicionamento favorável do PMDB à inelegibilidade de candidato que mudar de partido nos quatro anos seguintes à diplomação.
- 12/09/2007** – Comenta a rejeição, pelo Senado Federal, do processo de cassação do mandato parlamentar do Senador Renan Calheiros.
- 19/09/2007** – Opina, em nome do PMDB, favoravelmente à inclusão da CPMF nas Disposições Constitucionais Transitórias.
- 26/09/2007** – Pelo Bloco PMDB/PSC/PTC, manifesta-se contra a retirada da pauta da proposta de inclusão da CPMF nas Disposições Constitucionais Transitórias. Conclama os parlamentares do PMDB à votação de destaques da matéria, em primeiro turno. Em seguida, convoca Deputados do Bloco PMDB/PSC/PTC ao plenário para votação de destaques sobre a CPMF. Nova intervenção, expressando posicionamento favorável do PMDB a dispositivos do substitutivo em votação.
- 09/10/2007** – Convocação dos Deputados do PMDB, do PSC e do PTC ao plenário.
- 10/10/2007** – Contesta posicionamento do PSOL sobre a votação da CPMF.
- 10/10/2007** – Conclamação aos Deputados do Bloco PMDB/PTC/PSC para votação, em segundo turno, da CPMF.
- 18/10/2007** – Registra o transcurso do Dia do Aviador e saúda os profissionais.
- 23/10/2007** – Comenta as emendas do Senado ao projeto que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
- 20/11/2007** – Liberação da bancada do PMDB na votação que autoriza o funcionamento do comércio aos domingos e feriados.
- 26/02/2008** – Apelo aos parlamentares na votação da proposta que determina a localização da EBC em Brasília.
- 11/03/2008** – Posicionamento favorável do PMDB à emenda do Senado que restabelece texto da CLT, que obriga o desconto em folha da contribuição sindical.
- 12/03/2008** – Encaminha em do PMDB favoravelmente ao Projeto de Orçamento da União de 2008.
- 01/04/2008** – Reconhecimento da atuação do Presidente Arlindo Chinaglia para resolver impasse decorrente do excesso de Medidas Provisórias.
- 29/04/2008** – Assume compromisso de leitura do parecer à Medida Provisória nº 418, na sessão do dia seguinte e anuncia posição favorável do PMDB a medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo.
- 30/04/2008** – Emite parecer, pela Comissão Mista, a proposta que cria as ZPEs e Zonas de Livre Comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim, no estado de Roraima e responde a interpelação sobre as ZPEs.
- 06/05/2008** – Defesa da manutenção do destaque que trata da venda de mercadoria entre empresas alocadas na ZPE; Em nome do Bloco PMDB/PSC/PTC, opina contra a emenda que objetiva impedir a destinação de parcela da produção das ZPEs ao mercado interno. Encaminha a votação que dá ao Conselho Nacional das ZPE, uma competência para prorrogar vigência de incentivo fiscal a empresa instalada em ZPE.
- 06/05/2008** – Reformula o parecer sobre o Regime Tributário, Cambial e Administrativo das Zonas de Processamento de Exportação.
- 06/05/2008** – Informa ser favorável à realização de acordo para desobstrução da pauta.
- 06/05/2008** – Compromisso do PMDB à retirada da urgência do projeto sobre restrição da propaganda de bebidas alcoólicas.
- 06/05/2008** – Reitera posicionamento favorável do PMDB ao Regime Tributário, Cambial e Administrativo das Zonas de Processamento de Exportação

- 13/05/2008** – Expressa posição do Bloco PMDB/PSC/PTC favorável ao texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência .
- 27/05/2008** – Apoia a votação, em segundo turno, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- 28/05/2008** – Concorda com adiamento da votação da regulamentação da Emenda 29 e do projeto sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência .
- 04/06/2008** – Expressa posição favorável à criação da Contribuição Social para a Saúde
- 04/06/2008** – Esclarecimento ao Plenário sobre a declaração do Presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, sobre a garantia de recursos mínimos para a saúde.
- 04/06/2008** – Solicitação aos deputados do PMDB que compareçam a plenário.
- 11/06/2008** – Posicionamento favorável do PMDB à retirada da pauta da regulamentação da Emenda 29.
- 11/06/2008** – Reitera opinião do PMDB favorável à fixação de valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, municípios e União em ações de saúde. E justifica o atraso de parlamentares do PMDB à sessão.
- 18/06/2008** – Convocação dos Deputados do PMDB ao plenário.
- 18/06/2008** – Obstrução do PMDB à votação sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, municípios e União em ações e serviços públicos de saúde,
- 18/06/2008** – Pede aos deputados da base governista que permaneçam em plenário para encerrar a votação sobre os valores das despesas com saúde. Reitera convocação da bancada do PMDB ao plenário para votação da proposta de regulamentação da Emenda 29.
- 18/06/2008** – Insiste na solicitação aos deputados do PMDB e demais partidos para o comparecimento ao plenário para conclusão da votação que regulamenta a Emenda 29.
- 20/08/2008** – Posição do PMDB favorável à prorrogação por 90 dias da CPI das Escutas Telefônicas Clandestinas.
- 20/08/2008** – Apoio à proposta de CPI para investigar aplicação de recursos públicos repassados a modalidades esportivas.
- 02/09/2008** – Manifestação favorável à proposta consensual de adiamento da votação do Fundo Soberano do Brasil.
- 15/10/2008** – Elogio ao Presidente Arlindo Chinaglia e ao Líder Henrique Fontana pelo acordo para votação de matérias constantes da pauta.
- 03/12/2008** – Posicionamento favorável do PMDB à proposta sobre criação de novos municípios, em apreciação em segundo turno.
- 09/12/2008** – Em nome do PMDB, apoio à Emenda, do Senado que reestrutura a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
- 17/12/2008** – Mais uma convocação dos Deputados do PMDB ao plenário.
- 17/12/2008** – Expressa-se, pelo PMDB, favorável à escolha de José Jorge de Vasconcelos Lima para ministro do TCU.
- 02/02/2009** – Solicitação aos deputados do PMDB de apoio à candidatura do Deputado Inocêncio Oliveira para o cargo de 2º Secretário da Mesa Diretora da Casa.
- 02/02/2009** – Elogio ao Deputado Arlindo Chinaglia pela atuação na Presidência da Casa. Apoio à candidatura do Deputado Michel Temer ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- 04/02/2009** – Posicionamento contrário do PMDB a emenda do Senado sobre crédito do BNDES a empresas contratadas para obras PAC.
- 24/03/2009** – Manifesta, pelo PMDB, posição sobre MP relativa ao parcelamento ordinário de débitos, remissão nos casos em que especifica e regime tributário de transição. Apoia encerramento da discussão e votação imediata da matéria

- 25/03/2009** – Defesa do projeto de lei que autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica
- 14/04/2009** – Homenagem póstuma aos Deputados João Herrmann e Carlos Wilson.
- 29/04/2009** – Registra expectativa de Prefeitos com a votação da MP sobre novo parcelamento dos débitos.
- 29/04/2009** – Posicionamento favorável do PMDB a dispositivos da MP sobre parcelamento de débitos dos Municípios, com apoio às últimas alterações no texto. Em nome do partido, concorda com a suspensão da sessão para busca de acordo para votação da matéria.
- 29/04/2009** – Ressalta importância da votação da MP sobre a regularização fundiária das ocupações em terras da União, na Amazônia Legal.
- 06/05/2009** – Registra liberação de recursos, pelo governo federal, para os municípios atingidos por enchentes no Rio Grande do Norte.
- 07/05/2009** – Obstrução do PMDB à votação de dispositivos da MP que parcela débitos dos municípios.
- 13/05/2009** – Posicionamento favorável do PMDB ao dispositivo que exclui da regularização da ocupação, de terra da União na Amazônia Legal, de quem for proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional.
- 20/05/2009** – Como relator, explica alterações introduzidas no texto do Programa Minha Casa, Minha Vida. Em nome do PMDB, manifesta-se favoravelmente a alteração sugerida no caput do Programa Minha Casa, Minha Vida.
- 20/05/2009** – Confirma modificação no texto do Programa Minha Casa, Minha Vida relativa ao estabelecimento de multa aos cartórios. Defende a manutenção no Programa Minha Casa, Minha Vida, pelo prazo de até dois anos, das regras de regularização fundiária de interesse social no Distrito Federal.
- 20/05/2009** – Concorda com financiamento de equipamento de energia solar em moradia de famílias com renda de até 6 salários mínimos. Encaminha a votação e pede apoio ao relatório apresentado.
- 20/05/2009** – Agradecimento a todos que colaboraram para o aperfeiçoamento do Programa Minha Casa, Minha Vida contribuindo para que seja aprovado pela Casa. Informa de alteração no Programa Minha Casa, Minha Vida para sorteio eletrônico na distribuição de imóveis a famílias com renda mensal de até três salários mínimos.
- 20/05/2009** – Lê o parecer, apresentado pela Comissão Mista, sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.
- 03/06/2009** – Convocação dos parlamentares do PMDB ao plenário para votações e homenagem póstuma ao Deputado Carlos Wilson.
- 16/06/2009** – Apresenta parecer, pela Comissão de Constituição e Justiça, a projeto que cria 400 Varas Federais de justiça. Posicionamento favorável do PMDB sobre a criação de 400 Varas Federais.
- 23/06/2009** – Busca de entendimentos para votação em regime de urgência de lei relativa à Defensoria Pública. Apela aos Deputados do PMDB para que compareçam a plenário.
- 30/06/2009** – Em nome do PMDB, pede prazo à Presidência da Casa para acordo entre os líderes sobre a organização da Defensoria Pública.
- 19/08/2009** – Expressa posicionamento favorável do PMDB à retirada da pauta do projeto que fixa idade para a aposentadoria compulsória do servidor público.
- 19/08/2009** – Convocação da bancada do PMDB para votação de matéria com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais dos municípios. Posicionamento favorável do partido ao apoio financeiro da União aos municípios.
- 26/08/2009** – Convocação dos deputados do PMDB ao plenário.
- 09/09/2009** – Regozijo com a retirada da urgência constitucional para tramitação dos projetos sobre a exploração de petróleo na camada Pré-sal.

- 09/09/2009** – Posicionamento favorável do PMDB à revisão do subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal e também do subsídio do Procurador-Geral da República.
- 09/09/2009** – Após esclarecimento ao Plenário sobre a revisão do subsídio de ministro do STF, encaminha a votação da revisão do subsídio do Procurador-Geral da República.
- 09/09/2009** – Posicionamento favorável do PMDB à discussão e votação das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.
- 16/09/2009** – Registra respeito do PMDB ao acordo de líderes sobre a votação das Emendas do Senado a Lei dos Partidos Políticos, Lei das eleições e Código Eleitoral e elogia o Deputado Mendes Ribeiro Filho pelo trabalho realizado na apreciação do Projeto de Lei 5498, de 2009, que trata da reforma eleitoral.
- 22/09/2009** – Reitera posicionamento do PMDB favorável à recomposição das Câmaras Municipais.
- 30/09/2009** – Comemoração pela unânime aprovação de dispositivo para reduzir o percentual da Desvinculação de Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Saudações, a propósito, ao ministro da Educação, Fernando Haddad, e à Senadora Ideli Salvatti.
- 06/10/2009** – Indagação à Presidência sobre o PL que trata da inclusão de servidores públicos do antigo Território de Rondônia nos quadros de pessoal da União.
- 28/10/2009** – Libera a bancada do PMDB para votação de Bônus Especial de Desempenho Institucional aos servidores do DNIT.
- 03/11/2009** – Reitera posicionamento favorável do PMDB a referendo sobre a alteração da hora no Estado do Acre.
- 18/11/2009** – Defesa da aprovação do Substitutivo sobre o “foro privilegiado” em primeiro turno.
- 24/11/2009** – Convocação dos Parlamentares do PMDB ao plenário para retirar da pauta crédito extraordinário aos Ministérios da Saúde e dos Transportes.
- 25/11/2009** – Comenta imposta para votação da Proposta de Emenda à Constituição referente aos cartórios.
- 26/11/2009** – Apelo aos Parlamentares pela prorrogação, por 10 dias, do prazo de funcionamento da CPI destinada à investigar os reajustes de tarifas de energia elétrica (CPI da ANEEL). Reforça apelo sobre prazo para apresentação do relatório da CPI da ANEEL e manifesta perplexidade pela postura do PT sobre a prorrogação.
- 26/11/2009** – Concorde com a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI das tarifas de energia elétrica por 5 dias.
- 08/12/2009** – Apresenta parecer, pela Comissão Especial, às Emendas de Plenário ao Projeto do regime de partilha de produção de petróleo no Pré-sal.
- 08/12/2009** – Manifesta indignação com as acusações do empresário Alcyr Collaço.
- 09/12/2009** – Anúncio da presença da bancada do PMDB no plenário e o posicionamento contrário do partido a Emenda 246, destacada, ao Projeto do Pré-sal.
- 09/12/2009** – Registra, com satisfação, a aprovação pela Casa da Subemenda Substitutiva Global ao projeto de lei sobre o regime de partilha na exploração e produção de petróleo na camada Pré-sal.
- 24/02/2010** – Liberação da bancada do PMDB para votação da Emenda ao Substitutivo ao Fundo Soberano Social do Brasil.
- 24/02/2010** – Anuncia obstrução do PMDB à votação da Emenda Aditiva ao Substitutivo ao Projeto do Fundo Soberano Social do Brasil.
- 02/03/2010** – Posicionamento favorável do PMDB ao projeto que autoriza a União a ceder onerosamente à PETROBRAS a pesquisa e lavra de petróleo.
- 03/03/2010** – Comemoração do centenário de nascimento do Presidente Tancredo Neves.
- 10/03/2010** – Ponderações, como relator, sobre a discussão da questão dos royalties do Pré-sal a Estados e municípios.

- 28/04/2010** – Anuncia posicionamento do PMDB na votação da MP que reajusta benefícios previdenciários.
- 28/04/2010** – Opina sobre a impossibilidade de votação da MP que reajusta os benefícios mantidos pela Previdência Social em 2010 e 2011.
- 04/05/2010** – Ratificação do posicionamento contrário do PMDB a emenda ao projeto que reajusta os benefícios previdenciários em 8,77%, em votação nominal.
- 04/05/2010** – Libera a bancada do PMDB para votar o reajuste dos benefícios da Previdência Social e anuncia posição do PMDB contrária a emenda que reajusta os benefícios em 8,77%.
- 04/05/2010** – Defende a conveniência de realização de acordo para votação da lei da Ficha Limpa e anuncia posição do PMDB favorável à aprovação da matéria, após rejeição do requerimento de adiamento da votação.
- 04/05/2010** – Reforça voto favorável do PMDB ao Projeto de lei da Ficha Limpa.
- 04/05/2010** – Manifesta-se, pelo PMDB, sobre a retirada da pauta do Projeto de Lei da Ficha Limpa e, ao mesmo tempo, favorável ao regime de urgência urgentíssima para a matéria.
- 04/05/2010** – Anuncia voto do PMDB favorável ao reajuste dos benefícios previdenciários em 7,72%.
- 05/05/2010** – Reitera procedimentos para votação de destaques ao Projeto de Lei da Ficha Limpa e anuncia obstrução do PMDB à votação da inclusão de crimes contra o meio ambiente e a saúde pública entre os casos de inelegibilidade.
- 11/05/2010** – Anuncia acordo de líderes para conclusão do Projeto Ficha Limpa. Apoio do PMDB à matéria e à inclusão dos crimes contra o meio ambiente e a saúde pública no elenco das hipóteses de inelegibilidade,
- 06/07/2010** – Registra o empenho da Presidência da Câmara e do Deputado Cândido Vacarezza para aprovação do piso salarial para os servidores policiais
- 03/08/2010** – Sugere convocação de sessão extraordinária para votação do piso salarial nacional de policiais e bombeiros militares.
- 01/12/2010** – Comenta polêmica criada com o resultado da votação do Substitutivo do Senado ao Projeto do Pré-sal.
- 01/02/2011** – Eleição do Deputado Marco Maia para a Presidência da Casa no biênio 2011-2012. Convoca os Deputados para votar e convida o Presidente eleito para assumir a condução dos trabalhos.
- 01/02/2011** – Responde a interpelação do Deputado Sílvio Costa sobre a posse no cargo de Deputado Federal por suplentes de partidos coligados.
- 01/02/2011** – Reitera informações ao plenário sobre o processo de votação para eleição dos membros da Mesa Diretora.
- 01/02/2011** – Pede aos deputados que registrem presença no plenário e a votação para eleger os membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para o biênio 2011/2012. Responde a questão de ordem do Deputado Duarte Nogueira acerca do quórum para eleição, em primeiro turno, do Presidente da Casa e demais membros da Mesa Diretora.
- 15/02/2011** – Anuncia posicionamento do PMDB em favor de requerimento de regime de urgência-urgentíssima para votação do projeto da nova política para o salário mínimo.
- 16/02/2011** – Apoio unânime do PMDB à proposta do governo federal de elevação do salário para R\$ 545,00 e registro da posição do partido contrário a emenda de plenário que fixa o salário mínimo em R\$ 560,00.
- 16/02/2011** – Agradecimento à bancada do PMDB pela aprovação do projeto que fixa o valor do salário mínimo em 2011 e aprova política de valorização do salário de longo prazo,
- 22/02/2011** – Registra o 90º aniversário de fundação do jornal Folha de S. Paulo.
- 11/05/2011** – Obstrução, em nome do PMDB, ao requerimento de retirada da pauta do Novo Código Florestal.

- 18/05/2011** – Expressa em nome do PMDB posição contrária à convocação do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci Filho ao Congresso.
- 18/05/2011** – Anuncia acordo de líderes para votação das Medidas Provisórias 517 e 521, de 2010, após a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro.
- 24/05/2011** – Manifesta apoio e engajamento na luta em prol dos pequenos produtores rurais.
- 24/05/2011** – Reafirma voto do PMDB favorável a critérios para intervenção em Área de Preservação Permanente e mantém atividades consolidadas até 22 de julho de 2008.
- 25/05/2011** – Reconhece equilíbrio e competência demonstrados pelo Presidente Marco Maia na condução das votações do Código Florestal Brasileiro.
- 28/06/2011** – Manifesta apoio do PMDB à criação da Secretaria de Aviação Civil e a posição do partido contra emenda apresentada.
- 06/07/2011** – Destaca importância da aprovação da contribuição previdenciária do microempreendedor individual.
- 06/07/2011** – Posicionamento do PMDB ao repúdio ao Presidente da Bolívia, Evo Morales, por legalizar veículos sem documentação regular daquele País.
- 23/08/2011** – Agradecimento aos ex-Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e à Presidenta Dilma Rousseff pela privatização do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte.
- 24/08/2011** – Manifesta expectativa de aperfeiçoamento do projeto que amplia os limites de enquadramento com a inclusão de novas categorias no Super-Simples.
- 13/09/2011** – Esclarece postura do PMDB quanto à votação e aprovação da Emenda 29 referente a destinação de recursos para a saúde pública.
- 21/09/2011** – Solicita à bancada PMDB apoio à eleição do Deputado Átila Lins para ministro do Tribunal de Contas da União.
- 21/09/2011** – Ressalta importância da contribuição do ex-Deputado José Genoíno para a criação da Comissão Nacional da Verdade. Repúdio do PMDB à agressão verbal desferida no plenário contra o ex-parlamentar.
- 21/09/2011** – Congratulações ao Presidente Marco Maia pela votação da regulamentação da Emenda 29.
- 19/10/2011** – Votos de sucesso à Deputada Ana Arraes no cargo de Ministra do TCU. Saudação à nova Líder do PSB, Deputada Sandra Rosado.
- 08/11/2011** – Expõe razões das divergências da base aliada e da Oposição sobre a DRU. Registra união da bancada do PMDB em prol da aprovação da matéria.
- 09/11/2011** – Congratulações ao Presidente Marco Maia pelo trabalho na busca de acordo para prorrogação da DRU.
- 22/11/2011** – Reconhece a liderança do Presidente Marco Maia e pede à bancada do PMDB presença em plenário. Elogia a maturidade e responsabilidade do PMDB nas discussões da prorrogação da DRU.
- 07/12/2011** – Defende a votação, ainda em 2011, das alterações feitas pelo Senado ao projeto do Código Florestal.
- 07/12/2011** – Solicita prioridade à votação da PEC que garante proventos integrais com paridade ao servidor aposentado por invalidez permanente.
- 13/12/2011** – Congratulações ao Presidente Marco Maia pela votação da PEC da Música. Apoio do PMDB à Defensoria Pública do Distrito Federal.
- 14/12/2011** – Agradecimentos à Presidência pela realização da eleição de membro do Conselho Nacional de Justiça e às lideranças pela indicação de Emmanoel Campelo de Souza Pereira para o Conselho Nacional de Justiça.
- 14/12/2011** – Congratulações aos líderes pelo acordo para a garantia de proventos integrais, com paridade, ao servidor público aposentado por invalidez permanente.

- 12/01/2012** – Elogia o comportamento do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.
- 08/02/2012** – Esclarecimento ao Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto sobre providências do ministro da Fazenda, Guido Mantega, acerca de fatos ocorridos na Casa da Moeda.
- 08/02/2012** – Apela por convocação de sessão extraordinária para votação da garantia do recebimento de proventos integrais, com paridade, pelo servidor público aposentado por invalidez permanente.
- 28/02/2012** – Comenta importância do projeto de lei de criação do fundo de previdência complementar dos servidores públicos federais.
- 29/02/2012** – Obstrução da votação do cadastro nacional de municípios com áreas de escorregamentos de grande impacto, diante do impasse em torno do parecer do relator.
- 29/02/2012** – Obstrução do PMDB à votação do adiamento da MP que cria o cadastro nacional de municípios com ocorrência de escorregamentos de grande impacto.
- 06/03/2012** – Sessão Solene em homenagem póstuma ao ex-Deputado Moacir Micheletto.
- 13/03/2012** – Elogio ao Deputado Cândido Vaccarezza à frente da Liderança do Governo e congratulações ao novo Líder do Governo, Deputado Arlindo Chinaglia.
- 21/03/2012** – Explica razões da obstrução do PMDB ao requerimento de retirada da pauta da Lei Geral da Copa.
- 28/03/2012** – Rebate as críticas da mídia contra o PMDB e a Câmara dos Deputados. Defende os deputados e a Casa das acusações de fisiologia e falta de interesse público.
- 28/03/2012** – Expressa posição do PMDB contrária à emenda que veda a comercialização, o consumo e o porte de bebidas alcoólicas no interior dos estádios.
- 24/04/2012** – Apoio à manutenção do Deputado Paulo Piau como relator do substitutivo do Senado ao Código Florestal. Posicionamento favorável do PMDB ao Requerimento de retirada da pauta do substitutivo.
- 25/04/2012** – Defende, em nome e com o apoio do PMDB, a aprovação do parecer do Deputado Paulo Piau ao Código Florestal. Explicita as restrições do partido a dispositivos contidos no substitutivo do Senado à matéria.
- 25/04/2012** – Encaminha favoravelmente ao restabelecimento, na Câmara, de dispositivo do Senado, que retira os salgados e apicuns das Áreas de Preservação Permanente. Sugere que o Código Florestal Brasileiro seja denominado Código Florestal Moacir Micheletto.
- 07/05/2012** – Sessão Solene em homenagem a Roberto Dinamite, ex-jogador e atual Presidente do Vasco da Gama.
- 09/05/2012** – Ratifica apreensão com a apreciação, em segundo turno, da PEC 438 de 2001, diante do quorum reduzido no plenário. Apela à Presidência em favor do adiamento da votação da nova redação da proposta que estabelece a perda da gleba por trabalho escravo.
- 22/05/2012** – Posicionamento favorável à perda da terra onde for constatado trabalho escravo e a reversão da área para assentamento rural.
- 23/05/2012** – Apelo à Presidenta Dilma Rousseff sobre a inconveniência do veto integral ao novo Código Florestal.
- 12/06/2012** – Comenta e encaminha votação de parecer ao projeto que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas.
- 11/07/2012** – Homenagem ao Grupo LATAM Airlines. Votos de êxito e expansão à companhia aérea.
- 11/07/2012** – Elogio ao Presidente Marco Maia pela postura nos acordos para as votações.
- 16/07/2012** – Agradecimento aos deputados do PMDB pela presença no plenário.
- 18/09/2012** – Manifesta opinião do PMDB sobre a Medida Provisória que altera o Código Florestal Brasileiro recém votado no Congresso.
- 15/10/2012** – Sessão Solene pela passagem dos 20 anos de desaparecimento do Deputado Ulysses Guimarães.





KDB

